



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Carla do Nascimento Santos Morani

**A Supervisão de Estágio como Atividade Constitutiva do Trabalho
do Assistente Social**

Rio de Janeiro

2018

Carla do Nascimento Santos Morani

**A Supervisão de Estágio como Atividade Constitutiva do Trabalho do
Assistente Social**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

M829 Morani, Carla do Nascimento Santos.
A Supervisão de Estágio como Atividade Constitutiva do Trabalho do Assistente Social / Carla do Nascimento Santos Morani. – 2018.
212 f.

Orientador: Ney Luiz Teixeira de Almeida.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Serviço Social – Teses. 2. Formação profissional – Teses. 3. Trabalho – Teses. 4. Serviço Social – Estudo e ensino (Estágio) – Teses. I. Almeida, Ney Luiz Teixeira de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 36

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Carla do Nascimento Santos Morani

**A Supervisão de Estágio como Atividade Constitutiva do Trabalho do
Assistente Social**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 31 de outubro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida (Orientador)
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof^a. Dra. Mônica Maria Torres de Alencar
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof^a. Dra. Elaine Marlova Venzon Francisco
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof^a. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Universidade Estadual Paulista

Prof^a. Dra. Maria José de Oliveira Lima
Universidade Estadual Paulista

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Ao meu eterno e amado amigo, companheiro e pai da minha filha, Renato dos Santos Morani (in memoriam). Hoje, mais do que nunca, sinto a ausência deste homem que sempre me incentivou aos estudos e que tinha por mim amor e admiração. Sinto muito por não tê-lo ao meu lado, mas guardo comigo seus incentivos e força para prosseguir a minha vida, de forma a conseguir concretizar os nossos planos para a nossa filha. E, de certa forma, mesmo sem presença física você se encontrará eternamente presente no meu coração.

AGRADECIMENTOS

Chega o momento de apresentar o produto de quatro anos de estudos e reflexões. Esta caminhada não foi solitária. Por ela, passaram várias pessoas compartilhando e influenciando, direta ou indiretamente, a produção e sistematização do conteúdo que será apresentado. Contudo, gostaria de agradecer, algumas em especial.

A minha filha, que mesmo com seus 3 anos de idade se esforça para entender esse processo árduo de busca pela finalização de algo tão sonhado, tendo que lidar com as minhas ausências. Mas, sendo a minha fonte de inspiração para prosseguir.

A minha mãe, por entender as minhas impaciências; por ser minha parceira de todas as horas e sempre me incentivar aos estudos, mesmo quando acha que faço coisas demais. E, ao meu pai pelo incentivo aos estudos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ pela oportunidade em poder continuar meu processo de formação profissional, investindo na proposta da pesquisa apresentada e todo seu corpo docente, que vem se dedicando, em diferentes formas de atuação, para qualificação do ensino e nos fazendo acreditar que ainda é possível.

Ao meu orientador Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida por dividir o seu conhecimento e estimular o crescimento de seus discentes, deixando influências e marcas positivas. Obrigado pelo aprendizado e incentivo, por toda dedicação e todas as suas valiosas orientações e principalmente por acreditar em mim e pela paciência, diante de tantas adversidades que implicavam na finalização dessa tese.

A minha turma de doutorado pelas reflexões e estudos coletivos, bem como pela oportunidade de partilharmos bons momentos juntos e pela construção de amizade.

As minhas amigas, Érica Silva, Fabrícia Vellasquez, Mariana Aquino, pelo companheirismo, estímulo, ombro amigo nas horas de desespero e pela compreensão das minhas ausências.

Aos professores e amigos (as) de trabalho da Unigranrio, instituição de ensino que leciono e onde encontrei a oportunidade de iniciar a minha trajetória profissional e aprofundar minhas qualidades acadêmicas. A Prof^a. Marina Amoedo, pela

confiança no início dessa trajetória, pelos conhecimentos profissionais compartilhados e pelas palavras de incentivo, que ficarão guardadas em minha memória. Ao Coordenador do curso Adriano Oliveira, pela compreensão de minhas ausências e incentivo para a finalização desse estudo; aos professores (as) Diego Rivas, Vaniele Copello, Erica Silva, Mônica Ramos, Mônica Ferreira, Rosane Souza, Silene Orlando, Renata Coelho do curso de Serviço Social, Ingrid Marques (Assistente Social do NUPSS) e Sandra Baliza (Assistente Social do NUPSS), pela parceria na busca de fazer nesta instituição um trabalho coletivo, direcionado à formação profissional de qualidade. Não poderia deixar de mencionar alguns amigos (as), que hoje já não se encontram mais na instituição, mas que participaram de certa forma dessa minha trajetória, por quem possuo grande carinho e admiração. Os meus agradecimentos a vocês: Ebe Campinha, Cristiane Queiroz, Adriana Alice, Fabricia Vellasquez, Lívia Pequeno, Gabriele Faria, Maria Márcia, Deildo Jacinto, Fabio Simas, Anália Barbosa, Débora Lopes, Elisa Goldman, Mariana Figueiredo, William Vieira, Deise Guilhermina, Luiz Carlos Souza, Elizabeth Queiroga (In memoriam), Lóbelia Faceira, Robson Roberto, Áurea Dias, Andrea Lemos, Andrea Lopes, Bruno José e Marcio Eduardo Brotto (In. memoriam).

Aos meus alunos (as) de graduação. Vocês formam a engrenagem do meu motor, a peça que me move; são aqueles que me fazem ser criativa e sempre estar pensando e ousando em novos projetos de trabalho. Agradeço o carinho de todos e a confiança em mim. Desejo para todos (as), sempre, muito sucesso. E não se esqueçam: contem sempre comigo!

A minha banca de defesa de tese, que foi formada por profissionais escolhidos pela convicção de significativas contribuições para meu aprimoramento acadêmico e de pesquisa. Agradeço pelas considerações e incentivos da Prof^a. Elaine Marlova, Mônica Alencar e Inez Stampa na banca de qualificação do projeto e a Profa^a. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira e Prof^a. Dra. Maria José de Oliveira Lima que mesmo morando em outro Estado, com muito carinho, aceitaram participar como componentes da banca.

RESUMO

MORANI, Carla do Nascimento Santos. *A Supervisão de Estágio como atividade constitutiva do trabalho do assistente social*. 2018. 212 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A presente tese apresenta a pesquisa e análise do conteúdo das produções bibliográficas sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social. Esta foi realizada com base em três eixos de reflexão que se articulam entre si, que são: a compreensão do lugar da Supervisão na formação e atuação profissional; a compreensão do fazer profissional que sustenta o debate sobre Supervisão e a abordagem da Supervisão de Estágio e a relação com os princípios das Diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996. Para tanto, foram analisados livros, capítulos de livros que abordaram a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social na história da profissão; artigos de revistas científicas com a temática Supervisão de estágio em Serviço Social desde e teses de doutorado do período de 1996 a 2016. A partir de uma abordagem teórica sobre a categoria trabalho e das suas determinações na sociedade capitalista na esfera da produção e reprodução social, da inserção do setor de serviços, do trabalho na esfera dos Serviços Sociais e do Serviço Social na divisão social do trabalho, trata da tendência da institucionalização e inserção do trabalho do assistente no campo do trabalho coletivo no âmbito das políticas públicas. As Diretrizes curriculares do Serviço Social e a formação profissional no contexto da educação superior contemporânea foram analisadas com o objetivo de apresentar os aspectos históricos, os impactos na formação profissional do assistente social na sociedade Brasileira, os avanços obtidos com a inserção do debate da categoria trabalho e processo de trabalho na sua proposta acadêmica e favorecer a compreensão sobre o lugar que vem se apresentando o debate sobre o trabalho na formação profissional do assistente social. O tema Supervisão de Estágio em Serviço Social é abordado como atividade que integra formação e trabalho profissional, apresentando uma análise crítica sobre a sua produção teórica, estabelecendo uma relação direta entre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, seus princípios e os limites postos a sua materialização. Através de revisão bibliográfica e da análise documental sobre a temática Supervisão de estágio em Serviço Social, os resultados encontrados demonstram um crescimento de produções bibliográficas a partir de 2008, no entanto, percebe-se a necessidade de uma maior apropriação sobre o seu sentido para a superação da dicotomia ainda presente na profissão entre formação e exercício profissional do assistente social. E, apesar de estabelecida a Supervisão de estágio em Serviço Social como atividade que integra a formação e o exercício profissional do assistente social nos documentos base da profissão, a categoria profissional carece de melhor apropriação para a produção de conhecimento e, embora esteja ocorrendo um aumento no número de produções teóricas sobre Supervisão de estágio em Serviço Social, persiste uma insuficiência significativa dessa produção, principalmente no que se refere à articulação entre Supervisão de Estágio em Serviço Social, trabalho e políticas Sociais.

Palavras-chaves: Trabalho. Serviço Social. Formação Profissional em Serviço Social e Supervisão de estágio.

ABSTRACT

MORANI, Carla do Nascimento Santos. *The Supervision of Internship as a constitutive activity of the social worker's work*. 2018. 212 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The present thesis presents the research and analysis of the content of bibliographic productions on Supervision of internship in Social Work. This was carried out based on three axes of reflection that are articulated among themselves, which are: The understanding of the place of Supervision in the formation and professional performance; The understanding of the professional practice that underpins the debate on supervision and the approach to internship supervision and the relationship with the principles of the ABEPSS Curriculum Guidelines of 1996. To that end, we have analyzed books, book chapters that dealt with the theme of supervising internship in Social Service in the history of the profession; articles from scientific journals with the theme Supervision of internship in Social Work since and doctoral theses from the period 1996 to 2016. From a theoretical approach on the on the category of work and its determinations in capitalist society in the sphere of production and reproduction social integration, the insertion of the services sector, the work in the sphere of Social Services and Social Work in the social division of labor, deals with the tendency of institutionalization and insertion of the assistant's work in the field of collective work in the scope of public policies. The curricula of Social Work and professional training in the context of contemporary higher education were analyzed with the purpose of presenting the historical aspects, the impacts on the professional formation of the social worker in the Brazilian society, the progress achieved with the insertion of the debate of the work category and work process in their academic proposal and to promote the understanding about the place that has been presenting the debate about work in the professional training of social worker. The theme Supervision of Internship in Social Work is approached as an activity that integrates training and professional work, presenting a critical analysis about its theoretical production, establishing a direct relationship between the 1996 ABEPSS Curricular Guidelines, its principles and the limits placed on its materialization. Through bibliographical review and the documentary analysis on the subject of Supervision of Internship in Social Work, the results found demonstrate a growth of bibliographical productions from 2008, however, it is perceived the need for a greater appropriation of its meaning for the overcoming the dichotomy still present in the profession between training and professional practice of the social worker. And although the Supervision of Internship in Social Work is established as an activity that integrates the training and professional practice of the social worker in the basic documents of the profession, the professional category lacks better appropriation for the production of knowledge and, although there is an increase in the number of theoretical productions on Supervision of traineeship in Social Work, a significant insufficiency of this production persists, mainly as regards the articulation between Supervision of internship in Social Work, work and Social policies.

Keywords: Work. Social Work. Vocational Training in Social Work and Internship supervision.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Região e quantidades de Unidades de Ensino que enfocam o tema trabalho em seus componentes curriculares.....	92
Tabela 2 - Áreas de conhecimento e quantidade de disciplinas vinculadas ao Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.....	93
Tabela 3 - Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa – Brasil – 2003-2016.....	100
Tabela 4 - Cursos mais procurados e número de matrículas no Ensino a Distância (EAD) no Brasil.....	102
Tabela 5 - Cursos mais procurados e número de matrículas no Ensino a Distância (EAD) no Rio de Janeiro.....	105
Tabela 6 - Distribuição da Amostra de Registro Profissional de Assistentes Sociais por Estado.....	136
Tabela 7 - Edições do “ <i>Jornal Práxis</i> ” do ano de 2008 a 2017 que abordaram a temática Supervisão de estágio em Serviço Social.....	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades de Ensino com curso de Serviço Social no Estado do Rio de Janeiro.....	106
Quadro 2 - Seminários e mini-cursos apresentados no “Jornal Práxis” oferecidos pelo CRESS - RJ nos anos de 2008-2018.....	205
Quadro 3 - Livros e capítulos de livros sobre a temática Supervisão de estágio em Serviço Social.....	207
Quadro 4 - Artigos de Revistas Científicas com a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social 1996 -2017.....	210
Quadro 5 - Teses de doutorado cadastradas no banco de teses da CAPES 1996-2017.....	212

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Política e Serviço Social
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CES	Conselho de Educação Superior
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DC	Diretrizes Curriculares
EAD	Ensino a Distância
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
GATS	Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços
IES	Instituto de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não governamental
PEC	Proposta de Emenda à Constituição

PNE	Política Nacional de Estágio em Serviço Social
PROAP	Programa de Apoio à Pós-graduação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
SEMESP	Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SP	São Paulo
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UCB	Universidade Castelo Branco
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAS	Universidades e Faculdades
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio
UNIPAC	Universidade Presidente Antônio Carlos

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	AS DETERMINAÇÕES DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	24
1.1	O trabalho na esfera da produção e reprodução social.....	24
1.2	O trabalho na esfera dos Serviços Sociais.....	45
1.3	O trabalho nas políticas públicas e a inserção dos Assistentes Sociais na esfera do trabalho coletivo.....	53
2	AS DIRETRIZES CURRICULARES DO SERVIÇO SOCIAL E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. CONTEMPORÂNEA.....	69
2.1	O processo de formação profissional do assistente social no Brasil e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).....	69
2.2	O processo de implantação das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 e o lugar do debate da categoria trabalho no Serviço Social.....	88
2.3	A contrarreforma na Educação Superior e seus impactos para o processo de formação profissional em Serviço Social.....	97
3	A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL.....	115
3.1	A supervisão de estágio em Serviço Social como atividade que integra formação e trabalho profissional.....	115
3.2	A abordagem do conjunto CFESS, CRESS e ABEPSS sobre a Supervisão de estágio em Serviço Social.....	134
3.3	Teses e produções bibliográficas sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social.....	145
3.3.1	<u>Sobre os Livros e capítulos de livros sobre a temática Supervisão de estágio em Serviço Social.....</u>	145
3.3.2	<u>Sobre os Artigos de Revistas Científicas com a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social 1996 -2016.....</u>	169
3.3.3	<u>Sobre as Teses de doutorado cadastradas no banco de teses da CAPES 1996-2016.....</u>	180

CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	197
APÊNDICE A – Quadro 2 - Seminários e mini-cursos apresentados no “Jornal Práxis” oferecidos pelo CRESS-RJ nos anos de 2008-2018.....	205
APÊNDICE B – Quadro 3 - Livros e capítulos de livros sobre a temática Supervisão de estágio em Serviço Social.....	207
APÊNDICE C – Quadro 4 - Artigos de Revistas Científicas com a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social 1996 -2017.....	210
APÊNDICE D – Quadro 5 - Teses de doutorado cadastradas no banco de teses da CAPES 1996-2016.....	212

INTRODUÇÃO

A minha motivação para este estudo intitulado “A Supervisão de Estágio como Atividade Constitutiva do Trabalho do Assistente Social” partiu da minha experiência como Assistente de coordenação de curso, coordenadora de estágio em Serviço Social e encontra-se ligada também ao meu trabalho cotidiano como docente e supervisora acadêmica de alunos em estágio curricular em Serviço Social vinculado à disciplina de estágio supervisionado, desenvolvido na Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy – UNIGRANRIO. Além disso, das pesquisas que realizei para a construção da minha monografia no ano de 2007¹ e dissertação de mestrado no ano de 2009² e pela pouca produção bibliográfica sobre a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social.

Ao abordar a temática Supervisão de Estágio como atividade que integra a formação e exercício profissional levou-se em consideração a própria trajetória da profissão, que tem o seu exercício como atividade privativa do assistente social, problema fundamental para compreender como se configurou e como se configura a formação profissional do assistente social e, conseqüentemente, as questões enfrentadas pelos cursos de Serviço Social no decorrer desse processo, uma vez que sem estágio e sem supervisão não há formação de assistentes sociais. Questão fundamental, para verificar como vem sendo historicamente produzida e reproduzida a profissão no Serviço Social.

¹ A pesquisa realizada em 2007 trouxe a discussão sobre a Supervisão de estágio como parte do processo de trabalho do assistente social, sendo realizada com os supervisores de estágio das instituições campo de estágio conveniado com o curso de Serviço Social da Unigranrio (Universidade do Grande Rio), no segundo semestre de 2006.

² O meu mestrado foi em Serviço Social e realizado no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), concluído em 2010. Na minha dissertação abordei a temática Supervisão de Estágio e Processo de Trabalho do Assistente Social, tendo como campo empírico as instituições registradas como campo de estágio do Departamento de Serviço Social da PUC - Rio no primeiro semestre de 2009 (2009.1), na sua escolha, levei em consideração a sua localização na cidade do Rio de Janeiro, que tinha neste momento um conjunto de 23 cursos de Serviço Social; a sua condição de primeiro curso de Serviço Social do Rio de Janeiro e segundo do Brasil e a sua filiação a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social); bem como o fato de já ter realizado pesquisa em outra universidade, com tema semelhante no trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social. Com esse estudo busquei conhecer a política de estágio do curso de Serviço Social da PUC-Rio; o perfil dos supervisores de estágio das unidades campo de estágio da PUC-Rio e verificar como os supervisores de estágio das referidas instituições vêm tratando a mediação teoria e prática e, neste contexto, observar se a supervisão vinha se operacionalizando de acordo com as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996.

A profissão surgiu no Brasil na década de 1930. O curso superior de Serviço Social foi oficializado no país pela Lei nº 1889, de 1953. Em 27 de agosto de 1957, a Lei nº 3252, juntamente com o Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962, regulamentou a profissão. Em virtude das mudanças ocorridas na sociedade e no seio da categoria, um novo aparato jurídico se fez necessário de forma a expressar os avanços da profissão. Hoje, a profissão encontra-se regulamentada pela Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993, que legitima o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais. E, fundamentalmente, define em seus artigos 4º e 5º, respectivamente a competência e as atribuições privativas do assistente social.

Além da Lei de regulamentação da profissão, contamos também com o Código de Ética Profissional que veio se atualizando ao longo da trajetória profissional. Em 1993, após um rico debate com o conjunto da categoria em todo o país ao longo dos anos de 1980 e 1990, foi aprovada a quinta versão do Código de Ética Profissional, instituído pela Resolução 273/93 do CFESS.

O Código de Ética representa a dimensão ética da profissão, tendo caráter normativo e jurídico. Esse Código delinea parâmetros para o exercício profissional, define direitos e deveres dos assistentes sociais, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados. Ele expressa a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social e evidencia, em seus princípios fundamentais, o compromisso ético-político assumido pela categoria.

No entanto, percebe-se que a ética profissional do Serviço Social foi construída e desenvolvida nas relações complexas entre as demandas socioeconômicas e ideoculturais e nas possíveis escolhas pelas práticas ético-morais, o que permite identificar nessas ações a diversidade, a mutabilidade e a contraditoriedade, em sua perspectiva.

Nesse sentido, podem existir contradições na atuação profissional do assistente social, na medida em que, no campo das escolhas práticas em seu cotidiano profissional, é possível reproduzir ou não os valores morais atrelados ao conservadorismo. Tal fato pode estar relacionado ao direcionamento dado à formação profissional do assistente social.

A ética profissional do Serviço Social tem como base filosófica o marxismo, incorporada na discussão teórica e metodológica da profissão nos anos de 1980. No entanto, essa posição ética conquistada pela profissão, atravessa interesses contraditórios e, por vezes, conflituosos, uma vez que o conhecimento filosófico

marxista não vem sendo o único referencial que fundamenta as escolhas éticas. Encontram-se ligadas a ele visões de mundo incorporadas socialmente pela educação moral e primária e por outras instâncias educativas, tais como os meios de comunicação, as religiões, os partidos políticos, os movimentos sociais e tantos outros.

Os anos de 1980 e de 1990 sinalizaram a maturidade teórico-metodológica da profissão, a partir da ruptura teórica assumida até então pelo Serviço Social e a inserção da teoria social de Karl Marx. Esta teoria trouxe para a categoria uma outra maneira de investigar e entender a realidade, explicitando as suas contradições. Essa posição contribuiu para a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, que passou a orientar socialmente a profissão para a defesa intransigente de direitos e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária, e, além disso, a considerar a profissão como partícipe da divisão social do trabalho, considerando o assistente social como trabalhador assalariado.

Essa postura teórica adotada pelo Serviço Social trouxe, portanto, elementos para o entendimento da categoria profissional, quanto à sua condição de trabalhador assalariado. Esses elementos, por sua vez, demonstram que o assistente social está submetido às implicações que qualquer outro trabalhador está sujeito, ainda que dentro das especificidades da profissão, como a precarização do trabalho; a exploração; salários indignos; trabalho informal com remuneração aviltante; demissões injustas; dentre tantas outras que dão sustentação ao lucro excessivo pela concentração de renda e a exploração, vivenciada no modo de produção capitalista.

O amadurecimento da reflexão sobre o Serviço Social tem como referência o atual debate acerca da relação entre trabalho e prática profissional. Essa é uma discussão que surge no interior da profissão, com o processo de reforma do currículo de seus cursos universitários na década de 1990 e com a implementação da nova diretriz curricular, em 1996. Assim, pensar o Serviço Social como trabalho implica delimitar sua peculiaridade e, portanto, definir sua identidade na relação com o sistema produtivo.

A diretriz curricular formulada pela ABEPSS em 1996 trouxe a análise do Serviço Social como uma das formas de especialização do trabalho coletivo, como parte da divisão sociotécnica do trabalho. Além disso, defende o estágio supervisionado como uma atividade curricular obrigatória, que se configura a partir

da inserção do aluno no espaço socioinstitucional para capacitação do exercício do Trabalho do Assistente Social, o que pressupõe supervisão sistemática, seguida de um planejamento realizado pela unidade de ensino em articulação com a unidade campo de estágio.

Este projeto de formação profissional do Serviço Social engloba aspectos que se referem à compreensão da inserção da profissão na divisão social do trabalho, por determinações sociais, a partir das ações empreendidas pelo Estado, empresas e instituições da sociedade civil para o enfrentamento da questão social por meio das políticas sociais, organização e prestação de serviços sociais, em função das particularidades do trabalho do assistente social, como trabalhador coletivo no processo de produção e reprodução das relações sociais, incorporando três dimensões que a formação profissional deve proporcionar que são: a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

O estágio supervisionado se constitui como um dos pré-requisitos para a formação profissional em Serviço social e, se propõe a contribuir decisivamente para uma proposta específica de formação profissional direcionada pelo Projeto Ético-Político e pedagógico dos cursos de Serviço Social, como espaço de mediação entre teoria e prática. Porém, especificamente no que diz respeito à articulação entre teoria e prática, entendemos que esta não deve se dar somente no estágio. Esta articulação deve se situar também em outras disciplinas que compõem o currículo do curso de Serviço Social, sejam elas de estágio ou não, contribuindo para romper com a dicotomia entre teoria e prática, ainda tão presente na profissão.

A Supervisão de Estágio apresenta-se aqui como condição necessária para o fortalecimento social da profissão. O estágio é um elemento necessário ao processo de formação profissional e estando a ele condicionada, pois sem estágio e sem supervisão não há formação profissional de assistentes sociais. Constituindo-se inclusive como um dos princípios e diretrizes da formação profissional contidos nas Diretrizes Curriculares de 1996 “[...] a necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio”.

A Supervisão de Estágio em Serviço Social possui significado e objetivos que, de acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, deve se dar pela unidade de ensino e unidade campo de estágio. O objetivo de sua realização é levar o aluno-estagiário a apreender as três dimensões que devem orientar a sua formação profissional: dimensão teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-

política. Ou seja, conforme ressalta Guerra (2009) a supervisão é expressão da indissociabilidade entre trabalho e formação profissional.

Ao abordar a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social, levo em consideração a própria trajetória da profissão, que tem o seu exercício como atividade privativa do assistente social, elemento fundamental para compreender como se configurou e como se configura a formação profissional do assistente social na contemporaneidade e, conseqüentemente, as questões a serem enfrentadas pelos cursos de Serviço Social no decorrer desse processo, o que inclusive vem tentando ser superado na atualidade pelos órgãos da categoria profissional, com o surgimento da Resolução nº 533, de 2008 do CFESS/CRESS e Política Nacional de Estágio da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) de 2009, uma vez que “sem estágio e sem supervisão, não há formação profissional de assistentes sociais”³.

Diante da lógica da expansão universitária, da precarização da formação profissional estimulada pela proliferação de cursos de graduação de pouca qualidade e a distância, as dificuldades enfrentadas pelos cursos presenciais, seja no âmbito público ou privado, diante das mudanças advindas na organização da educação superior com a LDB/1996, tomo como referência para a formação profissional em Serviço Social, a proposta metodológica apresentada pela diretriz curricular da ABEPSS de 1996, que se traduz em três núcleos de fundamentação: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Estes apresentam um conjunto de conhecimentos indissociáveis, constitutivos da formação e exercício profissional do assistente social e que defende o posicionamento de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que é típico de uma das unidades de ensino superior, ou seja, a universidade.

As mudanças vivenciadas pelo mundo do trabalho, decorrentes do processo de reestruturação do capital e de minimização do Estado no trato da questão social estão afetando o trabalho do assistente social. Essas mudanças vêm viabilizando transformações na sociedade, fazendo emergir novas formas de gerir o trabalho, assim como novas condições de vida. Isso resulta em profundas alterações na

³ Essa consideração encontra-se nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) de 1996.

demanda pelo trabalho do assistente social, bem como nas condições em que a sua prática profissional irá se realizar.

O Serviço Social no Brasil, embora regulamentado como profissão liberal, não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais na definição corrente do termo. Assim, a análise social da profissão e da atuação profissional do assistente social, não pode limitar-se a considerá-lo desvinculado das instituições nas quais a sua ação irá incidir (IAMAMOTO, 2005).

Por outro lado, não se pode deixar de considerar o Serviço Social como uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar, advindo das Ciências Humanas e Sociais, para análise e intervenção nas diversas refrações da “questão social”, ou seja, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. Inserido nas mais diversas áreas (saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça, e outras) com papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais, a intervenção do assistente social se estabelece com base nas relações entre os homens, no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços.

Um dos principais desafios postos para o assistente social, frente às modificações ocorridas no mundo do trabalho e às novas racionalidades das políticas sociais, consiste em se apresentar como uma profissão qualificada para contribuir com respostas às questões imediatas que se apresentam, mas que, ao mesmo tempo, não perca o seu caráter propositivo, a sua visão crítica, no sentido de romper com o imediatismo, estabelecendo ações consistentes com base em princípios éticos que tenham como perspectiva a promoção da cidadania.

O debate sobre a formação profissional na atualidade registrou maiores avanços na consistência de uma formação teórica e metodológica, mas que se torna insuficiente para o ensino do trabalho profissional e o seu deciframento, seguida da falta de articulação entre teoria e prática e de instrumentalização técnico-operativa nos cursos, no que diz respeito à Supervisão de Estágio.

Nesse sentido, o principal desafio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social (ABEPSS) está em superar as dificuldades de implementar as Diretrizes Curriculares de 1996, que ainda não foram consolidadas,

bem como a apresentação sistemática sobre a Supervisão de Estágio em Serviço Social como atividade constitutiva do trabalho do assistente social.

Embora o Serviço Social se encontre com características e condições diferentes da sua gênese, marcadas especificamente pelo seu Projeto Ético-Político, no contexto atual ainda existem aspectos que reproduzem a lógica da sua constituição como profissão. Em vista disso, têm se desenvolvido, junto à categoria, várias tentativas de romper, ou minimamente se distanciar, dos aspectos que marcaram sua origem.

A relação teoria e realidade e as dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos do Assistente Social e que toma como base o referencial teórico marxista, se configura como uma teoria social crítica que contribui para a análise mútua da realidade, das contradições e variação dialética que ocorre tanto na natureza como na sociedade.

Os debates teóricos, bem como as pesquisas apresentadas nesta tese, demonstram aspectos vivenciados pela profissão e que se constituem em elementos capazes de proporcionar a compreensão dos desafios postos para a formação e exercício profissional do assistente social, seus rebatimentos na Supervisão de Estágio, que se encontra mediatizada pela relação entre formação e exercício profissional e suas implicações para a efetivação do Projeto Ético-político do Serviço Social. O que, fundamentou a relevância do estudo proposto.

O objetivo foi conhecer e analisar como vem sendo abordado na produção teórica do Serviço Social o processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social e a sua compreensão como atividade integrante do trabalho e da formação profissional do assistente social, partindo do princípio do projeto de formação profissional instituído pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) em 1996.

O Serviço Social, durante muito tempo, ficou sem produzir conhecimento sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social. A partir de 1990, a profissão com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que defende a tríade ensino, pesquisa e extensão, começou a avançar na sua própria produção teórica, permitindo maior destaque à pesquisa e à produção do conhecimento sobre o Serviço Social. A pós-graduação em Serviço Social foi ganhando espaço junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação Cooperação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e às demais agências de fomento.

No país há cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, conforme já revelado no segundo capítulo da tese, que vêm contribuindo na qualidade e no volume da produção científica e revelando uma profissão que alcançou sua maturidade intelectual.

O debate sobre pesquisa e produção do conhecimento passou a ser frequente nos encontros da categoria profissional e, de certa forma, surge também como preocupação de estudo na bibliografia da área.

Portanto, para pôr em relevância a pesquisa e a produção do conhecimento sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social apresento a pesquisa sobre como vem sendo abordado tal processo na produção teórica do Serviço Social.

As bases que subsidiaram o interesse e a consideração sobre a importância da pesquisa sobre a produção científica acerca da temática “*Supervisão de Estágio em Serviço Social*” partiu do princípio do projeto de formação profissional instituído pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) em 1996 que reconhece essa atividade como integrante do trabalho e da formação profissional do assistente social e que incorpora três dimensões que são: a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A análise sobre os estudos sobre a *Supervisão de Estágio em Serviço Social* engloba aspectos que se referem à compreensão da inserção da profissão na divisão social do trabalho e do assistente social como trabalhador coletivo no processo de produção e reprodução das relações sociais, inserido na esfera dos serviços sociais, no âmbito das políticas sociais.

O estudo sobre a produção científica em Supervisão de estágio em Serviço Social se iniciou por uma pesquisa de teses de doutorado no banco de teses da CAPES e produções bibliográficas, com base em livros e artigos científicos apresentados em revistas científicas, inserindo no descritor de busca a palavra “*Supervisão de Estágio em Serviço Social*”.

A análise do conteúdo das teses e produções bibliográficas sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social foi realizada com base em três eixos de reflexão que se articulam entre si, que são: I - A compreensão do lugar da Supervisão na formação e atuação profissional; II - A compreensão do fazer profissional que sustenta o debate sobre supervisão e III - A abordagem da Supervisão de Estágio e

a relação com os princípios das Diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996. Estes, embora apresentem particularidades se articulam entre si⁴.

A presente tese encontra-se organizada em três capítulos: No primeiro capítulo, buscou-se realizar uma reflexão acerca da categoria trabalho como base estruturadora de outras práxis sociais nos marcos da sociedade capitalista madura, discutindo sobre o trabalho na esfera dos serviços sociais, a institucionalização e inserção do trabalho do assistente social no campo do trabalho coletivo no âmbito das políticas públicas.

A categoria trabalho em Marx é entendida como eixo fundante para compreensão da constituição do homem como ser social. O trabalho nessa perspectiva não é aqui analisado pelas diferentes formas e/ou o aspecto técnico em que o mesmo ocorre, mas especificamente as relações sociais nas quais ocorre.

A discussão apresentada no segundo capítulo se deteve nos aspectos históricos que caracterizaram a formação profissional do assistente social na sociedade brasileira e os avanços obtidos com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para os cursos de Serviço Social de 1996, refletindo sobre como vem se apresentando o debate sobre o trabalho na formação profissional do assistente social no processo de implantação das Diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, bem como sobre a contra reforma na Educação Superior e seus impactos para o processo de formação profissional em Serviço Social.

No terceiro capítulo apresentou-se a sistematização sobre a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social considerando-a como componente do processo de formação e como atividade que integra a formação e exercício profissional do assistente social. O objetivo foi expor o debate e tratamento da Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação profissional do assistente social e os dados empíricos que deram forma ao objeto do presente estudo, ou seja, foram apresentados. Além disso, a sistematização e análise crítica sobre a produção teórica sobre Supervisão de Estágio no Serviço Social, estabelecendo uma relação direta entre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, seus princípios e os limites postos para sua materialização, que deram forma ao objeto do presente

⁴ O quadro 5 apresenta o detalhamento de 4 livros e 14 capítulos de livro; o Quadro 6 com 15 artigos de Revistas Científicas com a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social e o Quadro 7 com 8 teses. Ambas publicações do ano de 1996 ao primeiro semestre de 2016.

estudo, ou seja, foram apresentados os dados referentes à forma como vem se dando a produção do conhecimento sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social.

O movimento histórico do Serviço Social, no âmbito interventivo e acadêmico impacta na produção do conhecimento da profissão. Partindo-se desse pressuposto foram defendidas duas hipóteses: I - Apesar de estabelecida a Supervisão de Estágio em Serviço Social como atividade que integra a formação e o exercício profissional do assistente social nos documentos base da profissão, a categoria profissional carece de melhor apropriação para a produção de conhecimento; II - embora esteja ocorrendo um aumento no número de produções teóricas sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social, persiste uma insuficiência significativa dessa produção, principalmente no que se refere à articulação entre Supervisão de Estágio em Serviço Social, trabalho e políticas sociais.

Compreende-se que as questões apresentadas no presente estudo, apontam que as questões observadas e analisadas sobre a Supervisão de Estágio em Serviço Social estão longe de ser esgotadas. Por essa razão, as reflexões realizadas foram desenvolvidas como maneira de suscitar novas indagações e discussões no que se refere à Supervisão de Estágio em Serviço Social, entendendo-a como atividade que integra a formação e o exercício profissional do Assistente Social.

1 AS DETERMINAÇÕES DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O debate e reflexões sobre a categoria trabalho vêm se apresentando na literatura sobre o Serviço Social a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, através das quais se afirma uma tendência em se tratar da relação entre trabalho e Serviço Social.

Assim, o presente capítulo busca refletir sobre a centralidade da categoria trabalho, não apenas pelo ponto de vista do seu significado ontológico do trabalho no processo de constituição do ser social, mas a sua configuração como base estruturadora de outras práxis sociais nos marcos da sociedade capitalista madura, em seu sentido concreto e abstrato, na esfera da produção e reprodução das relações sociais, para compreender a inserção do setor de serviços e do Serviço Social na divisão social do trabalho. Pretendeu, ainda, discutir sobre o trabalho na esfera dos serviços sociais e a sua perspectiva como base para pensar a institucionalização e inserção do trabalho do assistente no campo do trabalho coletivo no âmbito das políticas públicas.

1.1 O trabalho na esfera da produção e reprodução social

A abordagem da essência e centralidade da categoria trabalho nos situa para a compreensão do homem e das relações sociais que envolvem a produção e reprodução da vida social. O trabalho se apresenta como elemento base de sociabilidade, desenvolvimento do gênero humano e da sociedade.

A análise ontológica do trabalho e processo de trabalho é base fundamental na compreensão da forma social e das relações sociais instauradas nos marcos da sociedade capitalista (MARX, 2006).

O trabalho, conforme é o fundamento ontológico do ser social, é o que permite diferenciá-lo de outros seres da natureza, pois o homem é o único ser com capacidade teleológica de pensar e de projetar suas ações (MARX, 2006).

Dada a sua dimensão racional⁵, o homem é capaz de criar novos instrumentos e passar a utilizá-los na sua interação com a natureza e também no

⁵ O racional é entendido aqui a partir das bases de René Descartes (1973), o qual, em seu livro *“Discurso do Método”*, nos estabelece os quatro famosos preceitos (Evidência, Divisão, Ordem e

âmbito das relações sociais. Pode aumentar o seu poder sobre a natureza; acrescentando meios artificiais de ação aos meios naturais, multiplicando a sua capacidade laborativa de modificar não somente o seu meio, mas de transformar a si próprio.

No que se refere ao objetivo e sentido das suas relações de produção e reprodução da vida social, o trabalho se apresenta na produção tanto objetiva, como subjetiva, de coisas materiais e de subjetividade humana.

Olhando pelo aspecto material, o trabalho se revela na produção de objetos e de bens a serem utilizados pelo homem. Mas, no aspecto subjetivo, é processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas, desenvolvendo aquelas inscritas na natureza do homem, humanizando-as.

O trabalho se apresenta em períodos históricos, porém não é o desenvolvimento da história que lhe proporciona a existência. O trabalho no seu sentido ontológico, como atividade realizada única e exclusivamente pelo homem é que permite a construção da história.

O trabalho, como atividade praticada pelo homem, conforme nos revela Marx (2006), consiste na ação do ser humano sobre a natureza para a satisfação das suas necessidades. Assim, mediante a capacidade teleológica de pensar e projetar suas ações, na medida em que o homem realiza o trabalho, vai ampliando o próprio conhecimento, o que conseqüentemente o leva ao aperfeiçoamento do seu processo de trabalho.

Os elementos do processo de trabalho nas relações de produção envolvem o trabalho em si, o objeto⁶ sobre o qual o trabalho é realizado, os meios que facilitam o processo de trabalho e os seus resultados (MARX, 2006).

Sobre o objeto de trabalho, trata-se da matéria-prima já transformada pela ação do trabalho do homem (MARX, 2006).

Enumeração), através dos quais a razão chega à verdade. Para o filósofo só existe uma verdade, considerando que tudo é suscetível de conhecimento verdadeiro, e por isto mesmo, passível de conhecimento de tipo matemático e o seu propósito é estimular a mente humana como convenção para as decisões tomadas e criadas por meio, do conhecimento *a priori* e a intuição, é recorrer à razão como último critério do homem em habilitar suas resoluções hábeis, para obter o total domínio do seu entendimento.

⁶ Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata como seu meio natural constitui objeto de trabalho fornecido pela natureza. Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é filtrado por trabalho anterior, é matéria-prima. Portanto, toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de já ter sido operado uma modificação mediada por trabalho (MARX, 2006, p. 212).

No que tange aos meios de trabalho é tudo aquilo que o homem se utiliza para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações, e tantos outros.). O que define como:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas de acordo com o fim que tem em mira. A coisa de que o trabalhador se apossa imediatamente – excetuados meios de subsistência colhidos já prontos, tais como frutas, quando seus próprios membros servem de meio de trabalho – não é o objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Desse modo, faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural [...] (MARX, 2006, p. 213).

Os meios de trabalho, ao se apresentarem em um processo histórico-social de relação do homem com a natureza acabam servindo como base para a análise do desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicar as condições sociais em que o mesmo se executa.

Os meios de trabalho se apresentam como todas as coisas que permitem ao trabalho aplicar-se a seu objeto e servem para conduzir a atividade, bem como todas as condições materiais necessárias à realização do processo de trabalho. Estas coisas e condições materiais não participam diretamente do processo, mas sem elas, o processo de trabalho fica total ou parcialmente impossibilitado de concretizar-se (MARX, 2006).

É na concretização do produto que o processo de trabalho se extingue, resultado da transformação no objeto, que o homem através do trabalho e da utilização do instrumental de trabalho efetuou, subordinada a um determinado fim (MARX, 2006).

Quando um produto é gerado a partir do processo de trabalho, este gera um valor de uso, porque em sua produção participaram outros valores de uso, produtos anteriores ao processo de trabalho. Deste modo, o valor de uso que é produto de um trabalho “[...] torna-se, assim, meio de produção de outro. Os produtos destinados a servir de meio de produção não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho” (MARX, 2006, p. 215).

Marx (2006) afirma que a matéria-prima pode ser a substância principal de um produto ou contribuir para a sua produção como material acessório:

O meio de trabalho consome o material acessório: assim, a máquina a vapor, o carvão; a roda, o óleo; o cavalo de tração, o feno. Ou o material acessório é adicionado à matéria-prima, para modificá-la materialmente: o cloro ao pano cru, o carvão ao ferro, a anilina à lã; ou facilita a execução do próprio trabalho: A diferença entre substância principal e acessória desaparece na fabricação em que se processe uma transformação química, pois nesse caso nenhuma das matérias-primas empregadas reaparece como a substância do produto (MARX, 2006, p. 215-216).

Dando prosseguimento na apresentação da análise de Marx (2006) sobre o processo de trabalho, o mesmo ressalta que o valor de uso de um produto pode significar diferentes posições no processo de trabalho, pois um mesmo produto pode constituir matéria-prima de processos de trabalho muito diversos, já que cada coisa tem muitas propriedades, servindo a diferentes aplicações úteis. A esse respeito, como exemplo dado pelo autor encontra-se o centeio, que é matéria-prima do fabricante de amido, do criador de gado etc. Como semente, é matéria prima de sua própria produção.

Além disso, o mesmo produto, no processo de trabalho, pode servir tanto de meio de trabalho como de matéria-prima – na engorda do gado, por exemplo, o boi é matéria-prima a ser elaborada e, ao mesmo tempo, instrumento de produção de adubo. Outra questão é que assim como um produto que existe em forma final para consumo pode tornar-se matéria-prima – a uva, por exemplo, serve de matéria-prima para o vinho. Ou o trabalho dá ao produto forma que só permitem sua utilização como matéria-prima.

Nesse caso, chama-se a matéria-prima de semiproduto, ou melhor, de produto intermediário, como algodão, fios, linhas etc. Embora já seja um produto, a matéria-prima original tem de percorrer toda uma série de diferentes processos, funcionando em cada um deles com nova forma, como matéria-prima, até atingir o último processo, que faz dela produto acabado, pronto para consumo ou para ser utilizado como meio de trabalho (MARX, 2006, p. 216).

Portanto, nessa direção, Marx (2006) expõe que um valor de uso pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho ou produto, dependendo inteiramente da sua função no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, variando com essa posição a natureza do valor de uso.

Embora os elementos do processo de trabalho se apresentem no processo de produção independentemente das formas sociais, enquanto processo histórico, irá se deparar com as múltiplas determinações, que advêm do modo de produção

material e das relações sociais que o envolvem, cujos elementos se referem às forças produtivas⁷.

As relações de produção que se estabelecem entre os seres humanos no processo de produção e reprodução da vida social se apresentam como relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade e, a forma de relações entre os indivíduos é que irá refletir a forma das relações entre eles e os meios de produção. Ou seja, a forma material da apropriação dos meios de produção pelos homens é determinada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Em qualquer forma de organização social, o homem, enquanto sujeito histórico, com sua capacidade teleológica de pensar e projetar suas ações vem aperfeiçoando e elaborando novos instrumentos, bem como desenvolvendo conhecimentos e habilidades. E neste processo histórico da sociedade, o trabalho sempre permanece como categoria central do ser social.

As características ontológicas do trabalho permanecem e se apresentam como base estruturadora de outras práxis sociais. O que se modifica são as formas de relações sociais de produção em cada organização social, que se trata do processo de trabalho coletivo em que as sociedades produzem e reproduzem as suas condições materiais de existência e garantem a produção e reprodução da vida social.

A sociedade capitalista, profundamente analisada por Marx (2006), apresenta características distintas no que se refere à essência e foco do trabalho. O trabalho nas suas relações sociais de produção tem antes da garantia da reprodução dos próprios homens a reprodução do capital.

Dentro dessa finalidade do capitalismo, três condições tornaram-se generalizadas e apropriadas pela sociedade na esfera da produção. A primeira condição se refere ao lugar do trabalho e dos trabalhadores, que são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo a sua força de trabalho a outros (MARX, 2006).

A segunda condição é a ilusão de liberdade dada aos trabalhadores, que se imaginam livres de restrições legais, tais como servidão ou escravidão. Essa mesma ilusão impede os trabalhadores de dispor de sua força de trabalho,

⁷ O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do PROCESSO DE TRABALHO, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado (BOTTOMORE, 2001, p.157).

provocando uma dificuldade de enxergar a intensidade da exploração presente no processo de trabalho/ trabalhador. As relações de trabalho começam com um contrato ou acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador, que se apropria como mercadoria, conforme estudos de Marx (2006).

E a terceira condição do sistema capitalista, é o propósito do emprego do trabalhador tornar-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que atua como o capitalista.

A centralidade do trabalho no modo de produção capitalista se expressa na produção de mercadorias. A mercadoria, conforme expõe Marx (2006), é antes de tudo algo que satisfaça as necessidades humanas, sejam elas necessidades do estômago ou da fantasia. Qualquer mercadoria, portanto, deve satisfazer uma necessidade nossa; não há mercadoria que não tenha uma utilidade, que não seja produzida para atender a uma necessidade específica.

No entanto, Marx (2006) nos revela que no modo de produção capitalista, o objetivo central não é a produção de um valor de uso, mas de uma mercadoria que possa ser trocada no mercado por um valor superior àquele investido pelo capitalista. Ou seja, a mercadoria possui, além do valor de uso, o valor de troca, que se trata da capacidade de ser trocada por outra mercadoria.

A utilidade de uma mercadoria é o seu valor de uso, expressão do trabalho concreto (transformação de uma matéria-prima em um produto que tem valor social). Mas, é importante expor, conforme nos ressalta Marx (2006) que nem todo valor de uso é uma mercadoria, como por exemplo, o “nascer do sol”, quando paramos para assisti-lo e admirá-lo. Mas, como se estabelece o valor de troca de uma mercadoria na lógica do capital?

O valor de uma mercadoria que se apresenta na troca se utiliza de uma base comum entre as mercadorias, que é a presença direta ou indireta do trabalho humano. E, portanto, o valor de troca de uma mercadoria é dado pela quantidade de trabalho humano nela contida, ou em outras palavras, pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la (MARX, 2006).

As relações sociais de produção capitalistas possuem particularidades. Estas se baseiam especificamente na acumulação incessante do valor, que não é gerado na distribuição, na circulação ou no consumo de bens; o valor é gerado na produção de mercadorias. O produto do trabalho pertence a outro homem que não é o

trabalhador, que se apropria de parte do fruto e do próprio trabalho operário, ou seja, o capitalista que é proprietário dos meios de produção.

Na relação de trabalho capitalista, a força de trabalho do trabalhador torna-se uma mercadoria e o seu uso já não está organizado de acordo com as necessidades e desejos daqueles que a vendem, mas de acordo com os anseios dos seus compradores, que são principalmente empregadores que procuram ampliar o valor do seu capital, ou seja, aumentar o seu lucro (MARX, 2006).

O capitalista, ao comprar a força de trabalho do homem com a utilização do salário para utilizá-la como bem lhe convém, não paga ao trabalhador o equivalente ao valor produzido por ele em uma determinada quantidade de tempo e essas horas extras de trabalho não pagas, o que Marx (2006) chama de “sobretalho”, se traduz em mais-valia⁸ e em um sobreproduto.

O trabalho na sociedade capitalista passa a ser uma atividade social mensurada pelo tempo de trabalho socialmente necessário e produtor de mais-valia. O trabalhador, nesse modo de produção, não vende o trabalho em si, mas sim a sua força de trabalho⁹, sendo o consumo da força de trabalho o que confere valor às mercadorias. Assim, o trabalho criador de valor ficou denominado como “trabalho abstrato”.

Na lógica do sistema capitalista, é interesse dos compradores da força de trabalho, a sua desvalorização, criando uma população ativa adequada às suas necessidades em proveito dos próprios interesses capitalistas. Há um processo de

⁸ “A extração de mais-valia é a forma específica que assume a EXPLORAÇÃO sob o capitalismo, a diferença específica do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. Lucro e salário são as formas específicas que o trabalho excedente e o trabalho necessário assumem quando empregados pelo capital. Mas o lucro e o salário são, ambos, DINHEIRO e, portanto, uma forma objetificada do trabalho que só se torna possível em função de um conjunto de mediações historicamente específicas em que o conceito de mais-valia é crucial (BOTTOMORE, 2001, p. 227)”.

⁹ “A categoria força de trabalho aparece, na teoria do valor – trabalho, na explicação da fonte da MAIS-VALIA. O capitalista investe dinheiro para comprar mercadorias e, mais tarde, as vende por mais dinheiro do que o investido inicialmente. Isso só pode ser feito sistematicamente se houver alguma mercadoria cuja utilização aumente o valor de outras mercadorias. A força de trabalho é precisamente essa mercadoria, e a única, já que, com a compra e o uso da força de trabalho o capitalista obtém trabalho, e este é a fonte do valor. A fonte da mais-valia no sistema da produção capitalista como um todo está no fato de que o valor que os capitalistas pagam pela força de trabalho é menor do que o valor que o trabalho por eles extraído dessa força de trabalho acrescenta às mercadorias. A única outra explicação possível da mais-valia, a de que o capitalista compra mercadorias abaixo do seu valor e as vende acima desse valor, pode explicar casos individuais de mais-valia, mas não explica a mais-valia na totalidade do sistema de produção, já que o valor ganho dessa maneira deve ser perdido por algum outro produtor de mercadorias (BOTTOMORE, 2001, p. 156)”.

coisificação das relações de produção entre as pessoas e produto por elas construído, no qual as relações de produção se materializam nas mercadorias.

A teoria do Fetichismo da Mercadoria¹⁰ é basilar no conceito de Marx, onde a relação social entre pessoas está mediada por coisas e pela consideração de que coisas teriam sua valorização como uma característica própria.

Para Rubin (1987) a teoria do fetichismo da mercadoria apresentada por Marx (2006) mostra que o valor é uma relação social e o trabalho humano abstrato só existe na forma valor. E, portanto, a relação social entre os produtores assume a forma de uma relação social entre coisas e atribui uma forma social às coisas.

Na troca entre duas mercadorias, o trabalho concreto que as produziu e que é diferente em cada mercadoria é negado nessa relação.

Na economia mercantil capitalista, dada as suas particularidades de administração da produção a ser realizada pelo produtor direto da mercadoria, a sociedade acaba por não participar do processo de regulação do trabalho. Em decorrência disso, as bases das relações estão nos produtos do trabalho e não nos produtores diretos, sendo as relações sociais de produção simbolizadas por coisas (RUBIN, 1987).

A relação social de produção no capitalismo tem suas bases na reificação¹¹ das relações de produção entre as pessoas e a personificação de coisas, conforme nos expõe Rubin (1987), o que acaba por condicionar os trabalhadores aos materiais de produção e aos meios técnicos de produção, desvinculando-os da sua função social.

O trabalho abstrato materializa-se em trabalho produtivo e improdutivo. As definições de trabalho improdutivo e produtivo decorrem da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza e não da

¹⁰ “Marx analisa o fetichismo da mercadoria no primeiro livro de O Capital (cap.I, 4), sob o título “O fetichismo da mercadoria: seu segredo”. Tendo mostrado que a produção de mercadorias (ver MERCADORIA) constitui uma relação social entre produtores, relação essa que coloca diferentes modalidades e quantidades de trabalho em equivalência mútua enquanto valores (ver VALOR), Marx indaga como tal relação aparece para os produtores ou, de modo mais geral, na sociedade. Aos produtores, ela “se apresenta como uma relação social que existe não entre eles próprios, produtores, mas entre os produtos de seus trabalhos (BOTTOMORE, 2001, p.150)”.

¹¹ “É o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso “especial” de ALIENAÇÃO, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista (BOTTOMORE, 2001, p. 314)”

qualificação material do trabalho, da natureza do produto ou da destinação do trabalho como trabalho concreto.

A atividade de trabalho muda constantemente, possuindo, historicamente, caráter distinto. Essas modificações se explicam conforme apresentado nas análises de Rubin (1987). A primeira compreende as modificações nos meios de produção e métodos técnicos, mediante os quais o homem atua sobre a natureza, ou seja, modificando as forças produtivas da sociedade, e, derivativo desta, a segunda, corresponde às modificações ocorrentes em toda a estrutura das relações de produção.

Marx (2004) considera trabalho produtivo, o trabalho concreto (aquele que atende a eterna necessidade da humanidade de converter a natureza em bens indispensáveis à reprodução social), como também o trabalho produtivo sob a lógica do capital, aquele que necessariamente produz mais-valia.

Nesse processo, o trabalho é produtivo quando produz capital para um capitalista, desde que este ocorra na esfera da produção. E, neste processo, os serviços e a força de trabalho que é vendida para esferas externas à produção propriamente dita, ainda que em atividades necessárias, o trabalho será improdutivo (MARX, 2004).

Rubin (1987) ressalta que, pelo fato de Marx não ter apresentado suas análises sobre o trabalho produtivo, o conteúdo, caráter e resultado concreto, acabou por favorecer o debate acerca da improdutividade do trabalho, ao não abordar as determinações derivadas da circulação. Este considerou produtivo tão somente o capital empregado na produção e não na esfera da circulação, que também produz a mais-valia.

A conceituação de Marx sobre trabalho produtivo¹² não expressa a adequação do trabalho ao sistema produtivo, considera-o como parte de um

¹² “A análise de Marx sobre esse problema encontra-se no início do livro segundo de O Capital e em Teorias da Mais-Valia. A definição que Marx propõe para o trabalho produtivo parece bastante clara, e o conceito de trabalho improdutivo dela decorre como trabalho assalariado que não é produtivo. O trabalho produtivo é contratado pelo CAPITAL no processo de produção, com o objetivo de criar MAIS-VALIA. Como tal, o trabalho produtivo diz respeito apenas às relações sob as quais os trabalhadores são organizados, e não à natureza do processo de produção, nem à natureza do produto. Cantores de ópera, professores e pintores de parede, tanto quanto mecânicos de automóveis ou mineiros, podem ser empregados pelos capitalistas tendo em vista o lucro. É isso que determina se são trabalhadores produtivos ou improdutos. Na época de Marx, a grande maioria dos trabalhadores improdutos era constituída por empregados do comércio, empregados domésticos e funcionários administrativos do Estado. Os empregados do comércio são improdutos, para Marx, porque não participam da produção, mesmo que suas atividades resultem em lucros comerciais para

processo de trabalho. Portanto, todo trabalho é produtivo, pois este é condicionado a uma ação objetiva, inerente à atividade do trabalho, cujos elementos gerais estão vinculados a uma atividade prática e consciente, seguida da relação entre sujeito e objeto, ou seja, entre o homem e a natureza, do coletivo de indivíduos, voltado para a produção de valores de uso e satisfação das necessidades humanas (COTRIM, 2009).

Seguindo essa lógica de pensamento, a produção tem sua vinculação direta à satisfação de necessidades que se concretizam através do consumo dos bens e valores de uso. E, nessa relação há a presença do consumo da força de trabalho, dos meios de produção, instrumentos e objetos necessários para criar o produto.

Ao se referir à categoria econômica do trabalho produtivo, Cotrim (2009), ressalta que o processo de valorização do capital está condicionado à mercadoria e à mais-valia, enquanto unidade de valor e determinação central do trabalho social e meio para a expansão da riqueza privada.

A definição de trabalho improdutivo se refere ao trabalho que é necessário ao ciclo de reprodução do sistema capitalista, mas que ao invés de gerar a mais-valia, gera custos para o capital investido na produção e que são pagos com a mais-valia extraída no processo produtivo, ou seja, com o capital variável (COTRIM, 2009.).

Os meios de produção nesse processo são considerados como capital constante, representados pela matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho, os quais não mudam a magnitude do seu valor no processo de produção. Já a parte do capital convertida em força de trabalho, se apresenta como capital variável, pois além de mudar o valor no processo de produção, reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, que pode variar em grau maior ou menor, ou seja, a chamada mais-valia (MARX, 2006).

Sendo assim, pode-se entender que a sociabilidade do capital e racionalidade do sistema produtivo enquanto processo histórico é o que direciona o seu processo de valorização. Portanto, a existência do trabalho improdutivo, embora não gere nenhuma transformação no valor de uso, se apresenta como fundamental no processo de circulação do capital.

seus empregadores. Não obstante, Marx e Engels referem-se ao proletariado do comércio, o que sugere que o fato de ser improdutivo não impede que um trabalhador pertença à classe operária, como pretendem certos autores marxistas (por exemplo, Poulantzas, 1974) (BOTTFOMORE, 2001, p. 386)".

Na divisão do trabalho na sociedade capitalista, à medida em que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas, a relação coletiva do trabalho passa a ser constituída por práxis heterogêneas, composta por um conjunto de trabalhadores assalariados produtivos. E, diante da relação coletiva e corporativa presente no processo de produção, no sistema capitalista, há a exigência de uma combinação de funções realizadas por diferentes trabalhadores, com um trabalho combinado relacionado à manipulação do objeto de trabalho que produzem a mais-valia e ainda tem a função social de realizar o trabalho (COTRIM, 2009).

Com o desenvolvimento das forças produtivas, irão se apresentar formas distintas de extração de mais-valia, o que Marx (2006) chamou de mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A primeira se relaciona à realização do trabalho pelo trabalhador em um dado tempo, e a resultante final em comparação com o valor por hora será de desigualdade entre esforço e recompensa, sendo o lucro proveniente da extensão do tempo de trabalho; aumento da jornada. Já a segunda, que se refere à mais-valia relativa, encontra-se vinculada à adesão de maquinário no meio industrial, no qual quanto mais a máquina substituir o ser humano, mais tende a se estagnar o salário, diminui o número de trabalhadores, aumenta o número de máquinas, mas o salário continua igual.

Partindo desse viés analítico o trabalho produtivo encontra-se independente da ação de transformação e da relação coletiva do trabalho. A sua condição está relacionada à produção de mais-valia, que é a preocupação do capital: não interessa se esta vem da transformação da natureza ou de outra atividade.

Portanto, tanto o trabalho produtivo como o improdutivo fazem parte do trabalho abstrato e atendem funções sociais específicas e indispensáveis à reprodução do capital.

Com base nas análises de Marx em “O Capital”, Rubin (1987) e Cotrim (2009) sobre o modo de produção e reprodução social do capital, apresento duas considerações peculiares engendradas nesse processo: a primeira se refere à degradação e alienação do trabalho, que acaba retirando o seu reconhecimento como base, fonte de humanização e fundador do ser social.

A segunda consideração é sobre a contradição existente da dimensão original e indispensável do trabalho de busca de satisfação das necessidades humanas, que passa a ser esquecida na medida em que todo o processo se volta para a satisfação dos interesses do capital.

As formas de exploração capitalista possuem traços de continuidade ao longo da história e se acrescem a essas novas formas de exploração do trabalho que dão continuidade à legitimação do capital.

Com a chamada Indústria moderna, conforme definido por Marx (2006), cuja característica principal é o avanço da tecnologia aplicada na produção, trouxe conseqüentemente a modificação dos processos de produção e das relações sociais. Essas transformações tiveram início na Inglaterra, cujo processo de industrialização ganhou forma mais aparente na Revolução Industrial, ocasionando modificações no processo de trabalho e redução dos postos de trabalho, com as inovações tecnológicas no corpo das fábricas, cujo objetivo era o aumento da produtividade.

A inserção da máquina do processo de produção representa uma forma social de dominação, exploração e expropriação dos trabalhadores, no qual o trabalhador passa a ser um apêndice das máquinas e a sua desqualificação se acentua e igualmente se aprofunda a divisão do trabalho. Este período trouxe profundas modificações na estrutura política, social e econômica.

“[...] Trata-se de um período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como estágio “imperialista”¹³ (NETTO, 2006, p.19).

Na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista encontra-se como destaque a se observar, conforme ressalta Netto (2006) que “[...] a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (p.20).

A finalidade central das organizações monopólicas na economia capitalista é favorecer que:

[...] os preços das mercadorias e serviços produzidos pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior

¹³ Sobre o estágio imperialista do capitalismo no começo do século XX, Lênin escreveu sua obra em 1916, utilizando-se da obra de J. A. Hobson. A obra de Lênin mostra que a primeira guerra imperialista mundial (1914-18) foi uma guerra pela “partilha do mundo” (NETTO, 2006).

concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil; e) cresce a tendência a economizar trabalho 'vivo', com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado – o que por outra parte, diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutos (pois a tendência ao subconsumo). (NETTO, 2006, p. 20-21).

Foi na fase monopolista que surgiu a gerência científica que utilizou a ciência para o desenvolvimento da produção em grandes escalas, em que a empresa monopolista demandou organização técnica. E, este movimento de gerência científica é iniciado por Frederick Taylor, nas últimas décadas do século XIX (BRAVERMAN, 1977).

Segundo Braverman (1977) a gerência científica consiste em um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas. Tal processo, não tem como objetivo melhorar o lado do trabalhador, mas sim favorecer o interesse do trabalhador, de forma a adaptar o trabalhador às necessidades do capital.

O taylorismo foi uma forma de gestão com o objetivo de controlar o trabalhador no processo produtivo, de forma que ele concentrasse todos os seus conhecimentos, habilidades pessoais nas tarefas que exerce em seu trabalho no menor tempo possível. Esta gerência é realizada desde as atividades simples até as mais complexas, acarretando nessa conjuntura uma revolução na divisão social do trabalho, separando o trabalho manual do intelectual (BRAVERMAN, 1977).

Posteriormente, Henry Ford, à frente da Ford Motor Company, fábrica de automóveis, contribuiu e inovou com a introdução da esteira rolante, mas visava os mesmos objetivos sistematizados por Taylor, ou seja, a eliminação dos tempos mortos no processo de trabalho a fim de alcançar grande volume de produção a custos baixos. Esta forma de organização da produção leva a uma extrema especialização e desqualificação do trabalhador, centralizando, na gerência, o domínio sobre o processo produtivo como um todo, e colocando a máquina (no caso, a esteira rolante) como elemento central da produção – não tanto pela inovação tecnológica que representa, mas por esta funcionar como um mecanismo capaz de sincronizar, intensificar e controlar o ritmo do trabalho.

O aceleração do índice de produção, neste caso, dependia não apenas da mudança na organização do trabalho, mas do controle que a gerência conseguiu, de um só golpe, sobre o ritmo da montagem, de modo que podia agora dobrar e

triplicar o índice a que as operações a serem executadas deviam obedecer e assim submeter seus trabalhadores a uma intensidade extraordinária de trabalho (BRAVERMAN, 1977, p. 131).

É importante ressaltar que, para Marx, a divisão social do trabalho sempre existiu em todas as sociedades. Essa divisão é inerente ao trabalho humano e ocorre em relação a tarefas econômicas, políticas e culturais. Desde as sociedades tradicionais, a divisão do trabalho correspondia à divisão de papéis por gênero, sendo sucedidas, mais tarde, pela divisão das atividades como a agricultura, o artesanato e o comércio. A divisão do trabalho surge com o excedente da produção e a apropriação privada das condições de produção. Foi a partir da Revolução Industrial que se intensificou e fragmentou as tarefas, aumentando, por sua vez, a produtividade.

A divisão social do trabalho expressa meios de segmentação da sociedade, enquanto que a divisão do trabalho na produção busca a valorização do capital, por meio da mais-valia, ou seja, o valor excedente produzido pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista. A mais-valia promove o aumento da produtividade, seja pelo prolongamento da jornada de trabalho ou pela mecanização das atividades produtivas. Tanto a divisão social do trabalho, quanto a divisão do trabalho na produção convergem para um mesmo ponto: a estrutura que representa o fundamento econômico da sociedade, expressa aqui pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção (BRAVERMAN, 2007).

Nas indústrias monopolistas foram introduzidas mudanças técnicas e organizacionais que, ao aprofundar a divisão do trabalho anterior, permitiu um novo e maior controle do capital sobre o trabalho vivo (BRAVERMAN, 2007).

Nas indústrias monopolistas, principalmente no que se refere ao controle exercido pelo capital, o aprofundamento da divisão do trabalho vem acompanhado do processo de alienação da classe operária na medida que:

A massa de trabalhadores nada ganha com o fato de que o declínio de seu comando sobre o processo de trabalho está mais que compensado pelo comando crescente por parte dos gerentes e engenheiros. Pelo contrário, não apenas sua qualificação cai em sentido absoluto (naquilo que perdem o ofício e as capacitações tradicionais sem ganhar novas capacidades para compensar a perda), como cai em sentido relativo. Quanto mais a ciência é incorporada no processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne a máquina, tanto menos controle e compreensão da máquina tem o trabalhador. Em outras palavras, quanto mais o trabalhador precisa saber a

fim de continuar sendo um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece (BRAVERMAN, 2007, p. 360).

Portanto, para compreender a nova forma de ser do trabalhador, é preciso partir de um entendimento ampliado de trabalho, levando em consideração tanto o trabalho daqueles trabalhadores que transformam a natureza, que aumentam o capital, como os demais trabalhadores assalariados que controlam e organizam o trabalho realizado por aqueles que estão voltados para a transformação da natureza.

Em meados da década de 1970, o padrão de acumulação fordista entra em crise, como consequência da queda nas taxas de consumo e da ação dos trabalhadores organizados, que “boicotavam” a produção em massa do fordismo, com greves, absenteísmo, boicotes na linha de produção, alta rotatividade no emprego, etc. Como a economia capitalista é caracterizada por ciclos econômicos, períodos de crescimento e recessão, o ciclo ascendente do fordismo entra em crise e o mundo inteiro entra numa grave recessão, acelerada pelo primeiro choque do petróleo, em 1973.

A partir daí, vem se configurando, nos principais países imperialistas e também nos denominados “periféricos”, novas formas de organização da produção e do trabalho baseadas num novo padrão de acumulação de capital, a “acumulação flexível”, em contraposição ao modelo keynesiano-fordista, em esgotamento (HARVEY, 1994).

O toyotismo, ou modelo de acumulação flexível, surgiu como solução para a crise do capital ocorrida nos anos de 1970. Originário no Japão, nas fábricas de automóveis Toyota, ganhou terreno e estendeu-se pelo mundo todo. Com ele, emerge uma nova forma de organização industrial e de relação entre capital e trabalho.

Em seu estudo sobre a acumulação flexível, Harvey (1994) nos diz que essa fase da produção é contrária ao que existia no fordismo, com sua fabricação segmentada e em massa. Essa se opera na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, caracterizando-se com o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Harvey (1994), bem como Antunes (2000), consideram que a grande recessão vivida pelo capital, e que teve seu auge em 1973, marca o momento de mudança no padrão de acumulação capitalista e o início da busca de um novo modelo tecnológico e organizacional do trabalho.

No processo de produção, a flexibilidade está pautada na produção enxuta, que está bem representada nas formas de organização do “modelo japonês” (Kan-Ban, Just-in-Time)¹⁴. No processo de trabalho, a flexibilidade se baseia em contratos de trabalho mais flexíveis, com tempo determinado, contratos temporários, subcontratação de trabalhadores, retorno ao trabalho em domicílio, dentre outros.

Como resposta à sua crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vista a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2000, p. 31).

Assim, para Antunes (2000), a implantação do processo de produção do tipo toyotista supõe uma intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato dos trabalhadores operarem simultaneamente com várias máquinas, quer pelo ritmo e a velocidade da cadeia produtiva.

A acumulação flexível, no modelo toyotista, torna-se para o capital uma forma de maior exploração e de maior controle sobre a força de trabalho, o que não é novo nesse sistema, ou seja, só se intensifica. A reestruturação produtiva do capital está baseada em aumento de produtividade, eficiência, qualidade, novas formas de tecnologia e de gestão, efetivando-se por intermédio das inovações tecnológicas e da flexibilização da legislação trabalhista.

A produção na acumulação flexível tem como objetivo propiciar a redução do tempo, pois o controle de qualidade ocorre de forma imediata, com substituição instantânea de produtos e peças com defeitos, pois, antes, os produtos ficavam “ocultados” nos estoques, com significativa demora na percepção de problemas.

¹⁴ Segundo Antunes (2000) este se refere ao modelo de gestão japonês, em que *Kan-ban*, cuja tradução é “quadro” ou “painel”, baseia-se simplesmente na flexibilidade e na rapidez da troca de informações entre os trabalhadores no processo de comando de reposição de peças e estoque, implicando um acréscimo de produtividade baseado na aplicação de uma ideia simples: o “estoque-zero”, tendo como princípio o *Just-in-Time* (no tempo justo), ou seja, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção.

O trabalhador, que no regime fordista desempenhava apenas uma única tarefa, agora realizará múltiplas, com exigência de treinamentos mais especializados para a utilização de máquinas diferenciadas e quase ao mesmo tempo. A necessidade de otimização do tempo vem aliada à exigência de um profissional mais qualificado.

Nas condições do capitalismo monopolista, o desemprego não é uma aberração, mas uma parte necessária do mecanismo de organização do modo de produção capitalista. Esse é continuamente produzido e absorvido pela energia do próprio processo de acumulação, pois essa população, irregular e ocasionalmente desempregada, fornece ao capital uma reserva de força de trabalho e, conseqüentemente, base para exploração maior dos trabalhadores (BRAVERMAN, 1977).

Esse processo de mudança na produção, no processo de trabalho, na gestão e controle da força de trabalho, acaba por demandar para o sistema capitalista estratégias de intervenção para lidar com a população desempregada ou o “*exército industrial de reserva*” (MARX, 2006) – pessoas que não conseguem se inserir nesse sistema de produção.

No Brasil, segundo o relatório sobre o Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2017, no primeiro trimestre de 2017 a desocupação estimada de 14,2 milhões de pessoas, atingiu o maior patamar da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012, apontando um crescimento de 7,4 milhões em relação ao igual período de 2014, decorrente, sobretudo, da crise econômica vivenciada pelo país mediante contrações sucessivas do PIB observadas durante os anos de 2015 e de 2016 (3,8% e 3,6% respectivamente). Destaca-se que, em três anos, a população desocupada no Brasil praticamente dobrou. A taxa de desocupação nesse período foi a maior da série (13,7%), fato que se repetiu em quase todos os estados. Na Região Nordeste do país, onde tradicionalmente a desocupação é mais elevada, a taxa foi estimada em 16,3%. Na Bahia, onde foi observada a maior taxa entre as 27 Unidades da Federação, chegou a 18,6%.

O relatório apresentado em 2017 sobre o Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites da Organização Internacional do Trabalho (OIT), prevê que o número de pessoas desempregadas no mundo inteiro chegue a mais de

201 milhões, com um aumento adicional de 3,4 milhões de pessoas desempregadas apenas nesse ano.

Os dados apresentados nos servem como base para avançarmos nos estudos sobre o lugar que o trabalho ocupa na sociedade capitalista, em um cenário em que se inserem novas formas de produção, processo de trabalho, gestão e controle da força de trabalho com a quarta revolução industrial¹⁵. Essa segue a mesma proposta de resultados das três revoluções, cujos rebatimentos para a classe trabalhadora é a intensificação dos impactos sociais na força de trabalho, na empregabilidade, por conta da exigência de aperfeiçoamento das competências dos trabalhadores para lidar com todas as novas tecnologias e garantir sua empregabilidade.

Esse cenário em curso, já vem repercutindo nas mudanças demográficas, no aumento do número de desempregados, precarização das relações de trabalho, entendidos aqui como um dos maiores desafios sociais a serem superados. Porém, é importante considerar que diante da própria dinâmica do sistema capitalista, a realidade de mudanças no mercado de trabalho pode influenciar na consideração progressiva de ocupações em algumas áreas, mas ao mesmo tempo torna outras obsoletas.

Os avanços ocorridos no sistema produtivo e nas relações de produção geram algumas tensões, pois ao mesmo tempo que aumentam a produtividade, vêm suprimindo os postos de trabalho, modificando as relações trabalhistas com estratégias de desregulamentação, criando as condições para o aprofundamento da flexibilização e da precarização de direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais.

No modo de produção capitalista contemporâneo, em que a indústria se encontra desenvolvida e aparece como foco de “toda produção”, vem conseqüentemente sofrendo alteração na base sobre a qual vinha se desenvolvendo

¹⁵ Segundo o engenheiro e economista alemão Klaus Martin Schwab, que é também, diretor executivo do Fórum Econômico Mundial, "A quarta revolução industrial não é definida por um conjunto de tecnologias emergentes em si mesmas, mas a transição em direção a novos sistemas que foram construídos sobre a infraestrutura da revolução digital (anterior)". Suas principais características são: hiperconexão, muito por conta do surgimento da internet das coisas; o amplo uso de inteligência artificial (que está fortemente atrelado à utilização de robôs nos processos de fabricação); que, com isso, gera uma forte mudança nos sistemas de produção e consumo (por conta, também, do forte uso de impressoras 3D e da realidade aumentada); e o desenvolvimento de formas de energia que não degradam o meio ambiente, ou, ao menos, que possuam um índice mínimo de degradação(In: www.administradores.com.br, acesso em 30 de Julho de 2018).

a produção. Essa se desvincula do trabalho individual realizado no processo de transformação da natureza para o trabalho coletivo, que, no seu conjunto, produz meios materiais necessários à reprodução social.

O trabalho no marco contemporâneo se efetua a partir de uma interação coletiva de profissionais, mediante o avanço tecnológico e a exigência de capacitação requisitada pelo capital.

Para o trabalhador, o conceito de qualificação está ligado tradicionalmente ao domínio do ofício – isto é, a combinação de conhecimento de materiais e processos com as habilidades manuais exigidas para desempenho de determinado ramo da produção. O parcelamento das funções e a reconstrução da produção como um processo coletivo ou social destruíram o conceito tradicional de qualificação e inauguraram apenas um modo para domínio do processo de trabalho a ser feito: mediante e com o conhecimento científico, técnico e de engenharia do trabalho. Mas a extrema concentração desse conhecimento nas mãos da administração e suas organizações de equipes associadas fecharam essa via de acesso à população trabalhadora. O que se deixa aos trabalhadores é um conceito reinterpretado e dolorosamente inadequado de qualificação: uma habilidade específica, uma operação limitada e repetitiva, “a velocidade como qualificação” etc. (BRAVERMAN, 1977, p. 375).

A intensidade não é a mesma coisa que produtividade, pois a intensidade remete à maneira como é realizado o ato de trabalhar e não do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, o fenômeno da intensificação do trabalho encontra-se na exigência de um empenho maior do trabalhador, seja físico, intelectual ou emocional, ou alguma combinação dos três, o que é mais provável, dentro do atual padrão de “acumulação flexível” revelado nos estudos de Harvey (1994) e Rosso (2008).

As chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, têm intensificado os processos de trabalho, produzindo um efeito controlador sobre suas dinâmicas e resultados, organizando tarefas de modo que desapareçam a porosidade do trabalho e os tempos mortos. As TICs promovem uma cultura de gerencialismo, que esvazia conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, moldando dinâmicas institucionais às metas de controle de produtividade e de qualidade. Desse modo, utiliza-se a tecnologia para a fiscalização das ações profissionais e a padronização de procedimentos através de uma racionalidade estritamente burocrática (ROSSO, 2008).

Seguindo a lógica do sistema produtivo capitalista, com o aumento da tecnologia e o investimento de maquinário, o capital irá suprir a realização de

repetitivos, que substituirá o trabalhador robotizado, típico da relação fordista e exigirá cada vez mais trabalhadores pensantes.

A mundialização financeira ou financeirização em curso leva à concentração do capital nas mãos de grandes grupos oligopolistas e sua atuação estratégica nesses moldes. Ao se referir à “mundialização do capital”, Chesnais (1996) destaca que a partir da abertura e da descompartimentação interna dos sistemas monetário, bancário e dos mercados financeiros nacionais, constituiu-se um espaço financeiro verdadeiramente mundial.

O processo de transição do capitalismo concorrencial para o imperialismo e para o capitalismo monopolista provocou alterações “tanto a atitude subjetiva da burguesia em relação ao Estado, quanto a função objetiva desempenhada pelo Estado ao realizar suas tarefas centrais” (MANDEL, 1982).

No capitalismo tardio ou maduro conforme expõe Mandel (1982), se constitui unicamente um desenvolvimento seguinte da época imperialista de capitalismo monopolista que abarca o período do final da Segunda Guerra até os dias atuais.

No capitalismo maduro há uma enorme contradição entre as forças produtiva e relações de produção e, como reflexo disso ocorre a diminuição do tempo de rotação do capital fixo com a revolução tecnológica permanente, que levam a necessidade da aceleração de todo o ciclo de rotação do capital (produção, circulação e consumo). E, decorrente desse processo, toda a vida social e quase todas as suas determinações são alvos das consequências pela busca da mais-valia (MANDEL, 1982).

Nas últimas décadas do século XX, houve, como reflexo desse sistema de acumulação flexível, uma significativa expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”. Para Marx, [...] Serviço não é em geral mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa mais atividade (2004, p.118).

O setor de serviços é composto por atividades que possuem importância para o funcionamento da sociedade capitalista, embora não se materialize em um objeto. A relação de assalariamento está vinculada a sua funcionalidade para o capital.

A “mundialização do capital” vem ocasionando o desenvolvimento de um regime de acumulação com predominância financeira¹⁶ sob a orientação de um

¹⁶ Chesnais (1996) entende por acumulação financeira a centralização de capitais em instituições especializadas, lucros não reinvestidos e rendas não consumidas, que têm por objetivo valorizá-los

processo de internacionalização, que se constitui como o novo modo de desenvolvimento do sistema capitalista. E, neste processo, o capital volta a ter liberdade para se desenvolver e, principalmente, para se movimentar em âmbito internacional, o que irá refletir em mudanças na relação entre o capital e o trabalho, assim como entre o capital e o Estado (CHESNAIS, 1996).

No processo de valorização do capital não se pode desconsiderar que o trabalho em atividades do setor primário e do setor secundário da economia, encontram-se como elemento crucial nesse processo. Mas, como parte da reestruturação produtiva, o processo de organização na divisão social do trabalho, acaba por deslocar trabalhadores das atividades primárias para secundárias e para terciárias. Ou seja, o setor de serviços por ter um conjunto muito grande de ações que possibilitam a circulação e o consumo e, também de atividades a elas agregadas e de natureza diversa, vem crescendo significativamente como empregador de mão de obra (ROSSO, 2014).

O setor de serviço se expressa em atividades como lazer, hotéis, restaurantes, viagens, comércio, transporte, atividades de escritório, venda de produtos, desenvolvimento tecnológico e científico financeiros e bancários, bem como, as medidas administrativas do Estado para regular e controlar as relações sociais contraditórias presentes na organização da sociedade capitalista, por meio da institucionalização dos chamados “serviços sociais”.

No Brasil, o não reconhecimento dos serviços como parte do processo de valorização do capital, pode estar vinculado aos processos transitórios ocorridos nos setores da produção e aos processos migratórios da classe trabalhadora, sem ter havido as suas consolidações e solidificação da formação de suas identidades. Ou seja, a passagem do emprego no setor primário para o emprego no setor terciário sem conhecer a experiência de transformar-se em sociedade industrial, guiando-se somente pelo critério de percentagem de empregos (ROSSO, 2014).

O trabalho se apresenta historicamente como base para o surgimento de outras práxis sociais, na esfera da produção e reprodução, seguindo os caminhos e as novas formas de extração de valor que o capitalismo vem utilizando para garantir

sob a forma de aplicação em ativos financeiros (ações, contratos, moedas/câmbios, títulos públicos e privados). Os capitalistas só expandem os investimentos diretos se esses investimentos trouxerem uma remuneração maior do que aquela advinda da renda obtida da remuneração a partir da taxa de juros. Esse novo regime de acumulação demonstra o caráter rentista do capitalismo hoje e, conseqüentemente muito prejudicial para a sociedade.

a sua reprodução. E, é nesse processo que surge e se expande o setor de serviços e para a sua operacionalização surgem novas profissões no interior da divisão social do trabalho, havendo o assalariamento de novos profissionais, bem como a configuração de novas formas de trabalho e de segmento de trabalhadores, como é o caso das particularidades do trabalho no setor de serviços sociais, que abordaremos a seguir.

1.2 O trabalho na esfera dos Serviços Sociais

O estudo e análise do trabalho nos “*serviços sociais*” partem de dois pontos de discussão, o primeiro se refere ao significado e ao sentido ideológico dos serviços sociais, contemplando a própria definição da categoria serviços sociais e discutindo aspectos como os determinantes do surgimento e expansão destas atividades. O segundo debate remete ao caráter do Estado capitalista e à sua reforma no contexto da reestruturação neoliberal a qual, no Brasil, se concretizou na década de 1990 e trabalho nos serviços sociais a partir desse contexto. Sobre os serviços sociais Iamamoto e Carvalho (2003) entendem ser:

[...] uma expressão concreta dos direitos do cidadão, embora sejam efetivamente dirigidos àqueles que participam do produto social por intermédio da cessão de seu trabalho, já que não dispõem do capital nem da propriedade da terra. São serviços a que tem direito todos os membros da sociedade na qualidade de cidadãos, mas são serviços que vem suprir as necessidades daqueles cujo rendimento é insuficiente para ter acesso ao padrão médio de vida do cidadão, são, portanto, a esses efetivamente dirigidos e por eles consumidos predominantemente (p.91).

Sendo assim, os serviços sociais ao se inserirem na dinâmica do sistema capitalista, irão passar por processos ideológicos, ajustes aos processos sociais, econômicos e políticos. Portanto, a sua configuração nem sempre se dará da mesma forma, seja no que se refere a inserção e gestão do trabalho ou na forma de ser do trabalhador.

Os serviços sociais ao se apresentarem como reflexo da desigualdade estrutural do sistema capitalista irão conseqüentemente acompanhar as próprias limitações oriundas do próprio sistema capitalista.

O surgimento dos serviços sociais não pode ser entendido como um acontecimento isolado ou natural. Pelo contrário, deve ser considerado como o

resultado do processo de redimensionamento do Estado, consequência da fase monopólica do capital (NETTO, 2006).

A expansão dos serviços sociais ocorre diante das contradições, desigualdades sociais oriundas da própria dinâmica do capital, representado como serviços de controle para apaziguar os conflitos emergentes entre a classe trabalhadora e o sistema capitalista e que tem o Estado como seu principal empregador.

As funções do Estado na fase do capitalismo tardio, conforme expõe Mandel (1982) são: a econômica, a repressiva e a integrada. Além disso, as de cunho estrutural, como “criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante.

O Estado na realidade se constitui como produto da divisão social do trabalho, que se expressa nas relações materiais de produção engendradas na sociedade civil, no movimento geral da sociedade e suas relações sociais, processadas na vida concreta. Em verdade, o Estado não possui natureza e vida própria, está vinculado à dinâmica e direção social.

É notório, na análise de Mandel (1982), que a função do Estado está ligada aos interesses do capital que se apresentam através de políticas de gestão às quais deve submeter-se para transformar-se no Estado adequado às exigências do seu desenvolvimento. E, paralelo a isso, as possibilidades maiores ou menores de pressão da classe trabalhadora para incorporar as suas demandas de direitos sociais, exerce a função de incorporar e gerenciar serviços sociais.

Portanto, o Estado, para conseguir a adesão da classe trabalhadora, incorpora, no plano político, o atendimento de um mínimo de condições de reprodução da força de trabalho, que não afeta as relações de exploração, contribuindo para amenizar os conflitos entre as classes sociais, de forma a tornar disponível e operável a força de trabalho. É importante lembrar que as condições apresentadas pela classe trabalhadora são fruto das consequências da precarização do trabalho, tanto no espaço público quanto no privado.

As políticas sociais têm uma participação importante nos processos econômicos de desenvolvimento monopolista, cumprindo função essencial na preservação e controle da força de trabalho inserida no mercado de trabalho ou compondo o exército industrial de reserva. Segundo Netto (2006):

Os sistemas de previdência social (aposentadorias e pensões) [...] são instrumentos para contrarrestar a tendência ao subconsumo, para oferecer ao Estado massas de recursos que doutra forma estariam pulverizados (os fundos que o Estado administra e investe) e para redistribuir pelo conjunto da sociedade os custos da exploração capitalista - monopolista da vida “útil” dos trabalhadores, desonerando os seus únicos beneficiários, os monopolistas [...]. As políticas educacionais (muito especialmente as dirigidas para o trabalho, de cunho profissionalizante) [...] oferecem ao capital monopolista recursos humanos cuja socialização elementar é feita à custa do conjunto da sociedade [...] As políticas setoriais que implicam investimentos em grande escala (reformas urbanas, habitação, obras viárias, saneamento básico etc.) abrem espaços para reduzir as dificuldades de valorização sobrevindas com a supercapitalização (p.31).

As políticas sociais como uma das principais estratégias de intervenção do Estado sobre a “questão social” exercem também uma função política de legitimação e controle da força de trabalho expressando bem a relação indissociável das funções econômicas e políticas do Estado capitalista monopolista.

Como parte desse processo interventivo do Estado, surge a unidade de serviços sociais, que é representada no corpo de organizações que desenvolvem as políticas sociais públicas e privadas¹⁷. As políticas sociais no capitalismo monopolista desempenham um papel central na intervenção sobre “a questão social”¹⁸ através do exercício das suas funções econômicas e políticas, intrínsecas à sua natureza, exigência dessa dupla atribuição também desse Estado.

O surgimento e expansão dos serviços sociais no Brasil no século XX, têm uma relação direta com a noção de “*cidadania*”. É importante ressaltar que o conceito de cidadania apresentado por Marshall (1967) tornou-se uma referência por sua definição e análise partir da junção de três partes: a civil, a política e a social, embora se pautem na realidade da Inglaterra (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

¹⁷ As políticas sociais se originam de um conjunto de respostas historicamente elaboradas pelo Estado no enfrentamento da questão social que, do ponto de vista econômico, expressam um conjunto de ações dirigidas para a manutenção, dentro de limites que não comprometam a própria lógica da acumulação crescente do capital, patamares mínimos de consumo da classe trabalhadora. Ideologicamente, cumprem a função de realizar esse processo de redistribuição de parte da riqueza socialmente produzida, de modo a produzir mecanismos de estabelecimento de consenso social junto aqueles que, participando da produção dessa riqueza, não usufruam seus benefícios, assim como em relação aqueles que fora da esfera da produção possam permanecer, temporária ou estruturalmente, sem que se comprometa a continuidade desse modo de produção (Almeida; Alencar, 2011, p. 63-64).

¹⁸ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mas além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 77)”.

Seguindo a definição de cidadania de Marshall (1967), os direitos civis são os voltados para a garantia da vida; os políticos, a participação no governo da sociedade e os sociais a participação na riqueza produzida socialmente. No entanto, é importante ressaltar que as conquistas dos elementos que compõem a cidadania atravessam diferenças, mediante a própria história de cada país, o que acarretou, por consequência, não apenas conceitos diferentes de cidadão, mas também uma forma diversa de pensamento democrático e antagônica ao dos países europeus apontados por Marshall.

No Brasil as atividades assistenciais não surgiram de maneira natural, possuíram um sentido ideológico e acabaram por se tornar mais intensas nos períodos de crise do capital, principalmente para responder ao processo de organização da classe trabalhadora, e, assim, atenuar a crise. E, portanto, o Estado também é levado, pelas contingências políticas e econômicas, a intervir na questão social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

A partir dos anos de 1930 passou a ocorrer uma aceleração nas mudanças sociais e políticas na sociedade brasileira, diante dos processos ideológicos do sistema capitalista seguido da perspectiva desenvolvimentista.

No Brasil, os serviços sociais surgiram na década de 1930, período em que também se vivenciou, mundialmente, a crise estrutural caracterizada pela recessão econômica iniciada em 1929. No período compreendido entre 1930 e 1960, a conjuntura da crise condicionou o governo brasileiro a implementar encargos, além de fomentar o desenvolvimento de instituições de políticas sociais para administrar a questão do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Nos anos de 1930 no Brasil, frente ao chamado Estado Novo e na emergente sociedade urbano-industrial, surgem os serviços sociais para intervir na questão social, que até então vinha sendo tratada como uma questão moral e religiosa e como caso de polícia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

A partir de 1930, no governo populista do presidente Getúlio Vargas, a classe trabalhadora brasileira obteve uma série de “benefícios” sociais, cujo objetivo era abrir o país para o capital estrangeiro e desenvolver a industrialização. Assim, o governo Vargas delineou diretrizes para adequar as leis e a sociedade a esta nova fase, servindo de interventor, apaziguador e controlador das lutas de classes. O Estado estabelece não só na regulamentação jurídica do mercado de trabalho, intervindo nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora através de

legislação social e trabalhista, mas também passa a gerenciar a organização e prestação de serviços sociais para enfrentamento da “*questão Social*” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

O financiamento dos serviços sociais ocorre com a utilização de parte da riqueza socialmente produzida sob a forma de impostos e taxas pagas por toda a população, apropriadas pelos capitalistas e pelo Estado. Assim, parte do valor criado pela classe trabalhadora, apropriado pelo Estado, que é restituído para população sob a forma de serviços, entre os quais os serviços assistenciais, previdenciários e benefícios sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Dentre os serviços sociais de grande relevância, destacam-se: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, o que se expandiu no período da ditadura militar com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e, em 1974, o Ministério da Previdência e Assistência Social (Carvalho, 2002, p. 172-173). Ou seja, em um período contraditório para a efetivação dos direitos civis e, principalmente, políticos.

Nos anos de 1940 e 1950, com o aprofundamento do capitalismo em sua fase monopólica e suas mudanças, as desigualdades sociais crescem de maneira acirrada, configurando-se como uma expressão da questão social (Netto, 2006). E, nesse contexto o trabalho no âmbito dos serviços sociais ganha legitimidade vinculada à expansão das grandes instituições assistenciais. Com isso, dentro da perspectiva de trabalho coletivo, a divisão social do trabalho requer o surgimento de profissões para intervir nas demandas que se apresentam como é o caso do Serviço Social, cuja discussão e debate serão apresentados no próximo item.

O fato de sua gestão ser feita pelo Estado capitalista, já demonstra os interesses políticos e ideológicos das instituições estatais em que se configuram os serviços sociais. Trata-se de uma questão bastante complexa, pois até onde vai a defesa dos direitos da classe trabalhadora? Como lidar com essas contradições?

No Brasil, os direitos sociais só passaram a ter o seu lugar efetivo na agenda pública na década de 1980, período este de redemocratização do país, período de efervescência política, aliado, posteriormente, à aprovação da Constituição Federal de 1988, que elevou as políticas sociais à condição de direitos de cidadania. Porém, a sociedade brasileira, no transcorrer dos anos de 1980 e 1990, foi marcada por

transformações advindas do processo de reorganização do capital, que trouxe mudanças substanciais e aceleradas, as quais ocasionaram impactos significativos para o mundo do trabalho. Tal fenômeno é um processo que se gestou nos anos de 1970 e 1980 em vista do esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista e inserção do modelo de “acumulação flexível” (HARVEY, 1994) que se intensificou nos anos de 1990.

A partir dos anos de 1990, com a entrada do ideário neoliberal, vem se desencadeando o desmonte de políticas sociais dirigidas aos mais pobres ou “excluídos”, como a assistência social, desmantelando um sistema previdenciário público, bem como a interrupção de um processo de construção e ampliação da seguridade social, baseada nos direitos de cidadania e no dever do Estado incorporados na saúde, na previdência e na assistência social (SOARES, 2003)

Na realidade, foram os diferentes sistemas de seguridade social existentes na América Latina os principais alvos das “Reformas” neoliberais. A reforma da previdência ou do seguro social continua sendo “ponto de honra” de todos os acordos que o Fundo Monetário Internacional (FMI) faz com os governos dos nossos países. Na maioria deles, já foram substituídos os antigos sistemas públicos de repartição – de natureza coletiva e baseados na solidariedade intergeracional – por sistemas privados de capitalização fundados na capacidade individual de contribuição, forçando uma poupança que alimenta os interesses do capital financeiro (SOARES, 2003, p.38).

Na contemporaneidade o que vem se configurando com o ideário neoliberal é o chamado “*pluralismo de bem-estar*”. Segundo Pereira (2004), com o pluralismo de bem-estar, o Estado passa a transferir a sua função de garantir direitos de cidadania para a sociedade civil. A assistência social passa a ser provida pela família, pelos amigos próximos e vizinhos; pelas entidades filantrópicas ou as ONGs (Organizações Não-Governamentais), pelo mercado no oferecimento de serviços que são prestados de forma insuficiente pelo Estado. Não obstante, o Estado continua como o seu principal provedor, já que os fundos públicos são utilizados, seja através de subsídios ou da isenção fiscal pelas entidades e empresas que fornecem tais serviços.

Daí a conclusão corrente de que, com o pluralismo de bem-estar, no campo da seguridade social houve um retorno do modelo bismarckiano de seguro social, construído na Alemanha no século XIX. Ou melhor, a seguridade

social Beveridgeana, que extrapola o âmbito do seguro e incorpora os não segurados, foi substituída pelo modelo profissional bismarckiano, centrado no seguro e, conseqüentemente, nos contribuintes da Seguridade (PEREIRA, 2004, p.145).

Nos marcos da reestruturação dos mecanismos de acumulação o capitalismo globalizado vem retirando as bases dos sistemas de proteção social e redirecionando as intervenções do Estado em relação à questão social. Sua opção de intervenção social passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil e por programas seletivos e focalizados de combate à pobreza.

Estes novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade. Verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da questão social, base sócio-histórica da requisição social da profissão. A linguagem de exaltação do mercado e do consumo, que se presencia na mídia e no governo, corre paralela ao processo de crescente concentração de renda, de capital e de poder. Nos locais de trabalho, é possível atestar o crescimento da demanda por serviços sociais, o aumento da seletividade no âmbito das políticas sociais, a diminuição dos recursos, dos salários, a imposição de critérios cada vez mais restritos nas possibilidades da população ter acesso aos direitos sociais, materializados em serviços sociais públicos (IAMAMOTO, 2005, p.18-19).

As atividades de serviços sociais como espaços que contribuem para a valorização do capital gerenciadas pelo Estado verão as determinações ideológicas e as transformações do caráter do Estado, se constituírem como base para o conhecimento e compreensão sobre a ocupação e o emprego nos serviços sociais, bem como as condições de trabalho dos trabalhadores inseridos em seus processos de trabalho. O que se apresenta também como aspectos fundamentais na determinação da eficácia desses serviços.

A racionalidade dos serviços sociais é um aspecto fundamental para a compreensão dos processos de trabalho, que irão repercutir diretamente sobre a magnitude e as características da ocupação e do emprego.

O trabalho, realizado na prestação de serviços sociais, se volta para a reprodução da força de trabalho e contribui para manter a ordem social necessária para potencializar a exploração do trabalhador, mas que pode representar também o resultado de lutas reivindicatórias da classe trabalhadora, na perspectiva de garantia dos direitos sociais, como estratégia de sua própria sobrevivência (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Os trabalhos nos serviços sociais encontram-se situados na reprodução das relações sociais, como expressão das necessidades sociais, conseqüentes das relações históricas entre a classe trabalhadora e burguesia, no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho socialmente determinados. Estes se apresentam como fruto do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais envolvidas nesse processo, que determinam novas necessidades sociais e novos desafios para a organização e gestão do trabalho, conforme apresentado no debate sobre o trabalho na esfera da produção e reprodução social do capital.

As formas de organização do trabalho nos serviços sociais se encontram indispensáveis à reprodução da força de trabalho, se apresentando de forma particular a força de trabalho nesses serviços, que incorporam contingentes expressivos de trabalhadores com qualificações distintas e características heterogêneas, muitos dos quais têm o seu trabalho vinculado a propostas de projeto profissional historicamente regulamentado.

O processo de trabalho nos serviços sociais é construído historicamente e, dada a logística de valorização do sistema capitalista, sofre socialmente determinações que influenciaram na ação do trabalho coletivo nos espaços institucionais em que se dá a sua configuração.

O trabalho nos serviços sociais irá se deparar com lógicas distintas de organização e gestão, seja no sentido do setor, na relação público e privado, ou na esfera das instituições e organizações sociais. Assim, a configuração do trabalhador nos serviços sociais enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas distintas, que sofrem determinações do capitalismo contemporâneo.

Novas questões se colocam para as profissões que têm a política social como seu lugar de inserção, seja na sua intervenção, seja na construção de conhecimentos. São questões ligadas às mudanças ocorridas no mundo do trabalho e nos processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social, conforme já abordado anteriormente e que irão repercutir no trabalho no âmbito das políticas públicas, aspectos estes apresentados no próximo item.

1.3 O trabalho nas políticas públicas e a inserção dos Assistentes Sociais na esfera do trabalho coletivo

A construção da hegemonia do capital e a concepção de “Estado ampliado” abordada por Gramsci (2011) é a base para entendermos o surgimento das políticas públicas e a inserção dos Assistentes Sociais no âmbito dessas políticas, enquanto trabalhadores coletivos.

O Estado, conforme expõe Gramsci (2011) comporta a sociedade política e a sociedade civil, se constituindo para além do “aparelho de governo”, que inclui o aparelho “privado” de hegemonia, que corresponde à sociedade civil. Trata-se, portanto, de um complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados.

O Estado possui funções coercitivas e econômicas e exerce a dominação de classe por meio do aparelho de Estado em sentido clássico (exército, polícia, administração, burocracia e outros...). Entretanto, para Gramsci (2011), tal função coercitiva é inseparável de certo papel adaptativo-educativo do Estado, que procura realizar uma adequação entre aparelho produtivo e moralidade das massas populares. Portanto, a relação de hegemonia que se expressa na ação estatal, em sentido “integral”, vai indicar a função que os intelectuais assumem nesse âmbito. A atividade intelectual cumpre o papel de fornecer homogeneidade e consciência – nos campos econômico, social e político – da função da classe social a que se vincula, por meio da produção e da difusão das ideologias correspondentes. Os intelectuais são concebidos como os “empregados especializados” (GRAMSCI, 2011).

Mandel (1982) e Gramsci (2011) mesmo traçando perspectivas de análise distintas, mas que ao mesmo tempo não se contradizem, desvendam a dinâmica do Estado e sua condição de aparelho ideológico do capital, nos proporcionando conhecimentos para a compreensão da própria ideologia que desencadeou no auge do desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil o surgimento dos serviços sociais e no seu interior as Políticas Sociais.

Nos anos 1990, as ideias neoliberais adentram no Brasil. Embora tardiamente, se comparado aos países de capitalismo central, este veio trazendo o desmonte de conquistas sociais obtidas com a Constituição Federal de 1988,

causando impactos significativos para o mundo do trabalho e no desenvolvimento das políticas sociais¹⁹, que vêm sendo delineadas pela tensão entre as conquistas constitucionais asseguradas pelo forte movimento social da redemocratização e a contra-reforma neoliberal²⁰.

Esse ajuste neoliberal veio a acarretar o desmonte de políticas sociais dirigidas aos mais pobres ou “excluídos”, como a assistência social, desmantelando um sistema previdenciário público, bem como a interrupção de um processo de construção e ampliação da seguridade social, baseada nos direitos de cidadania e nos deveres do Estado incorporados na saúde, na previdência e na assistência social (SOARES, 2003).

Nos marcos da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo mundializado, os anos de 1980 e 1990 foram anos adversos para as políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente fértil para a entrada do ideário neoliberal no Brasil, que veio tirando a base dos sistemas de proteção social e redirecionando as intervenções do Estado em relação à questão social. Sua opção de intervenção social passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil e por programas seletivos e focalizados de combate à pobreza e a mercantilização dos serviços sociais, favorecendo assim a capitalização do setor privado (SOARES, 2003).

É importante compreender que a relação entre Estado e sociedade civil é uma relação de disputa pela hegemonia e de mediação entre as diversas instâncias de exercício do poder na sociedade e, portanto, tal relação implica compreender em que medida o esvaziamento da política na vida social é parte integrante da hegemonia do capital que subordina as diferentes instâncias da vida social à lógica

¹⁹ As políticas de corte neoliberal – consagradas em 1990 pelo economista norte-americano John Williamson no chamado “Consenso de Washington” – caracterizam-se por “um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes (SOARES, 2003, p.19).

²⁰ A expressão contra-reforma é utilizada por Behring (2003, p. 213), em seu livro “Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos”, no qual a autora, com base em Mattoso (1999), expõe que a contra-reforma concretiza-se em alguns aspectos: na perda de soberania – com aprofundamento da heteronomia e da vulnerabilidade externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha como perspectiva a retomada do emprego e do crescimento, em função da destruição dos mecanismos de intervenção neste sentido, o que implica uma profunda desestruturação produtiva e no desemprego; e, em especial, na parca vontade política e econômica de realizar uma ação efetiva sobre a iniquidade social, no sentido de sua reversão, condição para uma sociabilidade democrática.

da mercadoria. A política social envolve o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as correlações de forças e é desta forma que ela se estabelece e se modifica, a partir das transformações das relações de apropriação econômica, como também do exercício da dominação política (MOTA, 2008).

Conforme já exposto, ao longo dos anos 1990, em tempos de reação burguesa e neoliberalismo difundiu-se amplamente uma campanha em torno de “reformas” que vêm sendo delineadas pela tensão entre as conquistas constitucionais asseguradas pelo forte movimento social da redemocratização e a contrarreforma neoliberal. Contudo, tratou-se de “reformas” orientadas para o mercado, já que o discurso neoliberal argumentava que os problemas no âmbito do Estado eram considerados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida no Brasil desde o início da década de 1980 (BEHRING, 2003).

Nos anos de 1990, o Brasil passa aderir aos princípios do Fundo Monetário Internacional (FMI) e ingressa na fase neoliberal, trazendo alterações de percurso na direção de um sistema de proteção social referendado na Constituição Federal de 1988. Diante dessa realidade, no Brasil, a estruturação do fundo público se configura de forma a não reduzir as desigualdades sociais, pois, possui como características: financiamento regressivo através da sustentação pelos trabalhadores, sem redistribuição de renda; políticas sociais restritivas e básicas, não potencializando a universalização de direitos; distribuição desigual de recursos na esfera da Seguridade Social, bem como o repasse de recursos para o orçamento fiscal (SALVADOR, 2010).

Behring (2010), ao tecer considerações sobre a Crise do Capital, Fundo Público e Valor, nos revela que o Estado exerce um papel importante para a manutenção do capital na esfera econômica como também para as políticas sociais, o que envolve a sua capacidade de mobilização de recursos, seja por meio das empresas públicas, políticas monetárias e fiscal, bem como pelo orçamento público.

Além disso, Behring (2010) ressalta que o montante de recursos retidos para formar o superávit tem sido muito maior que os gastos nas políticas de seguridade social, configurando-se assim, a contradição posta entre a garantia constitucional de uma seguridade social com princípios universais e as imposições de reajustes neoliberais que objetivam gerenciar a crise do capital, pela via dos cortes orçamentários das políticas sociais, da precarização de direitos e da intervenção Estatal via fundo público.

As políticas sociais sofrem cortes e os recursos são “desviados para o orçamento fiscal, e assim destinados a atingir o superávit primário” (Salvador, 2010, p. 30). O superávit primário se apresenta como um dos “grandes vilões do orçamento da seguridade social e das contas públicas em geral”, foi concebido na esteira do Plano Real, no contexto do duro ajuste fiscal brasileiro. Seu mecanismo é fomentado pela Desvinculação de Receitas da União (DRU), que “desvincula 20% das receitas de impostos e contribuições sociais” (BEHRING, 2009).

No âmbito das políticas públicas no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira, destacam as mudanças ocorridas com as transformações no mundo do trabalho, como: as formas de contratação; a terceirização (cooperativas de trabalho, por exemplo); contratação por projeto (ONG's); a organização do trabalho com tecnologias de gerenciamento da força de trabalho e de remuneração pautadas em metas, produtividade, a gestão dos serviços sociais, a tendência à focalização, descentralização e privatização das Políticas Sociais, que trazem rebatimentos na organização e condução da atividade profissional do assistente, se confrontando com os princípios democráticos e universalistas que se encontram no Projeto Ético-político da categoria profissional (ALMEIDA; ALENCAR, 2011).

Almeida e Alencar (2011) ao fazerem a análise sobre a tendência e organização dos processos de trabalho nas políticas setoriais, expõem que o reordenamento na gestão das políticas sociais setoriais na contemporaneidade, com seus processos de descentralização, territorialização e de intersetorialidade instalados na organização do trabalho dos espaços institucionais em que essas políticas sociais vêm se configurando, reguladas pelas legislações e Normas Operacionais Básicas ainda não consolidaram as políticas públicas, redes e serviços sociais que efetivem os direitos sociais e a cidadania da população usuária.

No âmbito dos serviços, que integram o efeito útil de um valor de uso voltado para a reprodução material da força de trabalho através de políticas sociais públicas e privadas, também ocorre o incremento de tecnologias de gerenciamento que imprimem maior produtividade, seguida pela lógica da diminuição dos custos. O setor de serviços tende a estar impregnado pela mesma lógica racionalizadora do trabalho na indústria. A racionalização do trabalho nos serviços vem seguida pela lógica da produtividade, da diminuição dos custos, da terceirização e precarização do trabalho, que aponta para um sistema de contratação via cooperativas e

modalidades variadas de contratos temporários, sem quaisquer garantias legais (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998).

As atuais racionalidades e tendências da organização dos processos de trabalho nas políticas sociais setoriais, seja em âmbito público ou privado vêm repercutindo na precarização do trabalho profissional do assistente social, através dos contratos precários da supressão dos direitos. Portanto, Almeida e Alencar (1998) defendem que o debate sobre a atuação do Serviço Social tem de considerar os diferentes espaços sócio-ocupacionais, suas particularidades, natureza, objetivos e demandas. Porém, é necessário observar que a pauperização e a privatização dos serviços estão interligadas às relações econômicas, sociais, políticas e culturais, determinadas e comandadas pelo sistema capitalista.

Embora o Serviço Social não desempenhe funções produtivas, ele se insere nas atividades que tornaram acólitas dos processos especificamente monopólicos da reprodução da acumulação e da valorização do capital, enquanto interveniente nos mecanismos elementares da preservação e do controle da força de trabalho e, simultaneamente, nos “serviços” que o Estado aciona para reduzir o conjunto de óbices que a valorização do capital encontra na ordem monopólica (NETTO, 2006).

É no setor de serviços sociais voltados para as demandas coletivas de reprodução social, que o assistente social se insere prioritariamente como trabalhador. E como trabalhador assalariado, o assistente social se submete aos mesmos constrangimentos inerentes ao conjunto da classe trabalhadora inserido no setor dos serviços.

O Serviço Social se constitui enquanto profissão inserindo-se no mercado de trabalho, com todas as consequências daí decorrentes, principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho. Outro ponto abordado pelo autor é que o Serviço Social não é este que se constitui para criar um dado espaço na rede socio-ocupacional, mas é a existência deste espaço que leva à constituição profissional, que, no que se refere a esta profissão, tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com “questão social”, tipificadas nas políticas sociais. A sua profissionalização não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”, vincula-se à dinâmica da ordem monopólica (NETTO, 2006).

É importante salientar que o Serviço Social tem um significado social contraditório na sociedade capitalista, pois embora tenha como usuário o

trabalhador, é demandado também pelo capital para atender a seus interesses de classe. Iamamoto e Carvalho (2003) indicam que essa concepção de contradição na profissão ocorre porque o movimento de reprodução do capital, entendido como uma relação antagônica entre a burguesia e o proletariado, é que determina a realidade vivida e representada pelos indivíduos na sociedade contemporânea.

O Serviço Social como profissão se configura e (re)configura no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto das transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, que vem instituindo limites e possibilidades ao exercício profissional, condicionando as respostas profissionais dos assistentes sociais aos limites do sistema capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Constata-se que o propósito da inserção do profissional de Serviço Social nesses espaços sempre esteve ligado a um jogo de interesses políticos e ideológicos institucionais, alinhados à própria dinâmica do capital, que acabam por desvalorizar os pressupostos de sua atuação.

Esse fato demonstra o caráter contraditório dos espaços de inserção do assistente social. Ademais, ficam claros os rebatimentos dos interesses políticos e ideológicos das instituições no seu trabalho. Trata-se de uma questão bastante complexa, pois, ao ter sua intervenção na atualidade, direcionada para a defesa dos direitos da classe trabalhadora²¹, como lidar com essas contradições? Importante lembrar que também são trabalhadores, que sofrem as consequências da precarização do trabalho, seja ela no espaço público ou privado.

O Serviço Social possui um objeto no qual intervém, sendo este a questão social e suas expressões. Possui, também, instrumentos de intervenção fundamentados nas bases teórico-metodológicas, apreendidas enquanto profissão regulamentada, materializando-se em entrevistas sociais, reuniões, encaminhamentos, pareceres sociais, dentre outros, bem como na dimensão ético-política da profissão (IAMAMOTO, 2005).

Tal dimensão pressupõe que o Serviço Social é uma profissão que intervém nas relações sociais e a efetivação do seu trabalho busca contribuir para a construção de uma outra sociedade, que supere a contradição entre capital e trabalho, que vem agravando a questão social. No entanto, o produto da intervenção do assistente social pode aparecer de forma diferenciada, levando-se em

²¹ Tomo como referência o atual Código de Ética de 1993.

consideração que as instituições, nas quais os assistentes sociais estão inseridos, nem sempre possuem as mesmas características²².

As transformações ocorridas no mundo do trabalho e em específico na relação entre Estado e Sociedade Civil, vêm ocasionando mudanças nas relações sociais de produção e reprodução da vida social e que se refletem, especificamente, nos processos de trabalho em que os profissionais irão se inserir e na própria constituição do seu trabalho.

A lógica do capital, objetivo e sentido do processo de trabalho no âmbito dos serviços sociais, nos revelam que o surgimento e a requisição das profissões estão relacionados aos processos de transformação econômica, política e social no capitalismo. E, como o processo de trabalho só ocorre quando um objeto é transformado em valor de uso, a inserção do trabalho do assistente social na esfera do trabalho coletivo não foi diferente.

O profissional de Serviço Social se insere como trabalhador coletivo atuando no enfrentamento das sequelas da questão social. Para tanto, a sua atuação deve se embasar nos referenciais teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos da profissão defendidos e apresentados na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, no Código de Ética Profissional de 1993 da categoria profissional, nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, para defender os direitos da classe trabalhadora e mediar os conflitos entre capital e trabalho e, ao estar ao lado de outros profissionais, buscar garantir a efetivação de políticas públicas. É nesse contexto, portanto, que deve ser pensado o processo de trabalho²³.

²² Ao se pensar o trabalho do assistente social em empresas capitalistas, ele tem um efeito na sociedade do ponto de vista da produção de valores ou da riqueza social, ao ser parte de um trabalho coletivo, com alguma função a desempenhar no processo de produção sobre a ótica dos interesses capitalistas. Já no Estado, no campo da prestação de serviços sociais, não existe a criação capitalista de valor e mais-valia, visto que o Estado não cria riquezas ao atuar no campo das políticas sociais públicas. O Estado recolhe parte da riqueza social sob a forma de tributos e outras contribuições que formam o fundo público e redistribui parcela dessa mais-valia social por meio das políticas sociais.

²³ Iamamoto (2005, p.106) considera que não existe um único e idêntico processo de trabalho do assistente social, na esfera estatal, em empresas, nas Organizações Não-Governamentais (ONGs) etc. – e internamente em cada um desses campos. Para a autora não se trata de um mesmo processo de trabalho do assistente social e sim processos de trabalho nos quais se inserem os assistentes sociais. Embora eu concorde com a sua posição, optei por adotar a nomenclatura processo de trabalho.

Almeida (1996) considera que as políticas sociais são espaços em que se organizam a prestação de serviços a partir de processos de trabalho coletivos nos quais se inserem os assistentes sociais, seja ele no espaço público ou privado. Assim, segundo o autor, o trabalho do assistente social não pode ser pensado descolado dos processos socioinstitucionais e de suas determinações, que estão intrinsecamente relacionados à dinâmica entre Estado e sociedade civil.

Em relação ao Serviço Social, enquanto profissão determinada socialmente, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, também vem sofrendo os impactos da crise estrutural capitalista. Se a política social, que nos termos de Montañó (2007, p. 244) é a “base de sustentação funcional ocupacional do assistente social” ou ainda, o terreno/meio de atuação que define a nossa condição de profissional assalariado, isso significa que, não estamos neutros e nem descolados desse contexto de retração e regressão dos direitos (IAMAMOTO, 2005).

O maior empregador de assistente social é o Estado, na implementação, execução e elaboração das políticas sociais e, que nesse contexto neoliberal, também vai sofrer contundentemente em sua gestão (IAMAMOTO, 2008).

Na esfera estatal, a forma de inserção do assistente social mediante a realização de concursos públicos, vem sendo modificada pelo aumento das contratações temporárias e da terceirização das atividades profissionais via cooperativas, fundações, entidades filantrópicas e organizações não governamentais, que corroboram a grande tendência de precariedade das relações e condições de trabalho, e ainda, as contradições e tensões no campo das políticas públicas, do ponto de vista de suas racionalidades.

Os espaços de atuação profissional são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho. Por isso, entender o trabalho do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, pressupõe entender a profissão em suas particularidades (ALMEIDA; ALENCAR, 2011).

O trabalho do assistente social é atravessado por determinações, que necessitam ser compreendidas para além do aparente. A apreensão dessas determinações, na sua essência, significa compreender a profissão na totalidade das relações sociais (IAMAMOTO, 2005).

A primeira determinação do trabalho do assistente social diz respeito a sua inserção no trabalho coletivo, em relação aos demais profissionais, pois o nosso trabalho não é um trabalho isolado. Entender a divisão do trabalho pressupõe

entender essa divisão indissociável à produtividade, à cooperação do trabalho humano, porque supõe uma forma histórica e social de produção de mercadoria, isto é, o produto final depende da cooperação de diferentes trabalhadores. Não podemos pensar a sociedade a partir dos indivíduos. Precisamos sair do empirismo e perceber o coletivo circunscrito nas relações sociais (IAMAMOTO, 2003).

Essa análise nos permite entender que o trabalho do assistente social também se submete às mesmas condições comuns a todos os demais trabalhadores assalariados na sociabilidade do capitalismo avançado (IAMAMOTO, 2005).

A segunda determinação do trabalho do assistente social implica entender a sua inserção em um espaço ocupacional ou ainda em um processo de trabalho que expressa o trabalho em geral do assistente social.

Em relação ao trabalho em geral do assistente social, vale ressaltar o pressuposto de lamamoto (2005) de que o Serviço social não possui um processo de trabalho próprio. Existem sim, diferentes processos de trabalho nos quais se inscreve o assistente social na condição de trabalhador assalariado. Então não existe um único modelo universal em todos os espaços ocupacionais, onde a profissão é vista em uma perspectiva endógena e enquanto atividade isolada do indivíduo. Quando atribuímos à profissão um processo de trabalho próprio, é como se pensássemos o projeto profissional ao nível da intencionalidade, capacidade ou vontade do profissional, sem considerarmos a sua relação com o trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2005).

Com a sociedade do capital, o trabalhador assalariado se submete à alienação das condições objetivas do trabalho social, na medida em que perde, automaticamente, o controle sobre a produção de sua vida material.

Tomamos como referência essa análise sobre a alienação do trabalho para a compreensão do trabalho do assistente social e as possibilidades e limites de efetivação do projeto profissional do Serviço Social frente às condições de assalariamento de seus profissionais.

Ao mesmo tempo em que o capitalismo se metamorfoseia, determinando transformações na organização da produção e na gestão do trabalho, essas mudanças provocadas pela recomposição do capital também atingem as relações que se estabelecem na sociedade, e com elas o assistente social também tem sido impactado, seja pelas formas de enfrentamento das novas expressões da questão

social, seja pelas novas configurações dos espaços sócio-ocupacionais e ainda pelas condições sociais que circunscrevem o seu trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Portanto, precisamos compreender o caráter contraditório do trabalho do assistente social frente aos interesses de classes e a possibilidade de reafirmação de um projeto profissional prioritário aos interesses da classe trabalhadora, sem confundirmos a profissão enquanto militância política com uma missão idealista e sem cairmos na discussão do socialismo utópico. Afinal, mesmo tendo como usuário a classe trabalhadora, o assistente social também está submetido às determinações das instituições empregadoras, a fim de atender as suas demandas, pois é isso que marca o seu perfil de assalariado.

A ocupação profissional e o emprego nos serviços sociais sofrem as repercussões das transformações do papel do Estado frente à gestão das políticas sociais e as novas condições e relações de trabalho. Tal realidade, frente ao modelo neoliberal, se depara com a busca do Estado pelo aperfeiçoamento das condições de rentabilidade do capital, minimizando sua atenção às demandas sociais.

A reestruturação produtiva e a reforma do Estado impactaram nos serviços sociais de tal forma, que resultou na expansão do setor privado, através de privatizações e reforma administrativa, que extinguiu inúmeros postos de trabalho em benefício do mercado, cujo objetivo aponta para a redução de custos e elevação dos ganhos de produtividade

Os mercados de trabalho da era da acumulação flexível sofrem os impactos da reestruturação produtiva e da desregulamentação neoliberal, com expressões na queda absoluta e relativa do emprego formal estável, com carteira assinada- e o aumento do emprego instável, precário e mal remunerado e do trabalho por conta própria. Isso sem mencionar o enxugamento, a contenção dos salários e a flexibilização das formas de contratação de trabalhadores no setor público de educação, saúde e assistência.

O Estado brasileiro, nas três esferas de governo tem sido o principal indutor do processo de precarização do trabalho, no âmbito dos serviços de educação, saúde e assistência. Diretamente, o Estado interfere na política de recursos humanos, quando este é o principal empregador, ou ainda indiretamente por meio da “terceirização, da compra de serviços ou de subsídios e isenções fiscais”, quando

financiador das políticas sociais executadas tanto pelo setor privado, quanto por organizações sem fim lucrativo (BORGES, 2013).

O assistente social, ao vender a sua força de trabalho enquanto meio de garantia de sua subsistência, assim como qualquer trabalhador submetido ao regime econômico capitalista, este também fica alienado do “controle sobre os meios de produção do seu trabalho, submetendo-se às normas regulatórias e hierarquias administrativas que organizam os serviços” (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998).

Na contemporaneidade evidenciamos várias categorias de trabalhadores que compartilham da mesma precariedade do emprego e da remuneração, que marca a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, terceirizado, presente na sociedade dual do capitalismo avançado e que tem seus rebatimentos no trabalho do assistente social.

Almeida e Alencar (2011), bem como Iamamoto (2008), nos apresentam um momento de mudanças significativas tanto no modo de organização das relações de produção e reprodução social, como nas formas de inserção do assistente social e nas demandas que lhes são colocadas. Assim, é necessário neste contexto, ser um profissional qualificado na execução, gestão e formulação de políticas sociais públicas, com uma postura crítica, e ao mesmo tempo, criativo e propositivo e não somente um mero executor de políticas sociais.

O Serviço Social, embora seja considerado uma profissão liberal na sociedade, não se realiza de forma autônoma, pois não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho para o exercício profissional, são eles: financeiros, técnicos e humanos (IAMAMOTO, 2005).

O assistente social possui uma “relativa autonomia” na efetivação do seu trabalho, pois depende das instituições sociais (Estado, empresa e organizações não-governamentais) que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para a sua realização e, portanto, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferindo na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional e na organização do processo de trabalho do qual o assistente social participará e, ainda, que este profissional na sua condição de trabalhador assalariado especializado, não dispõe de um poder mágico de “esculpir” o processo de trabalho no qual se inscreve (IAMAMOTO, 2005).

Mediante a essa análise de Yamamoto (2005), as transformações no mundo do trabalho, nas políticas sociais, no acesso aos direitos irão repercutir na atuação do (a) assistente social, com a tendência de uma redefinição do próprio trabalho profissional, reduzindo-o a intervenções imediatas e limitando-o a mero (a) executor (a) de tarefas, à rotinização da atuação, à ênfase nos relatórios quantitativos em prol da produtividade. Portanto, podemos nos deparar com a não preocupação em planejar as ações, para estudar, organizar e refletir sobre os projetos existentes e a elaboração de novos, tanto no âmbito público como no privado.

Diante da lógica neoliberal de articulação entre público e privado para intervenção na questão social, é importante considerar o avanço e a conquista de novos espaços de atuação. Contudo, não se pode descuidar, em meio a esta realidade, da qualidade da formação e atuação profissional.

Trabalho e formação são segmentos que estão estreitamente inter-relacionados, levando-se em conta que teoria e prática são unidades indissolúveis e que uma das responsabilidades do assistente social é “o aprimoramento profissional de forma contínua” (Código de Ética Profissional, Art. 2º, dos direitos e das responsabilidades gerais do assistente social, p.18, 1993), colocando-se a serviço dos pressupostos contidos no Código de Ética Profissional.

A categoria profissional enfrenta diante desse cenário do capitalismo contemporâneo, o desafio de decifrar algumas lógicas. Novas questões se colocam para o Serviço Social, seja na sua intervenção, seja na construção de conhecimentos. São questões ligadas às mudanças ocorridas no mundo do trabalho e nos processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social.

As competências e atribuições dos/as assistentes sociais, frente às particularidades das políticas sociais setoriais, devem se voltar para uma perspectiva totalizante, seguida da articulação entre planejamento, execução e avaliação da sua intervenção, baseada na identificação e análise dos determinantes sócio-econômicos e culturais das desigualdades sociais.

Soma-se a isso, a necessidade de conhecimento e clareza sobre as competências e atribuições privativas do assistente social contidas na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993), que requisita do (a) profissional algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção, bem como nos princípios

defendidos no Código de Ética de 1993 (IAMAMOTO, 2009). Tal posicionamento vem sendo utilizado pela categoria profissional na definição de parâmetros de sua intervenção frente às determinações do mundo dos espaços sócio-ocupacionais e as racionalidades, tendências e organização dos processos de trabalho no âmbito das políticas sociais setoriais.

O processo de fragmentação do trabalho do assistente social se dá em consequência da própria lógica de parcelamento das políticas sociais, que acaba por contribuir com a retirada da amplitude do trabalho desenvolvido por este profissional. Isto faz com que não possua clareza sobre a função do seu trabalho, acabando por se configurar como uma profissão subalterna a serviço dos que requisitam a sua atuação, o que conseqüentemente, não vem lhe possibilitando a visualização do produto do seu trabalho.

As relações sociais e as condições de trabalho do assistente social refletem os rebatimentos das transformações operadas na esfera produtiva e estatal. Essas características do mundo do trabalho contemporâneo – polivalência, terceirização, subcontratação, queda salarial, crescimento de contratos de trabalhos temporários, desemprego – afetam não só outras profissões, mas também é uma realidade em que se enquadra o Serviço Social, porque a nossa profissão não está descolada do que acontece no mundo do trabalho.

Diante do exposto, percebe-se que nesses espaços de atuação profissional, o assistente social vem sendo desafiado pela subordinação do conteúdo do seu trabalho aos objetivos e necessidades das entidades empregadoras, levando o mesmo a exercer um trabalho muito mais gerencial-pragmático do que pedagógico. Por isso, é necessário buscar estratégias de alargamento da nossa relativa autonomia- estratégias que expressam o domínio teórico-metodológico do fazer profissional frente às determinações externas, incidentes no mundo do trabalho. Mas isso requer de nós a decisão de ultrapassar a “política institucional do dia-a-dia”, do pragmatismo, da prática imediata, manipuladora e burocratizada (IAMAMOTO, 2005).

O trabalho do assistente social, também pressupõe entender como a profissão intervém nas diferentes manifestações da questão social. Porque no enfrentamento da questão social, em suas mais agudas manifestações, o assistente social depara-se com diversas estratégias que têm sido tensionadas por projetos

sociais distintos, que vão ter seus rebatimentos na estruturação e implementação das políticas sociais públicas.

A precarização do trabalho de assistentes sociais se materializa em várias áreas de atuação no âmbito da esfera estatal. Portanto, a análise do fundo público é o indicador mais consistente para verificar quem financia os direitos sociais, para determinar qual sua abrangência e a quem se destinam os recursos, embora, reconheça que não é a única forma de determinar a abrangência e padrão da intervenção do Estado na esfera social.

A profissão de Serviço Social também vem sofrendo essas inflexões, com expressivas alterações nas demandas de trabalho e no próprio mercado de trabalho, no qual o assistente social se insere pela mediação das condições de assalariamento, em um contexto de redução de direitos e de relações de trabalho precarizadas (IAMAMOTO, 2005).

O trabalho do assistente social insere-se em processos de trabalho, prioritariamente, nos serviços sociais voltados para as demandas coletivas de reprodução social e, o Estado como maior empregador da categoria, vem fomentando alterações no mercado de trabalho dos assistentes sociais na atualidade de diferentes formas.

O assistente social, quando se insere na esfera estatal, muitas vezes representa as funções política, ideológica e econômica do Estado em relação aos processos de distribuição do valor materializado na forma de serviços sociais, porém, muitas vezes, o profissional termina por assumir o papel deste Estado no sentido de garantir o acesso aos direitos, assumindo o papel seletivo, focalizado, seguindo à risca a condicionalidade dos programas, dos benefícios e serviços (ALMEIDA; ALENCAR, 2011).

Os serviços, na atualidade, ao repercutir na estrutura produtiva, também são funcionais ao processo de acumulação do capitalismo. Pois, nunca esteve descolado, mesmo que de forma residual do processo de circulação e valorização das mercadorias, como é o caso do comércio (COSTA, 2010).

A expansão dos serviços representa a expansão das atividades necessárias à reprodução da força de trabalho e à continuidade do processo de acumulação e valorização do capital segundo (COSTA, 2010).

Com a mudança do papel do Estado na redução de produção de bens de consumo coletivo, no âmbito dos serviços de educação, saúde e assistência

indispensáveis à reprodução da força de trabalho, abriu precedentes para a transformação desses serviços enquanto espaços de valorização do capital, por meio da privatização e da terceirização.

Há uma grande tendência de expansão dos serviços considerados como de consumo coletivo para os trabalhadores (serviço de saúde, educação, previdência e assistência social) na atualidade, que vem sendo cada vez mais incorporados ao mecanismo de mercantilização no modo de produção capitalista, por meio de um processo de privatização, terceirização e publicização das políticas sociais. Isto é, as necessidades de consumo vão se constituindo enquanto um grande pressuposto de expansão do processo de acumulação. Temos como exemplo, a expansão dos sistemas privados de educação, de seguros de saúde e previdência, que expressam a substituição do valor de uso dos serviços que deveriam atender as necessidades de reprodução da vida do trabalhador e de sua família, mas que passam a se constituir enquanto expressão dos interesses da iniciativa privada, com vista à lucratividade do capital (COSTA, 2010).

É no setor de serviços, em específico os serviços sociais voltados para as demandas coletivas de reprodução social, que o assistente social se insere prioritariamente. E como trabalhador assalariado, o assistente social se submete aos mesmos constrangimentos inerentes ao conjunto da classe trabalhadora inserido no setor dos serviços.

Nas condições e relações atuais do exercício profissional, na área dos serviços, assistimos também a persistência da lógica mercadológica que vem redimensionando as políticas sociais sob a lógica da racionalidade orientada para valorização do capital, com concepções de eficácia, eficiência, produtividade e competência. Há uma interferência da lógica do capital no conteúdo e resultado do trabalho do assistente social, que se limita, muitas vezes, ao mero cumprimento de normas e rotinas burocráticas e metas institucionais, com exigências claras de competência, ritmo e intensidade no trabalho, no âmbito insuprimível do cotidiano²⁴.

Em resumo, as reflexões e análises feitas no presente capítulo sobre o trabalho, as determinações, intencionalidades nas relações de trabalho e as transformações operadas nas últimas décadas nas suas formas de sociabilidade que

²⁴ O cotidiano é o “mundo da vida” que se produz e se reproduz dialeticamente, num eterno movimento: “[...] é o mundo das objetivações”. O conceito de cotidiano está relacionado àquilo que é vivido e a vida social ao que se apresenta. Um e outro se relacionam entre si (HELLER, 2000, p. 07).

são próprias à sociedade do capital se apresenta como conteúdo fundamental para o Serviço Social. E, como base necessária para desvelar o significado do Serviço Social como profissão.

No próximo capítulo veremos que a discussão sobre trabalho vem atravessando grandes implicações teóricas e práticas, mas que se constitui como um tema de extrema relevância na formação profissional para a delimitação das bases de sustentação teóricas e políticas que vêm sendo empreendidas pela categoria profissional na construção e processo de consolidação do projeto profissional nos congressos e encontros da categoria, nos espaços de formação, nas entidades da categoria, nos espaços sócio-ocupacionais, nas instituições, bem como nos espaços de produção de conhecimento sobre a realidade social e trabalho profissional.

2 AS DIRETRIZES CURRICULARES DO SERVIÇO SOCIAL E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR CONTEMPORÂNEA

Neste capítulo busca-se apresentar os aspectos históricos que caracterizaram a formação profissional do assistente social na sociedade Brasileira e os avanços obtidos com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para os cursos de Serviço Social de 1996 com a inserção do debate da categoria trabalho e processo de trabalho na sua proposta acadêmica. Busca-se também refletir sobre o lugar no qual vem se apresentando o debate sobre o trabalho na formação profissional do assistente social no processo de implantação das Diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, a contrarreforma na educação superior e seus impactos para o processo de formação profissional em Serviço Social.

2.1 O processo de formação profissional do assistente social no Brasil e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)

Ao fazermos um resgate sobre a trajetória da formação e atuação profissional do Serviço Social na realidade brasileira, veremos que as mesmas passaram por processos ideológicos e ajustes aos processos sociais, nos quais nem sempre possuíram um mesmo direcionamento, ficando inclusive por muito tempo sem ter um projeto de profissão e de formação profissional, servindo única e exclusivamente aos interesses do sistema capitalista, voltando-se para a efetivação de um trabalho “alienado”, subsidiado por uma análise endógena da profissão, que é possível ser observado em seus códigos de ética até a década de 1980.

O surgimento, institucionalização, a atuação, bem como a formação profissional no Serviço Social não podem ser entendidas como um acontecimento isolado ou natural. Pelo contrário, deve ser considerado o resultado de dois processos socioeconômicos, políticos e culturais que, auto-relacionados, geraram as condições sócio-históricas necessárias para que a profissão se constituísse e traçasse seu percurso.

O primeiro processo a ser considerado, trata-se do redimensionamento do Estado, como consequência da fase monopólica do capital (NETTO, 2006). O segundo processo que devemos destacar é a busca pela recuperação da hegemonia ideológica da Igreja Católica, através do fortalecimento da chamada Ação Católica e, por conseguinte, a Ação Católica Brasileira (ACB), pois o Serviço Social como profissão inscrita na divisão do trabalho, emerge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica nos inícios da década de 1930 (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Seguindo a proposta de ampliar a formação técnica especializada para a difusão da doutrina social da Igreja, em 1936 é criada a primeira escola de Serviço Social do Brasil em São Paulo e, posteriormente, a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, em 1937. A primeira entidade da categoria dos assistentes sociais foi criada em 1940 e foi a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), que tinha seções em quase todos os Estados brasileiros. Posteriormente, em 1946, surgiu a então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e em 1957 a primeira Lei de Regulamentação da profissão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Desde o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social até 1945 a formação profissional do assistente social definia-se em três eixos. São eles: formação científica, na qual era necessário o conhecimento das disciplinas como Sociologia, Psicologia, Biologia, Filosofia, favorecendo ao educando uma visão holística do homem, ajudando-o a criar o hábito da objetividade; formação técnica, cujo objetivo era preparar o educando quanto a sua ação no combate aos males sociais; e a formação moral e doutrinária, fazendo com que os princípios inerentes à profissão fossem absorvidos pelos alunos (SILVA, 1995).

É importante destacar as influências que o Serviço Social sofreu na sua constituição como profissão. Primeiro o modelo franco-belga, que levou o Serviço Social para uma formação que partia da vocação. Posteriormente, após a II Guerra Mundial, o modelo norte-americano, que trouxe os métodos de Serviço Social de caso, grupo, organização e desenvolvimento de comunidade, com o deslocamento das influências teóricas neotomistas para os pressupostos sociológicos funcionalistas, cujo intuito era a racionalização da prática profissional, o que

consequentemente vai se refletir na formação profissional, bem como na atuação dos assistentes sociais (SILVA, 1995).

Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral (YAZBECK, 2009).

As Doutrinas Sociais da Igreja que merecem destaque nesse contexto são: as encíclicas “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII de 1891, que vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel social na sociedade moderna e a “Quadragesimo Anno” de Pio XI de 1931 que, comemorando 40 anos da “Rerum Novarum” vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja (YAZBECK, 2009).

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos de 1940, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeados pelo caráter conservador da teoria social positivista (YAZBECK, 2009).

Cada teoria social é um método de abordar o real. O método é, pois a trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser social. É o posicionamento do sujeito que investiga face ao investigado e desta forma é "questão da teoria social e não problema particular desta ou daquela 'disciplina" (NETTO, 2006).

No caso do Serviço Social, um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis (NETTO, 2006). O questionamento a este referencial, teve início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e

culturais que expressam, nos anos de 1960, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado.

A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. A partir de meados dos anos de 1950 e 1960 surgem novas entidades da categoria como: as associações profissionais e sindicatos, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) e o Conselho Federal e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais, em 1962 (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo.

É durante esse período, em que se inicia o Movimento de Reconceituação²⁵, que o Serviço Social se aproxima da tradição marxista. Entretanto, o Serviço Social desenvolveu uma relação, nas palavras de Ortiz (2010), “sensivelmente instrumental” com o marxismo, pois extraiu dele os conhecimentos “para a compreensão ideopolítica da sociedade”, sem considerá-lo um referencial para a leitura da realidade na sua totalidade.

É somente a partir da década de 1970 que alguns segmentos da profissão retomam o debate acerca da dimensão política da profissão, apontando para o rompimento da suposta neutralidade da profissão e estabelecendo a necessidade de

²⁵ O Movimento de Reconceituação, como aponta Netto (2010), “é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social ‘tradicional’”. Assim, a Reconceituação questionava o papel dos Assistentes Sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade com os reais interesses e necessidades da população [...]. Questionavam, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, esta fundamentada no grande monopólio internacional.

um posicionamento político. Aqui, observa-se então a aproximação da teoria social de Marx.

É a partir deste período que a discussão acerca da formação profissional passa a ser objeto de amplo debate no interior da profissão, já que era a formação profissional que atenderia a necessidade dos novos pressupostos colocados em questão. Assim, iniciou-se nacionalmente um amplo debate coordenado pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - ABESS (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS) que culminou no currículo mínimo de 1979, associado ao avanço do primeiro doutorado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica - PUC de São Paulo em 1981 (SILVA, 1995).

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade (IAMAMOTO, 2004).

Essa ruptura tem como pré-requisito o reconhecimento pelo assistente social das implicações políticas de sua prática profissional. Essa posição implicou, por sua vez, a necessidade de enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural, ou seja, uma “crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos” (NETTO, 2006).

Foi durante o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, na cidade de São Paulo, que a categoria profissional passou a legitimar uma nova direção ética, teórica e prática. Este congresso ficou conhecido como “Congresso da Virada”, e representa um marco da já apresentada intenção de ruptura, uma das direções do processo de renovação do serviço social brasileiro (GUERRA, 2009).

A partir do “Congresso da Virada” se estabelece um amplo processo de mudança no seio da profissão, cabe destacar: a) a maior vinculação com a classe trabalhadora; b) laicização e ampliação da profissão; c) inserção acadêmica e científica da profissão; d) maior militância política contra a ditadura; e) a criação de uma proposta metodológica no campo do trabalho; f) amplo desenvolvimento organizativo das entidades como Conselhos Regionais e Conselho Federal; g) mudanças no perfil profissional (GUERRA, 2009).

Na década de 1980, período este de redemocratização do Brasil, período de efervescência política, aliado, posteriormente, à aprovação da Constituição Federal de 1988 (elevando as políticas sociais à condição de direitos de cidadania), levou parte da categoria profissional a pensar uma direção estratégica vinculada a um projeto de mudança da ordem social estabelecida, legitimada pelo pensamento de Marx e à luz da teoria histórico-crítica, em favor de um novo projeto societário.

Essa primeira aproximação com a tradição marxista, entretanto, foi realizada de forma enviesada, a partir de vulgarizações e interpretações equivocadas do pensamento de Marx. Somente a partir dos anos de 1980 (século XX), como observa Netto (2006), identifica-se a primeira incorporação bem-sucedida, de fonte clássica, da tradição marxiana para a compreensão do Serviço Social.

Foi com a publicação do livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” de Marilda Iamamoto que se inicia a interlocução da profissão com a teoria social marxista. Foi com a adoção do marxismo como referência analítica, que tornou hegemônica no Serviço Social no Brasil, a abordagem da profissão como uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, como componente da organização da sociedade inserida na dinâmica das relações sociais, participando do processo de produção e reprodução dessas relações (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Esse processo de intenção de ruptura irá se refletir na formação profissional com a implementação do currículo mínimo para os cursos de Serviço Social, em 1982, pela ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), bem como na reformulação do Código de Ética Profissional, com a promulgação do novo Código de Ética em 1986.

No currículo aprovado pelo MEC em 1982, a matriz do ensino do Serviço Social centra-se nas ementas voltadas para História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social além do estágio supervisionado —, o que representou um enorme desafio teórico e de pesquisa no sentido de dar sustentação a estes conteúdos. É desse período a introdução da política social no universo da formação acadêmica, quando se vincula o exercício profissional às políticas sociais públicas, sendo as relações entre o Estado e a sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão. Remonta aos anos 1980, a criação do primeiro curso de doutorado em Serviço Social e o estímulo sistemático à pesquisa nessa área. (Surge, em 1983, o I Encontro Nacional de

Pesquisa em Serviço Social — depois Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social). Em 1987, é criado o Centro de Documentação e Pesquisa em Política e Serviço Social (CEDEPSS), organismo acadêmico da ABESS (SILVA, 1995).

Nesse processo, se construiu um novo ethos, marcado pelo posicionamento de negação do conservadorismo e de afirmação da liberdade, tendo como valor ético-político central o compromisso com as classes trabalhadoras, orientando o posicionamento dos setores organizados da categoria, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, marco ético e político apropriado no processo de reformulação do código de ética, em 1986, o primeiro a romper com o histórico conservador dos códigos de ética do serviço social brasileiro (BARROCO; TERRA, 2012).

Nesse período, consolida-se um novo perfil intelectual do Assistente Social onde os avanços conquistados nas pesquisas investigativas da categoria, ao longo dos anos de 1980 e 1990, vão ser tributárias da incorporação do marxismo no Serviço Social. Deste modo, parece emblemático o debate sobre as principais tendências presentes na compreensão da metodologia no Serviço Social e os seus desdobramentos no processo de ensino e formação dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2005).

Esse novo perfil intelectual do Assistente Social parte de uma perspectiva crítica das construções e intervenções profissionais, tais como: a relação entre teoria e prática no seio do Serviço Social, a concepção de prática social e prática profissional; a discussão sobre concepção de teoria e metodologia; existência de teoria ou teorias do Serviço Social; questões relacionadas à particularidade do Serviço Social (IAMAMOTO, 2005).

Assim, a reflexão sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, nos proporciona situar historicamente a formação profissional do Serviço Social, bem como a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, apreendendo tanto o seu significado social, como também outra concepção de profissão, distinta daquela que predominantemente emerge da prática profissional.

A sociedade brasileira, no transcorrer dos anos de 1980 e 1990, é marcada por transformações advindas do processo de reorganização do capital, que trouxe mudanças substanciais e aceleradas, que ocasionaram impactos significativos para o mundo do trabalho. Tal fenômeno é um processo que se gestou nos anos de 1970

e 1980 em vista do esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista que se intensificou nos anos de 1990.

O Serviço Social, na década de 1990, se depara com o desafio de compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social, que se expressam na precarização do trabalho e na precarização das condições de existência vivenciadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista atual. É um contexto de implementação de alternativas privatistas e imediatistas para enfrentamento da questão social (IAMAMOTO, 2008).

Em tempo de “Capital Fetiche”, a questão social é mais do que expressão de pobreza, miséria e “exclusão”, condensa a banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social e dos sujeitos que o realizam (IAMAMOTO, 2008).

A sociedade brasileira passa a ser confrontada pelas novas e antigas demandas, atualizando-se e se modificando e trazendo grandes rebatimentos como “feitiço da ajuda” (Mota, 1985) ou a “ilusão de servir” (Martinelli, 1989), que tendem a se constituir em estratégia de controle social e da reprodução da ideologia dominante (GUERRA Apud ORTIZ, 2010, p.8).

Portanto, a categoria profissional em seu processo de formação profissional enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo, novas questões se colocam para o Serviço Social, seja na sua intervenção, seja na construção de conhecimentos. São questões ligadas às mudanças ocorridas no mundo do trabalho e nos processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social (IAMAMOTO, 2008).

Novas temáticas e sujeitos colocam-se como eixo de debate para a categoria profissional. Trata-se, pois, de um momento de mudanças significativas tanto no modo de organização das relações de produção e reprodução social, como nas formas de inserção do assistente social e nas demandas que lhes são colocadas. Assim, é necessário neste contexto, ser um profissional qualificado na execução, gestão e formulação de políticas sociais públicas, com uma postura crítica, e ao mesmo tempo, criativo e propositivo e não somente um mero executor de políticas sociais.

As transformações societárias, as novas requisições sociais, as alterações no mundo do trabalho e na esfera da regulação social vão trazer novos desafios ao

profissional de Serviço Social. Estes impulsionaram a profissão a refletir sobre a construção de um Projeto Ético-Político profissional²⁶ que se empenhasse na busca de alternativas e estratégias de enfrentamento e resistências frente ao projeto neoliberal, entendendo, no entanto, que este extrapola os limites de um projeto de formação profissional. Constitui-se enquanto um projeto da categoria profissional a construção e solidificação de ações que viabilizassem o compromisso assumido pela “[...] defesa da democracia, enquanto socialização da participação e do poder político e da riqueza socialmente produzida numa defesa intransigente da cidadania, buscando ampliar e garantir os direitos civis, sociais e políticos” (NETTO, 1996).

Sendo assim, houve a reformulação do Código de Ética de 1986, pois não foi suficientemente desenvolvido em sua parte operacional e em seus pressupostos teóricos, orientados pelo marxismo, dando origem ao atual Código de Ética de 1993, que amplia os pressupostos do código de 1986.

O Código de Ética de 1993, expressa a maturidade do profissional de Serviço Social e incorpora valores que vão se constituir nos princípios fundamentais desse Código, como: a liberdade, entendida enquanto autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos sociais; cidadania, compreendida enquanto garantia dos direitos sociais; justiça social, para assegurar a universalidade dos bens e serviços coletivos aos programas e políticas sociais; democracia, incentivando o respeito à diversidade e a participação de todos (apresenta-se como um dos componentes básicos do código e trata-se do único padrão de organização política capaz de assegurar valores essenciais como a liberdade e a equidade); garantia do pluralismo enquanto luta hegemônica entre tendências (BARROCO, 2012).

Além da modificação da conduta ética da profissão, também surge uma nova lei de regulamentação da profissão no ano de 1993 (Lei nº 8.662/1993), um novo instrumento legal, sancionado em um período de consolidação das bases teóricas e políticas do Serviço Social pós-reconceituação, que trouxe as alterações que

²⁶ O debate sobre o chamado Projeto Ético- Político é recente – percebido somente nos anos de 1990, embora suas bases geradoras estejam presentes no âmbito profissional desde meados dos anos de 1970, com o processo de Renovação e mais especificamente com a “intenção de ruptura” (NETTO, 2001), que por sua vez possibilitou a construção de um novo projeto de profissão, cujo amadurecimento se deu apenas nos anos 1980, com a implantação do currículo mínimo de 1982 e o Código de Ética de 1986. Um projeto profissional, exatamente por estar vinculado a uma determinada programática societária, não pode eximir-se da dimensão política. Expressa, portanto, aquilo que queremos ser como seres sociais e políticos que somos e que funções desejamos desempenhar na sociedade.

contribuíram significativamente para a definição das atribuições inerentes a essa especialização do trabalho na relação com outras profissões.

Este projeto se desenvolveu no espaço acadêmico, nos espaços de intervenção profissional, nos órgãos representativos da categoria, no movimento estudantil, nos fóruns e conselhos, nos grupos de trabalho, dentre outros. A partir disso, iniciou-se um processo de revisão curricular que se consolidou em 1996 com a aprovação das novas diretrizes curriculares da ABESS para o curso de Serviço Social, que tem como objetivo a formação de profissionais capazes e qualificados do ponto de vista teórico, técnico e político, para contribuir na formação de uma nova ordem social, contra o projeto neoliberal e suas configurações capitalistas, em busca da universalização dos valores democráticos e igualitários.

Nessa direção, objetiva-se a reforma curricular do curso de Serviço Social, orientada e estimulada pela então Associação Brasileira de Ensino e Serviço Social (ABESS) e pelo centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), que tinham uma orientação crítica de denúncia e ruptura com o conservadorismo profissional. Também, merece colocar em destaque, de forma breve, o documento de responsabilidade da ABESS/CEDEPSS, intitulado Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional, apresentado em 1995, que tinha como finalidade subsidiar as discussões sobre a revisão curricular que junto com as entidades representativas da categoria procura assegurar uma direção crítica intelectual e política vinculada ao processo de reformulação curricular (IAMAMOTO, 2005).

A proposta da diretriz curricular de 1996 foi iniciada pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), atualmente Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e revistas em 1999. O seu antecedente mais importante foi o currículo mínimo aprovado pelo MEC em 1982, proposto pela Abess em 1979, em pleno período ditatorial, incorporando alguns avanços do movimento de reconceituação latino-americano, que expressa um processo de transição, parte da resistência acadêmica e política tanto à ditadura militar implantada no país no período de 1964 a 1985) quanto ao Social Work, em sua difundida trilogia, composta por Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade (SILVA, 1995).

A nova lógica curricular para a condução da formação profissional em Serviço Social proposta pela ABEPSS em 1996, apresentou a “questão social” e o

trabalho/processos de trabalho como seus eixos estruturantes, compreendendo “a questão social como um elemento que dá concretude à profissão, ou seja, é a sua base de fundação histórico-social na realidade e, que nesta qualidade, portanto, deve constituir o eixo norteador do currículo” (ABESS, 1997, p. 20-21). Outro ponto a relevante é a consideração da profissão como uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, apontando que o processo de formação profissional deve se aproximar do cotidiano do trabalho do Serviço Social e das formas contemporâneas de organização e desenvolvimento da sociedade brasileira.

Ao recuperar a centralidade do trabalho na vida social, busca-se “inserir as formas histórico-contemporâneas do trabalho do Serviço Social na sociedade brasileira” (ABESS, 1997, p. 42), para que seja possível “imprimir uma perspectiva de atualização analítica para a apreensão dos fenômenos que circunscrevem a totalidade da vida social” (ABESS, 1997, p. 42). A finalidade é a de, a partir deste fundamento, atualizar os conhecimentos e habilidades, “visando à apreensão da realidade e a melhor qualificação para a intervenção sobre a mesma” (ABESS, 1997, p. 43). E, como parte desse processo, se reafirmam os pressupostos da teoria social marxista para o tratamento do ser social enquanto totalidade histórica.

O documento das Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social, apresentado pela ABESS ao MEC, em 1996, apresenta os pressupostos da formação profissional; os princípios e diretrizes da formação profissional; a nova lógica curricular e observações e recomendações. Além disso, apresenta como eixos transversais da formação, a ética, a pesquisa e o estágio.

No que se refere aos princípios que fundamentam a formação profissional, são eles: a) flexibilidade de organização dos currículos plenos (definição de disciplinas e outros componentes, como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares); b) rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e da profissão, adotando-se uma teoria social crítica (marxista) para apreender essa totalidade social; c) superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular; d) estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade; d) padrões de desempenho idênticos para os cursos diurnos e noturnos, com um máximo de quatro horas/aula diárias de atividades nos cursos noturnos; e) caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de

formação profissional; f) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; g) exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional; h) ética como princípio formativo, perpassando a formação curricular; i) indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

A partir da diretriz curricular implementada pela ABEPSS em 1996, consolidou-se no processo de formação e no exercício profissional do Serviço Social uma postura que tem procurado interferir na reprodução do trabalho, tanto na dimensão material, como sociopolítica e ideocultural, buscando reconstruir as relações sociais mediante as ações que desenvolve. Esta retraduziu valores ético-políticos que contribuíram para a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da liberdade, da equidade e da democracia. E, além disso, consolida o rompimento com a perspectiva endógena do Serviço Social, reconhecendo-o como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e o assistente social como trabalhador assalariado e, que, portanto, sofre os mesmos rebatimentos que a classe trabalhadora que ele atende (IAMAMOTO, 2005).

Nesse período, afirma-se a maturidade teórico-metodológica do Serviço Social, um novo projeto profissional, com um novo papel do Assistente Social distinto do profissional “executor terminal de políticas públicas” implementadas pelo Estado. Exige-se um profissional com maior qualificação no desempenho de suas práticas e com uma maior influência na administração e planejamento das políticas sociais.

O conteúdo das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 apresentam elementos para o reconhecimento por parte dos assistentes sociais, do produto do seu trabalho profissional em suas implicações materiais, ideopolíticas e econômicas. Considera que o processo de trabalho do assistente social se dá como qualquer trabalho, em um processo, que pressupõe matéria-prima, os meios de trabalho e o produto final, tendo como foco central a questão social. Além do entendimento do Serviço Social, nas suas determinações sócio-históricas e ideopolíticas, e da sua necessidade de inovar as respostas profissionais no enfrentamento da questão social, o que exige segundo as diretrizes curriculares, capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. E, também, da valorização da sistematização e da dimensão investigativa como parte da formação exercício profissional do assistente social.

Além das modificações acerca do posicionamento da profissão e da perspectiva de rompimento com a visão endógena da profissão, percebe-se, no âmbito da formação profissional, o reconhecimento da profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo voltada para lidar com a questão social no mundo capitalista por meio das políticas sociais, em que a ação profissional ou a prática profissional é o próprio trabalho e, por isso, não pode ser pensada de forma desvinculada do processo de trabalho, buscando contemplar a articulação entre atuação e formação profissional (IAMAMOTO, 2005).

Essa posição das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 apresentam elementos para o reconhecimento por parte dos assistentes sociais, do produto do seu trabalho profissional em suas implicações materiais, ideopolíticas e econômicas. Considera que o processo de trabalho do assistente social se dá como qualquer trabalho, em um processo, que pressupõe matéria-prima, os meios de trabalho e o produto final, tendo como foco central a questão social. Além do entendimento do Serviço Social, nas suas determinações sócio-históricas e ideopolíticas, e da sua necessidade de inovar as respostas profissionais no enfrentamento da questão social, o que exige segundo as diretrizes curriculares, capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. E, também, da valorização da sistematização e da dimensão investigativa como parte da formação do exercício profissional do assistente social.

As diretrizes curriculares de 1996, com base nesses fundamentos, estabelecem como perfil do bacharel em Serviço Social: “profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e efetivando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social de 1993” (IAMAMOTO, 2005).

A formação em Serviço Social propõe-se a: “viabilizar a capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade e do movimento histórico da sociedade brasileira; possibilitar a compreensão do significado social da profissão e de seu

desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; e identificar demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado” (IAMAMOTO, 2005).

Dentre os princípios norteadores da formação acadêmico-profissional tem-se: rigoroso tratamento teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social que possibilitem a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; debate entre tendências teóricas presentes nas ciências humanas e sociais; integração entre as dimensões de formação e investigação, a interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a ética como princípio transversal à formação e estreita articulação entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio²⁷ (IAMAMOTO, 2005).

O conteúdo da formação está sustentado em três núcleos temáticos, o que representa uma inovação na maneira de pensar a formação acadêmica. São eles: Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; Núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito; Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, abrangendo elementos constitutivos do Serviço Social enquanto especialização do trabalho: trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado²⁸ (IAMAMOTO, 2005).

²⁷ “É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio- institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 e o Código de Ética (1993)” (ABESS 7, 1997, p. 71). O Estágio deve se apresentar como uma disciplina de caráter obrigatório no projeto pedagógico dos cursos de Serviço Social e a Carga horária estabelecida a partir de um percentual do total de horas do curso de Serviço Social (até 20% de 3.000, de acordo com parecer 08/2007 e resolução 07/2007 do CNE).

²⁸ Configura-se em um processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do (a) estagiário (a) no campo de estágio, bem como

A atuação dos assistentes sociais dá-se no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado no enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social”, sendo a política social uma mediação fundamental do exercício profissional voltado para a sua formulação, gestão avaliação e financiamento, assim como para a assessoria aos movimentos sociais. Desenvolvemos uma ação educativa na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los e contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos. Afirmamos o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais. As diretrizes curriculares reafirmam a “questão social” como base de fundação sócio-histórica da profissão, salientando as respostas do Estado, do empresariado e as ações das classes trabalhadoras no processo de constituição, afirmação e ampliação dos direitos sociais (IAMAMOTO, 2005).

No entanto, ao abordarmos a formação profissional em Serviço Social, se faz necessário compreender que esta não se dá de forma autônoma, ela se configura e se organiza sobre ditames de critérios educacionais instituídos pelo Estado, que como toda a dinâmica da sociedade, ao longo da história sofreu modificações em suas propostas, ideologias, metodologias e critérios de avaliação.

Embora, eu reconheça a importância da análise da história da organização do ensino superior e o processo de produção de conhecimento científico no Brasil e, a utilize como base para compreender a formação profissional em Serviço Social na atualidade, não irei apresentar aqui neste estudo a sua correlação na história da profissão, pois o objetivo geral é tratar especificamente as implicações decorrentes dos novos paradigmas epistemológicos de gestão educacional inseridos na sociedade brasileira a partir dos anos de 1990.

A formação profissional em Serviço Social na sociedade brasileira e a sua relação com os princípios e objetivos apresentados pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996,

a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários(as) (Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (PNE- ABEPSS), 2010, p. 15).

nos demanda inserirmos como pauta de discussão as particularidades e singularidades, no que diz respeito à formação profissional em Serviço Social, instituídas pela categoria e as Diretrizes homologadas pelo Ministério da Educação para a formação em Serviço Social.

É importante ressaltar, que as políticas públicas educacionais da educação superior são direcionadas pelo princípio constitucional da garantia de padrão de qualidade, previsto no art. 206, inciso VII da Constituição Federal de 1988. Porém, conforme já debatido no primeiro capítulo, as crises do capital repercutem mundialmente os traços mais diversificados da precarização da vida e do trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a educação, promulgada em 1996, que definiu e regularizou o sistema de educação no Brasil, instituindo para todas as categorias profissionais Diretrizes Curriculares Gerais (DCs) para os cursos de graduação, esvaziados de conteúdo, extinguindo os Currículos Mínimos, referência das universidades e cursos superiores isolados, na elaboração dos seus currículos plenos.

Portanto, se apresenta como demanda para o profissional analisar os objetivos da formação profissional em Serviço Social na atualidade, com base nas modificações empreendidas com a aprovação e implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação Paulo Renato Costa Souza, em 9 de julho de 2001 e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social

A formação profissional em Serviço Social possui duas referências, no entanto, diante da hierarquia institucional e a condição de diretrizes oficial, como a Diretriz do MEC é a oficial, acaba por abrir caminhos para o descomprometimento das unidades de ensino superior com o projeto profissional instituído pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996. O que pode contribuir para uma formação profissional que priorize o atendimento das requisições institucionais e de mercado, retirando a noção de que o profissional é dotado de formação intelectual e crítica, com capacidade de ação criativa e propositiva.

Nos anos de 1990, se apresenta o chamado “Projeto ético-político do Serviço Social”, que trata da “autoimagem” da profissão, uma construção coletiva, cuja materialização se dá através de componentes legais, técnicos e éticos direcionando

assim o fazer profissional. Este é representado por valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2001).

Na busca pela realização do Projeto ético-político profissional, encontra-se a importância da constante afirmação dos princípios e valores elencados no Código de Ética Profissional de 1993, que estão intimamente ligados à Lei 8.662 de 1993 que regulamenta a profissão de assistente social e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Juntos, esses aparatos jurídicos dão base legal para a constituição do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, afinal determinam e fundamentam tanto a formação quanto o trabalho profissional (NETTO, 2001).

Portanto, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a formação profissional hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para apreender as várias expressões que assume a sua atuação na contemporaneidade, as divergências existentes entre o projeto de profissão para a formação e atuação profissional do Assistente Social, revelado na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 (Lei nº 8.6662/1993), no Código de Ética de 1993 e nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço (ABEPSS) em 1996, no que tange à produção e reprodução social da profissão, para projetar formas de resistência e de defesa dos seus valores e princípios, apontando para novas formas de sociabilidade no âmbito da profissão, que reafirme o seu projeto ético-político.

Conforme já exposto no primeiro capítulo da tese, o contexto do capitalismo contemporâneo vem desencadeando o aumento do desemprego, da precarização do trabalho, do crescimento do trabalho informal, da desvalorização do salário e expansão das contratações temporárias e aumento da demanda por serviços sociais públicos. E, além disso, do corte dos gastos públicos pelo Estado, que vem flexibilizando direitos, privatizando e terceirizando serviços sociais básicos, com as políticas sociais se centrando no trinômio: privatização, focalização e descentralização.

Diante desse cenário que se apresenta na sociedade brasileira a partir da década de 1990, desencadeou o acirramento da luta de classes, com a super exploração da força de trabalho tendo em vista o desemprego estrutural, a redução dos direitos sociais, a reformulação e a focalização das políticas sociais a partir de uma perspectiva neoliberal que diminui o Estado para a classe trabalhadora e flexibiliza os direitos sociais por meio de reformas neoliberais de cunho contrarreformista (BEHRING, 2003).

Desde a segunda metade da década de 1990 a política para a Educação Superior, que segue uma perspectiva de expansão, vem se configurando pela via do privado. O que pode repercutir na qualidade da atuação profissional, pelo contraste e antagonismo existentes em seus interesses e objetivos, ou seja, entre a lógica de formação para o mercado e a que reivindica a qualificação profissional em Serviço Social vinculada ao compromisso da categoria com a qualidade dos serviços prestados aos usuários, a defesa dos direitos sociais e humanos, e a afirmação do seu Projeto Ético-Político (AMARAL, 2007).

Este cenário vem também apresentando grandes repercussões na formação profissional e no trabalho do assistente social, tencionando-se com as formas de efetivação do projeto ético-político profissional do Serviço Social, ao se deparar com a demanda de um perfil profissional que responda favoravelmente à flexibilização da economia e do mundo do trabalho, de forma a favorecer a reestruturação da crise e atender a lógica do capital.

Nesse sentido, se apresenta o desafio para a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de superação das dificuldades de sua implementação, que ainda não foram consolidadas e que vêm sofrendo impactos com a lógica do capitalismo contemporâneo, seja no que se refere às condições de trabalho docente, na dimensão didático-pedagógica ou teórico-metodológica, que se encontram como fundamentais para romper com “[...] os mecanismos e práticas que já vêm sendo operados na esteira dessas “contrarreformas” educacionais, que dotam a formação, de uma maneira geral, de um caráter instrumental, tecnicista, imediatista e fragmentário” (AMARAL, 2007, p. 26).

O estágio e a supervisão encontram-se nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 como pré-requisitos para a formação profissional em Serviço Social e vem se apresentando como ponto de discussão no âmbito do Serviço Social

na atualidade, mas tal discussão deve considerar as mudanças do mundo do trabalho e das políticas sociais.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 trouxeram bases para a compreensão da profissão de Serviço Social, a partir do desvendamento de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, ao considerá-la como uma especialização do trabalho, inserida em um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Outro aspecto é sobre o assistente social como um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho como mercadoria. E, como proposta para a superação das contradições que atravessam a formação profissional na universidade brasileira, a ABEPSS apresenta o Currículo mínimo para os cursos de Serviço Social.

O estágio supervisionado em Serviço Social é um dos condicionantes para a formação profissional. Porém, diante das contradições apresentadas sobre a sua obrigatoriedade, no ano de 2008, após a promulgação da Política Nacional de Estágio (Lei nº 11.788/2008), o Conselho Federal de Serviço Social e o Conselho Regional de Serviço Social criaram a Resolução nº 533/2008, cujo objetivo foi afirmar as particularidades sobre o estágio em Serviço Social, em específico a sua condição como atividade obrigatória no processo de formação e que exige supervisão sistemática de um profissional assistente social.

Paralelo a essa ação, a Associação Brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social apresentou debates em encontros da categoria profissional que levou à construção de uma política de estágio da profissão de Serviço Social, documento conhecido como Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que entrou em vigor no ano de 2010, demarcando os objetivos do estágio e da Supervisão de Estágio em Serviço Social e os papéis dos sujeitos envolvidos nesse processo que são: supervisor de campo, supervisor acadêmico, aluno-estagiário e coordenação de estágio.

Porém, ao longo da trajetória histórica da profissão, a produção teórica da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), não deu a devida atenção à Supervisão de Estágio como mediação para compreender o trabalho do assistente social no campo das políticas sociais. E, mesmo com os avanços na regulamentação do estágio e exercício da supervisão com a Resolução nº 533 e Política Nacional de Estágio da ABEPSS, é possível identificar que a Supervisão de Estágio ainda vem sendo tratada somente como elemento para

compreender o Serviço Social como profissão, como se fosse um processo autônomo, desvinculando a relação entre trabalho, políticas sociais e processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social.

Diante dessa realidade e da direção social da formação profissional que vem sofrendo impactos com as propostas reformistas e desestruturadores da Política de Educação Superior no contexto do capitalismo contemporâneo, a ABEPSS se depara com o desafio de afirmar a sua proposta de formação profissional, a atividade profissional do assistente social como trabalho, que na atualidade ainda possui congruências no âmbito acadêmico-profissional do Serviço Social. Além disso, a inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho, em meio às alterações do mundo do trabalho, na esfera do Estado e das Políticas Sociais.

2.2 O processo de implantação das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 e o lugar do debate da categoria trabalho no Serviço Social

O caminho de implantação das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 atravessou e vem atravessando os processos ideológicos e os ajustes da Educação Superior, que se encontram vinculados aos interesses de acumulação do capital e, portanto, estando sujeito às suas perspectivas contraditórias no que tange ao projeto de formação profissional, cujas crises que marcam a história da universidade brasileira repercutem na privatização desenfreada do ensino universitário.

A proposta de formação acadêmico-profissional para o Serviço Social construída coletivamente pela categoria na década de 1990, não se concretiza de maneira autônoma, se insere em espaços institucionais de trabalho coletivo. Esta formação profissional está juridicamente condicionada às instituições de Ensino Superior, que, além de se submeterem aos ditames do capital de formação de mão de obra especializada, ainda seguem naturezas, características e lógicas administrativas distintas das instituições de ensino e de formação profissional regulamentadas pelo Ministério da Educação (MEC).

Portanto, pensar o processo de implementação das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 e o lugar do debate da categoria trabalho no Serviço Social, implica em compreender e analisar como se apresenta o acúmulo e tradição intelectual marxista que a profissão vem construindo ao longo dos anos sobre a

relação entre trabalho e serviço social e segundo a orientação pedagógica da universidade para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

A diretriz curricular para a formação profissional em Serviço Social de 1996 recupera um compromisso com a trajetória de construção e reafirmação da direção social marxista no interior do Serviço Social que já havia iniciado no começo da década de 1980.

Os anos de 1980 e de 1990 sinalizaram a ruptura teórica assumida pelo Serviço Social, a partir da influência da teoria social de Karl Marx. Esta teoria trouxe para a categoria outra maneira de investigar e entender a realidade, explicitando as suas contradições. Essa posição contribuiu para a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, que passou a orientar socialmente a profissão para a defesa intransigente de direitos e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária, e, além disso, a considerar a profissão como partícipe da divisão social do trabalho, considerando o assistente social como trabalhador assalariado.

Essa postura teórica adotada pelo Serviço Social trouxe, portanto, elementos para o entendimento da categoria profissional, quanto à sua condição de trabalhador assalariado. Esses elementos, por sua vez, demonstram que o assistente social está submetido às implicações que qualquer outro trabalhador está sujeito, ainda que dentro das especificidades da profissão, como a precarização do trabalho; a exploração; salários indignos; trabalho informal com remuneração aviltante; demissões injustas; dentre tantas outras que dão sustentação ao lucro excessivo pela concentração de renda e a exploração, vivenciada no modo de produção capitalista.

O amadurecimento da reflexão sobre o Serviço Social tem como referência o atual debate acerca da relação entre trabalho e prática profissional. Essa é uma discussão que surge no interior da profissão, com o processo de reforma do currículo de seus cursos universitários na década de 1990 e com a implementação da nova diretriz curricular, em 1996.

A proposta curricular nacional para os cursos construída pela ABEPSS, ao reconhecer as flexibilidades necessárias para o tratamento das particularidades apresentadas para a profissão de Serviço Social no âmbito nacional ou regional, apresenta como referencial comum os 11 princípios que fundamentam a formação profissional, que são:

- 1- Flexibilidade de organização dos currículos plenos expressa na possibilidade de definição de disciplinas e outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo.
- 2- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução social da vida social.
- 3- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.
- 4- Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares.
- 5- Estabelecimento das dimensões investigativas e interventivas como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade.
- 6- Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com um Máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos.
- 7- Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional.
- 8- Indissociabilidade nas dimensões ensino, pesquisa e extensão.
- 9- Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõe a produção das ciências humanas e sociais.
- 10- Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular.
- 11- Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABESS, 1997, p.62).

Esses 11 princípios se apresentam como elementos necessários para a formação profissional, configurando um conjunto de conhecimentos que capacitem o Assistente Social nos níveis teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos direcionados para a:

- 1- Apreensão crítica do processo histórico como totalidade.
- 2- Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de aprender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do serviço social no país.
- 3- Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade.
- 4- Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado.
- 5- Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor (ABESS, 1997, p.62).

A categoria trabalho é entendida como base para a apreensão da dinâmica de reprodução do capital, como um dos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares, direcionado pelo referencial teórico do pensamento social crítico.

Portanto, de forma a consolidar essa discussão aos longo desse processo histórico de implementação e consolidação das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, já foram colocados em seu documento base em 1996 os três núcleos de fundamentação da formação que irá inserir um conjunto de disciplinas nos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, são eles: “Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional” (ABESS, 1997, p.63).

Os três núcleos apresentados foram pensados com o objetivo de contemplar uma unidade de conhecimentos interligados de forma a formar profissionais para uma atuação que afirmassem os princípios defendidos pela profissão.

“[...] o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação, o da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades (ABESS, 1997, p. 63).

A discussão sobre a categoria trabalho se constitui como base de matérias básicas que devem compor o currículo acadêmico do Serviço Social, representadas nas seguintes disciplinas: Economia política; Acumulação capitalista e Desigualdades sociais; Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social e Processo de trabalho do Serviço Social (ABESS, 1997).

A implementação e consolidação desses conteúdos defendidos como competentes da proposta pedagógica para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social requer recuperar a história do serviço social, sua relação e inserção na divisão social e técnica do trabalho.

Os desafios de implementação e consolidação da proposta curricular apresentada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, já estão lançados desde o seu surgimento. Ou seja, mesmos diante da maturidade intelectual adquirida pela profissão que se expressa nas produções bibliográficas, nas dissertações e teses de cursos de pós-graduação, essa implica certas responsabilidades e cuidados.

As considerações sobre os conteúdos dos componentes curriculares que abordam a temática trabalho na formação profissional em Serviço Social nos são

apresentadas por Mota (2007) através da pesquisa de avaliação da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social realizada pela ABEPSS no ano de 2006.

Desta pesquisa, de um total de 169 Unidades de ensino somente 105 participaram da pesquisa, distribuídas por regiões, sendo 9 na região Norte, com a participação de 4 unidades de ensino; 48 na região Sul I, com a participação de 31 unidades de ensino; na região Sul II 33, com a participação de 26 unidades de ensino; na região Leste 58, com a participação de 26 unidades de ensino; na região Centro Oeste 07, com a participação de 5 unidades de ensino e região Nordeste com 14, com a participação de 13 unidades de ensino.

O resultado quantitativo das unidades que participaram da pesquisa e que não enfocam o tema trabalho nas disciplinas de seu currículo acadêmico, foi bem expressivo, conforme a tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Região e quantidades de Unidades de Ensino que enfocam o tema trabalho em seus componentes curriculares*

Região	Unidade de ensino na região	Unidade de ensino participante	Total de componentes listados pelas unidades de ensino que enfocam o tema trabalho	Total de componentes que enfocam o tema trabalho
Norte	09	4	13	4
Sul I	48	31	74	19
Sul II	33	26	56	10
Leste	58	26	93	18
Centro Oeste	07	5	16	2
Nordeste	14	13	30	26

Fonte: O autor, 2018.

*Com base nos dados da pesquisa de avaliação da implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS realizada pela ABEPSS em 2006 apresentados por Mota (2007).

A região Nordeste se apresenta com as maiores evidências no tratamento da categoria trabalho em seus componentes curriculares, com distribuição equilibrada da abordagem do tema com outros componentes curriculares, como oficinas e seminários que trabalham as mediações e particularidades da ação profissional. Exploram os elementos que informam as determinações e o significado da profissão. Porém, são escassas as referências que tratam sobre a condição do sujeito profissional, encontrando-se somente em duas unidades (MOTA, 2007).

As 105 unidades de ensino pesquisadas apresentaram um conjunto de áreas de conhecimento que apresentam os conteúdos vinculados ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, agrupadas em 12 itens e descritas por áreas de conhecimento na tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Áreas de conhecimento e quantidades de disciplinas vinculadas ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional*

Nº Ordem	Áreas conhecimento	Quantidade de disciplinas
I	Instituições, políticas Sociais, Gestão, Planejamento e Legislação Social	13
II	Desenvolvimento capitalista, Economia Política, Formação Social Brasileira e Questão Social	10
III	Classes e Movimentos Sociais	4
IV	Serviço Social, Metodologias e Estratégias de intervenção, Instrumentalidade, Instrumentos e Técnicas, Competências e Prática do Serviço Social	30
V	Fundamentos do Serviço Social, Pesquisa e Produção do Conhecimento	12
VI	Disciplinas de fundamentação científica: Sociologia, Teoria Política, Antropologia, Geografia Humana, Filosofia, Teorias Sociais	7
VII	Ética e Serviço Social e Filosofia	2
VIII	Serviço Social e Competências Específicas em espaços ocupacionais e/ou temáticas	27
IX	Estágio e Supervisão	7
X	Seminários, Oficinas, Laboratórios, temáticos, práticas, formação profissional, monografias e TCC	21
XI	Trabalho e Trabalho e Serviço Social	32
XII	Outros	15
TOTAL		180

Fonte: O autor, 2018.

*Com base nos dados da pesquisa de avaliação da implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS realizada pela ABEPSS em 2006 apresentados por Mota (2007).

O quantitativo de itens distribuídos em 12 áreas de conhecimento revelou que a área em que há maior incidência de disciplinas e demais componentes é a de Trabalho e Trabalho e Serviço Social, com um total de 32 disciplinas. A segunda área que obteve destaque foi a “Serviço Social, Metodologias e Estratégias de Intervenção, Instrumentalidade, Instrumentos e Técnicas, Competências e Prática do Serviço Social” com 30 disciplinas (MOTA, 2007). O que pode se considerar como um caminho para se restringir a atividade realizada pelo assistente social como prática, ao se deter exclusivamente aos instrumentos e técnicas de intervenção.

A pesquisa revelou que no universo da organização curricular há predominância de componentes que se referem à categoria trabalho. No entanto,

Mota (2007) ao analisar o conteúdo dos 32 componentes em que se apresentava a categoria trabalho como eixo de discussão de disciplinas, a autora identificou que a categoria trabalho vem sendo manejada como parâmetro para explicar o fazer profissional, via processo ou processos de trabalho, tendo 39 disciplinas ofertadas sobre “Serviço Social e Processo de Trabalho”.

Mota (2007) ressalta que para as Unidades de ensino não há diferenças entre a existência de um processo de trabalho próprio do Serviço Social ou da inclusão do Serviço social em processos de trabalho. Portanto, mesmo encontrando-se na nomenclatura, a discussão da categoria trabalho e processo de trabalho acabam por serem trabalhadas de maneira separada do Serviço Social, o que acaba por ocasionar a desconsideração do assistente social como trabalhador coletivo, que sofre todas as contradições de interesses de classe oriundas do sistema capitalista.

Os resultados da pesquisa destacam duas tendências nos conteúdos dos componentes sobre Serviço Social e Processo de Trabalho. A primeira que se apropria da teoria do processo de trabalho segundo a teoria marxiana, que vem se revelando em menor número e a segunda que reduz os processos de trabalho à utilização de instrumentos e meios por parte do Serviço Social (MOTA, 2007).

A tradição marxista no Serviço Social, ainda em curso, forneceu e vem fornecendo as bases para uma produção e análise crítica sobre a profissão, o Estado, as Políticas Sociais, os movimentos sociais e as múltiplas expressões da questão social. Porém, a pesquisa sobre a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 revela que ainda prevalece o uso da categoria trabalho nos componentes curriculares sem os aportes teóricos e as mediações necessárias para articular a dimensão universal dessa categoria com as singulares e particulares do Serviço Social.

As unidades de ensino pesquisadas demonstram em seus componentes que não vêm dando a devida atenção aos aportes teóricos contidos na matéria Trabalho e Sociabilidade, cujo conjunto de conhecimentos é fundamental para a compreensão ontológica e sócio-histórica do trabalho. Além disso, a pulverização de conteúdos das disciplinas, que não asseguram consistência com suas ementas, programas e bibliografias.

O debate sobre as particularidades dos espaços ocupacionais, não vem tomando os procedimentos e instrumentos como elementos que integram um processo de trabalho ou processos de trabalho do assistente social. Como também,

verifica-se a escassez de discussões sobre a categoria processo de trabalho e a abordagem do assistente social como trabalhador.

Outro ponto também ressaltado foi sobre a temática trabalho e processo de trabalho que se apresentam sobre concepções distintas sobre a relação entre Trabalho e Serviço Social, no que se refere à profissão possuir ou não processo de trabalho, bem como da sua consideração como trabalho. Existem correlações que perpassam o debate entre autores que sustentam a tese de que o Serviço Social não possui um processo de trabalho ou processos de trabalho, ou seja, a atual polêmica instaurada no universo da profissão que questiona ser ou não a atividade profissional do assistente social uma expressão do trabalho social.

Nesse processo de afirmação do Serviço Social ser ou não trabalho, tem os autores (as) Yamamoto (2005), Barbosa, Almeida e Gomes (1998) e Costa (2000) que seguindo a linha marxiana defendem que não há uma relação de exclusão entre o mundo social e o indivíduo singular. A essência do indivíduo não é um dado natural e sim das relações sociais, que onde se origina as objetivações oriundas do ato de trabalho como fundamento da existência social. Assim, seguindo essa linha de pensamento a afirmação é que todo indivíduo social é produto das relações e condições sociais nas quais se encontra inserido, dentro de uma sociabilidade historicamente determinada.

Deste modo, o trabalho é compreendido como um processo social de transformação que visa atender necessidades sociais de reprodução humana. Este ao manifestar-se como categoria central para a compreensão das diferentes formas de sociedade, apresenta determinado feixe de elementos passíveis de constituírem, de forma simples e abstrata, o trabalho humano em geral.

É a partir dessas considerações que se apresenta a percepção do Serviço Social como trabalho, cuja defesa de produtividade se encontra vinculada ao processo de valorização do capital, através da extração da mais-valia. A atividade do assistente social não se dá isolada das determinações históricas da sociedade capitalista madura. O processo de trabalho no qual se insere, é organizado independentemente da sua intencionalidade, capacidade ou vontade profissional, encontra-se organizado com base no trabalho assalariado.

Portanto, autores que defendem essa perspectiva, nos apresentam elementos fundamentais que fortalecem essa afirmação. O primeiro é a relação histórica entre trabalho, políticas sociais e Serviço Social com a inserção dos assistentes sociais na

unidade de serviço em que se operam as políticas sociais; o segundo é a consideração do assistente social como trabalhador que possui, como outros profissionais, a mercadoria força de trabalho, e, o terceiro, é a consideração de que não existe um único modelo universal de processo de trabalho em todos os espaços ocupacionais, bem como um processo de trabalho do assistente social.

As leituras sobre a consideração do exercício profissional do assistente social perpassa também pela linha lukacsiana, em autores como Lessa (2000), Ramos e Gomes (2000) e Costa G. (2000), que sustentam, em suas análises, que a prática profissional do Serviço Social não pode ser tratada como trabalho porque essa recorrência em Marx está circunscrita ao trabalho produtivo de mais-valia, no qual a profissão ao contribuir para reprodução da força de trabalho, não se encontra incluída no trabalho coletivo de produção de mais-valia.

Os autores (as) concebem que interpretar o Serviço Social como trabalho, implicaria compreendê-lo como partícipe do processo de produção de mais-valia. Desta forma, defende que o caráter do trabalho como atividade fundante do ser social não significa a redução das práxis humana ao trabalho, mas que outras práxis igualmente importantes se desdobram a partir dele no interior do tecido das mediações que constitui o processo de reprodução social. O que, para eles, confundir essas práticas sociais como trabalho significaria desqualificar a noção de trabalho e perder de vista o espaço do conflito capital-trabalho.

As incongruências no debate teórico no interior da categoria profissional quando o assunto é vínculo existente entre Serviço Social e a categoria trabalho em Marx, podem influenciar na compreensão da natureza e funcionalidade do Serviço Social. Pois, diante de divergências teóricas sobre a compreensão da inserção da profissão na divisão social do trabalho, a categoria profissional se encontra na realidade desestabilizada e provocada a assumir seu posicionamento, o que coloca em jogo a afirmação do Serviço Social como profissão, bem como das particularidades da sua ação profissional.

A pesquisa sobre a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, revelou que embora venha se privilegiando no universo acadêmico a temática trabalho, ainda se apresentam a resistência política, ideológica e teórica na construção e na implementação das Diretrizes (MOTA, 2007).

Essa realidade evidenciada nos mostra as fragilidades e desafios existentes na formação para a compreensão e clareza sobre o assunto trabalho, processo de

trabalho e a sua relação com o Serviço Social. Tal realidade exige da categoria profissional a construção de estratégias sistemáticas para a compreensão do assistente social como um trabalhador assalariado que se insere em um processo coletivo de trabalho no setor de serviços sociais no âmbito das políticas sociais para atender as demandas postas pelo sistema capitalista de enfrentamento das sequelas da questão social. É nesse contexto, portanto, que deve ser pensada a relação entre trabalho, processo de trabalho²⁹ e Serviço Social na formação profissional do assistente social.

2.3 A contrarreforma na Educação Superior e seus impactos para o processo de formação profissional em Serviço Social

A entrada do ideário neoliberal no Brasil trouxe grandes rebatimentos para a organização da política de Ensino Superior devido à ação do Banco Mundial (BM) que passa a elaborar, monitorar e condicionar aos países periféricos contrarreformas educacionais condizentes voltadas para o ajuste estrutural das economias destes países. Sendo assim o BM parte em defesa do Ensino Fundamental reforçando o discurso de universidade pública como lócus dos privilegiados. Neste contexto, a autora afirma que o Banco Mundial passa a preconizar a educação básica como forma essencial (PEREIRA, 2008).

Esses organismos buscam um consenso de forma estratégica visando à supressão das fronteiras entre os Estados nacionais e com isso a homogeneização dos espaços. Sob a direção política do ideário neoliberal, os processos de diversificação de fontes de financiamento são incentivados pelos organismos internacionais, com o discurso de que ao Ensino Superior é destinado um montante de verbas superior ao ensino básico e que deveria ocorrer uma transferência destas para a educação fundamental (LIMA, 2006).

Referenciando-se nos estudos de Lima (2006) sobre a Reforma da Educação Superior, Pereira (2008) expõe que o discurso de defesa da abertura do Ensino Superior para outras fontes de financiamento utiliza-se de duas estratégias: (1) a

²⁹ Iamamoto (2005, p.106) considera que não existe um único e idêntico processo de trabalho do assistente social, na esfera estatal, em empresas, nas Organizações Não-Governamentais (ONGs) etc. – e internamente em cada um desses campos. Para a autora não se trata de um mesmo processo de trabalho do assistente social e sim processos de trabalho nos quais se inserem os assistentes sociais. Embora eu concorde com a sua posição, optei por adotar a nomenclatura processo de trabalho.

liberação dos serviços educacionais e a expansão de instituições privadas; (2) o estabelecimento de parcerias com fundações de direito privado, cobranças de mensalidades e taxas e corte no investimento do que se refere a novas contratações de trabalhadores no âmbito público educacional, além da falta de manutenção e aperfeiçoamento da infraestrutura pública.

Diante do exposto, percebe-se que o lugar da política de Ensino Superior no Brasil, encontra-se atrelada a uma perspectiva de formação profissional voltada estritamente para o mercado de trabalho e, como espaço utilizado, também para a exploração capitalista. O discurso da educação inclusiva, encontra-se como forma de acesso para os segmentos mais pauperizados à Educação Superior e contribuição para a empregabilidade através de sua capacitação, com a criação de programas de acesso à educação superior pelo governo, mas que se expressam no âmbito privado e, portanto, configurando-se como uma via lucrativa para a expansão capitalista.

Soma-se a isso a perspectiva de formação profissional que atravessa esses espaços, pois nem sempre vem se voltando à formação de intelectuais críticos, seguido de uma formação profissional subsidiada pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, voltada não somente para adquirir conhecimentos, mas construir novos conhecimentos, que é típico da perspectiva de organização da universidade e que teoricamente vem se encontrando na Lei de Diretrizes de Base da Educação Brasileira (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, quando a mesma se refere à Educação Superior. Isso pode implicar na emancipação humana, tendo em vista que esta, conforme expõe Lessa (2007), se processa ao superar a sociabilidade regida pela propriedade privada, que significa a própria superação da emancipação política³⁰.

Tal realidade pode se apresentar, mediante as modificações ocorridas no âmbito da Educação Superior no Brasil, uma vez que o Ministério da Educação vem tecendo classificações para as unidades de terceiro grau como: Universidade, faculdade ou Centro Universitário³¹ e também cria o decreto que dispõe sobre o

³⁰ A emancipação política, portanto, é a realização histórica da sociabilidade regida pela propriedade privada burguesa no qual os homens não passam de “joguetes” de seus poderes alienados (LESSA, 2007, p. 40).

³¹ A LDB de 1996, em seu Capítulo IV, Da Educação Superior, apresenta a definição de Universidade em seu Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano,

exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, como é o caso do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006³².

A Política Educacional apresenta algumas marcas do conjunto das políticas sociais afirmadas pelo ideário neoliberal. São elas: o desenvolvimento das ações focalistas em detrimento de uma universalização do acesso à educação; o paralelismo dos programas assistenciais em relação ao desenvolvimento de políticas públicas por parte do Estado; a implantação de reformas sem o estabelecimento de diálogo e espaços de negociação com os setores representativos do campo educacional e da sociedade civil organizada, com forte ênfase nas dimensões financeiras e administrativas; a descentralização administrativa através do processo de municipalização da rede de serviços educacionais; incentivo à organização de instituições escolares “autônomas” e responsáveis por seus resultados; incentivos à expansão do setor privado e dos organismos não governamentais (ONGs) como coparticipantes dos processos educativos e das decisões que lhes afetam; e, ainda, ênfase no tratamento da educação numa perspectiva eminentemente setorial (ALMEIDA; ALENCAR, 2011).

Diante do exposto, verifica-se que o sistema educacional vem se modificando significativamente nas últimas duas décadas do século passado, tendo em vista atender às exigências dos organismos internacionais e/ou a lógica do capital. O discurso dos organismos internacionais do capital considera a necessidade de

que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. A mesma não faz referência as demais classificações das unidades de ensino superior.

³² O decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, na parte de diz sobre as Disposições Gerais, em seu Art. 12, expõe que as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como: I - faculdades; II - centros universitários e III - universidades. Na atual classificação adotada pelo Ministério da Educação, *Universidades* são instituições cujas atividades-fim são o ensino, a pesquisa e a extensão em todas as áreas do conhecimento humano; *Centros universitários* são instituições de ensino em todas as áreas do conhecimento humano, não sendo obrigadas a desenvolver pesquisas; *Institutos* são instituições de ensino e pesquisa que não cobrem todas as áreas do conhecimento humano; *Faculdades Integradas* são instituições de ensino com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, não sendo obrigadas a desenvolver pesquisas e *Escolas* são instituições que oferecem um ou mais Cursos de Graduação em uma área específica, não precisando fazer pesquisa.

redução das verbas públicas para a educação, especialmente a superior, e deixa claro que, para garantia do acesso à educação, é imprescindível o fortalecimento da expansão do ensino privado. Essa redução da contribuição do Estado no financiamento da educação superior também busca acentuar a responsabilidade das instituições de ensino superior para prover seus próprios recursos, através de uma proposta de autonomia para as universidades que atribui uma lógica empresarial à universidade brasileira.

No Brasil, vem aumentando o número de instituições de ensino superior e os dados do Censo da Educação superior de 2016, elaborado pelo Instituto *Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* (INEP), demonstram que, do ano 2003 a 2016, esse crescimento se deu consideravelmente no âmbito privado e, especificamente, com a proliferação de faculdades, conforme dados abaixo apresentados na tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa – Brasil – 2003-2016*

Ano	INSTITUIÇÕES								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2003	1.859	79	84	3	78	86	1.490	39	-
2004	2.013	83	86	3	104	104	1.599	34	-
2005	2.165	90	86	3	111	105	1.737	33	-
2006	2.270	92	86	4	115	119	1.821	33	-
2007	2.281	96	87	4	116	116	1.829	33	-
2008	2.252	97	86	5	119	100	1.811	34	-
2009	2.314	100	86	7	120	103	1.863	35	-
2010	2.378	101	89	7	119	133	1.892	37	-
2011	2.365	102	88	7	124	135	1.869	40	-
2012	2.416	108	85	10	129	146	1.898	40	-
2013	2.391	111	84	10	130	140	1.876	40	-
2014	2.368	111	84	11	136	136	1.850	40	-
2015	2.364	111	84	11	138	130	1.850	40	-
2016	2.407	108	89	10	156	138	1.866	40	-

Fonte: O autor, 2018.

* Com base no MEC/Censo Inep, 2003-2016.

A distribuição dos dados do Censo da Educação Superior de 2016 apontam que das 2.407 Instituições de Ensino Superior, 2.111 são privadas e 296 são

públicas. Entre as IES privadas, predominam as faculdades (88,4%) (MEC/Censo Inep, 2016).

As 197 universidades existentes no Brasil equivalem a 8,2% do total de IES. Por outro lado, 53,7% das matrículas em cursos de graduação estão concentradas nas universidades; 83,3% das IES brasileiras são faculdades, nas quais estão matriculados apenas 26,7,% dos estudantes. São Paulo, Distrito Federal, Rondônia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul têm uma proporção de alunos em cursos de graduação presencial na rede privada maior que a média nacional, enquanto Minas Gerais se iguala na média nacional (MEC/Censo Inep, 2016).

A Região Sudeste é responsável por 47% de matrículas em cursos presenciais no Ensino Superior no Brasil, seguida pelas regiões Nordeste (21,2%), Sul (15,3%), Centro-Oeste (9,4%) e Norte (6,9%). No Sudeste, vale destacar o estado de São Paulo que concentra mais de 1,7 milhão de alunos matriculados (26,5% do total) em cursos presenciais nas redes privada e pública. Em segundo lugar vem Minas Gerais, com um total de 666 mil matrículas (10,2%), seguido pelo Rio de Janeiro, que registrou 505 mil matrículas (8,5%). Juntos, os três estados foram responsáveis por um total de 2,9 milhões de matrículas (45,2%). Considerando cursos EAD, a Região Sudeste é responsável por 37,9% das matrículas. O estado de São Paulo concentra 259 mil matrículas (19,3%), seguido pelos estados de Minas Gerais, com 132 mil (9,8%) e Bahia, com 105 mil alunos (7,9%) (MEC/Censo Inep, 2016).

A rede privada responde por 75,3% dos alunos do Ensino Superior, contra 24,7% das entidades estatais. Isso significa que, em 2016, havia 6.058.623 estudantes matriculados em faculdades e universidades particulares e outros 1.990.078 em instituições geridas pelo poder público. Quando analisados os dados de 2006 a 2016, o acréscimo de matrículas ficou em 66,8% no setor privado e 59% nas redes municipais, estaduais e federais de Ensino Superior (MEC/Censo Inep, 2016).

O número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu 1,2% entre 2015 e 2016. Na modalidade a distância, o aumento foi de 7,2%; A participação da educação a distância em 2006 era de 4,2% do total de matrículas em cursos de graduação e aumentou sua participação em 2016 para 18,6% (MEC/Censo Inep, 2016).

Entre os anos de 2015 e 2016, houve uma queda no número de ingressantes na rede pública (0,9%), e um aumento na rede privada (2,9%). Olhando a variação ocorrida no período compreendido entre 2006 e 2016, a rede privada se destaca com o crescimento de 53,8%. A rede pública cresceu 43,7% no mesmo período (MEC/Censo Inep, 2016).

Após uma queda observada em 2015, o número de ingressantes teve um crescimento de 2,2% em 2016. Isso ocorreu porque a modalidade a distância aumentou mais de 20% entre os dois anos, enquanto nos cursos presenciais houve um decréscimo no número de ingressantes (3,7%). Entre 2006 e 2016, o número de ingressos variou positivamente 22,2% nos cursos de graduação presencial e quase 4 vezes (297,3%) nos cursos a distância (MEC/Censo Inep, 2016).

Nos últimos 6 anos, o número de cursos EAD registrou um crescimento de 61% no Brasil, saindo de 849 cursos em 2009 e chegando a 1.368 em 2014. Na rede privada o aumento foi ainda maior, de 110%, saindo de 449 cursos em 2000 para 941 em 2014. Em 2014, Pedagogia liderou a procura dos cursos EAD, com um total de aproximadamente 302 mil matrículas, conforme revela a tabela 4 a seguir, ficando o curso de Serviço Social em terceiro lugar (SEMESP, 2016).

Tabela 4 – Cursos mais procurados e número de matrículas no Ensino a Distância (EAD) no Brasil*

Curso	Matrícula
Pedagogia	301.739
Administração	170.540
Serviço Social	97.728
Gestão de Pessoal / Recursos Humanos	87.949
Ciências Contábeis	84.342

Fonte: O autor, 2018.

* Com base no Mapa do Ensino Superior no Brasil, SEMESP, 2016.

O relatório ENADE de 2016 nos revela que existem até esse período pesquisado, 328 cursos de graduação em Serviço Social autorizados pelo MEC que participaram do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), sendo 312 oferecendo educação presencial e 16 ensino a distância (EAD). E, destes, 266 são cursos de Serviço Social inseridos em instituições de ensino superior privado.

Ao buscar a identificação da distribuição do quantitativo de cursos por região, o relatório nos revela que a região Sudeste é de maior representação, concentrando

137 cursos, ou 41,8% do total nacional. A região Nordeste participou com 92 cursos, correspondendo a 28,0% do total de cursos. A região Sul teve 48 cursos participantes, correspondendo a 14,6% do total. A região Norte participou com 30 cursos (9,1% do total). A região de menor representação foi a Centro-Oeste, com 21 cursos ou 6,4% do total (Relatório ENADE, INEP, 2016).

Considerando-se a distribuição dos cursos por Categoria Administrativa em cada Grande Região, a região Sul é a que apresenta a maior proporção de cursos em Instituições Públicas (27,1%). Em contrapartida, a região Sudeste é a que apresenta a maior proporção de cursos em Instituições Privadas (85,4%). Nessa região, encontra-se também a maior quantidade de cursos em Instituições Privadas do país, com 117 dentre os 266 dessa categoria, nessa região (Relatório ENADE, INEP, 2016).

Nas demais regiões também se observa o predomínio de cursos em Instituições Privadas: 76,7% na região Norte, 80,4% na região Nordeste, 72,9% na região Sul e 81,0% na região Centro-Oeste (Relatório ENADE, INEP, 2016).

Os 16 cursos (4,9%) na Modalidade de Ensino a Distância³³ apresentam a seguinte distribuição: quatro na região Nordeste, oito na região Sudeste, três na região Sul e um na região Centro-Oeste, sendo a proporção destes em cada uma dessas regiões, respectivamente, 4,3%, 5,8%, 6,3% e 7,8%. Apenas a região Norte não apresenta cursos na Modalidade de Ensino a Distância (Relatório ENADE, INEP, 2016).

O estado do Rio de Janeiro tem uma população estimada em mais de 16 milhões de habitantes e é formado por seis mesorregiões (totalizando 92 municípios). Concentra em suas 136 instituições de Ensino Superior 8,5% de matrículas em cursos presenciais, superado apenas pelos estados de São Paulo

³³ Ao apresentar o debate sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social, o conjunto CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), a LDB de 1996, incentivou o surgimento desses programas, posteriormente regulamentados pelos decretos 2494/98 e 2561/98. O primeiro decreto caracteriza o ensino a distância como uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem pela mediação de materiais didáticos organizados e veiculados em vários meios de comunicação. Em 2001, o MEC publicou a portaria nº 2253 que autorizava instituições de Ensino Superior a cumprirem até 20% da carga horária obrigatória de seus cursos regulares presenciais por meio de EAD. No mesmo ano a Resolução CES/CNE nº 1 permitiu a abertura de cursos de pós-graduação stricto sensu a distância, a serem regulados pela CAPES. Outra importante medida na implementação do EAD no Ensino Superior brasileiro foi a criação de consórcios entre as universidades, com destaque para o Cederj, que reúne universidades do Estado do Rio de Janeiro para oferecer cursos de licenciatura a distância (Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Org's, 2010).

(26,5%) e Minas Gerais (10,2%). Em 2014, teve um crescimento de 5,9% no total de matrículas em cursos presenciais. No Estado do Rio de Janeiro, 85% do total de matrículas em cursos presenciais estão concentrados apenas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (466 mil matrículas). O crescimento ocorreu também no número de ingressantes (que iniciam o 1º ano) em cursos presenciais. Na rede privada o aumento ficou em 21% e na pública houve uma redução de 1,3%. Em 2014, nos cursos a distância (EAD) houve um crescimento acentuado no número de ingressantes: 68%. Na rede privada, esse número dobrou no mesmo período (SEMESP, 2016).

O Ensino Superior privado no Estado do Rio de Janeiro obteve nos últimos seis anos um crescimento de 5,3% em relação ao número de matrículas. Já o setor público apresentou um aumento maior, de 12,7%. Entre 2013 e 2014, houve um crescimento de 5,9% no total de matrículas em cursos presenciais (518,7 mil para 549,5 mil), sendo que nas IES públicas ocorreu um aumento de 1,3% (136 mil matrículas para 137,8 mil) e, na rede privada, um crescimento de 7,6% (382,7 mil matrículas para 411,7 mil). Em 2014, das 549,5 mil matrículas, 75% estavam concentradas nas instituições de Ensino Superior privadas. Das seis mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, apenas uma delas contabilizou em 2014 mais de 466 mil matrículas: a Metropolitana do Rio de Janeiro. Duas delas, a Sul Fluminense e a Norte Fluminense tiveram mais de 26 mil matrículas. E as três restantes tiveram índices abaixo de 14 mil matrículas (SEMESP, 2016).

As matrículas em cursos a distância (EAD) no estado do Rio de Janeiro registraram de 2009 a 2014 um crescimento de 86%, sendo um aumento de 140% na rede privada e de 15% na pública. Em 2014, na rede privada houve um crescimento de 44% nas matrículas, atingindo a marca de 62,6 mil matrículas, contra 43,5 mil do ano anterior. Na rede pública, ao contrário, houve uma queda de 4,7%, totalizando 22,6 mil matrículas, contra 23,7 mil em 2013. Vale acrescentar que, em 2014, o número de matrículas em cursos EAD representou 13,4% do total de matrículas no estado. Das seis mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, apenas uma delas contabilizou em 2014 aproximadamente 58 mil matrículas: a Metropolitana do Rio de Janeiro. As demais apresentaram números abaixo de 10 mil matrículas (SEMESP, 2016).

O número de ingressantes (que iniciam o 1º ano) em cursos presenciais no Estado do Rio de Janeiro sofreu um aumento de 16,3% no período de 2013 a 2014.

Na rede privada, o crescimento ficou em 21% (147,7 mil alunos em 2013 contra 178,7 mil em 2014) e na pública houve uma redução de 1,3% (39,2 mil em 2013 para 38,7 mil em 2014) (SEMESP, 2016).

No entanto, em cursos a distância (EAD) o crescimento de ingressantes foi mais acentuado: 68%. Na rede privada o aumento chegou a 106% (22,4 mil em 2013 para 46,1 mil em 2014). Na rede pública houve queda de 18% (9,7 mil em 2013 para 7,9 mil em 2014) (SEMESP, 2016).

Em 14 anos, o Estado do Rio de Janeiro registrou um crescimento de 146% no total de cursos presenciais, saindo de 973 cursos em 2000 e chegando a 2.396 em 2014. Na rede privada houve um aumento de 134% (760 em 2000 para 1.780 em 2014). Vale destacar que na rede privada, os tradicionais cursos presenciais de Direito (60,4 mil matrículas), Administração (54,2 mil) e Engenharia Civil (21,9 mil) foram os mais procurados pelos estudantes nas IES privadas do Estado do Rio de Janeiro. Na modalidade de Ensino a Distância (EAD), o curso de Administração foi o mais procurado com um total de 11.106 mil matrículas registradas, seguido pelos cursos de Pedagogia com 8.342 mil matrículas e Gestão de Pessoal e Recursos Humanos, com mais de 6.441 mil matrículas e, dentre os cursos mais procurados na modalidade EAD encontra-se também o Serviço Social com 3.382 mil matrículas, como segue descrito na tabela 5 a seguir.

Tabela 5 – Cursos mais procurados e número de matrículas no Ensino a Distância (EAD) no Rio de Janeiro*

Cursos	Matrículas
Administração	11.106
Pedagogia	8.342
Gestão de Pessoal / Recursos Humanos	6.441
Ciências Contábeis	3.993
Serviço Social	3.382

Fonte: O autor, 2018.

* Com base no Mapa do Ensino Superior no Brasil, SEMESP, 2016.

O Rio de Janeiro possui 136 instituições de Ensino Superior, sendo 24 públicas e 112 privadas. Destas, 6 universidades públicas e 11 privadas; 1 centro universitário público e 16 privados; 14 faculdades públicas e 83 privadas e 9 IF e CEFET público e 34 privados (SEMESP/Base, Censo INEP, 2016).

No âmbito Estadual e municipal, atualmente, segundo os dados do MEC/Emec totalizam em 23 cursos de Serviço Social presenciais, descritos no quadro 1

apresentado a seguir. Dentre estes, 4 possuem a modalidade presencial e a distância.

Quadro 1 – Unidades de Ensino com curso de Serviço Social no Estado do Rio de Janeiro*

INSTITUIÇÃO DE ENSINO/ ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA	MODALIDADE DO CURSO
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC – Rio	Privada	Presencial
Universidade Castelo Branco – UCB	Privada	Presencial
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Pública	Presencial
Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy – UNIGRANRIO	Privada	Presencial/ a distância
Universidade Estácio de Sá – UNESA	Privada	Presencial/ a distância
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	Pública	Presencial
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	Pública	Presencial
Universidade Federal Fluminense	Pública	Presencial
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ	Pública	Presencial
Universidade Salgado de Oliveira- UNIVERSO	Privada	Presencial/ a distância
Universidade Veiga de Almeida- UVA	Privada	Presencial
Faculdade de Duque de Caxias – FDC	Privada	Presencial
Faculdade Redentor – Fracredentor	Privada	Presencial
Faculdades Integradas Simonsen – FIS	Privada	Presencial
ABEU- Centro Universitário – UNIABEU	Privada	Presencial/ a distância
Centro Universitário Anhaguera de Niterói – UNIAN	Privada	Presencial/ a distância
Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM	Privada	Presencial/ a distância
Centro Universitário de Volta Redonda – UNIFOA	Privada	Presencial
Centro Universitário Geraldo Di Biase – UGB	Privada	Presencial/ a distância
Centro Universitário Hermínio da Silveira - UNI IBMR	Privada	Presencial
Conservatório Brasileiro de Música - Centro Universitário - CBM/CEU	Privada	Presencial/ a distância

Fonte: O autor, 2018.

* Com base no Site Mec/e-mec.

No que se refere ao âmbito municipal do Rio de Janeiro, segundo os dados do Ministério da Educação (MEC)/ E-mec, são 12 instituições de ensino, sendo 4 Centros Universitários; 1 faculdade e 7 universidades. Sobre a classificação administrativa, veremos que possui 3 públicas e 9 privadas. E, como parte da minha pesquisa, busquei informações sobre as unidades de ensino filiadas à Associação

Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em seu site, porém, o mesmo não apresentava, pois encontra-se em manutenção³⁴.

Embora os dados do MEC/ E-mec demonstrem que na esfera estadual e municipal do Rio de Janeiro a maioria das instituições de Ensino Superior com curso de Serviço Social sejam universidades, trazem uma dualidade em sua particularidade, primeiro no que se refere à exigência na sua organização e regras de funcionamento, que devem estar de acordo com a classificação das instituições de Ensino Superior do MEC e, segundo pela sua natureza administrativa, pois a maioria se configura no âmbito privado. Soma-se a isso também as questões da modalidade dos cursos, que se encontra atualmente com configuração a distância.

A transformação da Educação Superior em mercadoria educacional é essencial para compreender a intensificação da transnacionalização desse mercado em curso. Desde 2000, ela vem ocorrendo sob a égide da Organização Mundial do Comércio no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços - GATS³⁵, através das seguintes ideias: gestão, qualidade e a velocidade da informação; economia baseada no conhecimento que exige cada vez mais capital humano como condição de criatividade no uso da informação; a universidade para sobreviver deve estar a serviço da sociedade de informação; a substituição do paradigma institucional pelo paradigma empresarial a que devem estar sujeitas as universidades públicas e privadas. Essas ideias presidem a “reforma” da Educação, conforme proposta pelo Banco Mundial, que demonstra uma submissão do sistema educacional ao âmbito estritamente econômico. Diante deste cenário, o que se observa é a transformação da universidade num serviço a que se tem acesso, não por via da cidadania, mas por via do consumo e, portanto, mediante o pagamento.

O processo crescente de privatização da educação superior vem acompanhado de um discurso de “democratização” deste nível de ensino, mas, evidencia uma ruptura com o princípio da universalidade ao acesso da Educação, defendido historicamente pelos movimentos sindicais e sociais latino-americanos. A defesa da expansão da Educação Superior faz parte das lutas históricas da

³⁴ Em dezembro de 2017, como parte da minha pesquisa, busquei informações sobre as unidades de ensino filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em seu site, porém, o mesmo não apresentava, pois se encontrava em manutenção.

³⁵ O GATS tem como objetivo promover a liberalização do comércio de serviços através da eliminação das barreiras comerciais na área da educação. Para mais informações consultar Siqueira (2004).

Campanha em defesa da Escola Pública, do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e, hoje, a retomada das ações políticas pelo Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública no Rio de Janeiro que reafirma a necessidade urgente de uma política de expansão do ensino superior pautada na defesa intransigente da educação pública e gratuita e do financiamento público exclusivo para as universidades públicas (LIMA, 2012).

Cumprе ressaltar que o crescimento de unidades de Ensino Superior, sobretudo privadas, aparece articulado com o movimento do Estado brasileiro de incentivo à expansão desta modalidade, via setor privado e não confessional, que dentre outras formas, acontece através de iniciativas que ampliam o papel do mercado na comercialização da educação de terceiro grau no setor de serviços. Outro aspecto importante sobre o empresariamento da educação diz respeito à privatização interna nas universidades públicas, que se expressam através de cursos pagos, fundações de direito privado e Lei de Inovação Tecnológica. A condução dessa privatização pelo Governo Federal (de Fernando Henrique Cardoso a Lula da Silva) se materializa através da criação de um arcabouço jurídico que compreende:

(O Decreto Presidencial 5.205/04 que regulamenta a ação das fundações de direito privado nas universidades públicas e a Lei de Inovação Tecnológica – 10.973/04 – são importantes referências desta privatização interna). Estas ações demonstram, portanto, a configuração de um determinado “perfil” de trabalhador docente: os empreendedores. Um docente que, na condição de *empresário de si mesmo*, capta recursos públicos e privados no lucrativo “mercado educacional” criado no interior da universidade pública (LIMA, 2012, p.16, grifos da autora).

Encontra-se, portanto, na atual conjuntura, a presença da lógica da expansão universitária, da precarização das formas de contratação de assistentes sociais; na formação profissional estimulada pela proliferação de cursos de graduação de pouca qualidade e a distância.

Outra questão, são as mudanças advindas da LDB/1996 e a utilização do fundo público para financiamento da educação superior no âmbito público, com a ampliação do acesso via políticas de cotas, as ações afirmativas, que conta com as Leis Estaduais nº 6.433 e nº 6.434, de 15/04/2013, segundo as quais é garantida a reserva de cinquenta por cento das vagas do processo seletivo a alunos que tenham cursado integralmente a educação básica em rede pública de ensino. E, no âmbito privado através de programas de governo para acesso ao ensino superior, como

PROUNI (Programa Universidade para todos)³⁶ e FIES³⁷, seguido pela lógica da privatização.

Conforme já ressaltado, a incidência das políticas neoliberais tem determinado fortemente as políticas educacionais no Brasil, como em outros países, que vêm apresentando o sistema de privatização do ensino e da exclusão cada vez mais rápida do Estado e de suas obrigações com a Educação e seu financiamento. Tal posicionamento, portanto, traz a exigência de olharmos para os desafios da formação profissional, uma vez que a formação dos professores, a avaliação institucional, a definição conceitual em relação à educação para a pesquisa ou para o mero ensinar, são discussões que perpassam tanto o processo de formação quanto o cotidiano profissional do docente em Serviço Social.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) traz como finalidade da Universidade a criação de conhecimento novo e a disseminação desse conhecimento, através da junção entre ensino, pesquisa e extensão, levando-se em conta as exigências da sociedade, nascidas de suas próprias transformações, num mundo em constantes mudanças. No entanto, é importante distinguir ensino de

³⁶O Programa Universidade para Todos (Prouni) é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Podem se inscrever no Prouni 2º/2015, os candidatos que não possuam diploma de curso superior que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014 e tenham obtido no mínimo 450 pontos na média das notas do Exame. É preciso, ainda, que tenham obtido nota acima de zero na redação. Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve ter renda bruta familiar de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Além disso, o candidato deve satisfazer a pelo menos uma das condições das seguintes condições: ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública; ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola; ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada; ser pessoa com deficiência; ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura. Nesses casos não há requisitos de renda (In: site http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php).

³⁷O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é o programa do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Pode se inscrever no processo seletivo do Fies, o estudante que: Não tenha concluído curso superior; Tenha renda familiar mensal bruta, por pessoa, de até dois e meio salários mínimos; Tenha participado de alguma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010 e obtido nota mínima de 450 pontos na média das provas e nota na redação que não seja zero. Podem se inscrever ainda, independentemente de terem participado do Enem: Os estudantes que tenham concluído o Ensino Médio antes de 2010; Os professores do quadro permanente da rede pública de ensino, em efetivo exercício na educação básica, desde que se inscrevam em cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia na sua área de atuação. Nesse caso, podem participar também os professores que já tenham concluído curso superior (In: site <http://fiessselecao.mec.gov.br/>).

Educação, para que o direcionamento da Educação não seja um mero treinamento, capacitação ou reciclagem, desconsiderando-a enquanto espaço de construção de conhecimento, o saber pensar; o aprender a aprender; a reconstrução constante; a aprendizagem emancipatória e a pesquisa.

Com as modificações ocorridas no âmbito da educação superior no Brasil, o Ministério da Educação irá tecer classificações para as unidades de Ensino Superior e também o decreto que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, como é o caso do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006³⁸.

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) – e o ENADE são parte dos resultados das reformas do Ensino Superior. Estes se apresentam como um sistema avaliativo – composto pela avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes e avaliam os aspectos que giram em torno desses três eixos (o ensino, a pesquisa, a extensão), a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações, dentre outros, de acordo com o INEP/MEC³⁹.

O ENADE tem peso na constituição dos indicadores para avaliação dos cursos, principalmente como instrumento para a propaganda disseminada por inúmeras Instituições Privadas de Ensino Superior. É gerado um relatório do ENADE que é publicizado na página do INEP e geralmente é divulgado pelas Instituições de Ensino Superior privadas, cuja avaliação vem isolada de outros componentes

³⁸ O decreto 5.773 de 09 de maio de 2006 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, na parte de diz sobre as Disposições Gerais, em seu Art. 12, expõe que as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como: I - faculdades; II - centros universitários e III - universidades. Na atual classificação adotada pelo Ministério da Educação, *Universidades* são instituições cujas atividades-fim são o ensino, a pesquisa e a extensão em todas as áreas do conhecimento humano; *Centros universitários* são instituições de ensino em todas as áreas do conhecimento humano, não sendo obrigadas a desenvolver pesquisas; *Institutos* são instituições de ensino e pesquisa que não cobrem todas as áreas do conhecimento humano; *Faculdades Integradas* são instituições de ensino com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, não sendo obrigadas a desenvolver pesquisas e *Escolas* são instituições que oferecem um ou mais Cursos de Graduação em uma área específica, não precisando fazer pesquisa.

³⁹ O SINAES possui uma série de instrumentos complementares: auto-avaliação, avaliação externa, ENADE, Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro) (BRASIL, 2004).

avaliativos, como a qualificação e condições de trabalho do corpo docente, bem como a própria trajetória educacional do aluno (a).

Esse debate da avaliação do ENADE encontra-se como uma demanda para a ABEPSS para o movimento estudantil, para as demais entidades da categoria e também para o conjunto dos docentes. E, além disso sobre a expansão da privatização do ensino em Serviço Social, seja no âmbito da graduação ou da pós-graduação.

No Brasil nesse cenário de reformas, os cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social também irão sofrer grandes impactos, pois já vem se constituindo a proposta de privatização de cursos de pós-graduação na universidade⁴⁰, o que também pode levar à perda da sua autonomia intelectual diante das agências responsáveis pela a avaliação e do próprio mercado, que podem implicar nos rumos dos trabalhos acadêmicos.

No que tange aos programas de pós-graduação em Serviço Social, segundo o relatório da avaliação quadrienal de Serviço Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de 2017, até o ano de 2016 havia 34 Programas de Pós-graduação em funcionamento.

A distribuição regional dos 34 Programas de Pós-graduação, de acordo com as informações apresentadas no relatório, encontra-se assim disposta espacialmente: 12 na região Sudeste (36,4%), 11 na região Nordeste (33,3%), 05 na região Sul (15,2%), 03 Programas na região Centro-Oeste (9%) e 02 estão na região Norte (6%). Assim, 69,7% dos Programas se concentram nas regiões Sudeste e Nordeste (Serviço Social, CAPES, 2017).

Um dado relevante, é que na modalidade de Pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado), mesmo diante das novas racionalidades e reformas vivenciadas na Educação Superior no Brasil, a formação pós-graduada em Serviço Social, ainda tem as Universidades Públicas (78,8%) como líder de sua inserção, seguida das universidades comunitárias (14,7%), com pouca expressividade de instituições privadas (2,9%) em uma tendência inversa à detectada na graduação (Serviço Social CAPES, 2017).

⁴⁰A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou no dia 18 de junho de 2015 a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 395/14, que especifica que o ensino superior na rede pública será gratuito apenas nos cursos regulares de graduação, mestrado e doutorado (<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/educacao-e-cultura>. Acesso em: 17 out. 2015).

A situação dos Programas de Pós-graduação em relação à área básica, em 2016, é a seguinte: 23 em Serviço Social (67,6%); 06 em Política Social (17,6%); 03 em Políticas Públicas (8,8%), e 02 em Economia Doméstica (5,9%). A exceção dos 2 Programas de Economia Doméstica, todos os 32 Programas de Pós-graduação guardam interlocução com o objeto do Serviço Social e suas interfaces com a política social e as políticas públicas.

A área de Serviço Social apresentou importantes indicadores de sua consolidação e expansão: crescimento da oferta de cursos de Doutorado – hoje 53% dos Programas de Pós-graduação da área possuem os cursos de Mestrado e Doutorado, distribuídos em todas as regiões do país.

Registra-se o crescimento da demanda dos docentes por Bolsas de Pós-Doutorado e Estágio Sênior no exterior. Entre 2014 e 2016 os docentes em estágio sênior e Pós-doutorado no exterior se dirigiram prioritariamente para Portugal (65,5%), seguido da França (20,7%).

Entretanto, entre 2015 e 2016 a queda na concessão de bolsas nessas duas modalidades foi de 50% para a área. Tal queda compromete as ações em curso de ampliação das relações entre os docentes dos PPGs e os Programas no exterior.

A política de pesquisa e de pós-graduação, difundida e monitorada pelos órgãos de fomento pelas notas atribuídas aos programas de pós-graduação pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na produção docente conduzida pelo sistema Qualis da CAPES, vem seguida da lógica produtivista, da competitividade entre instituições, programas e docentes, representando perda de autonomia e a subsunção do trabalho intelectual à lógica mercantil.

Na atualidade vem se alterando substancialmente as condições e relações de trabalho profissional na lógica da expansão universitária, o que vem ocasionando a precarização das formas de contratação de assistentes sociais; a formação profissional estimulada pela proliferação de cursos de graduação de pouca qualidade e a distância, as dificuldades enfrentadas pelos cursos presenciais, seja no âmbito público ou privado, diante das mudanças advindas da LDB/1996, bem como a utilização do fundo público para financiamento da Educação Superior no âmbito público e programas de governo para acesso à mesma, seguido pela lógica da privatização.

As funções desempenhadas também pelos assistentes sociais vinculados (as) ao magistério superior, seja na direção de unidades formadoras ou na Supervisão de Estágio, ao mesmo tempo em que guardam particularidades em relação ao exercício efetivo da profissão no âmbito das políticas sociais, seja em estabelecimentos públicos, empresariais ou não-governamentais, compõem o amplo espectro de atividades que conformam o serviço social como uma instituição social bastante complexa, que produz um modo de ser profissional e movimenta uma série de práticas e procedimentos dirigidos à sua própria regulação em relação aos processos sociais (ALMEIDA, 2009).

A regulamentação e dinâmica do Serviço Social não se restringem às legislações e processos institucionais exclusivos da profissão, pois tanto a formação como o exercício profissional dependem de um conjunto de relações sociais e das mediações entre elas, como totalidade que precisa ser pensada sem perder de vista a dinâmica do ser social como: sua relação com a dinâmica da Educação Superior, do mercado de trabalho, assim como das políticas públicas e suas formas particulares de organização da prestação dos serviços sociais (ALMEIDA, 2009).

Nessa conjuntura de redução de investimento na educação, na organização do Ensino Superior e da formação acadêmico-profissional, sinalizam aspectos que podem levar esse processo de formação a seguir lógicas diferenciadas, no que diz respeito à proposta pedagógica defendida pela ABEPSS e a sua organização nas diversas classificações administrativas e modalidades de cursos ensino superior.

As questões que se encontram na Educação Superior e no processo de formação profissional em Serviço Social na atualidade, apontam cinco exigências para a qualidade da formação profissional em Serviço Social: a primeira é sobre a estrutura e lógica da instituição educacional; a segunda é a estrutura do projeto pedagógico do curso; a terceira é o perfil do docente e seu entendimento sobre a profissão, tendo em vista que, pela diversificação de conteúdos exigidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, nem sempre serão ministrados por assistentes sociais; a quarta é sobre a concepção de educação dos docentes e a quinta é referente à linguagem e às didáticas pedagógicas utilizadas por eles.

O conteúdo pedagógico, diante da flexibilização curricular também sofre rebatimentos, seja na articulação entre teoria e prática, ou na valorização da pesquisa, extensão e do estágio como componentes da formação e exercício profissional.

Portanto, as bases para a superação são a busca de conhecimento com a utilização de um referencial teórico-metodológico consistente, que direcione o pensar e o agir do profissional de forma a não reduzir o seu trabalho a uma ação tecnicista.

A categoria profissional tem, como demanda, a apreensão crítica sobre a organização socioeconômica da realidade brasileira, a educação, suas relações sociais, do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social do trabalho e as demandas postas para a sua atuação profissional, frente às novas racionalidades das políticas sociais (ALMEIDA; ALENCAR, 2011).

As racionalidades que vêm atravessando a formação e o trabalho profissional do Assistente Social vem apresentando demandas para o exercício e efetivação do projeto defendido pela profissão. Destarte, não se tratam de demandas restritas às elaborações acadêmicas. Mas, de questões que atravessam o meio acadêmico-profissional, com fortes consequências teóricas e práticas, e que vem merecendo ser alçadas ao campo das ideias e da ação política.

As demandas de intervenção postas para a profissão percorridas ao longo deste capítulo estão vinculadas a aspectos que são intrínsecos às condições objetivas oferecidas pelas universidades e espaços sócio-ocupacionais em que se insere o projeto Ético-político da profissão. E, que desta forma nos trazem evidências para pensar, compreender e analisar o lugar que vem ocupando o exercício e efetivação da Supervisão de Estágio no âmbito da profissão no conjunto de produções bibliográficas sobre a mesma, apresentadas no próximo capítulo.

3 A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo se apresenta a discussão sobre o Supervisão de Estágio em Serviço Social, considerando-a como componente do processo de formação e como atividade que integra a formação e exercício profissional do assistente social. O objetivo foi expor o debate e tratamento da Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação profissional do assistente social.

A Supervisão de Estágio em Serviço Social vem composta por uma diversidade metodológica que tem traçado os rumos da sua ação, de seus objetivos e de suas concepções. Alguns desses elementos caracterizam o estágio como atividade complementar, periférica, exógena aos propósitos do processo de formação o que, em alguns casos, fortalece a dicotomia teoria-prática e o conservadorismo na profissão.

Além disso, discorre uma análise crítica sobre a produção teórica sobre Supervisão de Estágio no Serviço Social, estabelecendo uma relação direta entre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, seus princípios e os limites postos para sua materialização.

3.1 A Supervisão de Estágio em Serviço Social como atividade que integra formação e trabalho profissional

A formação e atuação profissional em Serviço Social ao longo da trajetória histórica da profissão vêm se apresentando como ponto de preocupação e debates no âmbito da categoria, sendo seus contornos determinados pela conjuntura histórica e pela atuação dos sujeitos orientados por projetos profissionais distintos no plano ético e político.

Pensar a Supervisão e o Estágio e a sua relação com a formação e exercício profissional do assistente social, implica em reconhecer e compreender que ambos não são exclusivos da profissão de Serviço Social, portanto, há uma heterogeneidade de significados, de objetivos e sentidos, tanto no que tange a operação quanto à ideologia. Isto influencia nas ações empreendidas pelos sujeitos envolvidos nesse processo e nos espaços em que se configuram as suas ações.

O significado da palavra “Supervisão”, segundo vários dicionários, refere-se a dirigir, orientar, inspecionar. Esta, já acaba incorporando, de certa forma, a ação da supervisão que é realizada pela figura do supervisor (a) que é aquele que revisa, que vê, que está comprometido com o significado e implicações das atividades e possuidor da visão ampla dos aspetos e componentes das atividades empreendidas no âmbito das organizações coletivas de trabalho.

Conforme já apresentado no primeiro capítulo, no debate sobre “*O trabalho na esfera da produção e reprodução das relações sociais*”, conforme nos revelou Marx (2008) “*o trabalho é algo que só o homem pode realizar, por conta da sua capacidade teleológica de pensar*”. É através do trabalho que o homem transforma a sociedade e a si mesmo, mediante a sua condição de ser histórico. Para Marx o trabalho é a categoria fundante do ser social, pois a consciência da relação do homem com a sociedade, ou seja, com a sua história, está diretamente relacionada com o desenvolvimento de sua capacidade em fazer esta história, sendo breve, pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Partindo deste princípio, o ato de supervisionar se volta para o alcance de objetivos que, na diversidade das organizações, terão sentidos e objetivos heterogêneos em sua realização. Sobre esse aspecto, Buriolla (2003) em seu livro “*Supervisão em Serviço Social: o supervisor, suas relações e seus papéis*” ao se voltar para a análise da Supervisão de Estágio em Serviço Social, ressalta a importância de compreender os enfoques que se apresentam no campo de sua realização que são: o administrativo, o operacional e o educativo⁴¹. O que implica entender o significado, o objetivo e o sentido do estágio em sua configuração genérica.

O estágio é definido no dicionário como “período de prática”, cujo sentido genérico é a realização de uma atividade desenvolvida pelos alunos em empresas

⁴¹ **Administrativo** – A supervisão é considerada como o processo pelo qual se estabelece um método adequado ao controle de serviços, com vista ao aperfeiçoamento profissional. Esta supervisão está ligada a tarefas administrativas e a melhor prestação de serviços. Para tanto, são acionados mecanismos de controle e de treinamento.

Operacional – A supervisão é vista como um processo operativo, quando se realiza diretamente na área do agir, do fazer profissional. Nessa perspectiva, são empregados meios didáticos específicos para o alcance das metas desejadas na ação propriamente dita.

Educacional – Aqui, a supervisão está relacionada ao processo educacional, portanto, ao ensino e à formação profissional; aos processos pedagógicos e aos programas de ação educacionais. Esta supervisão exige uma sistematização constante da “matéria prima” que vai sendo trabalhada, analisada no decorrer do processo de ensino- aprendizagem.

ou instituições com o objetivo de complementar a aprendizagem através da vivência no mundo do trabalho dos conteúdos obtidos em sala de aula.

A definição de estágio que a lei n. 11.788/2008 apresenta em seu artigo 1º: “Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular [...]”, acrescentando em seus incisos que o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso e visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (CFESS, 2008).

O sentido epistemológico da palavra supervisão e estágio e seu objetivo e sentido heterogêneo, acaba influenciando na apreensão dos conceitos, principalmente ao relacionar com a formação e trabalho profissional, que exige a compreensão de sua inserção e as lógicas que os permeiam, com a utilização de conhecimento de outras áreas de saber científico que abordam sobre essas temáticas.

A “*Administração*⁴², *Educação*⁴³ e *Pedagogia*⁴⁴” são áreas como bases de conhecimentos fundamentais para o entendimento do objetivo e sentido da supervisão. Primeiro, pela compreensão da gestão do trabalho coletivo e, segundo, pelo conhecimento do sentido da educação, as ações que a permeiam e a sua contribuição na construção de propostas pedagógicas. Tais conhecimentos podem contribuir para complementar, desenvolver e afirmar o próprio conhecimento sobre essas práticas no âmbito das profissões, tendo em vista que nem todas as profissões possuem como parte da organização da sua formação a apreensão dos conceitos, objetivos e sentidos da área administrativa e da educação, embora a gestão e a dimensão pedagógica estejam de alguma forma presente nas profissões, seja na formação ou na atuação profissional.

⁴² O ato de planejar, organizar, comandar, dirigir e controlar. Além disso, as funções administrativas são: técnica, comercial, financeira, segurança, contabilidade e administrativa (FAYOL, 1970).

⁴³ Para Freire, educar é construir, é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o papel da História e a questão da identidade cultural, tanto em sua dimensão individual, como na prática pedagógica proposta (FREIRE, 1996).

⁴⁴ “Estudioso das teorias de ensino e aprendizagem, o pedagogo pode atuar em diversas dimensões da Educação. Ensino infantil, fundamental e médio, gestão de escolas e coordenação de treinamentos em empresa são apenas alguns exemplos de áreas onde o profissional da Pedagogia pode atuar”. In: www.guiadacarreira.com.br/profissao/.

A não inserção de conteúdos da administração e educação na formação profissional das diversas profissões, pode ocorrer devido à definição de seus conteúdos se fundamentarem na consideração do nível de sua formação profissional em “*licenciatura*⁴⁵, *bacharel*⁴⁶ ou *tecnológico*⁴⁷”, bem como da restrição das atividades singulares que compete a cada profissão.

Ao fazermos a junção entre as palavras Supervisão e Estágio e utilizarmos a compreensão conceitual de ambas, chegando ao termo Supervisão de Estágio, veremos que, no que se refere a sua dimensão pedagógica, fica claro que esta se encontra voltada para a efetivação de projetos de formação profissional. Porém, a essa ação pedagógica, encontra-se vinculada um saber científico, repleto de sentidos e definições.

Outro ponto a se considerar é que essa Supervisão de Estágio, não se desenvolve de maneira autônoma, se insere em um contexto histórico, com relações hierárquicas de afirmação de projetos ideológicos e em espaços organizacionais que possuem perspectivas administrativas distintas na gestão da sua prática.

A prática da Supervisão de Estágio se configura a partir da relação entre a organização direcionada para o ensino e a organização campo de estágio. As naturezas da gestão destes espaços organizacionais possuem lógicas distintas: A unidade acadêmica possui uma gestão organizacional voltada para a produção de conhecimento e formação para o mercado de trabalho e as organizações que se constituem em campo de estágio, tem como foco a prestação de serviços.

Portanto, é necessário conceber a Supervisão de Estágio na formação profissional, a partir da consideração que tanto o projeto de formação profissional quanto os processos de trabalho em que se insere a profissão, e o estágio supervisionado, são atravessados e informados pela realidade social.

⁴⁵ “[...] Têm como objetivo aprender a *ensinar* o seu ofício. Ou seja, o licenciado tem permissão para dar aulas sobre o curso que escolheu.

⁴⁶ “O bacharelado forma profissionais focados no *mercado de trabalho*, que desejam atuar exercendo ativamente a profissão que escolheram” (In: <https://querobolsa.com.br/revista/diferenca-entre-bacharelado-e-licenciatura>).

⁴⁷ “O Decreto nº 2208/97 prevê em seu Artigo 3º, educação profissional em nível tecnológico, correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. Tais cursos de nível superior, correspondentes à educação profissional de nível tecnológico, prevê ainda o Decreto, deverão ser estruturados para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas de especializadas e conferirão diploma de Tecnólogo” (In: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>).

A história do Serviço Social como profissão está inserida no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Assim, encontra-se como um dos princípios da formação profissional do assistente social o estabelecimento das dimensões investigativas e interventivas, estando como condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade.

A informação teórica e metodológica que forma o profissional, somente atualiza os seus conhecimentos sobre os seus objetivos, a sua história, o contexto em que se situa o conhecimento da vivência de indivíduos e grupos que vêm a se integrar com a modalidade prática da ação. Mas, ao ser mediatizada pelo trabalho, circunscrito como fazer profissional, potencializa um conhecimento novo, ao se objetivar por um conjunto de atos que transformam as ideias e finalidades em um produto objetivo.

Ao tratarmos a Supervisão de Estágio como parte da formação e do trabalho do assistente social, levando em consideração o processo histórico percorrido pela profissão, vê-se que a supervisão se defrontou com processos ideológicos e com mudanças nos processos sociais, nos quais o papel de supervisor nem sempre foi o mesmo. Compreendo assim, que a supervisão, bem como a formação e o trabalho do assistente social, não podem ser pensados de forma isolada, pois ambos se encontram inseridos em um contexto histórico, marcado por aspectos políticos, econômicos, sociais e religiosos, particular a cada momento histórico vivido pela profissão.

A trajetória da profissão de Serviço Social mostra que sua origem se pautou, por muito tempo, em princípios e ideais filosóficos humanitários e religiosos e que levou à efetivação de um trabalho “alienado”, voltado para atender os interesses do capitalismo⁴⁸. Essa posição conservadora em que a profissão estava engendrada é vista em seus Códigos de Ética até a década de 1980. A profissão, por muito tempo, ficou sem um projeto de formação e atuação profissional, servindo única e

⁴⁸ “[...] o seu surgimento como fenômeno histórico, social e como atividade profissional, e em que se produziram seus primeiros modos de aparecer, marcaram o Serviço Social como uma criação típica do capitalismo, por ele engendrada, desenvolvida e colocada permanentemente a seu serviço, como uma importante estratégia de controle social, uma ilusão necessária para, justamente com muitas outras ilusões por ele criadas, garantir-se a efetividade e a permanência histórica. O Serviço Social já surge, portanto, no cenário histórico com uma identidade atribuída, que expressava uma síntese das práticas sociais pré-capitalistas – repressoras e controlistas – e dos mecanismos e estratégias produzidas pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do sistema capitalista” (MARTINELLI, 2001, p. 66-67).

exclusivamente ao sistema capitalista e, assim, tratando o estágio como um mero cumprimento curricular e a supervisão como o ensino da prática, ou seja, ao “saber fazer” e ao “como fazer” da profissão⁴⁹.

Na década de 1970, por efeito da política educacional seguida na esfera estatal, proliferaram faculdades de Serviço Social atreladas aos objetivos de comercialização do ensino, formando profissionais enfaticamente como mão de obra para o mercado, em prejuízo da formação científica, não ficando a supervisão ausente deste quadro.

A Supervisão, por sua vez, era definida como ensino prático, no qual o supervisor era considerado como “professor da prática”. A relação teoria e prática encontrava-se dicotomizada, tornando isso mais evidente quando Vieira a define como “[...] um processo de ensino e de desenvolvimento profissional. Sua finalidade principal é ensinar ao supervisionado como aplicar a teoria do Serviço Social, que aprende em aula e na prática diária do campo de trabalho” (VIEIRA, 1979, p. 78).

Assim, fica visível que não se constitui em preocupação para Vieira (1979) o estabelecimento de uma relação mais próxima entre universidade e campo de estágio, que resulte na elaboração do diagnóstico educacional e do plano de estágio. Também não é apontada de que maneira a experiência de estágio será acompanhada pela academia e quais as formas de contato que serão estabelecidas. Isto vem, conseqüentemente, fragilizar o processo educativo, no qual separam-se os dois espaços: o espaço da teoria (campo acadêmico) e o espaço da prática (campo institucional).

A teoria e a prática guardam especificidades enquanto momentos diferenciados, mas constituem-se enquanto unidade indissolúvel, enquanto movimento, processualidade que se expressa na prática social.

A realização do estágio, conforme já abordado, se encontra presente desde o surgimento da profissão como uma exigência curricular para a graduação do assistente social. Assim, a Supervisão de Estágio é realizada em função dele, sendo, portanto o seu objetivo a formação profissional.

⁴⁹ [...] O Serviço Social não é composto de habilidades ou atividades apenas; se o fosse, seria simples execução de tarefas; baseia-se sobre conhecimento de ciências diversas, de uma teoria e de princípios que não somente orientam o “como” das tarefas, mas explicam o “porquê” das atividades (VIEIRA, 1979, p. 46).

O processo de supervisão construído até a década de 1980 mostrou-se a-histórico, pois não se refere à conjuntura no qual é traçado e às suas determinações. Pois não contempla as contradições inerentes à sua inserção tanto no espaço institucional, quanto no processo de trabalho do Serviço Social, limitando-se a apresentar-se enquanto método de ensino. Mostra-se acrítico na medida em que não se reporta à sua construção, à sua vinculação ao aparelho de Estado, não questionando as implicações daquela orientação. No entanto, assim como destaca Iamamoto (2004):

[...] Pensar a Profissão não exige apenas detectar as determinações de sua inserção na sociedade. Implica, ainda, identificar as raízes teóricas de que e caudatária, que vem informando certas óticas de leitura da Sociedade e do exercício profissional. Implica, pois, recuperar algumas características da herança cultural e intelectual que vem plasmando o discurso profissional e a compreensão da prática do Serviço Social. (IAMAMOTO, 2004, p. 195).

Até a década de 1980 a supervisão apresentava-se enquanto método de ensino, com ênfase no processo ensino e aprendizagem, analisada de forma endógena, sem trazer para o debate o próprio processo de estágio, a instituição no qual ele se realiza, o projeto de formação profissional ao qual está atrelado e o processo de trabalho do Serviço Social.

Em fins da década de 1970 e início de 1980, a formação profissional do assistente Social começou a ser questionada no quadro geral da sociedade brasileira, com a rearticulação e surgimento de novas políticas, em cujo contexto se destaca o movimento de redemocratização. Buscou-se, neste momento, novas teorias e novas alternativas de prática, propondo-se um compromisso com as camadas populares, o que veio a exigir um novo projeto de formação profissional.

[...] Nas lutas encaminhadas por diversas organizações nesse processo de transformação, um novo projeto de sociedade se esboça, se constrói e se difunde uma nova ideologia. Inserida neste momento, a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classes. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e conseqüentemente de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através de suas organizações faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe (CÓDIGO DE ÉTICA ..., 1986, p. 01)

Assim sendo, defende-se que a melhor formação profissional não é aquela que fornece as fórmulas ou instrumentos de ação, “o *saber fazer*”, mas aquela que

possibilita uma visão globalizante da sociedade, uma reflexão crítica da realidade e, ao mesmo tempo, face à realidade. A formação pautada por esse pressuposto capacita o profissional a compreender o processo histórico, a realidade estrutural, o contexto institucional, como também o prepara a fazer opções e atuar de forma consciente e comprometida.

O currículo de 1982 demarcou não só a introdução da pesquisa no currículo mínimo, como também a reorientação do projeto de formação profissional sob novas diretrizes. Nesse sentido a ABESS se pronuncia, quanto à formação profissional pretendida a partir da reformulação curricular⁵⁰.

Como podemos perceber no que tange à construção de propostas de ensino para o curso de Serviço Social, está se dá a partir da visão que se tem da sociedade e da concepção que se tem do assistente social e do seu trabalho. É a partir desta concepção que veio sendo determinado qual perfil de profissional se desejava formar e para onde deve se orientar as suas ações.

Na década de 1980, evidenciou-se no interior da profissão e no processo de revisão curricular, coordenado pela ABESS, uma diversidade de posições quanto aos vínculos do projeto profissional com projetos societários, mas que reafirmam a dimensão política da prática em conformidade com as diretrizes curriculares da década de 1980 e o Código de Ética de 1986, considerado referência do processo de renovação profissional e cuja direção social defendida vincula-se aos interesses da classe trabalhadora.

A discussão do processo de supervisão, que antes se caracterizava como endógena, a-histórica e a-crítica, nos anos de 1980 vai se situar de forma mais orgânica no debate da formação profissional e no processo de trabalho do Serviço Social⁵¹, uma vez que o novo currículo busca realizar a junção teoria e prática.

⁵⁰ Avanços relacionados à reforma curricular então implementada. O novo currículo mínimo (aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do parecer 412/82 de agosto de 1982). In: PINTO, Rosa Maria Ferreiro. Política Educacional e Serviço Social, São Paulo: Cortez, 1986.

⁵¹ No currículo de 1982, [...] considera-se que a formação profissional de Serviço Social tem como referência básica o homem como ser histórico de uma realidade em que os relacionamentos emergem, principalmente, da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica da realidade social. [...] Torna-se, portanto, fundamental capacitar o aluno para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico-estrutural e o contexto institucional, onde se processa a prática do Serviço Social, habilitando-o a propor e operar alternativas de ação. [...] Trata-se, por conseguinte, de uma formação que se situe no plano da reflexão-ação, tendo em vista o desencadear de um processo de capacitação. Nesse sentido, a formação acadêmica pressupõe:
1) Um conhecimento básico enfatizando a ciência do homem e da sociedade;

As discussões sistematizadas nos anos de 1980, acerca do processo de supervisão, revelam a tentativa de romper com as práticas tradicionais e, seguindo o mesmo movimento de intenção de ruptura que aflora na profissão nesta década, buscam reorientar as práticas de estágio e de supervisão que favoreçam a formação de um novo perfil profissional, mais crítico e comprometido com a população usuária.

[...] Tem-se aqui o perigo de ressuscitar velhos equívocos frequentes no movimento de reconceituação: a prática nas 'instituições oficiais' tida como necessariamente “conservadora”, em oposição àquela nos organismos populares, vista como necessariamente “revolucionária (IAMAMOTO, 2004, p. 109).

Neste momento, a pretensão que se teve foi de se criar espaços de estágios mais apropriados à aprendizagem de um novo fazer profissional, que, conseqüentemente, vai gerar algumas contradições para o processo de formação profissional e que terão rebatimentos no estágio, pois, privilegiam-se a prática profissional para os movimentos populares, referindo-se à prática institucional como prática tradicional.

Essa tendência vai encontrar suas motivações na proposta de Serviço Social Alternativo divulgado pelo CELATS⁵², e criticado por lamamoto:

[...] O alternativo é, pois, o que levanta o “projeto popular” em relação ao projeto que é hoje dominante. A profissão só pode se propor como alternativa, portanto, na medida em que articular, facilitar e reforçar o desenvolvimento desse projeto social organizado em torno dos interesses populares, como convocatória de nova hegemonia. Os profissionais tornam-se alternativos quando sua prática se torna orgânica ao “projeto popular alternativo”. Em suma, o alternativo é o projeto popular (CELATS, 2004, p. 127).

Sendo as instituições públicas e privadas os principais empregadores do Serviço Social, é interessante “saber” se houve alguma construção de alternativas para as contradições presentes nestes espaços institucionais, pois, relativamente, é através dessas instituições que o Serviço Social realiza o seu processo de trabalho.

2) Um conhecimento profissionalizante dos fundamentos teóricos do Serviço Social e suas relações com esse sistema, assim como uma estratégia de ação que estude a prática das intervenções do Serviço Social com base nas referências teóricas mencionadas. (Parecer nº 412/82 do CFE, aprovado em 05 de agosto de 1982).

⁵² Esta discussão ocorreu no Seminário Nacional sobre o Projeto Pedagógico do Serviço Social promovido pela ABESS e no Seminário Latino-Americano sobre “El Proyecto Pedagógico em Trabajo Social” realizado em Natal (RN) de 17 a 21 de outubro de 1988.

No entanto, não estou tratando sobre a construção de alternativas, no sentido de adaptar ou de ajustar o Serviço Social aos limites institucionais ou às suas possibilidades reais, mas a partir dos embates sobre a sua requisição e atribuição, que os assistentes sociais se deparam nas instituições, encontra-se como demanda para este profissional a ultrapassagem das práticas limitadas às demandas e requisições institucionais, encaminhando prioritariamente suas ações para o atendimento das demandas dos usuários.

Ao se realizar no espaço institucional, o estágio, neste período, acaba por se apresentar como uma prática ultrapassada, que não corresponde às expectativas de atuação do estagiário. Isto decorre do desconhecimento não só das contradições do espaço institucional, das condições de trabalho do assistente social, da proletarianização da profissão, como também não se tem o conhecimento das dificuldades que existem para se construir mediações necessárias à proposição de alternativas interventivas em conformidade com o referencial teórico marxista.

Assim, para refletir sobre as condições de existência da supervisão em Serviço Social, obrigatoriamente se faz necessário situar historicamente o mesmo na divisão social e técnica do trabalho, para apreender tanto o seu significado social, como também uma outra concepção de profissão, distinta daquela que predominantemente emerge da prática profissional.

Sendo assim, as transformações societárias, as novas requisições sociais, as alterações no mundo do trabalho e na esfera da regulação social vão trazer novos desafios ao profissional de Serviço Social. Estes impulsionaram a profissão a refletir sobre a construção de um Projeto Ético-Político profissional que se empenhasse na busca de alternativas e estratégias de enfrentamento e resistências frente ao projeto neoliberal, entendendo, no entanto, que este extrapola os limites de um projeto de formação profissional. Constitui-se enquanto um projeto da categoria profissional a construção e solidificação de ações que viabilizassem o compromisso assumido pela “[...] defesa da democracia, enquanto socialização da participação e do poder político e da riqueza socialmente produzida numa defesa intransigente da cidadania, buscando ampliar e garantir os direitos civis, sociais e políticos”.⁵³

⁵³ Esta afirmação encontra-se expressa na parte dos princípios fundamentais da atuação profissional contidos no atual Código de Ética Profissional instituído em 1993, fruto da necessidade de se aprimorar o Código de 1986.

Este projeto se desenvolveu no espaço acadêmico, nos espaços de intervenção profissional, nos órgãos representativos da categoria, no movimento estudantil, nos fóruns e conselhos, nos grupos de trabalho, etc. A partir disso, iniciou-se um processo de revisão curricular que se consolidou em 1996 com a aprovação das novas diretrizes curriculares da ABESS⁵⁴ para o curso de Serviço Social, que tem como objetivo a formação de profissionais capazes e qualificados do ponto de vista teórico, técnico e político, para contribuir na formação de uma nova ordem social, contra o projeto neoliberal e suas configurações capitalistas, em busca da universalização dos valores democráticos e igualitários.

A partir das diretrizes curriculares implementadas pela ABEPSS⁵⁵ em 1996, consolidou-se no processo de formação e no exercício profissional do Serviço Social uma postura que tem procurado interferir na reprodução do trabalho, tanto na dimensão material, como sociopolítica e ideocultural, buscando reconstruir as relações sociais mediante as ações que desenvolve. Esta retraduziu valores ético-políticos que contribuíram para a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da liberdade, da equidade e da democracia.

Um olhar retrospectivo para as duas últimas décadas não deixa dúvidas que, ao longo desse período, o Serviço Social deu um salto de qualidade em auto-qualificação na sociedade. Essa adquiriu visibilidade pública por meio do Novo Código de Ética do Assistente Social, das revisões da legislação profissional e das profundas alterações verificadas no ensino universitário na área (IAMAMOTO, 2005, p. 51).

A partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, a organização do estágio vem seguindo o princípio de que uma formação profissional de qualidade para os estudantes de Serviço Social deve articular o processo de ensino-aprendizagem⁵⁶ com os princípios norteadores do Código de Ética profissional de

⁵⁴ O documento foi produto de um amplo debate realizado pelas unidades de ensino a partir de 1994, quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS, ocorrida em Londrina- PR, em outubro de 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFE nº412, de 04/08/1982 e Resolução nº 06 de 23/09/82). In: Coletânea de Leis e Resoluções. Assistente Social: ética e direitos. 4º ed. – Rio de Janeiro: CRESS 7º Região.

⁵⁵ Esta se constituiu a partir da união da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) e o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), mediante o entendimento de que o processo de revisão curricular exigia uma profunda avaliação do processo de formação profissional, face às exigências da contemporaneidade.

⁵⁶ Sobre ensino-aprendizagem me pauto na consideração de Paulo Freire apresentada em seu livro “*Pedagogia da autonomia: Saberes necessários á prática educativa*”, no qual considera que “Ensinar

1993, da Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662, de 1993, com os das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 e 1999, que traz consigo conhecimentos para uma reflexão ética, com base na democracia e na liberdade como pressupostos fundamentais para a construção de uma nova ordem societária que se oponha à discriminação e a exploração do próprio sistema capitalista, bem como do processo de socialização.

Diante dos princípios estabelecidos e defendidos pela categoria profissional para a formação e exercício profissional do assistente social nos anos de 1990, a política de prática acadêmica deve ser conduzida pela integração e articulação entre teoria e prática, a pesquisa e a extensão

A relação entre teoria e prática, pesquisa e extensão é uma condição essencial para ultrapassar uma visão teoricista da competência profissional, restringida parcialmente à apropriação teórico-sistemática das principais matrizes do pensamento social do positivismo aos marxismos, mas descolada de uma base de informação histórica sobre a sociedade brasileira e, nela, dos novos determinantes e expressões da questão social na atualidade, que se trata do foco de intervenção do trabalho do Serviço Social (IAMAMOTO, 2005).

O estágio em Serviço Social, ainda que se encontre como atividade obrigatória de ensino, implica atividades de extensão e prestação de serviços sociais para um público geralmente externo à comunidade universitária sob a supervisão acadêmica e profissional em parceria com órgãos estatais, organizações empresariais, filantrópicas, ONGs e movimentos sociais, atendendo as demandas da sociedade. O que deve se articular à pesquisa para subsidiar a identificação, o conhecimento e a seleção das demandas postas para a profissão (IAMAMOTO, 2005).

A Supervisão de Estágio apresenta-se aqui como atividade que integra a formação e o exercício profissional do assistente social e como condição necessária

não é transferir conhecimento, conteúdos nem formar é a ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina a aprender (1996, p. 23). Ou seja, proporcionar ao aluno-estagiário a compreensão do que foi exposto e vivenciado e, a partir daí, permitir que o mesmo dê um novo sentido, criando possibilidades, abrindo oportunidades de indagações e sugestões, de raciocínio, de opiniões diversas, sem impedir as interações, as opiniões, os erros e os acertos, isto é, todos esses elementos permitirão que o aluno alcance o real conhecimento e continue a buscá-lo incessantemente de forma autônoma e prazerosa.

para o fortalecimento social da profissão. O estágio é um elemento necessário ao processo de formação profissional e estando a ele condicionada, pois sem estágio e sem supervisão não há formação profissional de assistentes sociais. Constituindo-se inclusive como um dos princípios e diretrizes da formação profissional contidos nas Diretrizes Curriculares de 1996 “[...] a necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio”.

O estágio supervisionado em Serviço Social é atividade curricular obrigatória que se encontra nas diretrizes curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) de 1996, que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, tendo em vista sua capacitação para o mercado de trabalho profissional. É uma atividade curricular obrigatória que se concretiza a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei nº 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993) (ABEPSS, 1996, p. 21-22).

A Supervisão de Estágio em Serviço Social é um processo de ensino/aprendizagem, constituinte do trabalho do Serviço Social, que se realiza a partir dos fundamentos teóricos-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos da profissão, no âmbito da sua inserção nos espaços de atuação profissional, sob a orientação direta do profissional supervisor de campo em permanente relação com o supervisor da unidade de ensino.

O processo de ensino/ aprendizagem no processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social tem como foco de intervenção, contribuir para instrumentalizar os futuros profissionais para atuação frente às expressões da questão social, desenvolvendo formas de enfrentamento, seja na esfera da proposição, na criação de estratégias de ação, na formulação de políticas sociais; seja na gestão e execução de políticas e programas sociais; seja na operacionalização destas mesmas políticas, bem como favorecer que sejam desenvolvidas ações para valorizar a dimensão investigativa, elemento essencial para o desenvolvimento do trabalho do assistente social.

Portanto, o processo de Supervisão de Estágio na formação profissional do assistente social reivindica minimamente a participação de três agentes: o professor, o supervisor e o supervisionado, ou seja, a formação da tríade: universidade x corpo docente x campo de estágio, mediante a articulação supervisores de estágio das instituições campo de estágio, dos supervisores das instituições acadêmicas e dos alunos estagiários.

O supervisor constitui o elo privilegiado da relação entre instituição/campo de estágio e o processo de ensino, cabendo-lhe o acompanhamento cotidiano do aluno no âmbito da dinâmica institucional, apoiando-o no exercício das atividades de estágio, subsidiando-o na análise e enfrentamento das estruturas e relações de poder, das políticas institucionais, no reconhecimento do público-usuário, inserindo-o na rede de relações intra e interprofissionais, o que exige uma aproximação ao projeto acadêmico-pedagógico do curso (IAMAMOTO, 2004).

O exercício da Supervisão de Estágio em Serviço Social requer muito além da realização de encontros sistemáticos nos quais se constroem, se acompanham e se avaliam os planos de estágio, com objetivos a serem alcançados, metas, instrumentos e estratégias didático-pedagógicas, voltados para o desempenho do aluno-estagiário e avaliação do estágio, sob a participação do supervisor da unidade acadêmica e campo de estágio, bem como do aluno-estagiário. Esta também deve se constituir como um espaço oportuno para o planejamento, análise, avaliação e sistematização da prática e do trabalho profissional, produção de conhecimento e criação de estratégias de intervenção, tendo como foco o compromisso com a efetivação do projeto ético-político da profissão.

O projeto ético-político profissional do Serviço Social vem sendo consolidado historicamente, buscando responder às necessidades de posicionamento da categoria diante das transformações econômicas, sociais, culturais e políticas que vêm acontecendo na sociedade. Assim, a formação da capacidade crítica do aluno estagiário sobre as questões vivenciadas e enfrentadas pela profissão é de suma importância. Mas, no entanto, a Supervisão de Estágio não deve se remeter a uma “reprodução mecânica da atividade do supervisor, o que limita a ampliação das possibilidades de crescimento profissional e humano” (LEWGOY, 2009), mas ser considerada um espaço de reflexão, informação e ação que deve se dar entre supervisor da unidade, campo de estágio, supervisor da unidade acadêmica e aluno estagiário.

A ação consciente, competente e crítica de alunos, professores e supervisores transforma a realidade pelas reflexões vivenciadas no planejamento e, conseqüentemente, no que é proposto no projeto de ensino do professor ou de trabalho do supervisor e no de aprendizagem do aluno. A articulação entre formação e exercício profissional, tendo como solo a formação e competência profissional, precisa ser potencializada no processo de Supervisão de Estágio nos espaços sócio-ocupacionais (LEWGOY, 2009, p.174).

Tanto Iamamoto (2004) como Lewgoy (2009) consideram que as atividades do estágio devem ser desenvolvidas e construídas em conjunto pela universidade e pelos campos de estágio para obter a qualificação do processo de ensino-aprendizagem no âmbito do estágio supervisionado. Suas análises demonstram uma preocupação com a formação profissional do assistente social, que toma como parâmetro os princípios defendidos pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

A Supervisão de Estágio em Serviço Social é uma atribuição profissional⁵⁷. No entanto, ao conceber a Supervisão de Estágio deve-se levar em conta não só a sua função pedagógica, mas a sua contribuição para o fortalecimento do Projeto Ético-Político da profissão.

Na atualidade, percebo que o Estágio e a Supervisão em Serviço Social vêm se tornando mais complexos envolvendo, na sua realização, as peculiaridades da unidade de ensino, da unidade campo de estágio e do supervisor, havendo, na realidade, um conflito de pensamentos e ideologias que o permeiam. Tal percepção toma como referência as pesquisas que realizei para a construção da minha monografia no ano de 2007 e dissertação de mestrado no ano de 2009; a minha experiência de coordenação de estágio em Serviço Social no ano de 2011, como docente de disciplina de estágio supervisionado em Serviço Social, bem como coordenação adjunta de curso de Serviço Social.

A Supervisão de Estágio em Serviço Social possui significado e objetivos que, de acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, deve se dar pela unidade de ensino e unidade campo de estágio. O objetivo de sua realização é levar o aluno-estagiário a apreender as três dimensões que devem orientar a sua

⁵⁷ Na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) em seu Art. 5º sobre o que se constituem atribuições privativas do Assistente Social, apresenta-se no item VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.

formação profissional: dimensão teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. A Supervisão de Estágio apresenta-se aqui como condição necessária para o fortalecimento social da profissão.

A Supervisão de Estágio ao se inserir no trabalho do assistente social, deve se articular com a coordenação de estágio da universidade e com o supervisor acadêmico, inter-relacionando e integrando a formação acadêmica com a prática profissional, mas é importante esclarecer que a Supervisão de Estágio em Serviço Social, vai muito além das exigências formativas para o mercado de trabalho, pois se relaciona a um projeto de profissão, bem como de formação profissional.

A relação entre unidade acadêmica e unidade campo de estágio, não pode ser pensada independentemente do caráter e modelo de políticas sociais, seja público ou privada e das formas particulares de enfrentamento da chamada “questão social”⁵⁸ pelo Estado, bem como da sua relação com a dinâmica do mercado de trabalho. Assim, a Supervisão de Estágio em Serviço Social pode ser mediada por questões que particularizam as políticas sociais, seja no âmbito da educação superior ou nas demais políticas sociais setoriais que atravessam a organização dos campos de estágio em Serviço Social.

Assim, conhecer e refletir sobre as formas de enfrentamento dos desafios postos para o Serviço Social, no que se refere à efetivação da Supervisão de Estágio, baseando-se na implementação da Política Nacional de Estágio (Lei nº 11.788/2008)⁵⁹, na Resolução nº 533 de 2008 - CFESS/CRESS⁶⁰ e na Política

⁵⁸A questão social pode ser definida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2005, p. 27).

⁵⁹ Existem diferenças básicas entre a Política Nacional de Estágio (Lei 11.788 de 2008) e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS. Na primeira, em seu artigo 2º, o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. O estágio obrigatório é aqui definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Já o estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Isso se contradiz com os princípios da Política de Estágio da ABEPSS, uma vez que defende o estágio como uma atividade curricular obrigatória, que deve se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional para capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão deverá ser feita pelo professor supervisor e pelo profissional assistente social do campo de estágio, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71).

Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 2010⁶¹ e, em particular, conhecer como o processo de Supervisão de Estágio está organizado e como se insere no trabalho dos assistentes sociais supervisores na unidade campo de estágio e acadêmico frente às novas racionalidades do trabalho do assistente social no âmbito das políticas sociais setoriais constituem os elementos fundamentais para o fortalecimento e efetivação do Projeto Ético-político da profissão.

As novas legislações de estágio implementadas pela categoria profissional vêm alterando essa relação, até mesmo pela delimitação do quantitativo de estagiários por supervisor pela resolução nº 533 do conjunto CFESS/CRESS e dos papéis dos três agentes envolvidos no processo de Supervisão de Estágio (o supervisor acadêmico, o de campo e o aluno-estagiário) delimitados pela Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010⁶².

O Estágio Supervisionado, previsto na LDB, baseia-se em dois princípios: o da autonomia universitária, que atribui sua normalização às IES, sua não caracterização como emprego, embora relacionado com o mercado de trabalho. O estágio pode ocorrer em duas modalidades: obrigatório e não obrigatório. Ambos devem compor os projetos político-pedagógicos dos cursos. Enquanto o primeiro é imperativo, cuja carga horária é requisito para aprovação e recebimento do diploma; o segundo é facultativo e deve garantir as mesmas condições de realização que o

⁶⁰ A Resolução CFESS 533/2008 está estruturada em 14 (quatorze) considerações iniciais, 11 (onze) artigos, 12 (doze) parágrafos e 11 (onze) incisos. São esses componentes que regulam em esfera nacional a prática de supervisão direta de estágio no campo do Serviço Social.

⁶¹ A Política Nacional de Estágio da ABEPSS, surge em 2010 com o objetivo de balizar os processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional do assistente social. Portanto, ressalta em seu texto os objetivos do estágio em Serviço Social, cuja ênfase diferenciada das legislações anteriores, se refere a delimitação dos papéis dos sujeitos envolvidos no processo de supervisão que são: Coordenação de estágio, supervisor acadêmico, supervisor de campo e aluno-estagiário (PNE ABEPSS, 2010).

⁶² “[...] o estágio curricular obrigatório deve ser oferecido em diferentes níveis (totalizando entre 02 e 04 semestres), distribuídos, de forma equilibrada, no decorrer dos últimos anos de integralização do curso. A carga horária das atividades de campo deve ser de, no máximo, 30h semanais (conforme lei do estágio), além da realização de, no mínimo, 03 horas/aula semanais de supervisão acadêmica. As exigências de cada nível de estágio devem seguir especificidades e atividades progressivas, coerentes com os demais componentes curriculares e objetivos próximos aos conteúdos do período cursado (PNE ABEPSS, 2010, p. 29)”.

estágio obrigatório⁶³. Logo, pressupõe regulamentação, supervisão direta e sistemática (CFESS, 2013).

Ao abordar a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social como atividade que integra formação e atuação profissional, levo em consideração a própria trajetória da profissão, que tem o seu exercício como atividade privativa do assistente social, elemento fundamental para compreender como se configurou e como se configura a formação do mesmo na contemporaneidade e, conseqüentemente, as questões a serem enfrentadas pelos cursos de Serviço Social no decorrer desse processo, o que inclusive vem tentando ser superado na atualidade pelos órgãos da categoria profissional, com o surgimento da Resolução nº 533 de 2008 do CFESS/CRESS e Política Nacional de Estágio da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) de 2009, uma vez que “sem estágio e sem supervisão, não há formação profissional de assistentes sociais”⁶⁴.

Deste modo, o estágio supervisionado deve estar voltado para oportunizar ao aluno-estagiário o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão para aluno-estagiário; o conhecimento das especificidades da inserção do Serviço Social em processos de trabalho; a organização do trabalho do assistente social e o reconhecimento do compromisso da ação profissional do Serviço Social com a população usuária que ele atende.

A análise apresentada, parte do entendimento de que o estágio não se reduz somente a um campo de treinamento da prática, nem tampouco a um espaço de relação teoria e prática, mas como um espaço onde a reflexão possa se realizar (MORANI, 2010). Este se constitui como um instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do aluno-

⁶³ “[...] somente tendo cumprido as disciplinas de fundamentos histórico teórico-metodológicos do Serviço Social I e II e ética profissional, pela necessidade de formação do senso crítico e conhecimentos específicos básicos da profissão, é que o estudante poderá iniciar a atividade de estágio. A carga horária disponibilizada para o estágio supervisionado curricular obrigatório deve ser de no mínimo 15% das 3.000 horas¹⁵ (CH mínima) do curso de Serviço Social, conforme prevê o parecer nº 8/200716 e a Resolução nº 2 de junho de 200717 do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Ensino Superior/ MEC (PNE ABEPSS, 2010, p. 29)”.

⁶⁴ Essa consideração encontra-se nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) de 1996.

estagiário, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. Processo este que deve se dar a partir da interação entre a unidade acadêmica e a Unidade campo de estágio, visto que ambos fazem parte do processo de formação profissional, do qual a supervisão é inerente.

Destaco também, a importância do princípio da unidade teoria-prática e da interdisciplinaridade⁶⁵, tendo em vista que o estágio supervisionado se configura por meio da inter-relação das diversas áreas de conhecimento trabalhadas ao longo da formação profissional com o espaço socioinstitucional, compartilhando-a com as diferentes categorias profissionais, ao se inserir nos processos de trabalho das instituições, no qual a prática do Serviço Social irá se configurar.

A perspectiva interdisciplinar, parte da apresentação da complexificação das expressões da “questão social” no mundo contemporâneo, como estratégia de valorização das práticas que integram diferentes categorias profissionais, vistas como estratégias das ações profissionais e como possibilidade de atendimento ampliado das demandas da população atendida nos serviços sociais, a partir do ponto de vista dos diversos saberes, bem como para a construção de uma Política de Estágio nas instituições que contemplem as propostas de seus projetos de profissão, fugindo da condição subalterna que vem se encontrando o estágio e a supervisão.

Pensar o Serviço Social na atualidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação (Iamamoto, 2009). Requer ir além do fazer profissional, ir além da sala de aula, é a articulação entre teoria e prática. E isso se dá na inserção do aluno estagiário no campo de estágio, no qual terá seu primeiro contato com a realidade profissional.

⁶⁵ O objetivo da interdisciplinaridade é, portanto, o de promover a superação da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade, ao mesmo tempo resgatando a centralidade do homem na realidade e na produção do conhecimento, de modo a permitir ao mesmo tempo uma melhor compreensão da realidade e do homem como ser determinante e determinado. Para Backhaus (1992), no trabalho interdisciplinar os profissionais precisam fazer a troca de saberes para a realização da prática, pois quanto maior a integração do grupo, a busca de conhecimentos e a realização de um trabalho unificado, maiores serão as condições de intervir na realidade escolar e solucionar os problemas nela encontrados.

Deste modo, Supervisão de Estágio, bem como formação e trabalho profissional do assistente social se encontram como unidades indissolúveis e enquanto espaços de planejamento, sistematização e reconhecimento das particularidades do exercício profissional do assistente social e fortalecimento do Projeto ético-político do Serviço Social.

3.2 A abordagem do conjunto CFESS, CRESS e ABEPSS sobre a Supervisão de Estágio em Serviço Social

Desde o ano de 2008, o conjunto CFESS⁶⁶, CRESS⁶⁷ e ABEPSS⁶⁸ vem apresentando o debate sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social seja em seus sites, nos Folders sobre a profissão, no Facebook, nos eventos comemorativos, canal do Youtube, no Jornal Práxis ou em campanhas de mobilização, buscando consolidar a implementação de uma Política de Estágio, buscando articular as entidades representativas da categoria, em defesa do estágio qualificado.

O seu objetivo das ações do conjunto CFESS, CRESS e ABEPSS se encontram voltadas para a superação dos desafios encontrados para a organização do estágio e da supervisão. Estes articulados, tanto aos princípios da Resolução nº 533 do CFESS, aprovada em 25 de setembro de 2008 (Lei nº 11.788), que considera o estágio como obrigatório ou não obrigatório; como na proliferação de cursos de Serviço Social com ensino a distância, com base no Decreto nº 5.622, de

⁶⁶ **Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)** – é instituído por lei com a finalidade de orientar, disciplinar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão, atribuições de natureza pública. É, portanto, dotado de personalidade jurídica de direito público na forma de autarquia. Sua diretoria é composta por dezoito assistentes sociais de todo o Brasil, eleitos para um mandato de três anos, sem remuneração. In: <http://www.cressrj.org.br/site/conjunto-cfesscress/>

⁶⁷ **Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)** – autarquia com personalidade jurídica de direito público vinculado ao CFESS, com autonomia administrativa e financeira e jurisdição estadual. Conforme a Lei 8662/93 tem como atribuições, dentre outras: organizar e manter o registro profissional dos assistentes sociais; fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Serviço Social; zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunal Regional de Ética Profissional e aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional. O gerenciamento da entidade fica sob a direção de dezoito assistentes sociais com registro ativo no Estado. In: <http://www.cressrj.org.br/site/conjunto-cfesscress/>

⁶⁸ “A **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)** é uma entidade Acadêmico Científica que coordena e articula o projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós graduação. Dentre os seus princípios fundamentais está a defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada”. In: <http://www.abepss.org.br/quem-somos-1>

19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB) e Política Nacional de Estágio da ABEPSS que entrou em vigor em 2010, com a delimitação dos papéis dos atores envolvidos na organização do estágio em Serviço Social.

A consideração do estágio como obrigatório ou não obrigatório pela Lei nº 11.788, vem trazendo mais desafios para a categoria profissional, no que diz respeito ao acompanhamento sistemático do estágio e da supervisão, deixando demandas para o Serviço Social. A primeira delas é o acompanhamento do estágio não obrigatório, questão que ainda não havia sido superada no estágio obrigatório. Este foi um dos questionamentos apresentados pelos representantes da ABEPSS na Oficina Nacional de Graduação, realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2009, na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Em vista dessas modificações e desafios apresentados, no encontro realizado entre o conjunto CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) no ano de 2008, foi publicada a Resolução nº 533, para regulamentar a supervisão direta de estágio. Esta resolução foi fruto do processo de debate já acumulado, que se iniciou no ano de 2003, no XXXII Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Salvador, e que discutiu a relação do estágio supervisionado com a Política Nacional de Fiscalização do Estágio.

Na Resolução nº 533, um dos pontos interessantes é o critério para a realização do estágio nas instituições. Ela traz em seu texto que a instituição deve dispor de condições adequadas de trabalho para o assistente social, o que é um regulamento importante, estando ele ligado ao estágio curricular obrigatório ou não obrigatório.

No entanto, percebe-se que a Resolução nº 533 e Política Nacional de estágio da ABEPSS, não vem dando conta de todas as demandas que se encontram para a categoria profissional, para garantir a qualidade da organização do estágio, supervisão e aprendizagem do aluno-estagiário. O estágio não obrigatório é uma dessas demandas, pois pode levar o estagiário à condição de mão-de-obra barata, pois sua condição de não obrigatório e não curricular acaba por tirar o controle e a fiscalização do estágio e da supervisão das unidades de ensino. Esse foi, inclusive, um dos desafios levantados na Oficina Nacional de Graduação organizada pela ABEPSS, em novembro de 2009.

Segundo informação apresentada no site do CFESS, no Brasil existem atualmente em torno de 180 mil profissionais de Serviço Social registrados nos 26 conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Encontra-se como o segundo país do mundo com maior quantitativo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

A pesquisa realizada pelo CFESS em parceria com a Universidade Federal de Alagoas no ano de 2005 apresentou a distribuição dos registros ativos dos profissionais no CRESS por Região e nos revelou que em São Paulo havia 19.689, sendo o Estado com o maior número de assistentes sociais, estando o Rio de Janeiro em segundo lugar com 7.891 profissionais inscritos, conforme a tabela com a distribuição da amostra por Estado a seguir.

Tabela 6- Distribuição da amostra de registro profissional de assistentes sociais por Estado*

Região (Estado)	Número de Assistentes Sociais inscritos
1ª Região (PA)	1.931
2ª Região (MA)	1.034
3ª Região (CE)	1.798
4ª Região (PE)	1.709
5ª Região (BA)	2.677
6ª Região (MG)	4.278
7ª Região (RJ)	7.891
8ª Região (DF)	800
9ª Região (SP)	19.689
10ª Região (RS)	2.859
11ª Região (PR)	2.872
12ª Região (SC)	2.061
13ª Região (PB)	1.671
14ª Região (RN)	1.341
15ª Região (AM)	1.135
16ª Região (AL)	985
17ª Região (ES)	1.191
18ª Região (SE)	800
19ª Região (GO)	1.199
20ª Região (MT)	823
21ª Região (MS)	862
22ª Região (PI)	722
23ª Região (RO)	259
24ª Região (AP)	201
Del. Roraima	113
Del. Tocantins	197
Del. Acre	56
Total	61.151

Fonte: O autor, 2018.

* Com base em Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional/ Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2005.

Essa representação regional da profissão, também se expressa nos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, pois São Paulo e Rio de Janeiro também se apresentaram como as regiões que incluíram os primeiros cursos, estando, segundo o relatório quadrienal de Serviço Social da CAPES de 2017, divulgado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /Diretoria de Avaliação a Região do Rio de Janeiro com o maior número de programas de pós-graduação em Serviço Social (Quatro) ocupando São Paulo o segundo lugar (dois).

Os dados sobre a distribuição de inscrição de profissionais nos Conselhos Regionais de Serviço Social e os quantitativos de cursos ofertados por região, nos mostra que o Estado de São Paulo e Rio de Janeiro ainda permanecem como as regiões com grande destaque para a profissão, seja no âmbito da formação, por terem sido as pioneiras na criação de cursos de Serviço Social, São Paulo e no ano de 1936, e em 1937 no Rio de Janeiro, ou na inserção no mercado de trabalho, pois são consideradas regiões em que se concentram o maior número de assistentes sociais inseridos no mercado de trabalho de acordo com a PNAD, no ano de 2013 e conforme o relatório divulgado pela Subseção DIEESE/CUT- Nacional em maio de 2015.

Sendo assim, analisando o Plano de Ação e Orçamento do CRESS/SP e CRESS/RJ – exercício 2018, verifiquei que no que se refere ao eixo formação profissional, ambos expõem que o seu objetivo “Assegurar a articulação entre o Conjunto CFESS/CRESS, ENESSO, ABEPSS para fortalecer o plano de lutas, em consonância como o projeto ético-político do Serviço Social e da formação contra a precarização do Ensino Superior na perspectiva de incidir sobre o trabalho do/a assistente social na supervisão acadêmica e de campo (PLANO DE AÇÃO E ORÇAMENTO DO CRESS/SP e CRESS/RJ – EXERCÍCIO 2018)”.

No CRESS- RJ o “*Jornal Práxis*” vem ao longo dos anos 2000 se apresentando como uma estratégia do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS – RJ/ 7ª Região) para fortalecer o projeto ético-político da categoria. Este vem buscando atualizar a categoria profissional sobre os desafios impostos pela conjuntura e as estratégias de intervenção, a partir de uma relação constante com a academia e os espaços de atuação, oferecendo reflexões críticas sobre a atuação profissional, considerando suas dimensões teórico-metodológica, ética-política e técnico-operativa.

A utilização e reconhecimento desse mecanismo de informação se confirmam com o resultado da pesquisa realizada pelo CRESSRJ durante os cursos do mês de maio do ano de 2012, apresentada na edição nº 66 do “Jornal Práxis” - julho/agosto de 2012. A pesquisa obteve um total de 717 questionários respondidos, em mais de 55 municípios e nesta verificou-se que 79% da categoria leem o Práxis e 69% afirmaram que o mesmo contribui para a formação continuada.

Diante do exposto, realizei um levantamento das edições do “*Jornal Práxis*” do ano de 2008 a 2018, considerando que este se apresenta como um dos principais canais utilizados pelo referido Conselho, para informação sobre o que vem ocorrendo no âmbito da profissão. O critério do ano de 2008 para início, a partir da edição nº 44, levou em consideração a implementação da Política Nacional de Estágio (Lei nº 11.788/2008) e principalmente da Resolução nº 533 de 2008 - CFESS/CRESS, que traz um olhar sistemático sobre a organização de estágio, 12 anos após a promulgação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996. E, a finalização em 2017, com a edição nº 97, pois 2018 não finalizou e, além disso, por ser o ano de entrega e apresentação da sistematização dos resultados dos estudos da minha tese de doutorado.

A pesquisa realizada no “*Jornal Práxis*”, revelou que do ano de 2008 ao ano de 2017 foram um total de 54 edições do jornal, com a apresentação de 20 publicações sobre a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social. O ano de 2008 se apresentou como o ano que obteve o maior número de publicações, com 4 publicações. O que pode se justificar com o cenário vivenciado de reorganização do Estágio Supervisionado pela categoria, com a apresentação da Resolução nº 533 - CFESS/CRESS de 2008, tendo em vista as divergências políticas apresentadas pela Política Nacional de Estágio (Lei nº 11.788/2008), principalmente sobre estágio obrigatório e não obrigatório. Seguem os dados na tabela a seguir, os resultados da pesquisa:

Tabela 7 – Edições do “*Jornal Práxis*” do ano de 2008 a 2017 que abordaram a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social*

Ano	Edições	Quantidade
2008	44,45,46 e 47	4
2009	48,49,50 e 51	2
2010	52,53,53,54,55	1
2011	58,59,60,61 e 62	3
2012	63,64,65,66, 67 e 68	0
2013	69,70,71,72,73 e 74	3
2014	75,76,77,78,79 e 80	1
2015	81,82,83,84,85 e 86	3
2016	87,88,89,90,91 e 92	1
2017	93,94,95,96 e 97	1
TOTAL		19

Fonte: O autor, 2018.

* Com base no levantamento feito no “*Jornal Práxis*” do CRESS-RJ do período de 2008-2017.

Os anos de 2011, 2013 e 2015 tiveram 3 publicações, chegando quase no número apresentado no ano de 2008. É importante ressaltar que no ano de 2012, conforme apresentado no gráfico não obteve nenhuma publicação sobre a temática, mesmo com 5 edições do jornal e os anos de 2010 (4 edições), 2014 (6 edições), 2016 (6 edições) e 2017 (5 edições) com somente 1 publicação.

Percebe-se que mesmo com a promulgação da Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2008, não houve influência no quantitativo de publicações sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social. Outro ponto evidenciado é que, no total de 20 publicações sobre a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social, 12 tinham somente o caráter de fiscalização do seu exercício e 8 teciam problematizações sobre a sua importância para a formação e Projeto Ético-político da profissão.

Embora apareça em todas as edições que abordaram a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social, a relação entre a formação e o trabalho profissional não é apresentada em nenhuma das matérias, assim como a concepção de supervisão que deve nortear o seu exercício e nem os caminhos a serem seguidos para se alcançar o sentido da sua implementação, embora sejam apresentados os desafios para a sua realização. Outro ponto também que merece destaque é a apresentação da supervisão e do estágio como possuindo o mesmo significado.

Anualmente o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS – RJ/ 7ª Região) apresenta em sua primeira edição do ano a programação das atividades de comemoração do dia 15 de maio, dia do Assistente Social, com seminários e mini-cursos. E, a partir da perspectiva da educação-permanente⁶⁹, ao analisar os mini-cursos oferecidos pelo CRESS-RJ em comemoração ao dia do Assistente Social do ano de 2008 a 2018, ao longo desses 10 anos só foram oferecidos 1 seminário e 7 mini-cursos (conforme quadro 4 em anexo I).

Dos sete (7) mini-cursos ofertados sobre a temática Supervisão, cinco (5) apresentaram a sua ementa e ao analisá-las, verifiquei que até o ano de 2014, os mini-cursos ofertados pelo CRESS-RJ se voltavam exclusivamente para a apresentação dos marcos regulatórios e do sentido do exercício do estágio e da supervisão em Serviço Social apresentados pelos mesmos.

No que tange aos Seminários temáticos realizados pelo CRESS-RJ no mês de comemoração do dia do Assistente Social, só obtivemos 1 que foi realizado no ano de 2015, que se propôs, em seu título de chamada debater sobre “*Os desafios contemporâneos para a Supervisão de Estágio em Serviço Social*”, (Seguem as informações reveladas no quadro 1 em anexo).

É notório no âmbito do conjunto CFESS, CRESS e ABEPSS, o debate sobre formação e trabalho profissional que vem se apresentando em seus Encontros, Seminários, Oficinas de graduação e pós-graduação, Fóruns, Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP’S), bem como em suas campanhas políticas de mobilização da categoria profissional. Ambos, movimentados, pela problematização acerca da conjuntura do capitalismo contemporâneo, a mercantilização do ensino e as suas implicações para a formação e exercício profissional do assistente social.

A gestão de 2011 a 2014 do CFESS, publicou, no ano de 2013, uma cartilha sobre Supervisão de Estágio, entendendo estes como componentes da formação e do trabalho do assistente social. Esta cartilha encontra-se disponível no site do CFESS, para os CRESS, supervisores (as) acadêmicos (as) e de campo, estudantes e às/aos assistentes sociais, com um conjunto de informações para consulta, que reúne, em um único documento, as determinações legais e normativas acerca da

⁶⁹ A educação permanente e a educação continuada conferem uma dimensão temporal de continuidade de aprendizagem por toda a vida, mas estão inseridas em princípios metodológicos diferentes. A educação continuada está relacionada ao prosseguimento da formação inicial, objetivando o aperfeiçoamento profissional (Política de Educação permanente do conjunto CFESS-CRESS, 2012, p. 18).

Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social, cujo processo constrói a relação indissociável entre formação profissional e trabalho profissional.

Desde o segundo semestre de 2011, com base no “*parecer jurídico normativo do CFESS 36.2011*”, o Conselho Regional de Serviço Social vem exigindo para os profissionais formados a partir de dezembro de 2011, a apresentação das declarações de conclusão de estágio assinadas e datadas pelos assistentes sociais representantes nas unidades de ensino e campo de estágio, sendo nos campos de estágio a figura do supervisor de campo e nas Universidades e Faculdades (UFAS), dentre outras denominações administrativas de ensino superior, a figura do supervisor acadêmico, coordenador de estágio ou coordenação de curso. O que se soma às documentações previstas na “*Resolução CFESS 582/2010, de 1 de julho de 2010*”⁷⁰ e nas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, sobre a entrega da lista dos campos de estágio dos alunos inseridos em disciplinas de estágio em Serviço Social para os Conselhos Regionais de Serviço Social.

No entanto, no que tange à “*Supervisão de Estágio em Serviço Social*”, é importante ressaltar que seu processo envolve muito mais do que a esfera da regulação, que é o que tem sido a ênfase dada nas ações do conjunto CFESS, CRESS e ABEPSS. Embora considerem os desafios apresentados para a sua realização, mediante a precarização do ensino e das relações de trabalho em Serviço Social, a abordagem sobre o tema, bem com a intervenção em sua ação carecem de alguns aspectos fundamentais para a sua afirmação e reconhecimento como parte da formação e trabalho profissional do Serviço Social.

⁷⁰ “Para obter o registro profissional em Serviço Social são necessários os seguintes documentos, conforme o artigo 28 da Resolução CFESS 582/2010, de 01 de julho de 2010: I – DIPLOMA de bacharel em curso de graduação em Serviço Social (original e cópia), oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no país, devidamente registrado no órgão competente; II – Em substituição ao diploma, será admitida certidão de colação de grau que atenda aos seguintes requisitos: documento original, devidamente assinado pelo reitor/diretor ou seu representante legal e emitida por unidade ensino com o curso de Serviço Social oficialmente reconhecido, no qual conste obrigatoriamente: timbre da unidade de ensino; data de reconhecimento do curso de Serviço Social; data da colação de grau, e nome da bacharel em Serviço Social (certidão com data de *emissão* inferior a 6 (seis) meses da *solicitação no CRESS*); IMPORTANTE: a certidão de colação de grau deverá ser substituída pelo diploma no prazo de 1 ano, podendo ser prorrogado por mais 1 ano mediante documento comprobatório que informe que o diploma se encontra, ainda, em fase de expedição; III – Declaração de estágio curricular, mediante apresentação de declaração firmada em papel timbrado da unidade de ensino assinada pela **supervisora de campo conjuntamente com a coordenadora do curso e/ou coordenadora de estágio e/ou supervisora acadêmica**, constando a instituição onde foi realizado o estágio e a carga horária total do estágio, conforme **parecer jurídico normativo do CFESS 36.2011**. In site: <http://www.cressrj.org.br/site/registro-profissional/como-e-quando-fazer-o-registro/inscricao-principal/> Acesso em: 16 de Setembro de 2018)”.

As discussões realizadas na Oficina de graduação e pós-graduação da Associação Brasileira, realizada em 2015, retomaram a problematização acerca da expansão da comercialização e mercantilização do Ensino Superior; o controle de avaliação e produtivismo na carreira acadêmica; pesquisas voltadas para atender interesses do capital e subordinação dos pesquisadores aos critérios científico; e, também a realização de estágio em projetos de extensão universitária⁷¹.

Neste evento, que se volta especificamente para discussões e avaliação do ensino em Serviço Social, foram levantadas as contradições acerca da concepção e realização da extensão universitária. A defesa da ABEPSS é pensar a extensão mediatizada pela relação teoria e prática, como integrante da formação profissional e nos revela que, a partir de 2016, todos os estudantes deverão ter 10% de sua carga horária de curso em projetos ou atividades de extensão, segundo normativa do Mec.

Os questionamentos apresentados partiram do equívoco sobre o entendimento de extensão universitária como atividade e serviços prestados pela universidade, como uma atividade voluntária de atender as necessidades da comunidade. A universidade substitui o serviço público, estando a extensão universitária restrita a eventos e cursos e, além disso, com ações seguidas do prisma da responsabilidade social.

Portanto, uma das problematizações apresentadas neste encontro da ABEPSS, foi sobre a realização do estágio nos programas e projetos de extensão universitária, que vem, em muitas das vezes, sendo realizado em substituição de mão de obra, por meio de contratação de assistentes sociais bolsistas e sem a devida supervisão. E, também, sem a devida compreensão das particularidades que atravessam o estágio, a supervisão e a extensão universitária.

Portanto, foi exposto o reconhecimento da importância do Fórum de Supervisão de Estágio, que vem ocorrendo desde 2011 com a participação conjunta do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social, conforme defendido pela Política Nacional de Estágio da ABEPSS. Este tem como premissa a relação entre formação e trabalho profissional; reafirmar a centralidade do estágio com experiência fundamental na formação; afirmar o objetivo

⁷¹ A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX, 1987 Apud Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, Manaus – AM, Maio de 2012)

do estágio, conforme as diretrizes curriculares; reflexões sobre o cotidiano do trabalho nos espaços sócio-ocupacionais; aproximação da realidade e das condições de trabalho dos assistentes sociais e articulação direta da ABEPSS com a categoria e órgãos da profissão.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) lançou no mês de novembro de 2017 durante a Oficina Nacional da (ABEPSS) realizada na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF), em Niterói, no Rio de Janeiro, a campanha “*Sou Assistente Social e Supervisiono Estágio – A supervisão qualifica a formação e o trabalho*”.

Segundo o informativo de divulgação da campanha, disponível no site da ABEPSS, o objetivo da campanha é destacar, junto à categoria profissional, a relevância político-pedagógica do estágio supervisionado no processo de formação e no exercício profissional em Serviço Social, entendendo esse como espaço de defesa do projeto ético-político profissional.

A Supervisão de Estágio em Serviço Social se encontra como um dos condicionantes para a formação profissional do assistente social. Ou seja, envolve o processo de produção e reprodução social da profissão, que vem historicamente se deparando com projetos ideológicos e se ajustando aos processos sociais.

A Supervisão de Estágio em Serviço Social deve buscar a articulação entre formação e exercício profissional, se constituir como um espaço oportuno para o planejamento, análise, avaliação e sistematização da prática⁷² e do trabalho profissional, produção de conhecimento e criação de estratégias de intervenção, tendo como foco o compromisso com a efetivação do projeto ético-político da profissão, não se restringindo ao acompanhamento e avaliação de execução de tarefas pré-determinadas para o aluno-estagiário e, sim entendendo-o como sujeito participante do processo, pois mesmo ainda em formação e com papéis

⁷² A Sistematização da prática é um recurso que recobra e ressalta a dimensão crítico investigativa do profissional, a partir da angulação própria que o trabalho profissional adquire enquanto participante de um processo de trabalho coletivo no âmbito das estratégias institucionais de materialização das políticas sociais. Constitui uma dimensão importante do trabalho profissional que favorece uma reflexão contínua de suas respostas sócio-institucionais em suas relações de determinação com a dinâmica social. Trata-se de um recurso que permite imprimir ao cotidiano, assim como a empiria que ele emerge nos procedimentos típicos da ação profissional, a possibilidade de serem compreendidos a partir das relações sociais que lhes dão concretude e significado; alçando a condição de um movimento de apreensão da dinâmica social a partir da inserção rela e efetiva e da necessidade de se construir alternativas profissionais, determinadas no âmbito de um trabalho coletivo, na trama institucional onde se materializam dimensões constitutivas da dinâmica da sociedade, da relação entre produção e reprodução social (ALMEIDA, 2009, p. 406-407).

diferenciados do supervisor de campo e acadêmico, ambos se referem a uma mesma profissão.

A partir da análise e estudo sobre a temática Supervisão e Estágio e sua inserção na formação e no trabalho profissional do Serviço Social, apresento algumas ações estratégicas para clareza e afirmação da sua inserção e ação, seja na unidade acadêmica ou na unidade campo de estágio, são elas: obrigatoriedade da inserção da Supervisão em Serviço Social como disciplina nos projetos pedagógicos do curso de Serviço Social; a realização de cursos, campanhas e mobilizações que busquem a construção de uma política de Estágio nas unidades campo de estágio sobre uma perspectiva interdisciplinar e afirmando as particularidades da profissão de Serviço Social; realização de educação permanente que apresente e discuta a supervisão e o estágio como ações que se articulam, mas que possuem particularidades, não somente no sentido normativo, mas principalmente do seu sentido político-pedagógico.

A ação da Supervisão de Estágio em Serviço Social envolve muito mais do que instrumentos normativos, se articula a um projeto de formação e atuação profissional.

Formação e trabalho se constituem como unidades indissolúveis, que apresentam elementos base fundamentais para a afirmação dos fundamentos da profissão de Serviço Social. E, desta forma entendo que como parte desse processo, a Supervisão de Estágio em Serviço Social deve envolver a categoria profissional em todas as esferas, seja na graduação, atuação e pós-graduação em Serviço Social e não somente aqueles que se dedicam diretamente ao estágio, na figura do supervisor de campo, supervisor acadêmico e coordenação de estágio.

Assim se encontra como tarefa, a busca de unidade supervisor de campo, acadêmico e aluno-estagiário, no qual o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes se configura como um processo constante, tendo em vista a natureza dialética da realidade em que se insere a ação profissional. Portanto, a Supervisão de Estágio não pode ser considerada como um sobre-trabalho no trabalho do assistente social e nem como algo específico e exclusivo do estágio.

3.3 Teses e produções bibliográficas sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social

“Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.” (FREIRE)

Com base na compreensão da Supervisão de Estágio como atividade que integra a formação e o trabalho do assistente social este capítulo, apresenta a análise das produções bibliográficas sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social e revela algumas peculiaridades que estão ligadas ao seu exercício e que fizeram parte dos eixos norteadores desse estudo, que foram: a compreensão do lugar da Supervisão na formação e atuação profissional; a compreensão do fazer profissional que sustenta o debate sobre supervisão e a abordagem da Supervisão de Estágio e a relação com os princípios das Diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996.

3.3.1 Sobre os Livros e capítulos de livros sobre a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social

A pesquisa sobre a produção bibliográfica da temática Supervisão de Estágio em Serviço Social apresentada nos quadros informa que até o ano de 2016 havia somente quatro (4) livros, que foram resultado de estudos sistemáticos vinculados a curso de doutorado em Serviço Social e três (2) livros, um do ano de 2009 com três (3) artigos e um do ano de 2016 com dez (10) artigos, totalizando em treze (13) artigos de livros (conforme apresentado no quadro 5 em anexo 2).

A condução da discussão da Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação e atuação profissional, desde os anos de 1990, vem se apresentando com um novo direcionamento, principalmente o que trata da supervisão direta de estágio, mediante a maturidade intelectual do Serviço Social expressa nas resoluções e normativas da profissão, como o Código de Ética Profissional de 1993, da Lei de Regulamentação da Profissão e das Resoluções do CFESS de 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

A formação e atuação profissional do assistente social tem sido uma preocupação recorrente nas discussões problematizadas pelas instâncias

representativas da profissão (CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO⁷³), cujas bases decorrem dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos que atravessaram e se apresentam na trajetória histórica da profissão revelada em seu processo de formação e atuação profissional.

A profissão possui uma natureza analítica e interventiva, porém se faz necessário considerar que a sua inserção se dá no meio de relações complexas e muitas vezes seguida de interesses antagônicos, cujas facetas se revelam na relação direta que seu exercício tem com a sociabilidade burguesa, com as expressões da “questão social” e com a forma como os (as) profissionais analisam e interpretam essa sociabilidade.

Diante do exposto, a condição do estágio supervisionado como obrigatório no processo de formação profissional do assistente social e a proposta de educação permanente defendida pelo conjunto CFESS, CRESS e ABEPSS, nos reforça a necessidade de conceber esse processo não como algo restrito ao processo de ensino-aprendizagem e enquanto atividade formativa e integradora da proposta pedagógica curricular dos cursos de Serviço Social. Mas, principalmente enquanto um espaço do acompanhamento sistemático da formação e exercício profissional do assistente social a partir de uma aproximação com a dinâmica da realidade social na qual se insere, conforme discussão apresentada no início deste capítulo da tese.

A compreensão e análise acerca da Supervisão de Estágio na formação e atuação profissional do assistente social, na produção teórica do contexto contemporâneo, têm sido construídas a partir de uma referência decorrente da aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista, mas nem sempre esta postura crítica se fez presente na profissão. Sobre esse aspecto, na pesquisa, identifiquei que a autora Balbina Otonni Vieira, que foi durante muito tempo referência no debate sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social, com livro a “Supervisão *em Serviço Social*” publicado no ano de 1979.

A obra de Vieira (1979) é fruto de uma monografia, organizada em dez capítulos e produzida a partir dos cursos para formação de supervisores promovidos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1970 e 1971, bem como

⁷³ TITULO I Da Natureza e Finalidade “Art.1º A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO, é a entidade máxima de representação dos estudantes de Serviço Social do país, eleita anualmente no Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESS (*ESTATUTO DA ENESSO*)” In: <http://www.enesso.xpg.com.br/enesso/estatuto.htm>. Acesso em: set. 2018.

da sua participação em cursos, seminários realizados no Brasil e experiência como supervisora de Serviço Social com grupo e com comunidades.

O objetivo da sistematização desta experiência da autora se volta para as questões metodológicas do exercício da supervisão, contendo o destaque em sua reflexão de que esta não deve se restringir à questão pedagógica. Para a autora, os aspectos administrativos não podem ser desprezados, pois o que chama de “estágio prático” está ligado às instituições campos de estágio e ao “Programa de ensino prático” das Escolas de Serviço Social, porém, a supervisão de programas, técnica e administrativa não podem ser confundidas com a pedagógica. E chama a atenção para a desconpreensão dos assistentes sociais sobre supervisão, o que conseqüentemente para a autora, causa a rejeição dos mesmos em se inserir nesse processo.

Neste sentido, Vieira (1979), no presente livro, inicia falando sobre formação profissional para o Serviço Social, partindo da conceituação de formação como um conjunto de métodos e técnicas que visa a obtenção de conhecimentos específicos teóricos e práticos, habilitações vocacionais necessárias ao desempenho produtivo e eficiente de tarefas do trabalhador, com o objetivo de garantir maior produtividade suprimindo-se as deficiências operacionais do pessoal e assegurar a oportunidade de avanço social.

Vieira (1979), pautada em pressupostos do funcional-estruturalismo, expõe que para o Serviço Social, a formação tem duas características, que é a formação da personalidade e método de ensino, subsidiado em conhecimentos, adoção de atitudes, comportamentos e mentalidades específicas da profissão, com base no ensino teórico ministrado em sala de aula e o ensino prático do campo de estágio, que, para a autora, se constitui elemento chave e indispensável, no qual a pedagogia do Serviço Social encontra-se diante da realidade e a ela deve se adaptar.

A autora fez uma retrospectiva histórica sobre a supervisão, apresentando algumas referências teóricas norte-americanas e europeias que atravessaram o Serviço Social até os anos de 1960. Ao compreender a supervisão ligada ao ensino prático de estágio, de aprendizagem por meio do trabalho prático, defende que esta não deve se restringir a alunos de Escola de Serviço Social, mas aplicar-se aos profissionais.

Além disso, ressalta não ser a supervisão algo exclusivo do Serviço Social e que não tem somente o foco pedagógico. A autora destaca que a supervisão é utilizada por outras profissões e, assim tendo focos voltados para a produção, orientação de um grupo de vendedores, demais profissionais etc.

No entanto, a visão de supervisão pedagógica que faz referência ao estágio de Vieira (1979) traz a perspectiva de ajustamento do sujeito, como espaço para formar a personalidade do futuro profissional. Embora, ao expor sobre a relação entre o aluno-estagiário e o supervisor, compreenda que ambos são participantes do processo de aprendizagem.

Vieira (1979) apresenta as ações necessárias para a realização, como: instrumental e técnicas didáticas, relacionamento profissional, diagnóstico educacional do supervisionado, plano de supervisão e programa de estágio, exemplificado com alguns relatos de experiência de Supervisão de Estágio de assistentes sociais com grupo e comunidade. Ou seja, a concepção de Supervisão de Estágio da autora é focada exclusivamente no aluno, como um mero “aprender” e “saber fazer” da profissão.

Conforme apresentado no segundo capítulo da tese, a formação profissional durante muito tempo foi seguida de forma endógena de se pensar sobre a profissão, ficando a profissão durante muito tempo sem uma identidade. Assim, as bases apresentadas por Vieira (1979), por mais que revelem os caminhos técnicos para a organização do processo de Supervisão de Estágio, a supervisão é vista como o ensino da prática que, ao se inserir no trabalho profissional se volta à reprodução da prática profissional.

Os anos de 1980 se apresentaram para o Serviço Social, como um momento de busca pela consolidação da maturidade intelectual adquirida pela profissão, com a reforma curricular ocorrida no ano de 1982 e com o Código de Ética de 1986. Porém, ainda com uma visão restrita de pensar sobre a profissão.

Essa mudança vivenciada na formação e atuação profissional do assistente social pode ser justificada pela falta de uma identidade atribuída pela profissão, pela atuação condicionada a determinismos ideológicos inseridos na dinâmica do capital, como execução de tarefas pré-determinadas, que se expressam na própria Lei de Regulamentação de 1957, principalmente ao se referir sobre suas atribuições e competências.

Nos anos de 1990, frente à reestruturação dos mecanismos de acumulação do sistema capitalista, se desencadearam modificações na esfera social, econômica e política na sociedade brasileira. Os serviços sociais materializados nas políticas sociais passam a se apresentar através do apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil, seguido por programas seletivos e focalizados de combate à pobreza no âmbito do Estado, embora se tenha ainda em vigor a Constituição Federal de 1988 (YAZBEK, 2009).

Diante desse cenário, a categoria profissional representada pelos seus órgãos administrativos (CFESS, CRESS e ABEPSS) se deparou com novas questões se apresentando para o Serviço Social, quer do ponto de vista do seu marco regulatório, do seu projeto de intervenção, do projeto de formação profissional e construção de seu corpo de conhecimentos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo. O que se concretizou com a reformulação do Código de Ética profissional em 1993, Lei de Regulamentação de 1993 e Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Nesse movimento histórico vivenciado pela categoria profissional, a Supervisão de Estágio em Serviço Social ficou sem problematizações no âmbito da categoria, que se revelasse de forma sistemática, principalmente acerca da produção de conhecimento sobre o assunto, que teve a sua última publicação em 1981, pela Balbina Otoni Vieira.

Somente após 20 anos de publicação do livro de Vieira (1979), nos início dos anos de 1990, Marta A. Feiten Buriolla apresenta duas publicações bibliográficas sobre o tema intituladas “*Estágio Supervisionado*” e “*Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis*”, que é fruto da construção dos capítulos da sua tese de doutorado, que trouxe a temática supervisão em Serviço Social na formação do assistente social, apresentada e defendida no Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP em 15 de fevereiro de 1992.

O conteúdo apresentado por Buriolla (1994) sobre Supervisão de Estágio se dirige especificamente para o exercício da supervisão em Serviço Social, portanto, para profissionais e alunos (as) dessa profissão. Aborda em suas obras, a configuração do processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação profissional do assistente social e o objetivo da ação do supervisor na sua realização, cujo objetivo das obras da autora, foi tecer considerações acerca dos

conceitos históricos que atravessam o estágio supervisionado, a supervisão e a sua concepção na atualidade. Além disso, realizar um resgate sobre o papel do supervisor no decorrer da história da profissão e da supervisão em Serviço Social.

No livro *“Estágio Supervisionado”* Buriolla faz considerações sobre o estágio como o “lócus para o desenvolvimento da identidade profissional do estudante, mas concebe essa atividade como campo de treinamento e aprendizagem da profissão”.

O posicionamento da autora revela uma concepção de estágio supervisionado como um processo voltado para a reprodução do fazer profissional, cujo posicionamento pode ser reflexo da própria endogenia que ainda atravessava a profissão até os anos de 1990.

No livro *“Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis”*, Buriolla (1994) organizou o livro em quatro capítulos, sendo o primeiro intitulado concepção de supervisão em Serviço Social, no qual aborda os conceitos históricos que atravessaram a supervisão e a sua visão na atualidade.

O segundo capítulo “O supervisor e o aluno-estagiário e suas relações”, expõe sobre a relação supervisor e supervisionado no processo de supervisão.

Dando prosseguimento na sua análise a autora em seu terceiro capítulo com o título “Os papéis do supervisor”, assinala que seu objetivo é resgatar o papel do supervisor no decorrer da história da profissão e da supervisão no Brasil e apresentar as suas reflexões e indicações de papéis do supervisor e determinados aspectos a serem contemplados na sua realização.

E, por fim o quarto capítulo sobre “Um resgate conclusivo sobre a supervisão em serviço social na formação do assistente social e a indicação de algumas possibilidades”, realiza o resgate de suas conclusões de conteúdo apresentado na entrevista realizada com as supervisoras e alunas-estagiárias e das suas análises, articulando-o ao contexto sócio-histórico, a visão do serviço social, da supervisão e, também apontando algumas possibilidades de ação.

A autora abordou “A Supervisão de Estágio como atividade integrante do trabalho do assistente social”, nos seguintes capítulos: Concepção de supervisão em Serviço Social; A relação supervisor e aluno-estagiário e os papéis do supervisor. Porém, sem apresentar os determinantes e a organização do trabalho.

Buriolla (2003) ressalta que a supervisão não é algo privativo do assistente social, possui enfoques distintos, que são: o operacional, o administrativo e o pedagógico.

Embora a autora, sinalize em seu texto os determinantes contextuais e internos existentes no processo de supervisão, ambos se apresentam e se restringem especificamente à análise da relação entre os sujeitos envolvidos na supervisão, ou seja, supervisor e supervisionado e não à relação dos mesmos com a realidade social, econômica e política em que se insere.

Em sua pesquisa, a autora busca verificar, na visão dos três agentes envolvidos no processo de supervisão, a representação da relação entre supervisor e supervisionado. Ressalta que a ação supervisora deve buscar a valorização dos conhecimentos apresentados pelo aluno, dando-lhe uma autonomia e oportunizando ao mesmo a construção de um novo saber e uma relação de troca entre supervisor e supervisionado, no qual não tem aquele que ensina e aquele que aprende, ambos são participantes do processo.

A análise sobre a percepção das supervisoras e alunas-estagiárias realizada pela autora, já sinaliza alguns aspectos inerentes à inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho, ao expor a insatisfação dos supervisores com seu trabalho pelo não reconhecimento da profissão nesse espaço, seguida da configuração de sua prática de maneira rotineira, burocrática, administrativa, o que a autora já chama atenção para um processo de desprofissionalização.

No entanto, embora a sua discussão reconheça esses elementos, não se demonstrou uma análise sobre os determinantes sociais, econômicos e políticos que atravessam a sociedade, as particularidades da profissão e sobre sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho na atual conjuntura, cujo entendimento considero fundamental para compreender a organização do processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social, seja no campo de estágio ou no espaço acadêmico, pois ambos são atravessados por essa realidade.

Outro ponto ressaltado pela autora é a presença da compreensão da supervisão como algo irrelevante e secundário, tanto para a categoria como para seus órgãos de fiscalização.

Nos anos de 1990, com a promulgação das Diretrizes Curriculares de 1996, além da afirmação da exigência do estágio supervisionado como um dos condicionantes para a formação profissional em Serviço Social, também se encontra o acompanhamento sistemático pela figura do supervisor de campo e acadêmico.

A partir das diretrizes, a forma de se compreender a natureza da profissão sofre modificações, principalmente ao romper com endogenia de se pensar o

Serviço Social, sua formação e atuação profissional. O exercício do estágio, a partir das diretrizes, passa a exigir um posicionamento direcionado para compreender a realidade dinâmica da sociedade e a inserção da profissão nesse processo.

Compreender o Estágio Supervisionado como processo de “treinamento” é se restringir a uma postura técnica-instrumental e reprodução do fazer profissional, retirando a amplitude da dimensão da formação e exercício profissional do assistente social, no que se refere à dimensão investigativa e à sistematização da prática profissional.

O livro *“Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional”* de Alzira Baptista Lewgoy, é uma das referências na discussão sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social, por sua publicação ter sido após a implementação das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 e, principalmente, por suas análises coadunarem com seus princípios. Esta obra foi fruto da tese de doutorado da autora, apresentada em março de 2007, ao programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O ponto central da análise da autora nesta publicação é a configuração do processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação profissional do assistente social na contemporaneidade e suas implicações para a efetivação do projeto ético-político da profissão. Seu objetivo foi conhecer como se constitui o processo de Supervisão de Estágio, a fim de propor estratégias que contribuam para a efetivação da competência profissional nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas.

A organização da estrutura do livro se dá em quatro capítulos, sendo o primeiro voltado para a discussão sobre “os desafios e exigências da formação profissional na contemporaneidade”, trazendo como grande destaque as determinações estabelecidas pelo mercado de trabalho e suas implicações para a formação e exercício profissional.

No segundo capítulo realizou uma retrospectiva histórica acerca da Supervisão de Estágio em Serviço Social, o surgimento e concepções até a década de 1990 sobre sua realização, o que envolve o seu exercício, a compreensão do que envolve o atual processo de supervisão e sobre o que se entende por supervisão de

campo e acadêmicos, considerando a produção teórica sobre o tema no decorrer da história da profissão.

Já no terceiro capítulo, buscou abordar os elementos constitutivos da concepção de Supervisão de Estágio em Serviço Social e, no quarto capítulo, a “competência profissional: dimensões do processo de Supervisão de Estágio”, a autora se volta para a reflexão sobre a presença das três dimensões no processo de supervisão.

Finaliza com a apresentação do resultado da análise das questões evidenciadas na pesquisa e que subsidiaram a construção da sua tese acerca do processo de Supervisão de Estágio em serviço social, com o título “O ponto de chegada: construindo novos caminhos”.

Os capítulos do livro em que a autora tratou a Supervisão de Estágio como atividade integrante do trabalho do assistente social foram: O ponto de partida: alinhando caminhos e ideias; Desafios e exigências da formação profissional na contemporaneidade; Caminhos da Supervisão de Estágio em Serviço Social; Elementos constitutivos da concepção de Supervisão de Estágio e Competência profissional: dimensões do processo de Supervisão de Estágio.

Ao abordar os caminhos percorridos para a realização do debate sobre a Supervisão de Estágio em Serviço Social, Lewgoy (2009), tomou como referência a sua experiência profissional, as transformações que ocorrem na organização do ensino superior, bem como nos demais espaços sócio-ocupacionais, em que se configura o exercício profissional do assistente social. Portanto, a autora busca elencar as suas discussões com base na articulação entre formação e exercício profissional.

Lewgoy (2009) em suas problematizações acerca do desenvolvimento da Supervisão de Estágio em serviço social, expressa o seu reconhecimento como atividade integrante do exercício profissional, porém, as questões que nortearam o seu estudo e que foram apresentadas, se detêm somente em verificar a operacionalização do processo de Supervisão de Estágio, ou seja, as questões metodológicas que se apresentam na sua realização, a partir das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996. Tal propósito se volta para a efetivação da competência profissional nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, mediante a articulação dos três agentes envolvidos no processo

de Supervisão de Estágio, que são: supervisor de campo, supervisor acadêmico e aluno-estagiário.

Ao se remeter à análise da formação profissional na contemporaneidade, Lewgoy (2009) destaca a relação entre educação e trabalho para pensar as demandas postas para a profissão. Sua discussão, se volta para a defesa das atribuições e o significado da profissão de Serviço Social, frente às transformações no mundo do trabalho.

Neste processo, a Supervisão de Estágio em Serviço Social é considerada como mediação do processo de formação e exercício profissional, entendidos ambos como determinados socialmente. Portanto, essa realidade, demanda conhecer como vem se configurando a universidade e as estratégias pedagógicas que vêm sendo empreendidas nesse espaço e a sua repercussão na efetivação do projeto ético-político da profissão.

O processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social vem sofrendo implicações da organização da educação e dos processos de trabalho na atual conjuntura, que atravessam tanto a lógica das instituições públicas como das privadas. E, diante desse cenário, o processo de supervisão deve se voltar para a compreensão, análise e criação de possíveis estratégias de intervenção.

[...] a formação profissional aqui requerida não se reduz à oferta de disciplinas que propiciem uma titulação ao assistente social para responder a uma condição para a sua inserção no mercado de trabalho. A construção de uma profissão não pode ser confundida com a preparação para o emprego, uma vez que o trabalho do assistente social não se limita à realização de um leque de tarefas – as mais diversas – no cumprimento de atividades preestabelecidas; antes, supõe um sólido suporte teórico-metodológico e técnico-político para propor, executar e negociar projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais (LEWGOY, 2009, p. 30).

Contudo, embora Lewgoy (2009) reconheça a Supervisão de Estágio atrelada à formação, numa dimensão de qualificação, seu direcionamento se restringe ao aluno-estagiário e ao processo de formação profissional.

Os desafios que se configuram na realidade contemporânea, apresentados por Lewgoy (2009), se referem à subordinação da profissão aos ditames institucionais; exercício profissional rotineiro, desvinculado do pensar sobre o realizado; produção mecanicista, atuação seguida pela lógica produtivista, com metas, prazos e tantos outros...; a manipulação realizada pelo sistema capitalista,

que implica na legitimidade do significado do trabalho para o trabalhador e ausência de compreensão sobre a finalidade do seu trabalho.

Uma das questões relevantes e que se apresenta na obra da autora é a abordagem sobre o cotidiano⁷⁴, que mesmo não apresentando tal seu conceito, o considera como um dos basilares do processo de supervisão. Embora sua análise não se referencie em estudos que demonstrem como está efetivamente a organização e configuração do cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais, suas reflexões teóricas nos chamam a atenção para a necessidade de verificação sobre a configuração do trabalho e formação para perceber as questões que o atravessam e suas implicações no processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social.

As exigências postas para a formação profissional no cenário contemporâneo, segundo Lewgoy (2009), correspondem ao desvelamento do cotidiano, contribuindo para a recusa do conservadorismo que implica na não tutela e controle das classes subalternas; redimensionamento das interações sociais entre docentes, discentes e supervisores, oportunizando-se a produção de conhecimento, troca de informações, confronto de ideias divergentes, buscando o alcance dos objetivos comuns, que trata-se da direção assumida pelo Serviço Social e contemplada no projeto político-profissional, compreendendo a Supervisão de Estágio como um processo que expressa a relação entre as particularidades e singularidades da profissão.

Na análise sobre os caminhos da Supervisão de Estágio em Serviço Social, Lewgoy (2009), primeiramente, se utiliza da definição da palavra “supervisão”, apresentando distinções no seu sentido, o primeiro ponto de vista ressaltado é a ideia de ordenação, controle e fiscalização e o segundo é de acompanhamento e orientação.

Assim, Lewgoy (2009), da mesma forma que Buriolla (1994), faz uma retrospectiva histórica sobre a configuração da supervisão e se baseia em autores de referência na discussão sobre a Supervisão de Estágio no decorrer da história da profissão para entender e compreender os caminhos de sua configuração, partindo

⁷⁴ Entendo que a vida cotidiana é a vida de todo homem. [...] Ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. [...] são partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação (HELLER, 2000, p. 17-18). Portanto, o cotidiano é o “mundo da vida” que se produz e se reproduz dialeticamente, num eterno movimento.

do entendimento de que a supervisão é uma das atividades mais antigas de ensinar e aprender.

Ao se pautar na análise de Ander-Egg (1974), que aborda sobre o trabalho social nos primórdios da profissão de Serviço Social, ressalta que, especificamente nesta profissão, a supervisão emergiu como um modo de treinamento pessoal, pautado nos princípios e métodos das instituições a que estivesse ligado, registrando que ela podia ser vista em dupla função: administrativa e didática, definindo que para o supervisor, no campo administrativo, prevalece a tarefa de estimular, orientar e guiar, e, na área docente, a finalidade é ensinar a fazer.

E, nesta análise histórica sobre a configuração da Supervisão de Estágio em Serviço Social, apresenta também a posição de Vieira (1979), que a entendia como treinamento prático e método de ensino, com ênfase no manejo técnico instrumental e no relacionamento entre supervisor e supervisionado, voltado para o “como fazer” e o “saber fazer da profissão”.

E, também, a discussão contemporânea sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social, de Buriolla (1994), que busca articular formação e exercício profissional, exigindo para o seu exercício conhecimentos especializados e experiência prática com fundamentos teórico-metodológicos, para o desenvolvimento de habilidades técnicas, conceituais e sociais, com a participação do supervisor acadêmico e de campo.

Lewgoy (2009) tece considerações sobre a Supervisão de Estágio em Serviço Social como atribuição privativa, com base na Lei de Regulamentação da profissão de 1993 (Lei nº 8.662/1993), que remete a sua compreensão como atividade integrante do trabalho do assistente social, porém, sua abordagem se volta para o entendimento de que esta se configura no processo de trabalho do assistente social⁷⁵, mas sem apresentar a discussão teórica desta categoria, o que pode levar a seguir uma análise da ação da Supervisão de Estágio como algo autônomo e independente dos espaços sócio-ocupacionais em que se insere, desconsiderando também a condição do assistente social como trabalhador coletivo e assalariado, o

⁷⁵ “[...] o processo de trabalho em que se insere o assistente social não é por ele organizado e nem é exclusivamente um processo de trabalho do assistente social, ainda que nele participe de forma peculiar e com autonomia ética e técnica. Cuida-se de evitar uma superestimação artificial da profissão, como se os processos de trabalho nos quais se inscreve o profissional se moldasse em função do Serviço Social, conformando-se como processos de trabalho exclusivamente do assistente social” (IAMAMOTO, 2005, p. 107).

que contribui para a retomada da compreensão endógena do Serviço Social, restringindo-se a prática profissional, não levando em consideração os determinantes sociais, econômicos e políticos.

A autora expõe sobre a existência da indefinição dos papéis e responsabilidades do supervisor e supervisionado, que pode levar a equívocos na organização do estágio e inserção do aluno-estagiário nos espaços sócio-ocupacionais. Portanto, para Lewgoy (2009, p.111), exige o exame das relações das condições objetivas, que englobam desde a organização da prática, participação no planejamento acadêmico, preparação das supervisões, das visitas a campos, das reuniões com os supervisores, leituras de documentação, até a remuneração do professor. E, também, a modalidade de ensino, tendo em vista a implantação de cursos de graduação em Serviço Social na modalidade a distância (EAD).

Partindo da concepção de supervisão como espaço que articula formação e exercício profissional, discorre sobre os elementos que a constitui que são: o Projeto político profissional, baseado na Lei de Regulamentação de 1993 (Lei 8.662/1993) e Código de Ética de 1993, bem como nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Assim, entende a supervisão como “espaço afirmativo de formação”, de ensino-aprendizagem e de enfrentamento do cotidiano profissional mediado pelo Projeto político-profissional.

A competência profissional para o exercício da Supervisão de Estágio é uma das questões defendidas por Lewgoy (2009), que deve articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que, ao se constituir na formação e exercício profissional, requer considerar as competências e habilidades previstas em cada uma das dimensões, as particularidades dos espaços sócio-ocupacionais onde se configura o estágio, voltado para a qualidade dos serviços prestados aos usuários e para uma formação profissional que leve a uma análise crítica da realidade.

Nesse processo de busca de referências bibliográficas que trouxessem a abordagem da Supervisão de Estágio em Serviço Social, a pesquisa revelou a existência de três textos que fazem a articulação entre a formação e o trabalho profissional e o debate do estágio e da supervisão como parte desse processo no *livro organizado pelo CFESS/ABEPSS, cujo nome é Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*, que se constitui em uma coletânea de textos utilizados no Curso de Especialização Lato Sensu em Serviço Social: Direitos

Sociais e Competências Profissionais. O conteúdo do mesmo dá centralidade às competências e atribuições do assistente social nos diferentes espaços ocupacionais em que se consolidam, considerando a dinâmica do todo que envolve a profissão.

A publicação dessa coletânea de textos, com sete unidades contemplando, trinta e oito textos “[...] compõe uma estratégia de enfrentamento de um dos maiores desafios do projeto ético-político profissional que, no ano de 2009, completou 30 anos: incidir cada vez mais no trabalho profissional cotidiano” (CFESS/ABEPSS, 2009, p. 5).

O propósito da publicação dessa coletânea de textos, foi também ampliar a massa crítica do Serviço Social, contribuindo com a análise no âmbito das relações entre o capital e trabalho e o Estado e a Sociedade, no contexto da crise capitalista contemporânea e seus impactos na questão social, nos direitos de cidadania, na formação e no exercício profissional. Busca, portanto, fornecer reflexões capazes de aprimorar e adensar os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnicos-operativos do Serviço Social brasileiro e “[...] contribuir para qualificar da ação profissional das (os) assistentes sociais nos processos de concepção, formulação, gestão, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos sociais; e disseminar o debate contemporâneo sobre o instrumental teórico, conceitual, técnico, ético e político do Serviço Social” (CFESS/ABEPSS, 2009, p. 7).

Neste cerne, os textos de Maurílio Castro de Matos, “*Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica*”; o da Yolanda Guerra e Maria Elisa Braga, “*Supervisão em Serviço Social*” e do Ney Luiz Teixeira de Almeida, “*Magistério, Direção e Supervisão Acadêmica*”, ao particularizarem as competências e atribuições profissionais, nos proporcionam uma reflexão crítica sobre a supervisão em Serviço Social, contribuindo para o debate da sua inserção no estágio.

O debate sobre a importância da temática Assessoria e Consultoria no Serviço Social⁷⁶ e da sua articulação com o projeto ético-político da profissão, nos traz elementos que contribuem na compreensão sobre o sentido da supervisão e a

⁷⁶ “[...] definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou a equipe que assessoria e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições” (MATOS, 2006, p.31-32 Apud MATOS, 2009, p.518).

sua utilização no exercício profissional. Embora este projeto de tese se foque na “Supervisão de Estágio”, sua compreensão tem como base a indissociabilidade entre o trabalho e a formação profissional e das suas funções pedagógicas, seguida de componente teórico, ético e político que fundamentam a compreensão do significado social da profissão de Serviço Social, dos seus valores e da relação entre o projeto defendido por esta categoria profissional com os projetos societários (MATOS, 2009).

A partir da retrospectiva sobre a origem da assessoria e consultoria no Serviço Social, Matos (2009) nos chama a atenção para a ausência de clareza, imprecisão sobre o tema e ausência de referência teórica sobre o assunto, o que leva a confundir assessoria como supervisão profissional⁷⁷.

Sendo assim, o autor expõe que “assessoria não é sinônimo de supervisão; não é sinônimo de toda e qualquer ação extensionista; não é necessariamente um trabalho precarizado e ou temporário; não é abandono do trabalho assistencial e nem militância política” (MATOS, 2009, p.518-519).

As discussões realizadas pelo autor acerca das possibilidades de atuação na área da assessoria e estratégias para o trabalho de assessoria e consultoria nos mostram que este “[...] pode ser um desdobramento de uma relação mais próxima entre a academia e o meio profissional, através das disciplinas de estágio, no qual o assessor na sua privilegiada posição de agente externo e a partir da sua capacidade profissional, pode contribuir apontando caminhos e auxiliando na desvelação de questões que a equipe e o profissional, sozinhos, não podem identificar (Matos, 2009, p. 521 Apud Vasconcelos, 1998).

Para Matos (2009, p. 527) “[...] também, é uma importante possibilidade que temos de aprofundar o trânsito entre o conhecimento teórico acumulado pela profissão e a renovação crítica das estratégias técnico-operativas, desafio urgente do atual projeto de profissão. Tal proposta nos faz refletir sobre o papel e as demandas postas para a universidade, que por sua natureza administrativa ser organizada pelo tripé entre ensino, pesquisa e extensão, deve se configurar não somente como uma espécie de transmissão de conhecimentos, mas de construção e disseminação destes para o meio acadêmico, profissional e sociedade.

⁷⁷ O que distingue assessoria da supervisão é sua natureza temporária, eventual (o supervisionado procura o assessor quando precisa) e ampla liberdade do assessorado em aceitar ou não, em seguir ou não as indicações do assessor. Mas, do que supervisor, assessor tem uma autoridade de “ideias”, ou de “competência” e não “de mando” (VIEIRA, 1981 apud MATOS, 2009, p.519).

A supervisão como uma atribuição profissional do assistente social, encontra-se desde a primeira lei de regulamentação da profissão de 1957. Porém, a ausência do tema supervisão no debate e na produção bibliográfica, especificamente a partir dos anos de 1980; a decadência de algumas modalidades de supervisão, como a supervisão de políticas sociais, programas e projetos e a supervisão técnica de equipes e de profissionais, muitas das vezes assumindo uma conotação de assessoria (GUERRA; BRAGA, 2009). As autoras entendem a supervisão como:

“[...] uma atividade imprescindível à formação não só acadêmica, mas direcionada para a formação e capacitação profissional permanente, que detém a possibilidade de orientar o aprimoramento da intervenção profissional que se realiza por meio da formulação e implementação de políticas e serviços sociais. É um processo de estimular, provocar, acompanhar e contribuir na capacitação de estudantes e/ou projetos e apreender e interpretar na conjuntura, a particularidade do fenômeno com o qual trabalham, com a finalidade de analisar e encontrar o modo mais qualificado de operacionalizar a intervenção profissional” (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 535).

Para Guerra e Braga (2009), seja qual for a modalidade da supervisão, a de projetos, programas, políticas e de equipes/assistentes sociais e estagiários, muitas vezes, atravessam interesses antagônicos no que se refere aos objetivos e interesses dos espaços sócio-ocupacionais, podendo adotar uma conduta controlista ou emancipadora, com a direção para a democratização das decisões e da emancipação política dos sujeitos. Tal conduta “[...] exige a adoção de uma postura investigativa propositiva de ações e estratégias direcionadas ao profissional ou à equipe supervisionada” (p. 541).

Nesta abordagem sobre a supervisão, as autoras apresentam também as particularidades da Supervisão de Estágio, entendendo a relação entre supervisão e estágio como faces de um mesmo processo, e, ao mesmo tempo, com atribuições distintas, para se efetivar como processo de ensino/aprendizagem, estágio/supervisão, necessita ser construída e reconstruída permanentemente, reconhecendo a importância do envolvimento sistemático do supervisor acadêmico e supervisor de campo.

Guerra e Braga (2009) reiteram questões que nos levaram à construção desse projeto de tese e que já foram expostas, que foram sobre: expansão universitária, a precarização da formação estimulada por cursos de graduação de pouca qualidade e a distância, a organização do mercado de trabalho e instituições

campos de estágio, as condições de trabalho do assistente social, as condições de realização da supervisão, de inserção do estagiário nos espaços sócio-ocupacionais e os interesses por essa contratação, frente ao atual padrão de acumulação. Outro ponto ressaltado pelas autoras é a concepção de estágio e supervisão dos docentes, discentes e assistentes sociais, pois:

[...] muita das vezes prevalece uma concepção instrumental de estágio, onde este é entendido como a realização de ações, de operacionalização, espaço pra aquisição de comportamento e de treinamento de habilidades (manipulação, adestramento), levando a entender o estágio como uma prestação de serviços e não como um momento privilegiado na formação profissional (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 546).

O processo de supervisão exige a relação intrínseca entre os campos de estágio e universidade voltados para a reflexão sobre a conjuntura, sobre o contexto socioinstitucional e conhecimento sobre as expressões da chamada “questão social” que atravessam os campos de estágio, pois permitem a criação de estratégias e táticas de intervenção profissional. Além disso, considerando a complexidade dos campos de estágio, a intersetorialidade das políticas sociais e a formação generalista, as experiências de estágio devem se encontrar em todos os espaços e dimensões da academia: nas disciplinas curriculares, pesquisas e extensão, núcleos temáticos, e não somente no espaço da supervisão acadêmica. E, também a articulação das unidades de formação acadêmicas com o Conselho Regional de Serviço Social de sua região, especificamente com a comissão de fiscalização e os agentes fiscais e a participação efetiva dos sujeitos envolvidos na supervisão nas discussões promovidas pelos órgãos representativos da categoria profissional (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 548-550).

O Professor Doutor Ney Luiz Teixeira de Almeida, com seu texto “Magistério, direção e supervisão acadêmica, tem como objetivo tecer considerações acerca dessas atribuições privativas, reflexão sobre essas funções, a partir da problematização dos processos históricos que atravessam a dinâmica e particularidade da profissão nos processos de produção e reprodução das relações sociais na atualidade.

Sendo assim, Almeida (2009) parte de uma retrospectiva histórica sobre a formação profissional, para pensar sobre a produção e reprodução da própria profissão, expondo que as funções desempenhadas pelos assistentes sociais

vinculadas ao magistério, à direção de unidades formadoras e à Supervisão de Estágio, ao mesmo tempo em que guardam particularidades em relação ao exercício efetivo da profissão, também produzem um modo de ser profissional e um conjunto de práticas, seja no âmbito da produção de conhecimentos e da proposição dos perfis e projetos profissionais que orientam a formação de novos assistentes sociais, como na reprodução de determinadas práticas, valores e modos de relacionamento com as expressões da questão social e suas formas de enfrentamento e, também as condições e processos institucionais necessários a continuidade da profissão.

Diante do exposto, Almeida (2009) aborda aspectos que atravessaram e atravessam a formação do assistente social nos marcos da política de educação superior desde a sua regulamentação em 1953, a expansão do ensino em Serviço Social ao longo dos anos de 1960 e 1970 e as profundas mudanças ocorridas com a intervenção da autocracia burguesa, que resultavam em uma subordinação acadêmica aos processos de formação voltados para a valorização do capital. O autor ressalta a contribuição da Associação Brasileira de Ensino (ABESS), a atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), na revisão curricular, que trouxe o fortalecimento teórico em torno da temática política social e trabalho, que atualmente atravessam os cursos de graduação e pós-graduação.

As atividades docentes no âmbito da graduação e pós-graduação, para Almeida (2009), vêm cada dia mais respondendo às racionalidades do mercado, defrontando-se com exigências de construção de projetos pedagógicos flexibilizados, com condições de trabalho precarizadas, seguida da exigência de produtividade, que implicam na autonomia intelectual.

Ao tratar sobre a Supervisão de Estágio, Almeida (2009) defende a necessidade de busca de unidade entre exercício e formação profissional, para a construção de um plano de estágio que integre as ações pedagógicas desenvolvidas no campo, sob responsabilidade do supervisor de campo, com os componentes curriculares na unidade de ensino sob a responsabilidade do supervisor acadêmico. Compreende que a supervisão se constitui em uma estratégia de amalgamar e atualizar o projeto profissional. Para o autor:

As preocupações com o desenvolvimento das atividades de investigação, de sistematização, de planejamento, avaliação e articulação com os movimentos sociais de trabalhadores e usuários das políticas sociais podem

compor um terreno rico de reflexões que, articuladas, potencializam a dimensão intelectual e política da profissão, a partir de polos diferentes, mas que são responsáveis pela construção do projeto profissional do Serviço Social (ALMEIDA, 2009, p. 648).

Almeida (2009) finaliza seu texto, enfatizando que a profissão tem empreendido processos internos que, ao mesmo tempo em produzem respostas sociais, são determinados pelas condições históricas que busca superar.

Após oito (8) anos do último livro publicado sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social, por Lewgoy (2008), surge, no ano de 2016, a coletânea de dez (10) artigos publicados no livro *“A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios”*, dedicada exclusivamente para o assunto, organizada por Cláudia Mônica Santos; Alzira Maria Baptista Lewgoy; Helena Elpidio Abreu (Organizadoras da coletânea) Valéria Forti e Yolanda Guerra, (Coordenadoras de série), representa um avanço na maturidade da categoria para pensar a Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação e no exercício profissional.

As sistematizações dos 10 artigos fazem referência à precarização da formação e do trabalho, entendo o estágio supervisionado como parte da formação profissional do assistente social. A distribuição dos artigos foi feita em três partes, a primeira fala sobre “Trabalho e Educação Superior no contexto atual”; a segunda “Estágio Supervisionado em Serviço Social: relação entre formação e exercício profissional” e, na terceira, “ O Processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social – Concepção e Operacionalização da Supervisão”, das quais a análise das produções deram ênfase aos artigos da parte II e III, cujo critério seguiu os objetivos do meu estudo.

Ramos e Abreu (2016) expõem sobre as estratégias de enfrentamento e lutas do Serviço Social brasileiro frente à precarização da formação e do trabalho profissional e ressaltam que

[...] poucas são as categorias profissionais organizadas que conquistaram autonomia relativa para construção de uma pauta tão vigorosa como a apresentada pelas entidades organizativas do Serviço Social brasileiro. Tais princípios ecoam apesar das adversidades, a direção social se mantém por força de uma realidade cada vez mais dura e, por isso, dialeticamente desafiadora (RAMOS; ABREU, 2016, p. 95).

São de extrema relevância os apontamentos apresentados por Ramos e Abreu (2016) sobre o posicionamento dos órgãos representativos, bem como o

marco regulatório para a organização da formação e atuação profissional do Serviço Social criados por estes espaços.

Para Ferreira e Castro (2016), o fórum de supervisão é um espaço de fortalecimento da articulação entre universidade e campos de estágio. Uma forma coletiva de repensar sobre as exigências mercadológicas que se apresentam na formação, a precarização do trabalho, a sobrecarga docente e a utilização do estagiário como mão de obra barata.

[...] o fórum enquanto espaço político-pedagógico de formação de supervisores. Devemos tê-lo como uma importante estratégia de fortalecimento da articulação dos assistentes sociais supervisores no que se refere a realização e qualificação do estágio supervisionado e também para fortalecer o próprio exercício profissional, trazendo à pauta as principais demandas e temáticas que envolvem a profissão em seu cotidiano (FEREIRA; CASTRO, 2016, p. 179).

Para as autoras, na esteira das transformações societárias contemporâneas, faz-se necessária uma formação intelectual e cultural crítica, seguida pela defesa de uma formação que articule ensino, pesquisa e extensão, o que é essencial para debater e assegurar a construção de alternativas para enfrentamento dos desafios que atravessam a profissão.

Santos e Araujo (2016), no artigo “*O estágio supervisionado em Serviço Social e a extensão universitária*”, afirmam ser a extensão universitária um espaço de formação e atuação profissional. Porém, problematizam os equívocos sobre a configuração das suas ações, que vêm perpassando, ou a lógica da responsabilidade social, ou assistencialista, de intervir nas questões que seriam de responsabilidade do setor público.

No âmbito da extensão, é cada vez mais difícil encontrar espaços que possam garantir esta experiência ao discente estagiário. Confinadas em atividades carentes de recursos, focalizadas, muitas vezes pretensamente neutras, aligeiradas, as ações de extensão padecem da doença crônica que assola as demais dimensões da educação superior no Brasil, só que de forma mais grave (SANTOS; ARAÚJO, 2016, p. 166).

Com base em uma análise das condições universitárias na atualidade, Santos e Araujo (2016) tecem considerações sobre a precarização da realização do estágio nesse espaço.

Entendo que, diante dessas relações de precarização do Ensino Superior e da organização do trabalho nos espaços sócio-ocupacionais, onde se inserem, os

assistentes sociais, a atuação da profissão exige a construção de uma identidade profissional, que contemple não somente a execução de uma Resolução ou Legislação, mas que, principalmente, crie um sentido coletivo de busca de afirmação dos direitos do (a) assistente social como trabalhador coletivo e da formação profissional.

Compreendo o espaço da formação e da atuação profissional do assistente social como espaço de produção e reprodução social da profissão. Ou seja, muito além do que a construção de Leis e Resoluções.

Guerra (2016) traz elementos significativos para se pensar o lugar da Supervisão de Estágio em Serviço Social como atividade inserida na formação e exercício profissional do assistente social.

A autora tece considerações sobre as contradições presentes na organização do estágio, principalmente sobre a compreensão sobre o seu sentido. A mesma entende o estágio como um lócus privilegiado da construção de conhecimento, de capacitação técnico-operativa e instrumental.

Sobre a capacitação técnico-operativa como potencial do estágio, a autora destaca que esta pode permitir a de uma capacidade argumentativa e de negociação, que também detém conhecimento e domínio de técnicas e diretrizes de planejamento, organização e administração de serviços sociais.

Cabe observar que parte significativa dos instrumentos técnicos comporta instrumentos de investigação, do mesmo modo que atribuições profissionais se constituem em atitudes investigativas. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais faculta, ainda, possibilidades de reconstrução dos objetos da intervenção profissional. Entende-se que a intrínseca relação teoria/prática tem na dimensão investigativa uma mediação relevante" (GUERRA, 2016, p. 117).

Segundo Guerra (2016), as dificuldades para se alcançar o sentido do estágio e da Supervisão de Estágio, têm ocorrido, muitas vezes, por conta dos sujeitos envolvidos no processo de Estágio e Supervisão de Estágio em Serviço Social não possuírem compreensão sobre as suas competências nesse processo. O que vem tentando ser superado com a Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

Ortiz (2016), destaca a Supervisão como atribuição privativa do assistente social. Para a autora, o assistente Social, por ser um trabalhador assalariado, tem sido igualmente atingido pela precarização das relações de trabalho e a Supervisão, ao se inserir nesse processo, também vem sofrendo os mesmos impactos.

Um dos pontos relevantes ressaltados pela autora, e que merecem destaque, foram: o desconhecimento da parte empregadora dos assistentes sociais da Supervisão de Estágio como atribuição privativa e a ausência do conteúdo da supervisão nos currículos acadêmicos.

Assim como Guerra (2016), Ortiz (2016) problematiza sobre a confusão dos papéis dos sujeitos envolvidos no processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social.

[...] deve o supervisor não confundir o seu papel com o do aluno estagiário; e aqui cabe, a meu ver, a problematização de uma questão polêmica: alguns supervisores delegam tarefas estratégicas do serviço em que atuam ao estagiário, alegando que apenas dessa forma poderá o aluno desenvolver sua autonomia e segurança. Ressalto que tal postura não contribui com o processo de formação do aluno; ao contrário, tende a desqualificá-lo, tendo em vista que ignora seu grau de amadurecimento teórico, técnico e interventivo, fazendo do estágio um “laboratório” em que as atividades são desenvolvidas a partir do binômio “ensaio e erro” (ORTIZ, 2016, p. 209).

Lewgoy (2016), tem como foco da sua discussão “Os instrumentos legais e políticos do estágio supervisionado em Serviço Social na defesa da qualidade profissional”. Para a autora a supervisão é:

[...] um processo pedagógico e político que precisa equipar-se com pressupostos os quais alicerçam o projeto ético-político profissional, que, por sua construção coletiva e perspectiva crítica, funciona como uma âncora, vinculando a prática profissional a um projeto societário comprometido com valores radicalmente democráticos e com os interesses da classe trabalhadora. Entende-se a defesa da direção social crítica como uma estratégia de fortalecimento da formação de qualidade profissional (LEWGOY, 2016, p.148).

Lewgoy (2016), como Guerra (2016) e Ortiz (2016), cita as contradições da organização do trabalho sob a lógica do capital. Porém, volta-se especificamente para os documentos legais da formação e atuação profissional e sua vinculação com o estágio supervisionado em Serviço Social e a participação dos órgãos da categoria, da academia e as demandas postas para os assistentes sociais supervisores na afirmação desses princípios defendidos pela a profissão.

Santos, Gomes e Lopes (2016), seguindo na mesma linha de análise de Lewgoy (2016), com base na análise sobre a convergência entre formação e exercício profissional, apresentam os desafios que se expressam em decorrência da organização do trabalho. Para as autoras a supervisão é:

[...] um dos momentos que possibilitam ao estudante fazer a mediação entre teoria e prática, entre conhecimento teórico e conhecimento sobre o mercado de trabalho, facilitando o processo de apreensão da realidade, tendo em vista uma ação com competência para o atendimento às necessidades da população. Portanto, o estágio e a Supervisão de Estágio em Serviço Social são componentes indissociáveis (SANTOS; GOMES; LOPES, 2016, p. 217).

Os desafios e estratégias são destacados pelas autoras sob a perspectiva do projeto de formação profissional, que fortalece a concepção de estágio como um elemento indissociável da supervisão, seja no espaço acadêmico ou nos espaços unidades campo de estágio.

Eiras (2016), direciona seu artigo para a apreensão da dimensão ético-política do processo de supervisão, fundamentando-se nos princípios da formação profissional e da organização do estágio em Serviço Social, e retratando a efetivação do seu aprendizado com base na experiência dos alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Sobre situações vivenciadas na ação da supervisão uma das questões mencionadas pela a autora é que:

No processo de supervisão do estágio, deparamo-nos com questões concretas para as quais não temos soluções, pois não dependem apenas do engajamento da equipe técnica, ou dos trabalhadores ou dos estagiários daqueles estabelecimentos (EIRAS, 2016, p. 245).

O perfil do discente é uma das questões a serem consideradas nas situações que se apresentam no processo de Supervisão de Estágio, tendo em vista que este se encontra enquanto coparticipante do processo (EIRAS, 2016).

Moljo e Mendes (2016) trazem a relação entre Supervisão de Estágio e pesquisa, remetendo-se à dimensão investigativa como componente da formação e atuação profissional. Sobre essa relação as autoras compreendem que:

[...] na Supervisão de Estágio é possível garantir e estimular o exercício da pesquisa em Serviço Social, através do desvendar da realidade como eixo crítico-formativo. Apreendemos que é preciso ter uma postura investigativa e, ao mesmo tempo, propositiva nos campos de estágios, assim como no exercício profissional de forma mais geral. Na Supervisão de Estágio, temos a possibilidade de realizar a análise concreta de situações concretas. O conhecimento da realidade, a observação, a problematização e a reflexão crítica sobre a intervenção constituem um meio efetivo de consolidação de um exercício profissional crítico, alinhado aos postulados do Projeto ético-político (MOLJO; MENDES, 2016, p. 282).

Forti (2016) deu ênfase, em seu artigo sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social ao pluralismo, fazendo alusão aos valores, bem como à necessidade do aprimoramento intelectual, mediante as concepções teóricas que atravessaram a profissão, cujo princípio parte do Código de Ética de 1993.

O aprimoramento intelectual e a competência profissional são compromissos profissionais inscritos no código de ética profissional vigente. São compromissos que, a distinção da ideia de mero treinamento técnico para a intervenção em um determinado campo e cuja finalidade profissional se limite a máxima eficiência operacional adequada ao mercado, asseguram aspectos vinculados a certos tipos de saberes e ações profissionais (FORTI, 2016, p. 293).

O aprimoramento intelectual para Forti (2016) supõe uma formação profissional condizente com seus princípios. Portanto, apresenta nesse cerne a distinção entre ecletismo e pluralismo.

O reconhecimento do pluralismo na formação profissional e a inserção deste no debate do estágio supervisionado em Serviço Social é de suma importância no processo de formação e na atuação profissional, pois, diante da conjuntura atual, a profissão vem se inserindo em espaços que muitas vezes possuem projetos antagônicos ao defendido pela profissão. Portanto, menciona a interdisciplinaridade que se insere em trabalhos coletivos.

A concepção de pluralismo não a trata da junção de correntes filosóficas e nem a neutralidade das concepções teóricas. O pluralismo, conforme exposto por Forti (2016) significa o respeito às diferentes correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas.

Embora o conjunto de artigos apresentados mencionem as dificuldades enfrentadas na formação profissional e nos espaços de atuação para a consolidação do Projeto ético-político da profissão e entendam a Supervisão de Estágio como parte desse processo, a compreensão do Serviço Social como trabalho só foi claramente exposta nos artigos de Guerra (2019), Teixeira (2009), Guerra (2016) e Ortiz (2016).

O diferencial encontrado nas referências listadas, e já apresentadas, é a sua não restrição aos princípios da profissão e a defesa de estratégias sem analisar as contradições colocadas para o assistente social na condição de trabalhador. Tal posicionamento acaba sinalizando um resgate da perspectiva endógena que, historicamente atravessou o projeto de profissão e que vem tentando ser superada

com os princípios da formação profissional defendidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

3.3.2 Sobre os Artigos de Revistas Científicas com a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social 1996-2016

Na pesquisa em revistas científicas que abordassem o assunto Supervisão de Estágio em Serviço Social utilizei como critérios as que possuem maior referência nacional no universo acadêmico da profissão, legitimadas, avaliadas e qualificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como periódico de qualidade A1⁷⁸, ou seja, com reconhecimento máximo pela estrutura da academia em vigência no país, sendo encontrados artigos na Serviço Social e Sociedade (dois) e Katálysis (Oito), a Revista Temporalis (quatro), por se tratar de um espaço de socialização de conhecimento vinculado ao site da ABEPSS. Também foi pesquisada a Revista “Em Pauta”, que é a revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, que possui o debate sobre trabalho e política social, na qual foi encontrado um artigo sobre o tema, totalizando em 15 artigos, conforme quadro 6 em anexo III.

Sendo assim, pesquisei todas as edições das respectivas *Revistas a partir 1996 até o primeiro semestre de 2017*, respeitando o período de seu surgimento, com o objetivo de verificar a existência de artigos que fizessem a discussão sobre a Supervisão de Estágio em Serviço Social. E, nesse processo, foi um artigo na Revista Serviço Social e Sociedade nº 80 e um na de número 125.

A Serviço Social e Sociedade nº 80, publicada em 2004, apresentou o artigo intitulado “*O estágio na formação profissional do assistente social: desvendando significados*”, de autoria de Cirlene H. A. S Oliveira, mas que trata sobre a temática do estágio, sem especificamente tratar da Supervisão de Estágio em Serviço Social.

A autora trata a discussão de estágio como parte da formação profissional do assistente social, respaldando-se nas diretrizes da ABEPSS de 1996. Porém, o conteúdo apresentado pela autora, ao se restringir ao estágio, acaba por desconsiderar a supervisão como componente que integra esse processo.

⁷⁸ Relação de classificação de Qualis periódicos A1 em Serviço Social apresentados na Plataforma Sucupira. In: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacao/qualis/listaConsultaGeralperiodicos.jsf>. Acesso em: set. 2018.

Sua abordagem se restringiu às considerações sobre a importância do estágio na formação profissional do assistente social, mas sem fazer a análise das relações que se expressam em seu cotidiano, bem como reconhecendo as particularidades dos espaços em que se dá a sua inserção.

A revista de nº 125 publicada no ano de 2016 apresentou o artigo “Caminhos da Formação: os desafios da Supervisão de Estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins”, das autoras Maria Helena Cariaga e Maria José Antunes da Silva, cujo objetivo foi apresentar a experiência vivenciada na supervisão acadêmica de estágio no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins.

As autoras trazem a discussão histórica sobre Supervisão de Estágio na formação profissional em Serviço Social, refletindo acerca dos objetivos do estágio em Serviço Social os professores, os discentes e os supervisores de campo.

É importante ressaltar o caminho seguido pelas autoras para falar sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social, buscando destacar a sua inserção ao longo da trajetória histórica da profissão, o que se torna fundamental para compreender os objetivos e sentidos a serem dados na sua atuação.

Na revista *Katálysis* foram encontrados um total de 10 artigos. Estes distribuídos na sua edição nº 15, publicada no ano de 2012, com (1) artigo e na edição nº 19, de 2016, com oito (8) artigos.

A revista *Katálysis*, segundo informações do site da revista, foi criada em 1997, é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e ao de Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. O seu período de publicação é quadrimestral.

Com a qualificação da revista pelo Qualis/Capes: A-1, a revista *Katálysis* destina-se à publicação de artigos científicos originais sobre assuntos atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares. Sobre a sua organização de publicação, cada edição da revista, focaliza uma unidade temática, tendo em vista sua importância dentro do contexto social contemporâneo, mas abre espaço também para trabalhos que tratem de temas livres.

O artigo publicado na edição nº 15 teve como título “A unidade teoria-prática e o papel da Supervisão de Estágio nessa construção” das autoras Rivânia Lúcia Moura de Assis e Iana Vasconcelos Moreira Rosado. Esta publicação deu ênfase à

articulação entre os conhecimentos adquiridos pelos alunos-estagiários na academia com os apresentados nas ações vivenciadas nos campos de estágio.

Por mais que se apresente a relação entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, as autoras não discorrem no artigo sobre as particularidades desses espaços sócio-ocupacionais e nem do fazer profissional do Assistente Social.

Sobre a Supervisão de Estágio, destacam no artigo a sua materialização por meio do planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem vivenciado pelos estudantes no estágio supervisionado e considerando-a como uma atribuição privativa dos profissionais de Serviço Social. Além disso, a junção entre os sujeitos envolvidos nesse processo para romper com os desafios da efetivação dos princípios do projeto de formação profissional, que tem suas bases na unidade teoria e realidade.

A relação teoria e prática são unidades indissolúveis, tanto no campo da formação ou na atuação profissional. É essa relação que dá um sentido racional para as ações, clareza sobre os seus objetivos e bases para a avaliação e criação de estratégias de intervenção.

A edição nº 19 da Revista *Katálysis* foi uma edição dedicada exclusivamente à formação, ao estágio e à supervisão, o que revela a atenção que vem se tentando dar à formação profissional em Serviço Social, em específico no que tange à consideração do estágio e da supervisão como um dos condicionantes para a sua concretização.

Nessa edição, os artigos apresentados partem da discussão sobre o estágio, enfocando-o como componente do processo de formação nos cursos de nível superior, apresentando algumas reflexões sobre a sua inserção no curso de Serviço Social. A dimensão da relação entre teoria e prática no processo de supervisão, a inserção do estágio e da supervisão na conjuntura atual, bem como seu significado e significância frente aos princípios defendidos e apresentados no Código de Ética de 1993, na Resolução nº 533 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, na Resolução nº 533 CFESS/CRESS e Política Nacional de Estágio da ABEPSS. Algo já exposto na relação de artigos analisados e apresentados nos capítulos de livros que segue na relação do quadro 1 sobre Livros e capítulos de livros sobre a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social.

Seguindo nesta perspectiva, Miotto e Nogueira (2016) abrem o editorial focando na necessidade de um movimento da categoria profissional que produza respostas inovadoras para tratar as pequenas questões da prática cotidiana, como: os grandes desafios intelectuais e operativos, os impasses e desafios na formação profissional, no Estágio e na Supervisão de Estágio em Serviço Social. E, também, que a inserção do estágio e da supervisão na formação profissional, implica em reconhecer a trajetória que permite concebê-la atualmente como uma continuação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais.

Miotto e Nogueira (2016), expõem o reconhecimento dos avanços que ocorreram na categoria profissional com a inserção da perspectiva crítica-dialética, que trouxe a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e, também, o reconhecimento no âmbito acadêmico da articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão. O que conseqüentemente trouxe mudanças na compreensão e na natureza do Estágio e da Supervisão de Estágio em Serviço Social.

Silva e Ribeiro (2016) no artigo “Reflexões sobre o estágio na educação superior e sua particularidade no Serviço Social” deram destaque ao reconhecimento do estágio na educação superior e inserção do estágio na formação profissional do assistente social e a inserção do estágio. As autoras compreendem o estágio como algo que abrange além do processo de formação, destacando a relação com o mercado e o meio profissional, no entanto, a ênfase dada, foi nas legislações referente ao estágio e do estágio em Serviço Social.

Partindo dos princípios defendidos para a formação e exercício profissional do assistente social que se encontram na Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/1993), Código de Ética de 1993 e das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, a autora MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de ressaltam a necessidade de se fortalecer o exercício profissional, através da superação das práticas superficiais e qualificar o processo de supervisão.

Medeiros (2016) discorre sobre o antagonismo entre a concepção o pragmática e a marxiana, questionando os rumos que a formação e o exercício profissional vêm tomado nos últimos anos a partir da interferência de correntes do pensamento pós-moderno na profissão. Portanto, defende a necessidade de sair do

imediatismo e criar espaços de resistência e lutas coletivas através de reuniões da categoria para discutir as demandas do cotidiano e traçar estratégias e buscar o apoio junto aos movimentos sociais e outras profissões que compartilhem dos mesmos princípios éticos do Serviço Social.

Cabe destacar a publicação de *Supervisão em Serviço Social* diante da precarização no mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana das autoras Gleny Terezinha Duro Guimarães e Paulo Roberto Martins (2016). Os autores, como vêm problematizando sobre as condições de precarização que têm se manifestado no cotidiano do processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social. Desta forma, neste artigo apresentam uma pesquisa qualitativa, norteadas pelo método do materialismo histórico sobre alguns pressupostos da teoria do cotidiano de Agnes Heller.

Um dos pontos relevantes foi a apresentação do contexto da reestruturação produtiva após a década de 1970; a precarização, a desigualdade decorrente da divisão social do trabalho, demonstrando os indicadores da precarização que se manifestam nas condições de trabalho e no processo de supervisão. Tal análise sobre o cotidiano segue as bases analíticas de Agnes Heller, referência sobre o assunto.

No entanto, embora se referenciem nas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, no debate sobre a Supervisão de Estágio, não se apresentaram definições, nem o seu objetivo e sentido, embora sua análise sobre o cotidiano seja relevante para compreender a inserção da supervisão na formação e atuação profissional do assistente social.

Já o artigo de Lesliane Caputi, “Supervisão de Estágio em Serviço Social: significâncias e significados”, embasado no método crítico-dialético e partindo da consideração da formação profissional com um dos pilares do Projeto Ético-político do Serviço Social, utilizou autores de referência sobre o debate Supervisão de Estágio em Serviço Social, bem como as legislações que subsidiam o estágio e a Supervisão de Estágio em Serviço Social. Um dos pontos relevantes ressaltados pela autora, foi a consideração entre estágio e Supervisão de Estágio como unidades indissolúveis e as limitações para o exercício da Supervisão de Estágio. E, portanto, sinalizem a precarização do mundo do trabalho e da educação como desafios, e a necessidade de compromisso da categoria profissional na construção de possibilidades para seu fortalecimento.

A produção de Reginaldo Guiraldelli e Janaina Loeffler de Almeida, com o título “A Construção dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social” apresentou reflexões de grande relevância com base dados obtidos nos Fóruns realizados na regional centro-oeste, 2013-2014, ressaltando a construção e fortalecimento dos Fóruns de Supervisão de Estágio, sinalizando a necessidade de estratégias coletivas, diante das adversidades postas na contemporaneidade que incidem na formação e exercício profissional.

Para Guiraldelli e Almeida (2016), no Fórum de Supervisão encontra-se um dos espaços estratégicos de organização e participação política da categoria profissional, que pode também contribuir para o processo de formação continuada e de debates sobre estágio supervisionado. Os autores deram grande destaque do espaço do Fórum como espaços político-formativos de interlocução, articulação, resistência e luta do Serviço Social brasileiro em defesa de uma formação crítica, pública, laica, presencial, democrática e de qualidade. Porém, embora apresentem dados da pesquisa sobre as áreas de concentração de estágio, a discussão realizada não tece problematizações acerca da interlocução entre Serviço Social, trabalho e políticas sociais, sendo a preocupação principal a defesa do patrimônio político e intelectual conquistado pela categoria profissional.

Dando prosseguimento no estudo, a revista *Temporalis*, também se apresentou como um dos focos da pesquisa. Esta surgiu no ano de 2000, é editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e se destina à publicação de trabalhos científicos sobre temas atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares. Esta revista apresenta somente dois artigos que fazem relação com a Supervisão de Estágio em Serviço Social que são: “O estágio supervisionado em Serviço Social” sob a autoria de Alzira Baptista Lewgoy publicado na edição nº 25, em 2013, e “A Política Nacional de Estágio e a Supervisão Direta: avanços e desafios”, de Fátima da Silva Graves Ortiz, publicado na edição nº 27, em 2014.

O artigo de Lewgoy (2013) foi escrito com base na exposição do Módulo VI, “O Estágio Supervisionado em Serviço Social”, do Curso de Atualização “As Diretrizes Curriculares e o Projeto de Formação Profissional de Serviço Social (ABEPSS Itinerante)” ministrado no segundo semestre de 2012. O seu objetivo foi refletir sobre os aspectos que balizam o estágio supervisionado em Serviço Social, referentes à indissociabilidade entre a formação e o exercício profissional, que se

constitui como um dos eixos condutores do estudo a ser realizado e apresentado nesta tese sobre o processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social.

A partir da contextualização da conjuntura sócio-histórica e a política da formação em Serviço Social, demonstra que a contrarreforma do Estado e os impactos na Política de Educação Superior vêm trazendo novas configurações para a formação profissional e, conseqüentemente, novos rebatimentos no processo de Supervisão de Estágio.

Sendo assim, ao tomar como referência os instrumentos normativos do Estágio Supervisionado em Serviço Social, fundamentando-se na direção teórica, ética e política da profissão, ambos entendidos como eixos norteadores do processo. Do mesmo, ressalta que essa realidade em que se encontra a Educação Superior, indica desafios e, portanto, demanda de estratégias que busquem a articulação entre a formação e o exercício profissional, como:

[...] a) não estabelecer distanciamento entre o trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico e o exercício da prática profissional cotidiana; b) garantir o processo de acompanhamento ao estagiário como elemento integrante do trabalho do assistente social; c) garantir a articulação permanente entre unidade de ensino e unidade campo de estágio; d) incorporar a atitude investigativa no processo de trabalho do assistente social; d) perceber o “Processo de Supervisão de Estágio” como uma das matérias indispensáveis à formação dos futuros supervisores; e) incentivar ações que envolvam a formação/ capacitação permanente de supervisores (Política de formação permanente); f) fomentar a articulação de fóruns de Supervisão de Estágio envolvendo supervisores, acadêmicos e de campo, e alunos; g) avaliar permanentemente e aperfeiçoar a preparação de novos campos e estagiários; h) realizar seminários integrados com as demais disciplinas, abordando temas transversais que perpassem diferentes campos; i) realizar seminários e atividades preparatórias para estudantes antecedendo a inserção nos campos de estágio (LEWGOY, 2013, p. 82).

Lewgoy (2013) também apresenta os desafios do processos de aprendizagem que ocorrem na supervisão, tais como: o uso do diário, constituindo-se num instrumento que exercita o estagiário, através de sucessivas aproximações críticas, a desenvolver a capacidade investigativa, de reflexão e de síntese através de descrições analíticas a respeito da intervenção cotidiana, bem como de autocrítica e dos seus limites e desafios na intervenção; a explicitação da unidade teoria e prática; a compreensão do processo de mediação na intervenção realizada.

A autora finaliza seu texto, tecendo considerações sobre a supervisão como processo que articula exercício e formação, reconhecendo a sua vinculação à atividade concreta de estágio e que a sua realização permite ao acadêmico

transformar o que aprendeu em posturas, produtos, serviços e informações, que irão repercutir no atendimento da população usuária. Questão apresentada nesta tese e que nos levou à problematização sobre o significado pedagógico da Supervisão de Estágio na articulação entre a dinâmica e o exercício do trabalho profissional em Serviço Social.

O artigo intitulado “A Política Nacional de Estágio e a Supervisão direta: avanços e desafios”, de Ortiz (2014) apresenta um resgate histórico da construção da Política Nacional de Estágio, cujo objetivo foi analisar os avanços e desafios para a prática da Supervisão de Estágio e, além disso, identificar os desdobramentos desse processo para o projeto ético-político e o projeto de formação profissional.

Neste artigo, Ortiz (2014) reitera questões já problematizadas nesta tese, como a implementação das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, tomando como referência a pesquisa realizada pela ABEPSS, em 2006, cujos resultados foram publicados em 2008 (ABEPSS, 2007). Esta pesquisa:

[...] demonstra a dificuldade por parte dos próprios docentes quanto à apreensão dos fundamentos do Serviço Social; o segundo, de natureza didático-pedagógica, expressa a dificuldade de articulação dos conteúdos, como, por exemplo, a garantia de que a modalidade do ensino em Serviço Social fosse teórico-prática; e, por último, as dificuldades relacionadas às condições de trabalho do assistente social, que atingem de forma contundente a formação profissional, seja no que diz respeito ao trabalho docente, seja referente ao contexto de precarização que incide sobre o trabalho profissional de um modo geral (ORTIZ, 2014, p.205).

Sendo assim, para Ortiz (2014), a Política Nacional de Estágio da ABEPSS surge como uma estratégia para enfrentamento da precarização do Ensino Superior, no qual o estágio, por se configurar como um dos condicionantes para a formação profissional do assistente social, deve ocorrer em consonância com os princípios éticos-políticos. Portanto, compreende que o supervisor de campo e o supervisor acadêmico devem fazer com que o aluno-estagiário se confronte com os valores sociais vigentes, que ao se inserir no campo de estágio, o mesmo possa exercer uma postura ética e contrária a toda forma de preconceito, autoritarismo, intolerância, discriminação.

As dificuldades e desafios para a efetivação da Política Nacional de Estágio e a supervisão, que reafirmam os pressupostos que nos levaram à realização da pesquisa proposta nesta tese, como: a pouca produção sobre o tema; as questões metodológicas presentes no processo de supervisão, a ausência de uma política de

estágio consistente, a precarização da formação profissional, as condições de trabalho satisfatória para a realização do estágio e da supervisão com qualidade.

No ano de 2016, em sua edição nº 31, a Revista *Temporalis* apresentou o tema “*A Formação profissional em Serviço Social*”. Sobre estágio e supervisão, nesta publicação, existem dois artigos.

Um destes foi o artigo das autoras Adriana Ramos e Francine Helfreich Coutinho dos Santos, com o título “*Articulação entre supervisão de campo e acadêmica em serviço social*”, cujas autoras abordam sobre a centralidade do estágio supervisionado, mas dando ênfase à articulação entre o papel de seus principais sujeitos, na perspectiva do Projeto Ético Político, com a análise voltada para a vinculação do processo de Supervisão de Estágio com as atribuições privativas e competências do assistente social, que se configuram como uma particularidade do exercício profissional.

O artigo “*Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas - relatório do projeto ABEPSS itinerante 2014*”, dos autores Rodrigo Teixeira, Isaura Aquino e Telma Gurgel, apresenta a estrutura e proposta pedagógica do projeto ABEPSS Itinerante, os nós críticos identificados nas 35 oficinas realizadas em todas as regionais da ABEPSS em 23 Estados brasileiros, em módulos articulados a partir de dois eixos temáticos: 1 – Educação Superior, Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estágio, e 2 – A dimensão político-pedagógica da supervisão de Estágio.

As questões levantadas sobre o debate da unidade teoria e prática no processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social foram: A relação teoria e prática reconhecida como algo a ser feito pela figura do supervisor acadêmico e a ênfase dada no instrumental técnico-operativo.

Além de serem ressaltados os papéis dos sujeitos envolvidos no processo de Supervisão de Estágio, bem como dos seus espaços, apresentam as estratégias construídas nas oficinas do projeto. Sobre a organização das oficinas informam que:

Cada oficina produziu um relatório das reflexões coletivas e apontaram algumas estratégias de enfrentamento que, para uma melhor sistematização foram divididas em três direções: 1- ações concretas para a ABEPSS; 2- algumas iniciativas internas para as UFAs e; 3 - atuação conjunta entre a ABEPSS e outros sujeitos políticos, no campo da formação profissional (TEIXEIRA; GURGEL, 2016, p. 409-410).

Para os enfrentamentos dos nós críticos, no processo do Estágio Supervisionado em Serviço Social, e que possuem grande relevância, destacam-se a responsabilização da ABEPSS, em conjunto com as Unidades de Formação Acadêmica na criação de outros elementos na matriz curricular para subsidiar diretamente o estágio e a supervisão, no sentido de garantir uma maior articulação dos conteúdos, matérias e áreas do conhecimento dos diferentes componentes curriculares enfatizando o estágio na formação e exercício profissional.

Outro ponto também que merece destaque, é acerca do incentivo à construção e consolidação de Políticas de Estágio nas instituições concedentes, para consolidar o debate sobre o estágio no exercício profissional e o lugar do(a) estudante na instituição.

O relatório da ABEPSS Itinerante 2014 revela uma preocupação com a regulamentação do estágio, mas sem fazer articulação com as questões que atravessam o trabalho e a políticas sociais. O que se repete em 2018, na campanha “Sou Assistente Social e Supervisiono Estágio – A supervisão qualifica a formação e o trabalho”, cuja ação se detém na exposição da relevância político-pedagógica do estágio supervisionado no processo de formação e no exercício profissional em Serviço Social, sem fazer as devidas mediações com a totalidade das questões que se apresentam no âmbito do Serviço Social.

A ABEPSS expõe que a proposta da campanha partiu de uma concepção de profissão que compreende a atuação profissional nas expressões da questão social, formulando, implementando e avaliando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas públicas, dos movimentos sociais e das organizações do terceiro setor. Porém, conforme a pesquisa sobre a implementação das diretrizes curriculares, há fragilidades na compreensão da atividade profissional do assistente social, bem como incongruências sobre o seu significado, o que pode favorecer a dicotomia entre formação e trabalho profissional.

Sendo assim, a partir do reconhecimento da articulação entre Supervisão de Estágio em Serviço Social, trabalho e política Social, procurei artigos na Revista Em Pauta, da Faculdade de Serviço Social da UERJ, que possui uma produção acadêmica resultante de pesquisas científicas, cujo critério de inclusão na pesquisa foi o seu eixo de análise sobre a teoria social e a realidade contemporânea, que teve sua primeira edição em 1993. Atualmente encontra-se na edição nº 40 – 2º semestre de 2017 e vem buscando apresentar artigos sobre questões pertinentes à formação

e ao exercício profissional de forma a contemplar a sua linha de pesquisa que possui concentração no debate sobre trabalho e política social.

Nesta revista, foi encontrado um único artigo, escrito por Claudia Mônica dos Santos e Maria Helena Elpidio Abreu, intitulado “*Os impactos da Política Nacional de Estágio na Formação Profissional frente à Universidade Neoliberal*”, na edição nº 27 da revista, publicada em 2011.

As autoras apresentam questões conjunturais que atravessam a formação profissional, relacionando-a com a reforma da educação superior, bem como as implicações na efetivação da Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

Embora abordem questões relevantes sobre educação superior e que perpassam o debate da Supervisão de Estágio em Serviço Social, não fizeram a discussão sobre o processo de supervisão, embora, entendam estágio e a supervisão de maneira articulada e reconheçam que a conjuntura vigente traz novas exigências para o processo de supervisão, “[...] como a mercantilização do ensino; a precarização das condições de trabalho docente e dos estudantes trabalhadores e a ampliação desmensurada do ensino presencial e, sobretudo, do EAD” (SANTOS; ABREU, 2011, p. 141).

A relação entre os artigos apresentados nas três revistas demonstra que há uma preocupação da categoria com as questões que atravessam o processo de estágio e Supervisão de Estágio em Serviço Social. Porém, ao se deterem muita das vezes em marcos regulatórios, acabam por ser uma compreensão da ação da supervisão como prática profissional, ou complexo ideológico, tirando a amplitude das questões que atravessam o exercício da referida supervisão.

Diante dessa realidade, no sentido de afirmar as particularidades e o sentido do exercício profissional do assistente social, é necessário ações do conjunto CFESS, CRESS e ABEPSS que proporcionem evidências concretas sobre o lugar que vem sendo dado à profissão em seu processo de formação e exercício profissional, frente aos desafios e exigências que se desdobram nos processos reificantes/alienantes que se expressam via precarização e intensificação do trabalho.

3.3.3 Sobre as Teses de doutorado cadastradas no banco de teses da CAPES 1996-2017

Dando continuidade às produções bibliográficas que abordassem a temática, foi realizado um levantamento no banco de teses da CAPES, no qual identificamos 8 teses cadastradas que abordam a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social, conforme quadro 7 em anexo IV.

A tese de Célia Maria Grandini Albiero, publicada no ano de 2006, com o título “Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na supervisão sistemática e na avaliação qualitativa no estágio acadêmico em Serviço Social”, 12 anos após a publicação, em livro, da abordagem contemporânea feita sobre a respectiva temática, por Buriolla, no ano de 1994.

Albiero (2006), em seu estudo, trata o estágio como um elemento fundamental do processo de formação profissional em Serviço Social, com base nos parâmetros da Diretriz Curricular da ABEPSS de 1996 dimensões da supervisão sistemática e a avaliação qualitativa do estágio.

Mesmo diante das discussões surgidas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, ainda não se percebe a articulação da formação e atuação profissional, seguidas do debate da categoria trabalho e processo de trabalho. Inclusive, como base para se pensar o processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social, sendo algo que se insere diretamente nesse processo.

A tese de Alzira Baptista Lewgoy “*Pensar a Supervisão de Estágio em Serviço Social: ser ou não ser, eis a questão!*” apresenta a pesquisa sobre o processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social e sua relação com o projeto ético-político, na efetivação da competência profissional.

Lewgoy (2007) teve como objetivo, conhecer como se constituiu o processo de Supervisão de Estágio, a fim de propor estratégias que contribuam para a efetivação da competência profissional nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa e, desse modo, reafirmar o significado social da profissão.

A autora destaca as concepções e a natureza, especialmente, os discursos produzidos sobre o tema, no Serviço Social, até a primeira metade da década de 1990, ponto de reflexão que possibilita conhecer o conjunto de fenômenos que desencadearam essas novas exigências e os desafios do processo de supervisão.

Para a mesma, o que instiga a desvendar o processo de supervisão não é sua gênese (formação), mas buscar elementos para entendê-la na contemporaneidade.

Lewgoy (2007), com o seu estudo, buscou a compreensão das questões que envolvem o processo de supervisão, objetivando dar mais visibilidade ao que ainda pouco se produz sobre supervisão acadêmica e supervisão de campo, levantando algumas indagações e tentativas de respostas e considerando as elaborações teóricas produzidas sobre esse tema no decorrer da história. O que, mais tarde, foi publicado em forma de livro no ano de 2008, conforme já apresentado e analisado anteriormente no levantamento de livros e capítulos de livros publicados sobre o assunto.

Porém, suas análises se voltam para a prática da supervisão, sem levar em consideração as questões que atravessam o seu exercício, principalmente no que tange a sua inserção no trabalho do assistente social, seja no âmbito acadêmico ou na instituição campo de estágio, o que acaba por ser contraditório no que se refere as bases teórico-metodológicas defendidas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, no que diz respeito da importância da relação entre trabalho, processo de trabalho e Serviço Social.

A tese *“Serviço social e Supervisão de Estágio: saberes, formação, temporalidades”*, Edna Maria Goulart de Joazeiro, publicada em 2008, trouxe a abordagem da atividade de trabalho da supervisora de estágio de Serviço Social em Hospital de Ensino Público, com a base para a construção da sua tese. Para tanto, os sujeitos da pesquisa de campo foram as supervisoras de estágio das quatro áreas do Hospital de Clínicas da UNICAMP, no período de 1994 a 2003, que supervisionaram estudantes-estagiárias de Serviço Social.

Embora, Joazeiro (2008) apresente a abordagem do trabalho da supervisão, não é debatida em sua tese, as categorias trabalho e processo de trabalho, o que implica na compreensão sobre como se gesta o trabalho do assistente social e a Supervisão de Estágio como parte desse processo. É importante ressaltar que devido ao período de publicação, ainda não se revelam as bases da Resolução nº 533 CFESS/CRESS, de 2008, para a organização do estágio supervisionado no trabalho do Assistente Social

As teses *“Dimensões e limites da supervisão acadêmica de estágio”* de MARTINIANO, Luzilene de Almeida, defendida no ano de 2011, e *“Supervisão de Estágio em Serviço Social: tempos de mundialização do capital – desafios cotidianos*

e (re)significados!” de CAPUTI, Lesliane, defendida em 2014, ambas apresentadas no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em Franca, São Paulo.

A tese de doutorado de Luzilene de Almeida Martiniano foi apresentada um ano após a promulgação da Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e trouxe como objetivo a relevância, dimensão e limites da supervisão acadêmica no curso de Serviço Social a partir das mudanças oriundas da última revisão curricular. Porém, a autora não especifica se isso refere-se ao projeto de formação da categoria ou projeto pedagógico dos cursos que foram pesquisados. Seu interesse pela temática surgiu a partir da sua experiência como supervisora de estágio, tanto acadêmica como de campo.

Martiniano (2011) sinalizou que o seu objeto de estudo foi o estágio supervisionado em Serviço Social, com destaque na supervisão acadêmica. Para este, pesquisou 4 unidades de ensino do Estado de São Paulo, tendo como critério de amostragem contemplar aquelas unidades administrativa público e o privado; tempo de criação dos cursos de Serviço Social; participação na elaboração das diretrizes curriculares e ano de criação do curso.

A autora considerou a trajetória da construção das diretrizes curriculares do Serviço Social e as contribuições da nova proposta curricular de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Resolução nº 533 e Política Nacional de estágio da ABEPSS de 2010. Sua abordagem sobre a Supervisão de Estágio se deteve nos papéis do supervisor acadêmico e de campo, no reconhecimento da necessidade de articulação dos mesmos e nas suas particularidades. Porém, a sua pesquisa se propôs somente à verificação e análise dos limites para a condução do estágio e supervisão e não aos procedimentos metodológicos do seu processo.

Martiniano (2011) trouxe o debate do estágio e da supervisão, mas não se volta para a análise das suas particularidades, o que pode levar à compreensão de que ambos possuem o mesmo sentido. Além disso, a discussão sobre a trajetória histórica do Serviço Social, o estágio supervisionado em Serviço Social e Supervisão de Estágio apresentada pela autora, não se articula às questões socioeconômicas, políticas, culturais e sociais que atravessam a sua organização, bem como o exercício da profissão e o leva à compreensão de que o surgimento e requisição da

profissão, bem como as suas modificações se deram de maneira independente, o que nos remete à perspectiva endógena da profissão.

A sua pesquisa revelou como limites para a efetivação do estágio, as irregularidades das unidades acadêmicas no cumprimento dos princípios da Política Nacional de Estágio da ABEPSS; o número de supervisores contratados para o correspondente número de alunos; ausência de uma política de estágio e planejamento prévio; o distanciamento entre supervisor de campo e supervisor acadêmico. Outro ponto ressaltado pela autora é a desconpreensão do supervisor de campo sobre o objetivo do estágio na formação profissional e desconhecimento sobre a proposta das diretrizes Curriculares vigentes e PNE da ABEPSS, o que, para a mesma, leva à reprodução da “supervisão assistencialista, práticas positivas, o que leva o estagiário a crises e conflitos, por estar na contramão do que aprenderam no curso (2011, p. 163)”.

No ano de 2014, após 6 anos da Resolução nº 533 do conjunto CFESS/CRESS e 4 anos da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, Caputi, Lesliane, desenvolveu sua tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, que foi desencadeada das reflexões e inquietações advindas de sua vivência como docente, supervisora acadêmica, supervisora de campo, bem como da sua participação nos debates realizados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, no qual foi representante discente de pós-graduação da Regional Sul II, no período de 2011-2012.

A autora considera o estágio e supervisão como unidade indissolúvel e a Supervisão de Estágio em Serviço Social como atribuição privativa do profissional de Serviço Social, que acompanha os processos históricos e condições políticas atravessadas pela profissão desde o seu surgimento nos anos de 1930. Reconhece que o debate com maior consistência sobre a temática é o contemporâneo e que desafia docentes, estudantes, coordenações de cursos, supervisores acadêmicos, supervisores de campo, instituições de ensino e espaços sócio ocupacionais do assistente social a repensar o lugar do estágio e do processo de supervisão na formação profissional e as condições de trabalho para a sua realização. Esta busca superar a concepção praticista, dissociada do corpo teórico que lhe dá fundamento, bem como romper com a visão voluntarista e imediatista do saber-fazer.

O objeto de estudo de Caputi (2014) foi o processo de Supervisão de Estágio em Serviço Social (re)significando-o a partir da Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010), no âmbito das situações concretas que se colocam para a supervisão na realidade cotidiana da microrregional da ABEPSS Sul II, São José do Rio Preto/Franca – SP. Seus objetivos foram: analisar o cotidiano da Supervisão de Estágio em Serviço Social, (re)significando-o no sentido da práxis profissional no âmbito das situações concretas que se colocam a supervisão na microrregional da ABEPSS Sul II (região São José do Rio Preto/Franca); Identificar os nós críticos da Supervisão de Estágio em Serviço Social; expressar o cotidiano da Supervisão de Estágio em Serviço Social, a partir da realidade da microrregional da ABEPSS Sul II (região São José do Rio Preto/Franca); apontar desafios e limites da supervisão frente à Política Nacional de Estágio em Serviço Social (PNE) – (ABEPSS, 2010); desvelar a produção de conhecimento da categoria sobre estágio e supervisão; mapear as unidades de formação acadêmica (UFAS) de ensino presencial que compõem a micro região da ABEPSS Sul II São José do Rio Preto/ Franca – SP e identificar a concepção dos atores envolvidos no estágio supervisionado acerca da supervisão.

O estágio, como síntese de múltiplas determinações da formação e do trabalho profissional, expressa os desafios estruturais que as UFAS vêm enfrentando para a materialização da PNE. Portanto, traz em sua tese o debate sobre a relação entre trabalho e educação, revelando, com sua pesquisa, que o estágio supervisionado e a supervisão como unidade intrínseca e indissolúvel, sofrem implicações e rebatimentos da precarização da educação e do trabalho profissional, embora não tenha se detido na análise do trabalho do assistente social. Para a autora, a educação vem sendo tratada como mercadoria, seguida de um discurso de expansão do direito e democratização no acesso para todos, onde o trabalho tem sido reconfigurado para garantir maior produtividade e consumo (CAPUTI, 2014).

Diante do exposto, Caputi (2014) apresenta em sua tese o debate teórico acerca da educação e trabalho em tempos de crise do capital, respaldando-se em autores que partem de uma perspectiva crítica de análise das questões que atravessam essa realidade. Também demonstra a produção teórica sobre a temática do estágio e da supervisão no Serviço Social, em livros, capítulos de livros, artigos de revistas, bem como de trabalhos publicados no Encontro Nacional de

Pesquisadores de Serviço Social e (ENPESS) e no Congresso Brasileiro de Assistente Social (CBAS), que mostra que o estágio supervisionado está no cerne de debate, preocupações e produção da categoria, embora ainda seja pequena a sua produção.

A autora considera que as questões que atravessam a supervisão de estágio também atingem o coletivo e, para a mesma, a pesquisa possibilitou indicativos de fortalecimento do projeto profissional articulado à importância de aprimoramento profissional permanente, o qual requer fortalecer o processo de Supervisão de Estágio, já que este envolve a indissociabilidade entre trabalho e formação profissional, o que incide na qualidade dos serviços prestados à população usuária.

A tese de *“Supervisão acadêmica de Estágio em Serviço Social: um estudo no Estado de São Paulo”* de ANDRADE, Selma Aparecida Leite de, foi defendida e publicada em 2015. A autora voltou seu estudo especificamente para a função da supervisão acadêmica e a função da docência, problematizando o cenário de modificações na modalidade de ensino. No entanto, embora se proponha e apresente a articulação da Supervisão de Estágio em Serviço Social com o projeto de formação profissional, ao se restringir a supervisão acadêmica, acaba por desconsiderar a amplitude de relações que perpassam o exercício da supervisão, no que tange aos seus objetivos, organização do processo de trabalho e logística de funcionamento, tendo em vista que a supervisão se apresenta em dois espaços sócio-ocupacionais distintos.

Seguindo o mesmo sentido de Andrade (2015), a tese de Andreia Agda Silva Honorato, com o título *“Perspectiva da Centralidade do Estágio supervisionado na formação em Serviço Social: questões presentes e latentes”* se pautou na análise de sua configuração da supervisão no espaço acadêmico.

O debate de Honorato (2016) tece considerações relevantes acerca da contradição existente na configuração da educação, que fica entre o direito e a sua condição como serviço. Estas foram as bases que subsidiaram a análise sobre os desafios colocados para os discentes e docentes no estágio supervisionado e formação profissional em Serviço Social.

A última tese encontrada que foi publicada no ano de 2016, foi a de Melissa Ferreira Portes, *“O Estágio e a Supervisão no processo formativo dos assistentes sociais: a centralidade em questão”* apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina.

O estágio supervisionado no processo formativo dos Assistentes Sociais foi o foco de Portes (2016), cujo problema de pesquisa apresentado pela autora, foi o lugar do estágio supervisionado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social.

As problematizações acerca do Estágio Supervisionado em Serviço Social apresentadas por Portes (2016) partiram da sua inserção no processo formativo dos assistentes sociais, na experiência como supervisora de campo, a experiência como docente e a experiência como supervisora acadêmica, cujas bases foram impulsionadas pela lógica mercantil impressa na política educacional do Ensino Superior que coloca em xeque uma formação crítica, politizada e propositiva, ficando o estágio e a supervisão esvaziados de um conteúdo pedagógico.

A tese de Portes traz uma análise atual sobre a Supervisão de Estágio em Serviço Social, com considerações nas publicações sobre o tema, seja em termos da sua racionalidade ou de sua normatização, afirmados pelo Projeto Ético-político da profissão. A autora traz reflexões importantes sobre o exercício da supervisão nos espaços sócio-ocupacionais, que vêm levando a sua condução muito mais por um caráter tecnicista, burocrático e imediatista, do que pedagógico e de afirmação do Projeto Ético-Político da profissão.

A aproximação da discussão sobre o estágio supervisionado apresentada por Portes (2016) explicitou a precarização das condições de trabalho dos profissionais vinculados à formação e ao estágio em Serviço Social, reconhecendo os determinantes do trabalho e a fragilização teórico-metodológica da formação profissional. A autora procurou fazer as mediações entre o trabalho profissional e o exercício da Supervisão de Estágio, reconhecendo o assistente social como trabalhador coletivo e tecendo considerações de que o estágio e a Supervisão de Estágio não estiveram imunes às mudanças conjunturais do mundo do trabalho e às transformações societárias.

No entanto, a autora pensa o estágio supervisionado a partir de sua relação com o processo e o projeto formativo, e a supervisão, como decorrência da exigência do estágio na proposta curricular do curso de Serviço Social. O que acaba levando a restrição ao sentido pedagógico dado a supervisão no processo de formação profissional do assistente social, tirando a amplitude das questões que atravessam o seu exercício.

A compreensão do lugar da Supervisão de Estágio em Serviço Social não pode se reduzir às práticas pedagógicas do seu exercício. Esta se encontra como um espaço repleto de mediações que favorecem, via sistematização da prática⁷⁹, no conhecimento da categoria profissional sobre as tensões existentes entre o projeto profissional e a condição do assistente social como trabalhador assalariado, como base para a elaboração de estratégias de intervenção e, além disso, de busca de afirmação e reconhecimento das particularidades do trabalho profissional do Assistente Social.

⁷⁹ A Sistematização da prática é um recurso que recobra e ressalta a dimensão crítico investigativa do profissional, a partir da angulação própria que o trabalho profissional adquire enquanto participante de um processo de trabalho coletivo no âmbito das estratégias institucionais de materialização das políticas sociais. Constitui uma dimensão importante do trabalho profissional que favorece uma reflexão contínua de suas respostas sócio-institucionais em suas relações de determinação com a dinâmica social. Trata-se de um recurso que permite imprimir ao cotidiano, assim como a empiria que ele emerge nos procedimentos típicos da ação profissional, a possibilidade de serem compreendidos a partir das relações sociais que lhes dão concretude e significado; alçando a condição de um movimento de apreensão da dinâmica social a partir da inserção real e efetiva e da necessidade de se construir alternativas profissionais, determinadas no âmbito de um trabalho coletivo, na trama institucional onde se materializam dimensões constitutivas da dinâmica da sociedade, da relação entre produção e reprodução social (ALMEIDA, 2009, p. 406-407)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese versa sobre a análise do debate a respeito de trabalho e política social na produção teórica acerca da Supervisão de Estágio em Serviço Social. Portanto, para responder aos objetivos propostos, no primeiro capítulo foi realizada uma reflexão relativa à categoria trabalho como base estruturadora de outras práxis sociais nos marcos da sociedade capitalista madura, discutindo o trabalho na esfera dos serviços sociais, a institucionalização e a inserção do trabalho do assistente social no campo do trabalho coletivo no âmbito das políticas públicas.

Assim, a análise sistemática no primeiro capítulo da tese, no que concerne a determinações do trabalho na sociedade capitalista no marco contemporâneo, trouxe-nos conclusões que a expansão dos serviços sociais e seu redimensionamento frente às mudanças ocorridas na organização e na gestão das organizações e instituições públicas e privadas em que se desenvolvem as políticas sociais, vêm se constituindo historicamente como uma das estratégias de intervenção do Estado sobre a “Questão Social” e, assim, direcionadas para a valorização do capital. Ou seja, os interesses políticos e ideológicos institucionais sempre estiveram e estão alinhados à dinâmica do capital, o que acaba por repercutir no sentido e no pressuposto do trabalho do Assistente Social.

A ocupação dos Assistentes Sociais na esfera dos serviços está totalmente vinculada às determinações ideológicas e às transformações do caráter gerencial do Estado, cujas evidências vêm se apresentando na precarização das formas de ocupação e condições de trabalho vivenciadas por esses profissionais, cujas implicações se dão no planejamento, execução, monitoramento e avaliação de seu trabalho, por conta das novas racionalidades e formas de contratação no âmbito dos serviços sociais, devido aos cortes no financiamento pela esfera pública, a sua descentralização e, conseqüentemente, à privatização e terceirização dos serviços no que tange às Políticas Sociais.

Destarte, os caminhos percorridos entre o método de investigação e o de exposição permitiram compreender em síntese as condições e relações atuais do exercício profissional do Serviço Social na área dos serviços, que vêm se deparando com o redimensionamento das políticas sociais sob a lógica da racionalidade

orientada para valorização do capital, com concepções de focalização, eficácia, eficiência, produtividade e competência.

Por conseguinte, essa realidade vem trazendo implicações no conteúdo e no resultado do significado do Serviço Social como profissão e no trabalho do assistente social, que na sua condição de trabalhador assalariado, mediada pela compra e venda da sua força de trabalho, se vê condicionado muitas vezes, ao mero cumprimento de normas e rotinas burocráticas e metas institucionais, com exigências claras de competência, ritmo e intensidade no trabalho, no âmbito da gestão que vem sendo aplicada nas políticas sociais.

Sendo assim, o trabalho do assistente social possui determinações como de qualquer outro trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, estando na mesma condição de assalariamento ao se inserir em um espaço sócio-ocupacional e em processos de trabalho. E, dessa forma a gestão dos serviços sociais irá implicar na efetivação do projeto profissional do Serviço Social, o que demanda para esse profissional decifrar as lógicas direcionadas para a sua atuação e construção de conhecimento, se utilizando do instrumental teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político defendidos por essa categoria profissional, de forma a resguardar as suas atribuições privativas, competências e princípios fundamentais de sua atuação, respaldados na Lei de Regulamentação da profissão de 1993 (Lei nº 8.662/1993), no Código de Ética profissional de 1993 e Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Desse modo, a pesquisa técnico-científica sobre o contexto da educação superior contemporânea e sobre a inserção dos princípios das Diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 para a formação profissional do Assistente Social, apresentada no segundo capítulo, destacou os aspectos históricos, as mudanças que vêm ocorrendo na Educação Superior brasileira e seus impactos na formação profissional do assistente social.

A pesquisa demonstra que a trajetória do processo de formação e atuação profissional do Serviço Social na realidade brasileira passou por processos ideológicos e ajustes de processos sociais, os quais nem sempre possuíram um mesmo direcionamento, ficando inclusive por muito tempo sem ter um projeto de profissão e de formação profissional, servindo única e exclusivamente aos

interesses do sistema capitalista. E, desse jeito, com um projeto de profissão voltado para a efetivação de um trabalho “alienado”, subsidiado por uma análise endógena do Serviço Social, o que pode ser observado em seus códigos de ética até a década de 1980.

Em suma, o movimento realizado pela categoria, contrário a esse posicionamento da formação e exercício profissional do assistente social ocorrido nos anos de 1990, que deu origem à nova Lei de regulamentação da profissão de 1993 (8.662), ao Código de Ética Profissional de 1993 e às Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e 1999, proporciona conhecimentos para uma reflexão ética, com base na democracia e na liberdade como pressupostos fundamentais para a construção de uma nova ordem societária que se oponha à discriminação e à exploração do próprio sistema capitalista, bem como do processo de socialização que se apresenta em constante modificação e com embates significativos na relação entre Estado e sociedade civil, já revelados no primeiro capítulo da tese.

Desse modo, a formação e o trabalho profissional do Assistente Social na contemporaneidade vêm trazendo como demanda para a categoria profissional e seus órgãos representativos, a apreensão crítica mundial e da sociedade brasileira sobre a organização socioeconômica e política, educação, suas relações sociais, o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social do trabalho e as demandas postas para a sua atuação profissional frente às novas racionalidades das políticas sociais.

Destarte, não se tratam de demandas restritas às elaborações acadêmicas. Mas de questões que atravessam o meio acadêmico-profissional, com fortes consequências teóricas e práticas, e que vêm merecendo ser alçadas ao campo das ideias e da ação política, pois o conteúdo pedagógico, diante da flexibilização curricular, assim como da lógica administrativa dos espaços de Educação Superior proporcionadas pelo Ministério da Educação (MEC) traz rebatimentos, seja na articulação entre teoria e prática, ou na valorização da pesquisa, extensão e do estágio como componentes da formação e do exercício profissional.

Então, faz-se necessário a construção de um plano de ação hegemônico acadêmico-profissional para direcionar o pensar e o agir da formação e do trabalho profissional, de forma a não reduzi-lo a uma ação puramente tecnicista. Mas, que condicione a sistematização e produção de conhecimento sobre as particularidades técnico-científicas do Serviço Social, seja no campo acadêmico ou nos espaços

sócio-ocupacionais em que se insere o projeto Ético-Político da profissão, questão fundamental para superar os desafios que vêm se apresentando no exercício e efetivação da Supervisão de Estágio no âmbito da profissão.

Por conseguinte, constituiu-se como um dos objetivos dessa tese, elencar os avanços obtidos com a inserção do debate da categoria trabalho e de processo de trabalho com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, para compreender e verificar o lugar que vem se apresentando o debate sobre o trabalho na formação profissional do assistente social.

O debate da categoria trabalho na formação profissional do Serviço Social, apresentou elementos para o reconhecimento por parte dos assistentes sociais, do produto do seu trabalho e suas implicações materiais, ideopolíticas e econômicas, bem como o reconhecimento da profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo voltada para lidar com a questão social no mundo capitalista por meio das políticas sociais.

Contudo, embora a categoria trabalho se constitua como um tema de extrema relevância na formação profissional para a delimitação das bases de sustentação teóricas e políticas que vêm sendo empreendidas pela categoria profissional na construção e no processo de consolidação do projeto profissional nos congressos e encontros da mesma, nos espaços de formação, nas suas entidades, nos espaços sócio-ocupacionais, nas instituições, locais de produção de conhecimento sobre a realidade social e sobre trabalho profissional, sua apresentação e discussão vêm demonstrando cotidianamente grandes implicações teóricas e práticas desde o surgimento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

O resultado da pesquisa que subsidiou a construção dessa tese, bem como a investigação científica apresentada por Mota (2007) sobre a avaliação da implementação das Diretrizes para o curso de Serviço Social no Brasil realizada no ano de 2006 trouxe a conclusão da existência de debate e compreensão de que o Serviço Social possui um processo de trabalho próprio, de fragilidades na apreensão e compreensão da teoria marxista e de seus aportes teóricos contidos na matéria de trabalho e sociabilidade. Isso implica na dificuldade de afirmação do Serviço Social como profissão e as particularidades de sua atuação nos espaços sócio-ocupacionais que vêm tentando ser suprido com a construção de parâmetros para a atuação no âmbito das Políticas Sociais.

No entanto, trabalho e formação profissional, bem como teoria e prática não podem ser pensados de maneira dicotomizada. E, nesse sentido a análise proposta e as conclusões obtidas apontaram a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a formação profissional do Assistente Social, levando em consideração a gestão do Ensino Superior na sociedade brasileira, suas reformas e racionalidades. Seu objetivo é compreender a lógica administrativa e a estrutura das instituições de educação universitária em que se insere a formação em Serviço Social; a estrutura do projeto pedagógico dos cursos de Serviço Social seja na modalidade presencial, semi-presencial ou a distância; o perfil docente e seu entendimento sobre a profissão, por conta da diversidade de disciplinas que compõem a grade curricular e que nem sempre são ministradas por assistentes sociais e as linguagens e metodologias utilizadas no processo pedagógico e a sua relação com ensino, pesquisa e extensão e também a inserção do estágio e da supervisão na proposta pedagógica dos cursos.

Nesse sentido, a sistematização e a análise crítica sobre a produção de livros, capítulos de livros, artigos de revistas científicas e teses de doutorado do período de 1996 à 2016, que abordaram a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social na história da profissão, descrita no terceiro capítulo, partiu da compreensão desta como atividade constitutiva do trabalho do assistente social e trouxe evidências de que por mais que essa atividade se apresente como obrigatoriedade em seu processo de formação profissional desde o surgimento da profissão e os avanços obtidos com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, com a Resolução nº 533 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de 2008 e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010, no campo da sistematização a compreensão da Supervisão de Estágio em Serviço Social, ainda carece do debate da sua relação com a categoria trabalho e a política social, por mais que se apresente na produção teórica sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social a consideração da articulação entre formação e exercício profissional.

Considera-se que o entendimento do fazer profissional que vem sustentando o debate sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social e a sua relação com os princípios das Diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996 ainda se tornam frágeis, gerando as seguintes conclusões: ainda persiste, no plano teórico, a compreensão de que Estágio

Supervisionado em Serviço Social e Supervisão de Estágio em Serviço Social possuem os mesmos sentidos, a realização da Supervisão de Estágio em Serviço Social como uma mera exigência de cumprimento curricular de carga horária para a formação profissional e como critério de aquisição de documento comprobatório para a obtenção do Registro no Conselho Regional para exercer a profissão.

Outra questão apresentada é a persistência da vinculação da Supervisão de Estágio a um mero discurso de efetivação do Projeto Ético-Político profissional do Assistente Social, sem tecer as devidas compreensões das categorias teóricas fundamentais para o entendimento da profissão, das determinações e das relações dos espaços sócio-ocupacionais em que se insere o processo da respectiva supervisão, seja ele o da unidade de ensino ou da unidade do campo de estágio, bem como da vinculação do assistente social supervisor, na sua condição de trabalhador assalariado.

Assim, seguindo dessa forma, as abordagens sobre o exercício da Supervisão de Estágio em Serviço Social acabam por retirar a amplitude de compreensão da formação e do exercício profissional do Assistente Social, baseada na análise da totalidade, sob a referência metodológica do materialismo histórico-dialético. Tal posicionamento implica nas evidências sistemáticas da conquista da inserção do debate sobre a categoria trabalho e das suas determinações na sociedade capitalista na esfera da produção e reprodução social; da inserção do Serviço Social no setor de serviços, no âmbito dos serviços sociais, da profissão na divisão social do trabalho, no campo do trabalho coletivo, no círculo das Políticas Sociais e das racionalidades das mesmas, particularidades de gestão, financiamento, privatização e terceirização dos serviços sociais.

Desse modo, essa tese teceu considerações que comprovam que a Supervisão de Estágio e Estágio Supervisionado em Serviço Social, possuem particularidades.

Primeiro porque o Estágio e a Supervisão de Estágio não são exclusividades da profissão de Serviço Social, mas carregam consigo determinações de um projeto de profissão e revelam a necessidade de compreensão para as instituições nas quais se inserem.

Segundo, porque inserem-se em espaços sócio-ocupacionais com lógicas administrativas distintas, com missões, valores e visões diferentes, e que nem sempre irão possuir uma política de estágio, o que diretamente irá exigir propriedade

técnico-científica do profissional de Serviço Social para a afirmação do Projeto Ético-Político defendido pela categoria profissional.

E, por conseguinte, o terceiro aspecto é que a Supervisão de Estágio em Serviço Social requer a relação constante entre formação e exercício profissional do Assistente Social, de forma a não condicionar o estágio supervisionado a uma mão de obra barata, o exercício da supervisão como uma mera avaliação e assinatura de documentos comprobatórios, mas que seja constituído um espaço de afirmação e reafirmação das particularidades da profissão, por meio da sistematização, pesquisa e produção de conhecimento sobre o cotidiano vivenciado por ela nos espaços sócio-ocupacionais. Seja o espaço da unidade de ensino ou da unidade campo de estágio.

Em síntese, a Supervisão de Estágio em Serviço Social não é um processo autônomo, encontra-se vinculado a uma série de determinações, pois se insere no âmbito nas relações sociais que possuem influências de processos ideológicos que irão trazer impactos tanto para o espaço da formação como da atuação, que embora possuam particularidades, constituem-se como unidades indissolúveis.

O mundo do trabalho é compreendido como o palco central da produção e da reprodução da vida material e, conseqüentemente, o espaço – seja no campo, na fábrica ou no setor de serviços – de intensa exploração dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho. As relações precarizadas de trabalho tomaram proporções alarmantes no capitalismo contemporâneo e que vêm se expressando na área do Serviço Social, seja no espaço acadêmico, em que se dá a sua formação ou nos espaços sócio-ocupacionais de intervenção e realização do trabalho profissional.

Logo, emergem nesse contexto um novo modelo de ferramentas e processos de trabalho que, ao se utilizar do recurso da informática, vem desvalorizando o trabalho e o homem enquanto produtor de conhecimento, ser único e capaz de realizar trabalho. Tal situação evidenciada na redução de postos de trabalho e na exigência de novas competências vem seguida da defesa da capacidade da informática proporcionar, operar, tomar decisões e se corrigir de forma praticamente autônoma.

Estamos vivenciando uma nova revolução industrial, definido no primeiro capítulo da tese como “Revolução Industrial 4.0” e que vem trazendo modificações, seja na esfera da produção ou nas relações sociais, como já evidenciadas nas

revoluções anteriores. Trata-se, portanto, da inserção de novas formas de trabalho e gestão da força de trabalho.

Com a utilização da informática como potencial para aumentar a flexibilidade, a velocidade, a produtividade e a qualidade dos processos de produção seus impactos têm sido perversos na vida do trabalhador, cuja necessidade do aperfeiçoamento de competências e habilidades tem sido uma consequência lógica da geração de empregos que exigem uma maior qualificação e adaptação às novas tecnologias e às mudanças organizacionais que elas provocam, com vistas a manter as condições de empregabilidade.

Em suma, diante desse cenário, as relações entre Supervisão de Estágio em Serviço Social, trabalho e Políticas Sociais, constituem-se como fundamentais para a formação e a atividade profissional do assistente social. Inicialmente, pela apropriação da tradição marxista para a apreensão da categoria trabalho, bem como da sociologia do trabalho, que se apresenta como elemento fundamental para compreensão da emergência, papel e desenvolvimento da profissão nos marcos do capitalismo monopolista e das estratégias de controle e reprodução da força de trabalho, bem como o reconhecimento das políticas sociais como espaço em que se constituem o trabalho do assistente social.

Dessa maneira, o campo das políticas sociais não está isento das tendências e dos processos sociais contemporâneos em suas contradições, principalmente no que tange à dinâmica política brasileira dos anos 1980 e os condicionantes econômicos e políticos apresentados nos anos de 1990. Entretanto, as políticas sociais, mesmo tendo avançado, não deixam de se fazer acompanhar pela disputa em torno de projetos sociais distintos que atravessam e que contêm, ao mesmo tempo, os limites do exercício da profissão e os determinismos ideológicos alinhados ao projeto de ajustes do capital.

A abordagem sobre as Políticas Sociais – não se restringe à consideração desta enquanto o campo de inserção do trabalho profissional do assistente social, mas, principalmente, por expressar em diferentes conjunturas históricas, as formas assumidas como respostas às relações entre as classes sociais e o Estado no modo de produção capitalista.

Assim sendo, proporcionar essa relação entre Supervisão de Estágio, trabalho e Política Social, nos permite encadear a argumentação e a apreensão da inserção do assistente social em processos de trabalho. E, também, compreender as

diferentes requisições feitas aos assistentes sociais e sua inserção em distintas organizações públicas e privadas por seus empregadores seja no espaço acadêmico ou em outros espaços de serviços sociais e que por sua vez se constituem enquanto campo de estágio.

Por fim, cabe reforçar o que foi elucidado na introdução dessa tese de que as questões consideradas e analisadas estão longe de estar esgotadas. Por essa razão, as reflexões realizadas foram desenvolvidas como maneira de fomentar novas indagações e debates no que diz respeito à Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação e no exercício profissional do assistente social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Política Nacional de Estágio da Associação brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. ABEPSS, Abril, 2010.

ABESS. *Currículo mínimo para o curso de Serviço Social* (aprovado em assembleia geral extraordinária de 08 de novembro de 1996). Rio de Janeiro: Uerj, 1996. mimeo.

_____. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 50, São Paulo: Cortez, 1996.

_____; CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. *Cadernos ABESS*, n. 07, São Paulo: Cortez, 1997.

ALMEIDA, N. L. T. Magistério, direção e supervisão acadêmica. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Retomando a temática da “Sistematização da Prática”. In: *Serviço Social. Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

_____. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 58, 1998.

_____. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 52, 1996.

_____. Extensão e capacitação permanente na Faculdade de Serviço Social da UERJ. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 12, 1998.

_____; ALENCAR, M. M. T. *Serviço Social, trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011.

AMARAL, A. S. Implementação das Diretrizes Curriculares em Cursos de Serviço Social: os rumos e desafios da formação profissional. *Temporalis*, a. VII, n. 14, p. 13-29, jul./dez. 2007.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BACKHAUS, B. B. Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 38, a. 13, abr. 1992.

BARBOSA, R. N. C.; CARDOSO, F. G.; ALMEIDA, N. L. T. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 58, 1998.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. *Código de Ética do/a Assistente Social Comentado*. CFESS (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma*. Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Crise do Capital, Fundo Público e Valor. In: BOSCHETTI, I. et al. (Orgs.). *Capitalismo em Crise Política Social e Direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da Sociedade Civil. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

BORGES, A. M. C. *O trabalho nos Serviços Sociais: privatização, terceirização e descentralização*. XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, NO GT18 - NOVAS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NOS ESPAÇOS URBANO E RURAL, Salvador, 10-13 set. 2013.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BRASIL. *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes; e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 28 jan. 2016.

_____. *Leis de Diretrizes de Base da Educação Brasileira (LDB)*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Sistema e-MEC*. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Censo SUAS 2015: Análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social*. 2015.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1977.

BURIOLLA, M. F. *O Estágio Supervisionado*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CAPES. *Avaliação quadrienal de Serviço Social da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, 2017*. Brasília, 2017.

CAPUTI, L. *Supervisão de Estágio em serviço social: tempos de mundialização do capital – desafios cotidianos e (re)significados!*. 2014. 228 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2014.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CFESS. *cartilha sobre a Supervisão de Estágio, 2013*. Brasília, 2013.

_____. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*. 1993. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016

_____. *Profissional dos Assistentes Sociais*. 1986. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016

_____. *Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social, 2010*. Brasília, set. 2010.

_____; CRESS. *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Brasília: CEFESS/CRESS/UFAL, 2005.

_____. *Resolução nº 533, de 29 de Setembro de 2009*. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. CFESS/ CRESS, 2009.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, N. Q. A. *A supervisão em serviço social e a mercantilização do ensino superior: as condições de trabalho do supervisor de campo*. 2009. 370 f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Trabalho) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 62, 2000.

COSTA, M. D. H. Os serviços na contemporaneidade: nota sobre o trabalho nos serviços. In: MOTTA, A. E. *A fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 2010.

COTRIM, V. A. *Trabalho produtivo em Karl Marx: Novas e velhas questões*. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

CRESS. Coletânea de leis e resoluções. *Assistente Social: Ética e direitos*. 4. ed. Rio de Janeiro: CRESS, 7ª Região, 2004.

CRESS (RJ). *Plano de ação e orçamento, 2018*. Rio de Janeiro: CRESS, 2018.

CRESS (SP). *Plano de ação e orçamento, 2018*. São Paulo: CRESS, 2018.

DAHMER, L. P. A gestão da força de trabalho em saúde na década de 1990. *Revista Physis*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, jul. 2004.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FAYOL, H. *Administração industrial e geral*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1970.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FERREIRA, A. M; CASTRO, M. M. C. Fóruns de supervisão: fortalecimento da articulação entre universidade e campos de estágio. SANTOS, C. M. et al. (Orgs.). *A Supervisão de Estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, p.173-189, 2016.

FREIRE, S. M. O significado da primeira Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro na Construção da História da Profissão. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 4, 1994.

GRAMSCI, A. *Notas sobre o Estado e a Política*. Maquiavel. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Cadernos do Cárcere, v. 3.)

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Condições de Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional. In: *O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional*. Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011. 312 p.

_____; BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: *Serviço Social: Direitos e competências profissionais*. Brasília: ABEPSS, 2009.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. 7. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Filosofia).

HIRANO, S. Política e economia como formas de dominação o trabalho intelectual em Marx. *Tempo Social*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 01-20, nov. 2001.

HOBBSBAUM, E. J. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOBBSBAUM, E. J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: *Serviço Social: Direitos e competências profissionais*. Brasília: ABEPSS, 2009.

_____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IBGE. *Pesquisa nacional por domicílios (PNAD)*, 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

INEP. *Censo 2012*. Brasília: INEP, 2012. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 29 de julho de 2015.

_____. *Relatório ENADE 2016*. Brasília: INEP, 2016.

KARSCH, U. M. S. *O serviço social na era dos serviços*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LESSA, S. A Emancipação Política e a Defesa de Direitos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 90, jun. 2007.

LEWGOY, A. M. B. O estágio supervisionado em Serviço Social. *Temporalis*, v. 1, n. 25, p. 63-90, ago. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4850/4143>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

_____. *Supervisão em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; SCAVONI, M. L. A. Supervisão em Serviço Social: A formação do olhar ampliado. *Revista Virtual Textos & Contextos*, a. 1, n. 1, nov. 2002.

LIMA, K. R. S. Ensino a Distância, Organismos Internacionais e mercantilização da Educação. Mercantilização do Ensino e Ensino a Distância. *Revista PUCVIVA*, a. 10, n. 35. maio/ago. 2009.

_____. *Contra-reforma na educação Superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Ed. Xamã, 2007.

_____. Expansão da Educação Superior Brasileira na primeira década do novo Século. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. (Orgs.). *Serviço Social e Educação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p. 1-26.

_____. Reforma da educação superior e educação à distância: democratização do acesso ou subordinação das instituições públicas de ensino superior à ordem do capital? *Cadernos Especiais*, n. 33, maio/jun. 2006. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 12 set. 2015.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os Economistas).

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINIANO, L. A. *Dimensões e limites da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social*. Franca, 2011, 185 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2011.

MARX, K. *O Capital: Capítulo VI inédito*, 2004.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Introdução à crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 2006. (Col. Os Pensadores).

MATTOS, M. C. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. *Serviço Social: Direitos e competências profissionais*. Brasília: ABEPSS, 2009.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. Da seguridade social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 01, p. 41-49, jan./jun., 2011.

MONTAÑO, C. E. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MORANI, C. N. S. *A Supervisão de Estágio e o processo de trabalho do assistente social*. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MOTA, A. E. Diretrizes Curriculares do curso de serviço social: sobre o processo de implementação. *Revista Temporalis*, Brasília, DF, n. 14, 2007.

_____. *O Mito da Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. *A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, Serviço Social e Saúde*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2001.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, a. XVII, n. 50, abr., 1996.

_____; BRAZ, M. *Economia política: Uma introdução crítica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OIT. *Futuro do trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos tripartites*. Organização Internacional do Trabalho, 2016-2017. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS_626908/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 28 dez. 2017.

_____. _____. Organização Internacional do Trabalho, 2018. ISBN: 978-92-2-830943-0.

OLIVEIRA, C. H. A. S. O estágio na formação profissional do assistente social: desvendando significados. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 80, 2004.

ORTIZ, F. S. G. A Política Nacional de Estágio e a supervisão direta: avanços e desafios. *Revista Temporalis*, v. 1, n. 27, p. 203-219, ago. 2014. ISSN 2238-1856. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7196/5845>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

_____. *O Serviço Social no Brasil: fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes*. Rio de Janeiro: E-papers/FAPERJ, 2010.

PEREIRA, P. A. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo. In: BOSCHETTI, I. et. al. (Orgs.). *Política Social: alternativas ao neoliberalismo*. Brasília: UnB, 2004.

_____. *Política social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

RAMOS, A.; SANTOS, F. H. C. Articulação entre supervisão de campo e acadêmica em Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, DF, a. 16, n. 31, jan./jun. 2016.

RAMOS, S. R.; ABREU, M. H. E. Estratégias de enfrentamento e lutas do Serviço Social brasileiro frente a precarização da formação e do trabalho profissional e suas implicações no estágio supervisionado. In: SANTOS, C. M. et al. (Coord.). *A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios*. Coletânea nova de serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 79-97.

ROSSO, S. D. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, p. 75-89, jan./abr., 2014.

RUBIN, I. *A teoria Marxista do Valor*. 1. ed. São Paulo: Editora Polís, 1987.

SALVADOR, E. *Fundo Público e Seguridade Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, C. M.; ABREU, M. H. E. A. Os impactos da Política Nacional de Estágio na Formação Profissional frente a Universidade Neoliberal. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 27, 2011.

SANTOS, C. N. *A Supervisão de Estágio como parte do processo de trabalho do assistente social*: Estudo realizado com os supervisores de campo das instituições de estágio conveniadas com o curso de Serviço Social da UNIGRANRIO (Universidade do Grande Rio). 2007. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, RJ, 2007.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico [1 ed., 1934]. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Col. Os Economistas).

SEMESP. *Mapa do Ensino Superior no Brasil*. 2016. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/pesquisas/mapa-do-ensino-superior-2016/>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

SILVA, M. O. S. *Formação Profissional do Assistente Social*: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVEIRA, J. I. *A centralidade do trabalho e da formação continuada no SUAS: realidade e agenda política*. VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, MDS, 2011.

SIQUEIRA, A. C. de. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/ GATS. *Revista Brasileira da Educação*, São Paulo, n. 26, maio/ago. 2004.

SOARES, L. T. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VELOSO, R. S. et al. (Orgs.). *Trajetória da Faculdade de Serviço Social da UERJ: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. 360 p.

VIEIRA, B. O. *Supervisão em Serviço Social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. *Serviço social*: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/educacao-e-cultura>>. Acesso em: 17 de outubro de 2015

APÊNDICE A – Quadro 2 - Seminários e mini-cursos apresentados no “Jornal Práxis” oferecidos pelo CRESS-RJ nos anos de 2008-2018

ANO	Nº DA EDIÇÃO DO JORNAL PRÁXIS	SEMINÁRIO SOBRE SUPERVISÃO E ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	MINI-CURSO SOBRE SUPERVISÃO E ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	REGIÃO DO RIO DE JANEIRO	EMENTA
2008	44	0	0	0	0
2009	Edição especial	0	Estágio e Supervisão em Serviço Social: Os Novos Marcos Regulatórios	Região Serrana - Petrópolis	ESTÁGIO E SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL: OS NOVOS MARCOS REGULATÓRIOS: Apresentação do sentido de estágio e supervisão previsto no Serviço Social a partir da lei 8662/93. A nova lei federal 11.788/2008 que regula o estágio em todo país. A resolução CFESS 533/2008 que dispõe sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Impactos sobre a formação profissional.
2010	Encarte especial	0	Estágio e supervisão em Serviço Social: os novos marcos regulatórios	Sede da Seccional de Volta Redonda.	Idem a ementa do mini-curso de 2009.
2011	57	0	Estágio e supervisão em Serviço Social: natureza e atribuições	Sede Rio de Janeiro	Estágio e Supervisão em Serviço Social: natureza e atribuições. Apresentação do sentido do estágio e supervisão previsto no Serviço Social a partir da Lei 8.662/93. A nova lei federal 11.788/2008 que regula o estágio em todo país. A Resolução CFESS 533/2008 que dispõe sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Impactos sobre a formação profissional.
2012	63		Estágio e supervisão em Serviço Social: natureza, atribuições e ética profissional	Cantagalo. Hotel Fazenda Pesqueiro da Aldeia e Itaperuna.	Estágio e supervisão em Serviço Social: natureza, atribuições e ética profissional: Apresentação do sentido do estágio e supervisão previsto no Serviço Social a partir da Lei 8662/93. A lei federal 11.788/2008 que regula o estágio em todo o país. A Resolução CFESS 533/2008 que dispõe sobre a supervisão direta

					de estágio em Serviço Social. Impactos sobre a formação profissional. Supervisão de Estágio e ética profissional.
2013	69	0	0	0	0
2014	75	0	0	0	0
2015	81	Os desafios contemporâneos para a supervisão de estágio em Serviço Social	Supervisão direta de estágio em Serviço Social: diretrizes e desafios atuais para sua operacionalização	(Região Serrana) e Centro do Rio de Janeiro	Não apresentaram ementa
2016	87	0	0	0	0
2017	93		Supervisão, estágio e autonomia profissional	Região Serrana - Teresópolis	Supervisão, Estágio e Autonomia Profissional: A Supervisão como parte do processo trabalho coletivo. Modos tradicionais e contra hegemônicos de supervisão. A indissociabilidade das dimensões éticos-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas na formação e no exercício profissional. A centralidade do estágio supervisionado no processo de formação profissional. Marcos legais e normativos que regulamentam o estágio em Serviço Social. A condição de assalariamento e suas incidências sobre a relativa autonomia do exercício profissional. As normativas e a possibilidade de ampliação da autonomia profissional e a relação com a supervisão.
2018	Edição especial 98-99	0	Supervisão de Estágio e Serviço Social	Centro do Rio de Janeiro	Não apresentaram ementa

Fonte: O autor, 2018.

APÊNDICE B – Quadro 3 - Livros e capítulos de livros sobre a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social

TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO DE PUBLICAÇÃO
Supervisão em Serviço Social	VIEIRA, Balbina Ottoni	Agir	1979
O Estágio Supervisionado	BURIOLLA, Marta A. Feiten Buriolla	Cortez	1994
Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis.	BURIOLLA, Marta A. Feiten Buriolla	Cortez	1994
Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional.	LEWGOY, Alzira Maria Baptista Lewgoy	Cortez	2009
Magistério, Direção e Supervisão acadêmica	ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. In. CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.	CFESS	2009
Supervisão em Serviço Social	GUERRA, Yolanda e BRAGA, Maria Elisa. In. CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.	CFESS	2009
Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica	MATTOS, Maurilio Castro de. In. CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.	CFESS	2009
Supervisão de Estágio em Serviço Social: Reflexões do cotidiano na contemporaneidade	ARAÚJO, Maria Auxiliadora de.	ED UECE (Editora da Universidade Estadual do Ceará)	2014
Estratégias de enfrentamento e lutado Serviço Social brasileiro frente à precarização da formação e do trabalho profissional e suas implicações no estágio supervisionado.	RAMOS, Samya Rodrigues e ABREU, Maria Helena. In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Helena Elpidio (Organizadoras da coletânea) FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda (Coordenadoras de série). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.	Lumen Juris	2016

O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil profissional em disputa.	GUERRA, Yolanda. In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Helena Elpidio (Organizadoras da coletânea) FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda (Coordenadoras de série). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.	Lumen Juris	2016
Os instrumentos legais e políticos do estágio supervisionado em Serviço Social na defesa da qualidade profissional	LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Os instrumentos legais e políticos do estágio supervisionado em Serviço Social na defesa da qualidade profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Helena Elpidio (Organizadoras da coletânea) FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda (Coordenadoras de série). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.	Lumen Juris	2016
O estágio supervisionado em Serviço Social e a extensão universitária	SANTOS, Josiane Soares e ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Helena Elpidio (Organizadoras da coletânea) FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda (Coordenadoras de série). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.	Lumen Juris	2016
Fórum de Supervisão: fortalecimento da articulação entre universidade e campos de estágio	FERREIRA, Ana Maria e CASTRO, Maria Monteiro de Castro In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Helena Elpidio (Organizadoras da coletânea) FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda (Coordenadoras de série). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.	Lumen Juris	2016
A Supervisão de Estágio como atribuição privativa do assistente social	ORTIZ, Fátima Grave In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Helena Elpidio (Organizadoras da coletânea) FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda (Coordenadoras de série). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.	Lumen Juris	2016
Supervisão de Estágio em Serviço Social; desafios e estratégias para a sua	SANTOS, Cláudia Mônica dos, GOMES, Daniela Cristina Silva Gomes e LOPES, Ludmila Pacheco. In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria	Lumen Juris	2016

operacionalização	Baptista; ABREU, Helena Elpidio (Organizadoras da coletânea) FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda (Coordenadoras de série). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.		
A dimensão ético-política e o processo de supervisão de Estágio	EIRAS, Alexandra A. Leite T. S. In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Helena Elpidio (Organizadoras da coletânea) FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda (Coordenadoras de série). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.	Lumen Juris	2016
Supervisão de Estágio e pesquisa em Serviço Social: o desvendar da realidade como eixo crítico-formativo	MOLJO, Carina Berta e MENDES, Daniela Leonel de Paula. In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Helena Elpidio (Organizadoras da coletânea) FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda (Coordenadoras de série). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.	Lumen Juris	2016
Serviço Social, pluralismo e estágio supervisionado: notas para um debate necessário	FORTI, Valéria. In: SANTOS, Cláudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Helena Elpidio (Organizadoras da coletânea) FORTI, Valéria e GUERRA, Yolanda (Coordenadoras de série). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios.	Lumen Juris	2016

Fonte: O autor, 2018.

APÊNDICE C – Quadro 4 - Artigos de Revistas Científicas com a temática Supervisão de Estágio em Serviço Social 1996 - 2017

TÍTULO	AUTOR	NOME DA REVISTA E Nº DA EDIÇÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO
O Estágio na Formação Profissional do Assistente Social: desvendando significados	OLIVEIRA, Cirlene H. A. S.	Serviço Social e Sociedade, nº 80	2004
Os impactos da Política Nacional de Estágio na Formação Profissional frente a Universidade Neoliberal	SANTOS, Claudia Mônica dos e ABREU, Maria Helena Elpidio Abreu	Em Pauta	2011
A unidade teoria-prática e o papel da Supervisão de Estágio nessa construção	ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de e ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira	Katálysis nº 15	2012
O Estágio Supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional	LEWGOY, Alzira Maria Baptista	Temporalis, nº 25	2013
A Política Nacional de Estágio e a Supervisão direta: avanços e desafios	ORTIZ, Fátima da Silva Grave	Temporalis, nº 27	2014
Articulação entre Supervisão de campo e acadêmica em Serviço Social	RAMOS, Adriana e SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos.	Temporalis nº 31	2016
Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas (Relatório do Projeto ABEPSS itinerante 2014)	TEIXEIRA, Rodrigo, AQUINO, Isaura e GURGEL, Telma.	Temporalis nº 31	2016
A construção dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social	GUIRALDELLI, Reginaldo e ALMEIDA, Janaina Loeffler de	Katálysis nº 19	2016
Reflexões sobre o Estágio na Educação Superior e sua particularidade no Serviço Social	SILVA, Maisa Miralva da e RIBEIRO, Eleusa Belenjian.	Katálysis nº 19	2016
Supervisão de Estágio em Serviço	CAPUTI, Leslieane	Katálysis nº 19	2016

Social: significâncias e significados			
Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social	MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de	Katálysis nº 19	2016
Supervisão em serviço social diante da precarização no mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana	GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro e MARTINS, Paulo Roberto	Katálysis nº 19	2016
Formação profissional, Estágio e Supervisão: impasses e desafios persistentes	MIOTO, Regina Célia e NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro	Katálysis nº 19	2016
Os impactos da Política Nacional de Estágio na formação profissional frente à universidade neoliberal	SANTOS, Claudia Mônica dos e ABREU, Maria Helena Elpidio	Katálysis nº 19	2016
Caminhos da Formação: os desafios da Supervisão de Estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins	CARIAGA, Maria Helena e SILVA, Maria José Antunes da	Serviço Social & Sociedade nº 125	2016

Fonte: O autor, 2018.

APÊNDICE D – Quadro 5 - Teses de doutorado cadastradas no banco de teses da CAPES 1996-2016

TÍTULO	AUTOR	PROGRAMA DE DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL	ANO DE PUBLICAÇÃO
Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na supervisão sistemática e na avaliação qualitativa no estágio acadêmico em Serviço Social	ALBIERO, Célia Maria Grandini	PUC-SP	2006
Pensar a Supervisão de Estágio em Serviço Social: ser ou não ser, eis a questão!	LEWGOY, Alzira Maria Baptista	PUC-RS	2007
Serviço Social e Supervisão de Estágio: saberes, formação, temporalidades	JOAZEIRO, Edna Maria Goulart	Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação	2008
Dimensões e limites da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social	MARTINIANO, Luzilene de Almeida	Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	2011
Supervisão de Estágio em Serviço Social: tempos de mundialização do capital: desafios cotidianos e (re)significados	CAPUTI, Lesiliane	Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	2014
Supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social: um estudo no Estado de São Paulo	ANDRADE, Selma Aparecida Leite de	PUC-SP	2015
Perspectiva da Centralidade do Estágio supervisionado na formação em Serviço Social: questões presentes e latentes	HONORATO, Andreia Agda Silva	PUC-SP	2016
O Estágio e a Supervisão no processo formativo dos assistentes sociais: a centralidade em questão	PORTES, Melissa Ferreira	Universidade Estadual de Londrina	2016

Fonte: O autor, 2018.